

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS**

VINICIUS CRANEK GAGLIARDO

IMPrensa E CIVILIZAÇÃO NO RIO DE JANEIRO OITOCENTISTA

FRANCA

2016

VINICIUS CRANEK GAGLIARDO

IMPrensa e Civilização no Rio de Janeiro Oitocentista

Tese apresentada à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, como pré-requisito para a obtenção do título de Doutor em História.

Área de concentração: História e Cultura

Orientador: Prof. Dr. Jean Marcel Carvalho França

FRANCA

2016

Gagliardo, Vinicius Cranek.

Imprensa e civilização no Rio de Janeiro oitocentista / Vinicius Cranek Gagliardo. – Franca : [s.n.], 2016.

260 f.

Tese (Doutorado em História). Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais.

Orientador: Jean Marcel Carvalho França

1. Brasil - Usos e costumes - Séc. XIX. 2. Imprensa.
3. Estilo de vida - Rio de Janeiro (RJ). I. Título.

CDD – 981.04

VINICIUS CRANEK GAGLIARDO

IMPrensa e Civilização no Rio de Janeiro Oitocentista

Tese apresentada à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, como pré-requisito para a obtenção do título de Doutor em História.

BANCA EXAMINADORA

Presidente: _____

Prof. Dr. Jean Marcel Carvalho França, UNESP/Franca

1º Examinador: _____

Prof. Dr. Paulo César Garcez Marins, USP

2º Examinador: _____

Prof. Dr. Nelson Schapochnik, USP

3º Examinador: _____

Prof. Dr. Marcos Sorrilha Pinheiro, UNESP/Franca

4º Examinador: _____

Prof. Dr. Ricardo Alexandre Ferreira, UNESP/Franca

Franca, 23 de agosto de 2016.

A meus pais, Rogério e Marcia

AGRADECIMENTOS

Durante o desenvolvimento desta tese de doutorado, algumas pessoas e instituições contribuíram para sua realização, às quais não poderia deixar de agradecer.

À minha família, pelo apoio e confiança durante todos esses anos.

Ao professor Jean Marcel Carvalho França, cuja orientação, desde a graduação, foi decisiva para minha formação de historiador e para o resultado final deste trabalho.

À professora Susani Silveira Lemos França, pela simpatia e gentileza com que sempre me recebeu em sua casa, durante as reuniões de estudo.

Aos professores Yllan de Mattos Oliveira e Virginia Célia Camilotti, pelas críticas e caminhos para o prosseguimento da pesquisa indicados durante o exame geral de qualificação.

Aos professores Paulo César Garcez Marins, Nelson Schapochnik, Marcos Sorrilha Pinheiro e Ricardo Alexandre Ferreira, pelos apontamentos e sugestões feitos durante a defesa do doutorado, fundamentais para refletir sobre a própria tese e para expandir os horizontes de minha formação.

Ao amigo Renato Aurélio Mainente, pela leitura atenta da tese e pelas várias sugestões feitas, que em muito favoreceram o resultado final.

À Larissa Soldate Correia, por acompanhar cada passo da pesquisa e escrita do trabalho e pela leitura paciente de cada linha.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo - FAPESP -, pela bolsa de doutorado concedida durante a realização da tese (Processo FAPESP nº 2012/10966-7).

*O jornal é a liberdade, é o povo, é a consciência, é a esperança,
é o trabalho, é a civilização.*

Machado de Assis

*Meu papel - mas este é um termo muito pomposo - é mostrar às
pessoas que elas são muito mais livres do que pensam, que elas
tomam por verdadeiros, por evidentes certos temas fabricados
em um momento particular da história, e que essa pretensa
evidência pode ser criticada e destruída. O papel de um
intelectual é mudar alguma coisa no pensamento das pessoas.*

Michel Foucault

GAGLIARDO, Vinicius Cranek. **Imprensa e civilização no Rio de Janeiro oitocentista**. 2016. 252 f. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2016.

RESUMO

A partir do desembarque da corte portuguesa no Brasil, em 1808, teve início no Rio de Janeiro um intenso processo de urbanização da cidade e de civilização de seus habitantes, cujos referenciais eram os padrões europeus de modernização, progresso e sociabilidade. Esse processo foi responsável, grosso modo, por incentivar um novo tipo de experiência social, marcadamente urbana, que gradativamente alterou a paisagem social oriunda dos tempos coloniais, predominantemente rural. A partir de então, grande parte dos valores e hábitos da população sofreram um desprestígio frente a um novo modo de vida que se difundiu, o que ocasionou inúmeras transformações no cotidiano dos habitantes locais, as quais se estenderam da fisionomia das cidades até os valores morais e costumes do povo. Embora essas modificações tenham sido promovidas por diversas instituições e agentes, os letrados ocuparam aí um dos papéis de maior destaque, pois entendiam que a cultura escrita - em especial as belas-letras e as ciências - tinha o dever de propagar as luzes e a civilização. Dos gêneros escritos, o jornalismo era considerado um dos mais importantes instrumentos de civilização, uma vez que a imprensa tinha o privilégio de publicar em suas páginas os mais diferentes saberes e novidades, divulgando temas referentes a literatura, poesia, crônica teatral, artigos de promoção científica, história, higiene, moda, boas maneiras, moralidade, etc., conhecimentos que sugeriam à população um novo *modus vivendi*, considerado mais urbano e civilizado. O objetivo principal deste estudo é explicitar este discurso pedagógico construído nos periódicos oitocentistas, o qual visava à formação de um povo e de uma nação *civilizados*. Para tal, procurou-se mapear uma série de prescrições que foram dirigidas à população, com o intuito de especificar quais eram os principais traços físicos, morais e comportamentais que deveriam compor o homem e a mulher que se desejavam produzir.

Palavras-chave: Imprensa. Civilização. Povo. Rio de Janeiro. Século XIX.

GAGLIARDO, Vinicius Cranek. **Press and civilization in the nineteenth-century Rio de Janeiro**. 2016. 252 f. Thesis (Doctorate in History) - Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Franca, 2016.

ABSTRACT

From the Portuguese Court arrival in Brazil, in 1808, an intense process of urbanization of the city and civilization of its inhabitants began in Rio de Janeiro, whose references were the European modernization, progress and sociability standards. This process was responsible, roughly speaking, for encouraging a new kind of social experience, markedly urban, which gradually changed the social landscape from colonial times, predominantly rural. Since then, many of the people's values and habits have suffered disrepute facing a new way of life that has spread, which caused many changes in the daily lives of the locals inhabitants, which extended from the physiognomy of the cities to the moral values and customs of the people. Although various institutions and agents have promoted these changes, the literates occupied then one of the most prominent roles, because they understood that the written culture - especially the belles-lettres and sciences - had a duty to spread the lights and civilization. Of the written genres, journalism was considered one of the most significant instruments of civilization, since the press had the privilege to publish in its pages the most different knowledges and news, disseminating themes related to literature, poetry, theatrical chronicle, articles of science promotion, history, hygiene, fashion, manners, morality, etc., knowledges that suggested to the population a new *modus vivendi*, considered more urban and civilized. The aim of this study is to make explicit this pedagogical discourse built in the nineteenth-century periodicals, which aimed at the formation of a *civilized* people and nation. To do this, I tried to map a series of prescriptions that were directed at the population, in order to specify which were the main physical, moral and behavioral traits that should compose the man and woman who wanted to produce.

Keywords: Press. Civilization. People. Rio de Janeiro. XIX century.

GAGLIARDO, Vinicius Cranek. **Prensa e civilização em Rio de Janeiro del siglo XIX**. 2016. 252 f. Tesis (Doctorado en Historia) - Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2016.

RESUMEN

Desde la llegada de La corte portuguesa en Brasil, en 1808, se inició en Río de Janeiro un intenso proceso de urbanización de la ciudad y civilización de sus habitantes, cuyas referencias eran los padrones europeos de modernización, progreso y sociabilidad. Este proceso fue responsable, a bulto, por motivar un nuevo tipo de experiencia social, marcadamente urbana, que gradualmente alteró el paisaje social oriundo de la época colonial, predominantemente rural. Desde entonces, muchos de los valores y hábitos de las personas han sufrido un descrédito frente a una nueva forma de vida que se ha extendido, lo que provocó muchos cambios en el cotidiano de la gente local, los cuales parten de la fisonomía de las ciudades hasta los valores morales y las costumbres de lo pueblo. Aunque estos cambios hayan sido promovidos por diversas instituciones y agentes, los literatos ocuparon uno de los papeles con más destaque, ya que entendían que la cultura escrita - especialmente las bellas letras y las ciencias - tenía el deber de difundir las luces y la civilización. Entre los géneros escritos, el periodismo era considerado como uno de los principales instrumentos de la civilización, ya que la prensa tenía el privilegio de publicar en sus páginas los más diversos conocimientos y novedades, difundiendo temas relacionados con la literatura, la poesía, la crónica teatral, artículos de promoción científica, la historia, la higiene, la moda, las costumbres, la moral, etc., conocimientos que proponían a la población un nuevo *modus vivendi* considerado más urbano y civilizado. El objetivo mayor de este estudio es explicitar este discurso pedagógico construido en los periódicos del siglo XIX, lo cual buscaba la formación de un pueblo y de una nación *civilizados*. Para tal, se trató de trazar una serie de prescripciones que fueron dirigidas a la población, con el fin de especificar cuáles eran los principales rasgos físicos, morales y comportamentales que deberían componer el hombre y la mujer que se querían producir.

Palabras-clave: Prensa. Civilización. Pueblo. Rio de Janeiro. Siglo XIX.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1 DA IMPRENSA	22
1.1 Do nascimento.....	22
1.2 Da censura e da liberdade.....	30
1.3 Da oralidade e do público receptor	36
1.4 Da instrução e da imprensa política.....	44
1.5 Da imprensa literária e científica e do modelo europeu de civilização.....	54
1.6 Da imprensa civilizadora	62
2 DA MULHER	74
2.1 Da casa e da rua	74
2.2 Da sociabilidade	77
2.3 Da moda.....	89
2.4 Da saúde e da higiene	100
2.5 Do casamento e do amor	111
2.6 Do marido e dos filhos.....	119
3 DO HOMEM.....	138
3.1 Da casa e da rua	138
3.2 Da sociabilidade	146
3.3 Da moda.....	157
3.4 Da saúde e da higiene	167
3.5 Do trabalho e do progresso da nação.....	176
3.6 Da esposa e dos filhos	189
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	208
REFERÊNCIAS	223
1 Documentação.....	223
1.1 Periódicos	223

1.2 Legislação	225
1.3 Textos oitocentistas.....	226
2 Estudos.....	228
ANEXOS	238
ANEXO 1 - Crinolina	239
ANEXO 2 - Vestidos com crinolina	240
ANEXO 3 - Vestidos com anquinha.....	241
ANEXO 4 - Vestidos superornamentados	242
ANEXO 5 - Vestidos de passeio.....	243
ANEXO 6 - Vestidos de baile.....	244
ANEXO 7 - Penteados.....	245
ANEXO 8 - Cintura fina devido ao espartilho.....	246
ANEXO 9 - Traje dândi (Lorde George Bryan Brummell)	247
ANEXO 10 - Trajes inglesados	248
ANEXO 11 - Trajes desornamentados.....	249
ANEXO 12 - Penteados (Manuel de Araújo Porto-Alegre)	250
ANEXO 13 - Casaca e sobrecasaca	251
ANEXO 14 - Imperador, pai de família.....	252
ANEXO 15 - Periódicos	253

INTRODUÇÃO

A vinda da corte portuguesa ao Brasil, em 1808, marcou o início de um novo tipo de experiência social, marcadamente urbana, que aos poucos alterou a paisagem social herdada da colônia, predominantemente rural. A partir de então, grande parte dos valores e hábitos coloniais sofreram um desprestígio frente a um novo modo de vida que se difundiu com a presença da família real e dos demais estrangeiros que cruzaram o Atlântico, após a abertura dos portos. Ao longo de todo o Oitocentos, ocorreram inúmeras transformações no cotidiano dos habitantes locais, transformações que se estenderam da fisionomia das cidades até os valores morais e costumes de sua população.¹

Inicialmente, essas modificações foram introduzidas no Rio de Janeiro, local escolhido para sediar a monarquia nos trópicos. A cidade, a partir de então, foi tomada por uma série de mudanças que tinham como base os ideais de *civilização e progresso* originários da Europa, transformando-se no epicentro deste novo *modus vivendi* que se procurava instituir no Brasil. A sede da corte tornou-se uma espécie de laboratório em que eram testadas as primeiras medidas civilizatórias implantadas no Brasil, as quais, posteriormente, poderiam ser ou não estendidas ao restante do seu território.²

Até o desembarque de Dom João e seu séquito, destacam alguns historiadores, o Rio de Janeiro, apesar de ser a capital da colônia portuguesa na América, não era considerado mais que uma acanhada estrutura urbana, notabilizando-se por apresentar traços essencialmente não europeus e patriarcais.³ Em vista disso, tornou-se imprescindível para a recém-chegada coroa portuguesa transformar esta cidade pouco atrativa na sede da monarquia lusitana, dotando-a de padrões de sociabilidade e de civilidade típicos de uma sociedade de corte do Velho Mundo. Assim, foram várias as instituições criadas pelo príncipe regente que se empenharam em civilizar o território e a população, o que fez deles objetos de conhecimento e de intervenção, cujo propósito original era assegurar a prosperidade do reino português e a sobrevivência da monarquia.⁴

Entre as instituições pioneiras fundadas por Dom João no Rio de Janeiro com propósitos civilizatórios, a Intendência Geral de Polícia, criada em 5 de abril de 1808, assumiu entre suas

¹ FREYRE, Gilberto. **Sobrados e mucambos**: decadência do patriarcado e desenvolvimento do urbano. São Paulo: Global, 2004, p. 106.

² MATTOS, Ilmar Rohloff de. **O tempo saquarema**. São Paulo: Hucitec, 2004, p. 264 et. seq.

³ FREYRE, Gilberto. **Sobrados e mucambos**, p. 139.

⁴ MACHADO, Roberto et. al. **Danação da norma**: medicina social e construção da psiquiatria no Brasil. Rio de Janeiro: Graal, 1978, p. 160-162.

responsabilidades tarefas que iam desde zelar pela manutenção da ordem pública até encarregar-se da urbanização da cidade, com um sem número de atividades relacionadas ao *policimento* do espaço urbano, ou seja, à *civilização* do Rio de Janeiro e de seu povo.⁵ No desempenho de suas funções, a Intendência voltou-se, principalmente, para a *modernização* do perfil da malha urbana, procurando promover a salubridade da cidade, trazer a iluminação pública e construir praças, ruas, pontes, casas e muitas outras obras fundamentais para o *melhoramento* da infraestrutura carioca.

Além dos intendentess de polícia, outros agentes integraram, ao longo do Oitocentos, essa *missão* civilizatória inaugurada a partir de 1808: estadistas, juristas, médicos, pedagogos, poetas, cronistas, romancistas, jornalistas e uma série de outros praticantes das mais diversas artes e ciências - em síntese, os homens de letras.⁶ Se a Intendência se ocupou, sobretudo, da fisionomia da cidade, os letrados destacaram-se entre os principais agentes de civilização dos habitantes do Rio de Janeiro, tornando-se responsáveis por formular um projeto pedagógico que tinha por finalidade promover inúmeras alterações nos costumes e nos valores da população, com o objetivo de civilizá-la em prol do *progresso* do Brasil.⁷ Para isso, contaram com o incentivo governamental às mais diversas manifestações culturais empreendidas na cidade, o que incutiu novos rumos às letras, artes e ciências.⁸

A partir do século XIX, houve uma proliferação de instituições e espaços de apoio às letras, às ciências e à cultura em diversas regiões do Brasil, como bibliotecas, gabinetes de leitura, tipografias, livrarias, sociedades e academias artísticas, literárias e científicas, teatros e estabelecimentos de ensino regular, técnico e superior. Tais espaços contribuíram para difundir a instrução entre a população e alavancar a importância da palavra escrita no Brasil, esta, ainda bem pouco prestigiada em uma sociedade composta por ampla maioria de analfabetos. Até esse momento, o gosto pela instrução e pelas letras impressas não era nem incentivado pela metrópole nem estimado pela população local, que vivia seu cotidiano com base em outros pactos e preocupações. O desembarque da corte nos trópicos, no entanto, deu início a novos tempos para a cultura letrada, ao colocar em cena um número mais expressivo de consumidores

⁵ SILVA, Maria Beatriz Nizza da. "A Intendência-Geral da Polícia: 1808-1821". In: **Acervo**: Revista do Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, julho-dezembro, 1986, p. 187-204.

⁶ FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. **Literatura e sociedade no Rio de Janeiro oitocentista**. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1999, p. 10.

⁷ NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. "Intelectuais Brasileiros nos Oitocentos: a constituição de uma família sob a proteção do poder imperial (1821-1828)". In: PRADO, Maria Emília (org.). **O Estado como vocação**: idéias e práticas políticas no Brasil Oitocentista. Rio de Janeiro: ACESS, 1999, p. 30.

⁸ CANDIDO, Antonio. **Formação da literatura brasileira**: momentos decisivos. Belo Horizonte: Itatiaia, 1981, p. 230.

regulares de arte e literatura e propiciar, pela primeira vez, a organização de uma vida intelectual mais estável no Brasil.⁹

Os letrados envolvidos no movimento pedagógico de civilização dos habitantes eram, entretanto, ainda raros em uma sociedade em que o setor cultural dava seus primeiros passos; por isso, um mesmo indivíduo desempenhava as mais diferentes atividades: produzia romances, poesias, peças teatrais, teses médicas e, ainda, crônicas e artigos que eram publicados nos mais diversos jornais e revistas. Suas ideias, portanto, circulavam em variados gêneros de escritos, dentre os quais será abordado pela presente pesquisa, detalhadamente, apenas um: os periódicos.

A Impressão Régia, criada por decreto expedido em 13 de maio de 1808, foi mais uma das instituições estabelecidas por Dom João e que colaborou com a civilização da população. A tipografia régia tornou-se a primeira oficina com autorização de funcionamento, responsável pela impressão de uma série de papéis em solo brasileiro; publicava desde decretos, avisos, editais e ordens régias, necessários para a administração da nova sede da corte, até jornais, revistas, livros e panfletos. Foi com a sua fundação que se inaugurou a produção de jornais e revistas no Brasil, os quais se tornaram ainda mais frequentes a partir de 1821, quando se estabeleceu a liberdade da palavra impressa e surgiram outras casas tipográficas, que se associaram à Impressão na publicação de folhetos e periódicos.¹⁰

Uma vez assegurada a liberdade de imprensa e, no ano seguinte, 1822, declarada a Independência, o jornalismo integrou-se de uma vez por todas aos esforços de civilização da população e de construção da nação, estampando em suas páginas uma série de novidades acerca da vida cotidiana dos habitantes e da organização do jovem império brasileiro.¹¹ Desse período em diante, a cidade passou a contar cada vez mais com a edição regular de periódicos e com a presença de um público mais receptivo aos impressos e às ideias, saberes e tendências que por eles circulavam.¹²

A escolha por analisar especificamente os jornais e revistas, em detrimento de outros gêneros escritos que também marcaram presença no afã civilizatório que tomou conta dos letrados oitocentistas, não foi aleatória; deveu-se ao papel ocupado pela imprensa na sociedade

⁹ LUSTOSA, Isabel. “Cairu, panfletário: contra a facção gálica e em defesa do trono e do altar”. In: NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das; MOREL, Marco; FERREIRA, Tania Maria Bessone da Cruz. **História e imprensa: representações culturais e práticas de poder**. Rio de Janeiro: DP&A/Faperj, 2006, p. 275.

¹⁰ BARBOSA, Marialva. **História cultural da imprensa: Brasil, 1800-1900**. Rio de Janeiro, Mauad X, 2010, p. 40.

¹¹ CANDIDO, Antonio. **Formação da literatura brasileira**, p. 26.

¹² ALGRANTI, Leila Mezan. **Livros de devoção, atos de censura: ensaios de história do livro e da leitura na América portuguesa (1750-1821)**. São Paulo: Hucitec/Fapesp, 2004, p. 161.

de então. O *Brazil Litterario*, em 1865, destacou “o verdadeiro e genuíno fim para que foi inventada a imprensa”:

Sua bandeira é e será: Moralidade, Justiça e Progresso.
 O programa de suas publicações é o seguinte:
 Pugnar pela educação e instrução do povo brasileiro.
 [...]

 Ilustrar as artes, as ciências e as letras, dando exatas notícias das diferentes produções primorosas que forem aparecendo.
 Pugnar pela moralidade e estrita execução das nossas leis.
 [...]

 Propor todos os melhoramentos que a redação julgar conveniente.¹³

Cinco anos antes, o periódico *Acajá* também havia comentado:

[...] de todas as invenções, de todas as descobertas, a de que o homem com mais razão se glorifica é a da imprensa; dessa tribuna onde ele exprime o seu pensamento, as suas ideias, que, atravessando distâncias incomensuráveis, vão derramar a instrução e os conhecimentos no seio dos povos!¹⁴

Desse modo, diziam os jornalistas, foi pela instrução e pela propagação das Luzes entre o povo por meio da imprensa que teria sido conquistada “a civilização de que hoje tanto se honra a Europa”¹⁵ e que deveria servir de modelo a ser alcançado pelo Brasil. A imprensa não era considerada apenas um veículo informativo, mas sobretudo um importante instrumento de formação do povo e do País. Ao instruir a população, os jornalistas procuraram formar um leitor mais *civilizado*, mais apto a contribuir para o *progresso* do Brasil.

Ainda que partilhasse com outros discursos o papel de instrumento de civilização, caso da literatura, por exemplo, a imprensa era considerada o mais completo, por parte expressiva dos letrados. Isso porque ela detinha o privilégio de poder reunir em suas páginas uma série de conhecimentos provenientes dos mais diferentes saberes, conhecimentos que foram organizados nos periódicos em diversas seções: história, filosofia, literatura, biografia, variedades, poesia, teatro, romances, higiene, indústria, agricultura, botânica, química, catequese, ciências, artes, viagens, política, miscelânea, medicina prática, medicina doméstica, economia doméstica, belo sexo, moda, etiqueta, costumes, educação moral, etc.

¹³ **Brazil Litterario**: propriedade de uma associação, Rio de Janeiro, n. 1, ano 2, 1 de janeiro de 1865, p. 1.

¹⁴ **Acajá**: jornal de instrução e recreio, Rio de Janeiro, n. 1, ano 1, 15 de novembro de 1860, p. 3.

¹⁵ **Archivo Medico Brasileiro**: gazeta mensal de medicina, cirurgia, e sciencias accessorias, Rio de Janeiro, n. 6, tomo 2, fevereiro de 1846, p. 131-132.

O lugar privilegiado atribuído ao periodismo em relação aos outros escritos produzidos ao longo do século XIX na missão pedagógica conduzida pelos letrados deu-se em razão de a imprensa funcionar como um espaço de convergência dos demais gêneros da cultura escrita, cedendo lugar, em suas páginas, ao romance, à poesia, ao teatro, aos sermões, ao ensaio médico, ao artigo de divulgação científica, etc. Ela era, em suma, a que apresentava a maior abrangência de conhecimentos necessários para a *civilização* dos habitantes e o *progresso* do Brasil. É o que destacou a *Revista Popular*, em 1859: “As ciências, as letras, as artes, a indústria, o comércio, a política e, em geral, todos os ramos em que se subdivide a inteligência e atividade humana, lucraram com a imprensa, e todos lhe devem ser gratos”.¹⁶ No ano seguinte, o mesmo periódico ainda afirmou que o jornalismo tinha

[...] a vantagem de ter tudo, de falar sobre tudo, de tratar de todas as questões, de discutir todos os pontos das ciências, das letras, de aprofundar ou não as matérias, de revelar as invenções, de remontar-se às grandes questões sociais, analisando-as ponto por ponto, com o escalpelo da crítica, com o critério da reflexão ou apenas tocando-as na superfície, como a borboleta, que caprichosa oscula a flor.¹⁷

A imprensa, em suma, ocupou um lugar de destaque no movimento civilizatório desenvolvido pelos letrados durante o século XIX. Em vista disso, o objetivo principal deste estudo é explicitar este discurso pedagógico construído nos periódicos oitocentistas, discurso que visava à formação de um povo e de uma nação *civilizados*. Para tal, procurei mapear uma série de prescrições formuladas pelos jornalistas que foram dirigidas ao povo, as quais relacionavam-se, sobretudo, com três principais alvos de intervenção sobre as mulheres e os homens: o aspecto “externo” (o corpo), o aspecto “interno” (a moral) e as práticas cotidianas (os costumes). De modo mais claro: uma vez que os periódicos oitocentistas, inspirados nos ideais europeus, prescreveram à população novos pactos e padrões de sociabilidade e civilidade que diziam respeito a esses aspectos, busquei identificar tais prescrições com o intuito de especificar quais eram os principais traços físicos, morais e comportamentais que deveriam compor o homem e a mulher que se desejavam produzir.

A prioridade dos homens de imprensa, no entanto, era civilizar um segmento bastante específico da população do Rio de Janeiro: as elites locais, compostas pela parcela mais culta e

¹⁶ **Revista Popular**: noticiosa, científica, industrial, histórica, literária, artística, biográfica, anecdótica, musical, etc., etc., Rio de Janeiro, tomo 4, ano 1, outubro a dezembro de 1859, p. 217.

¹⁷ **Revista Popular**, Rio de Janeiro, tomo 8, ano 2, outubro a dezembro de 1860, p. 79.

abastada do povo do Rio de Janeiro.¹⁸ As prescrições dos jornalistas foram dirigidas, sobretudo, a estas elites, ou seja, aos indivíduos culturalmente brancos¹⁹ e pertencentes à *boa sociedade*, considerada detentora de um potencial mais decisivo para contribuir com o *progresso* do Brasil. Não era fundamental para os homens de imprensa investir na modificação de condutas das parcelas mais pobres da população, principalmente se integrassem o rol de indivíduos desclassificados, como escravos, mendigos, ciganos, vagabundos, doentes, prostitutas, libertinos, etc., os quais foram incorporados às prescrições como antinormas do comportamento que se procurava produzir nas elites.²⁰

Ao prescrever novos cuidados e significados em relação ao corpo, à moral e aos costumes desses indivíduos, a imprensa tornou-se uma ferramenta de formação do povo, procurando moldar uma nova mulher e um novo homem apropriados aos interesses nacionais. Mais que isso: tornou-se um instrumento privilegiado de exercício do poder²¹, um “modo de ação de uns sobre outros”.²² Os jornalistas desempenharam a função de conduzir as condutas da população, formulando um conjunto de normas que tinham por finalidade “governar” as ações daqueles homens e mulheres, ou seja, “dirigir a conduta” daqueles indivíduos.²³ A imprensa como guia de condutas visava a solapar os comportamentos associados ao passado colonial e reconstruí-los dentro de novos pactos considerados mais adequados: os preceitos da civilização europeia. Ao procurar conduzir as condutas das mulheres e dos homens, o periodismo fez uso de novas tecnologias e estratégias positivas de produção de sujeitos.²⁴ Ao prescrever novas regras que disciplinassem e controlassem o corpo, os princípios morais e os

¹⁸ FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. “A construção de um público”. In: DINES, Alberto; LUSTOSA, Isabel. **Hipólito José da Costa e o Correio Braziliense**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado/Brasília, DF: Correio Braziliense, 2002, p. 601.

¹⁹ No sentido de que havia certo lugar social que deveria ser ocupado pela mulher e pelo homem brancos, lugar que exigia determinadas condutas, comportamentos, expectativas e modos de ação e de imaginação, ainda que nem sempre se restringisse aos indivíduos propriamente brancos.

²⁰ COSTA, Jurandir Freire. **Ordem médica e norma familiar**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2004, p. 33.

²¹ Tais práticas de poder exercidas pela imprensa, entretanto, não se baseavam em uma “concepção tradicional” do poder, que o entendia como um “mecanismo essencialmente jurídico, o que diz a lei, o que proíbe, o que diz não, com toda uma ladainha de efeitos negativos: exclusão, rejeição, barragem, denegações, ocultamentos”. Ao contrário, mais do que “em termos de direito”, o poder passou a ser praticado, a partir do século XVIII, “em termos de tecnologia, em termos de tática e de estratégia”. FOUCAULT, Michel. “As relações de poder passam para o interior dos corpos”. In: _____. **Genealogia da ética, subjetividade e sexualidade**. Organização e seleção de textos Manoel Barros da Motta. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014. (Ditos & escritos; IX), p. 35-36.

²² FOUCAULT, Michel. “O sujeito e o poder”. In: DREYFUS, Hubert Lederer; RABINOW, Paul. **Michel Foucault: uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010, p. 287.

²³ FOUCAULT, Michel. “O sujeito e o poder”. In: DREYFUS, Hubert Lederer; RABINOW, Paul. **Michel Foucault**, p. 288.

²⁴ Isso significa que o poder não possui somente uma via repressiva, um aspecto negativo, mas sim que ele é dotado de uma positividade, que “o poder produz”. FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011, p. 185.

costumes da população, os jornalistas procuraram formar positivamente uma nova mulher e um novo homem, mostrando-lhes não as armas da repressão, mas, sim, os benefícios que poderiam ser conquistados pela adoção de tudo aquilo que lhes era sugerido.²⁵

Em vista disso, no primeiro capítulo procurei analisar o desenvolvimento da imprensa no Rio de Janeiro, quando dediquei especial atenção aos seguintes aspectos: os impactos culturais promovidos após a criação da Imprensa Régia, os mecanismos de censura, a instituição da liberdade de imprensa, as marcas da oralidade presentes na sociedade, a difusão do gosto pela instrução e a formação de um público receptor dos jornais e revistas. A partir daí, busquei explicitar o lugar reservado ao jornalismo na sociedade de então, com destaque para o papel civilizatório que lhe era conferido. Para isso, ressaltai as transformações do periodismo no decorrer do século XIX, nomeadamente o fracasso da proposta pedagógica desenvolvida pela imprensa política, que predominou até o final do período regencial, e a consolidação da imprensa literária e científica como o auge do projeto educacional dos jornalistas.

Refletir sobre o desenvolvimento da imprensa e o lugar ocupado pelo jornalista na sociedade oitocentista foi um modo de analisar alguns pontos da formação de um dispositivo²⁶ de regulação do discurso²⁷ civilizatório construído por estes letrados. Considerando esse discurso pedagógico “uma prática que obedece a regras”,²⁸ esta análise da imprensa, promovida no primeiro capítulo, teve entre seus objetivos evidenciar os procedimentos que permitiram a formulação e a regulação deste discurso, os quais procuraram determinar as condições de seu funcionamento e impor certo número de regras que excluísse quem não fosse capacitado a pronunciá-lo.²⁹ De modo mais claro: procurei evidenciar as condições que determinaram “quem”, “quando e “o que” se podia falar sobre a civilização do homem e da mulher.

Este dispositivo de enunciação e controle do discurso garantiu a formulação de um “lícito” projeto de construção do Brasil e de seu povo, uma vez que atribuiu ao sujeito que falava - o jornalista - o status de que seus dizeres eram verdadeiros. Isso também quer dizer que suas novas ideias divulgadas entraram em disputa com as concepções anteriores sobre o que

²⁵ COSTA, Jurandir Freire. **Ordem médica e norma familiar**, p. 31.

²⁶ Para uma definição de dispositivo, ver: VEYNE, Paul. **Foucault: seu pensamento, sua pessoa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, p. 54.

²⁷ A noção de discurso aqui empregada ampara-se num arcabouço teórico suscitado pelas reflexões do filósofo francês Michel Foucault, que entende o discurso, grosso modo, como “práticas que formam sistematicamente os objetos de que falam”. FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007, p. 55.

²⁸ FOUCAULT, Michel. “Michel Foucault explica seu último livro”. In: _____. **Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento**. Organização e seleção de textos Manoel Barros da Motta. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2015. (Ditos & escritos; II), p. 152.

²⁹ FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. Aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. São Paulo: Edições Loyola, 2007, p. 36-37.

deveria ser entendido por homem e mulher, substituindo-as conforme se tornavam aceitas e, por isso, verdadeiras para a população. Foram justamente estas novas ideias que este trabalho se dedicou a explicitar nos dois últimos capítulos ao responder a seguinte questão: qual foi este discurso construído pela imprensa, ou seja, quais foram os preceitos comportamentais, corporais e morais que ela formulou para o povo?

No segundo capítulo, me voltei a mapear as prescrições cujo objetivo era civilizar a mulher. Partindo de uma análise sobre a transformação de sua relação com a rua - o que teria desenvolvido uma nova sociabilidade para o belo sexo -, esquadrinhei primeiramente os novos comportamentos sugeridos para espaços como teatros, bailes e saraus. Em seguida, analisei o que foi proposto pela imprensa em relação ao cuidado com o corpo feminino, tanto no que diz respeito às formulações de ordem puramente estética - como as vestimentas e a adoção de determinados adornos e penteados - quanto às recomendações higiênicas e ao incentivo às atividades físicas. Além disso, perscrutei o que teria sido uma alteração na sensibilidade amorosa da população, o que resultou em uma modificação nos pressupostos morais que fundamentavam o matrimônio e a maternidade. A partir daí, examinei justamente as prescrições relativas às ações que eram consideradas moralmente adequadas, enfatizando tanto os padrões de moralidade aceitos como os que seriam considerados desviantes, caso da esposa-mãe e da prostituta, respectivamente. Por fim, identifiquei o debate promovido nas páginas dos periódicos acerca da educação feminina - apenas educar ou também instruir o sexo frágil? -, tendo em vista os principais papéis destinados à mulher civilizada durante o século XIX: o matrimônio e a maternidade.

Se a mulher construída pelos jornalistas foi o objeto de reflexão no segundo capítulo, busquei explicitar, no terceiro, o projeto de civilização do homem veiculado na imprensa oitocentista. O percurso adotado neste capítulo foi bastante semelhante ao do anterior: inicialmente, mapeei o desenvolvimento de uma nova sociabilidade masculina, para identificar quais comportamentos foram apresentados como mais *adequados*, como o hábito de frequentar o teatro, os bailes, as corridas de cavalo e as reuniões realizadas nos espaços domésticos. Em relação ao corpo masculino, a análise também se concentrou nas prescrições de ordem puramente estética, como a utilização de novas formas de vestimentas e o uso de ornamentos tidos como mais apropriados, e nas recomendações higiênicas, que incluíam um novo modo de se alimentar e o incentivo às atividades esportivas. Por fim, esquadrinhei novos valores propostos a determinadas ações masculinas, que passaram a ser vistas como moralmente indicadas aos homens, constituindo-se suas principais funções a partir do Oitocentos: a função

de esposo-pai e de homem trabalhador e patriota, que tinha por antinorma o libertino, o celibatário, o pederasta e o ocioso.

Para a construção dessa história, o principal grupo de fontes que compôs o *corpus* documental deste estudo constituiu-se, naturalmente, por periódicos publicados no Rio de Janeiro durante o século XIX. Uma vez que tal missão pedagógica teve seu auge com a imprensa literária e científica, que predominou entre 1841 e 1870, como veremos em detalhes adiante, a seleção dos periódicos privilegiou - mas não se restringiu a eles, já que este processo se desenvolveu durante todo o Oitocentos - títulos literários e científicos publicados durante este período, os quais debateram de modo mais intenso as questões voltadas ao povo que se procurava produzir, sobretudo as que diziam respeito ao corpo, à moral e aos costumes da população. Além dos jornais e revistas, utilizei como documentação algumas narrativas de viagem, sobretudo de estrangeiros que vieram ao Brasil antes de 1808. Tais fontes foram importantes para analisar algumas características do que foi dito do homem e da mulher durante o período colonial, confrontando-as com as prescrições formuladas pelos jornalistas.

Definida a documentação principal da pesquisa, resta saber dentro de quais critérios ela foi analisada e estruturada no decorrer da tese. Em primeiro lugar, não recorri à documentação sob a perspectiva de sua correspondência ou não a uma suposta “natureza intrínseca da realidade”, ou seja, de se o que foi proposto pelos jornalistas chegou a ser a mulher e o homem oitocentistas “em si mesmos”.³⁰ Procurei, ao contrário, expor o discurso civilizatório dos jornalistas a partir da possibilidade de ele ter se afirmado - em disputa com outras concepções de homem e mulher - como um pretense arauto da verdade. Nesse sentido, analisei os periódicos não como uma série de informações que, devidamente interpretadas pelo historiador, possibilitariam reconstruir plenamente os aspectos da época a que se referem. Isso porque acredito em uma história parcial e lacunar³¹ em que seria possível apenas avaliar, a partir do *corpus* documental selecionado - jornais e revistas -, uma pequena parcela do que ainda podemos saber sobre como determinados grupos - no caso, os jornalistas - construíram a realidade para si próprios.

Nas páginas seguintes, portanto, o leitor encontrará um texto elaborado a partir de descrições, compostas por uma série de citações desta documentação, as quais “falam por si próprias”. Isso quer dizer que procurei restituir - ainda que parcialmente - a voz a estes

³⁰ Compartilho a ideia de parte da filosofia de que não há nada de útil em se ater as seguintes noções: “como as coisas são em si mesmas”, “natureza intrínseca da realidade” e “distinção aparência-realidade”. Cf. RORTY, Richard. **Verdade e progresso**. Barueri, SP: Manole, 2005, p. VII-XIX.

³¹ VEYNE, Paul. **Como se escreve a história; Foucault revoluciona a história**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998, p. 26-27.

indivíduos, com base na crença de que o documento é capaz de mostrar como uma determinada época definiu socialmente o que era ou não verdadeiro para si. O que não quer dizer, de modo algum, que os documentos tenham sido utilizados de maneira acrítica; ao contrário, a seleção, o recorte e a organização das inúmeras citações dos jornais e revistas são frutos de um labor metodológico, em que as interpretações decorrentes da análise das fontes realizam-se no modo como organizei a documentação no decorrer do texto, ou seja, na ordem e na escolha “do que” e “de como” apresentá-la ao leitor. Foi a partir deste método de análise que, enfim, procurei interrogar como os jornalistas formularam um discurso pedagógico sobre a mulher e o homem e qual foi este discurso.

1 DA IMPRENSA

1.1 Do nascimento

Tendo-me constado que os prelos que se acham nesta capital eram os destinados para a Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, e atendendo à necessidade que há da oficina de impressão nestes meus Estados, sou servido que a casa onde eles se estabeleceram sirva interinamente de Impressão Régia, onde se imprimam exclusivamente toda a legislação e papéis diplomáticos que emanarem de qualquer repartição do meu real serviço; e se possam imprimir todas e quaisquer outras obras, ficando interinamente pertencendo o seu governo e administração à mesma Secretaria. D. Rodrigo de Souza Coutinho, do meu Conselho de Estado, ministro e secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, o tenha assim entendido e procurará dar ao emprego da oficina a maior extensão, e lhe dará todas as instruções e ordens necessárias e participará a este respeito a todas as estações o que mais convier ao meu real serviço.
Palácio do Rio de Janeiro, em 13 de maio de 1808.¹

Em 1808, com o decreto apresentado acima, expedido poucos meses após a transferência de Dom João e sua corte para o Brasil, o príncipe regente pôs fim ao longo período de proibição de funcionamento de tipografias na então mais importante colônia do Império português.² Até a data da fundação da Impressão Régia, o governo metropolitano coibiu o estabelecimento da imprensa no Brasil,³ controlando a circulação da palavra impressa e fazendo de sua publicação um crime contra a coroa.⁴ Apesar de inicialmente voltada para as necessidades administrativas da nova sede do governo português, uma vez que a própria burocracia demandava a publicação de “toda a legislação e papéis diplomáticos”, a criação de uma tipografia no Rio de Janeiro foi também o ponto de partida para que, com a publicação de “todas e quaisquer outras obras”, a imprensa pudesse se desenvolver no Brasil.

A criação da Impressão Régia constitui um dos marcos da abertura cultural do Brasil para o mundo: se, inicialmente, foi instituída como tipografia oficial e detentora do monopólio

¹ **Coleção de Leis do Império do Brasil - 1808**, vol. 1, 13 de maio de 1808, p. 29.

² Contrariamente a esta afirmação de que as tipografias eram proibidas na América portuguesa, José Marques de Melo, em *Sociologia da imprensa brasileira*, destaca que “não existiu uma legislação expressamente restritiva à instalação de tipografias no Brasil”. Ainda segundo o autor, “na realidade, o governo português não chegou a expedir disposições legais que vedassem taxativamente a instalação e funcionamento de tipografias no Brasil”. Apud BRAGANÇA, Aníbal. “Antônio Isidoro da Fonseca: um precursor na história do livro brasileiro”. In: MELO, José Marques de (Org.). **Imprensa brasileira: personagens que fizeram história**. São Paulo: Universidade Metodista de São Paulo/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2005, vol. 4, p. 45.

³ FONSECA, Gondin da. **Biografia do jornalismo carioca (1808-1908)**. Rio de Janeiro: Livraria Quaresma, 1941, p. 11.

⁴ BAHIA, Benedito Juarez. **História, jornal e técnica: história da imprensa brasileira**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009, p. 18.

de publicação das letras impressas, a Impressão tornou-se, ao mesmo tempo, a primeira editora brasileira, com a publicação de inúmeras outras obras de diversos campos do conhecimento.⁵ Com isso, se teriam estreitado os laços entre as culturas do Brasil e da Europa, o que resultou, de modo geral, no cada vez mais acentuado desenvolvimento cultural brasileiro.⁶ Ao imprimir títulos de grande valor para o início da vida editorial brasileira, ultrapassando, de certa maneira, os limites iniciais de suas obrigações e deveres oficiais,⁷ a tipografia régia teria contribuído de maneira significativa para o *progresso dos espíritos*, como se dizia no século XIX. Isso porque possibilitou ao Brasil figurar não apenas como consumidor de livros, jornais e demais papéis impressos que chegavam a seus portos, como acontecia até então, transformando-o também em produtor destes suportes de construção e divulgação dos saberes.⁸

A importância da criação da Impressão Régia não passou despercebida entre os próprios contemporâneos. Em suas memórias, Luiz Gonçalves dos Santos, o padre Perereca, ressaltou:

O Brasil, até o feliz dia 13 de maio de 1808, não conhecia o que era tipografia: foi necessário que a brilhante face do príncipe regente nosso senhor, bem como o refulgente sol, viesse vivificar este país, não só quanto à sua agricultura, comércio e indústria, mas também quanto às artes e ciências, dissipando as trevas da ignorância, cujas negras e medonhas nuvens cobriam todo o Brasil e interceptavam as luzes da sabedoria.

Assim, por decreto datado deste mesmo dia dos seus felizes anos, Sua Alteza Real foi servido mandar que se estabelecesse nesta corte a Impressão Régia, para nela se imprimirem exclusivamente toda a legislação e papéis diplomáticos que emanarem de qualquer repartição do real serviço, e também todas e quaisquer obras, concedendo a faculdade aos seus administradores para [...] que se imprimam na América portuguesa obras muito interessantes que [...] jazem na poeira do esquecimento e do desprezo [...].⁹

⁵ Entre 1808 e 1822, a Impressão Régia teria publicado, segundo Alfredo do Valle Cabral, 1.251 títulos. Já Ana Maria de Almeida Camargo e Rubens Borba de Moraes teriam identificado a impressão de 1.428 títulos. Cf. CABRAL, Alfredo do Valle. **Annaes da Imprensa Nacional do Rio de Janeiro de 1808 a 1822**. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1881. Cf. CAMARGO, Ana Maria de Almeida; MORAES, Rubens Borba de (Orgs.). **Bibliografia da Impressão Régia**. São Paulo: Edusp/Kosmos, 1993, 2v.

⁶ MINDLIN, José. “Impressão Régia: seu significado e suas realizações”. In: BRAGANÇA, Aníbal; ABREU, Márcia (Orgs.). **Impresso no Brasil: dois séculos de livros brasileiros**. São Paulo: Editora Unesp, 2010, p. 20.

⁷ MARTINS, Wilson. **A palavra escrita: história do livro, da imprensa e da biblioteca**, com um capítulo referente à propriedade literária e, em apêndice, as convenções de Berna, de Washington e Universal, sobre os direitos autorais. São Paulo: Editora Anhembi Limitada, 1957, p. 349-350.

⁸ OLIVEIRA, Paulo Motta. “E a imprensa chegou ao Brasil: reflexões sobre livros, invasões e mercados”. In: FERREIRA, Tânia Maria Bessone da Cruz et al. **D. João VI e o Oitocentismo**. Rio de Janeiro: Contra Capa/Faperj, 2011, p. 56.

⁹ SANTOS, Luiz Gonçalves dos. **Memórias para servir à História do Reino do Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1981, p. 207.

Outro coetâneo, Hipólito José da Costa, redator do que é considerado o periódico fundador da imprensa brasileira, o *Correio Braziliense ou Armazem Literario*, publicado em Londres de 1808 a 1822, também enalteceu a criação da tipografia régia:

Saiba o mundo e a posteridade que, no ano de 1808 da era cristã, mandou o governo português, no Brasil, buscar à Inglaterra uma impressão, com os seus apêndulos necessários, e a remessa que daqui se lhe fez importou em libras esterlinas!!! Contudo, diz-se que aumentará esse estabelecimento, tanto mais necessário quanto o governo ali nem pode imprimir as suas ordens para lhes dar suficiente publicidade. Tarde, desgraçadamente tarde: mas, enfim, aparecem tipos no Brasil; e eu de todo o meu coração dou os parabéns aos meus compatriotas brasilienses.¹⁰

Apesar do que informa o redator do *Correio Braziliense*, o material tipográfico empregado na Impressão Régia não foi mandado buscar por Dom João quando o monarca já governava seu Império a partir do Brasil. Os prelos encontravam-se em Lisboa antes da vinda do príncipe regente para a América, adquiridos pela Secretaria de Negócios Estrangeiros e da Guerra. Foi Antônio de Araújo de Azevedo, ministro de Dom João em Portugal antes da transferência ao Brasil e futuro conde da Barca, que, no momento da fuga, teria mandado colocar no porão do navio em que veio, o *Medusa*, o material tipográfico comprado para aquela Secretaria e que se encontrava ainda encaixotado. Com a fundação da Impressão Régia, o material tipográfico trazido por Antônio de Araújo foi instalado em sua própria residência, onde passou a funcionar no mesmo dia de sua criação, 13 de maio de 1808. O primeiro título impresso¹¹ foi a *Relação dos despachos*,¹² um folheto de 27 páginas publicado no aniversário do príncipe regente e vendido na loja do livreiro Manuel Jorge da Silva, localizada na rua do Rosário.¹³

A Impressão Régia, entretanto, não foi a primeira tipografia que se tentou estabelecer no Brasil. Entre 1703 e 1706, teria funcionado em Recife uma pequena casa tipográfica para impressão de letras de câmbio e orações religiosas, dirigida pelo jesuíta Antônio da Costa.¹⁴ Tal

¹⁰ RIZZINI, Carlos. **O jornalismo antes da tipografia**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977, p. 170.

¹¹ Márcia Abreu, no entanto, afirma que “o primeiro documento produzido pela Impressão Régia foi a ‘Carta regia ao Conde da Ponte: Abrindo os Portos do Brazil ao Commercio directo Estrangeiro’, impresso em 28 de janeiro de 1808. O decreto de criação da Impressão Régia foi publicado em 13 de maio de 1808”. ABREU, Márcia. **O caminho dos livros**. Campinas, SP: Mercado de Letras, Associação de Leitura do Brasil (ALB); São Paulo: Fapesp, 2003, p. 83 (nota 97).

¹² Título completo da obra: “*Relação dos Despachos Publicados na Corte pelo Expediente da Secretaria de Estado dos Negocios Estrangeiros, e da Guerra no Faustissimo Dia dos Annos de S. A. R. o Príncipe Regente N. S. E de todos mais, que se tem expedido pela mesma Secretaria desde a feliz chegada de S. A. R. aos Estados do Brazil até o dito dia. Rio de Janeiro*”.

¹³ RIZZINI, Carlos. **O jornalismo antes da tipografia**, p. 177.

¹⁴ HALLEWELL, Laurence. **O livro no Brasil: sua história**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005, p. 88

oficina, por mais que sua existência seja controversa,¹⁵ teria sido extinta pela Carta Régia de 8 de junho de 1706, a qual determinava que se devia “sequestrar as letras impressas e notificar os donos delas e os oficiais de tipografia que não imprimissem nem consentissem que se imprimissem livros ou papéis avulsos”.¹⁶ Em Vila Rica, em 1806, por mais que não tenha sido criada propriamente uma tipografia, foi impresso pelo padre Joaquim José Viegas de Meneses, em chapas de cobre, um opúsculo intitulado *Canto encomiástico de Diogo Pereira Ribeiro de Vasconcellos*.¹⁷

O esforço mais significativo para estabelecer uma casa tipográfica parece, no entanto, ter ocorrido no Rio de Janeiro, em 1747. Antes da instalação da Impressão Régia, Antônio Isidoro da Fonseca, antigo impressor em Lisboa, montou uma pequena oficina com os prelos que trouxe na bagagem ao se transferir para o Brasil. Nela, imprimiu quatro pequenos trabalhos, entre os quais a *Relação da Entrada*,¹⁸ redigida por Luís Antônio Rosado da Cunha, com 17 páginas de texto, o que teria sido o primeiro folheto impresso no Brasil.¹⁹ Entretanto, a tipografia de Antônio Isidoro da Fonseca teve vida curta: assim que a notícia de seu funcionamento chegou a Lisboa, o governo metropolitano expediu, em 10 de maio de 1747, uma Ordem Régia determinando seu fechamento:

[...] por constar que deste Reino tem ido quantidade de letras de imprensa para o mesmo Estado, no qual não é conveniente se imprimam papéis no tempo presente, nem pode ser de utilidade aos impressores trabalharem no seu ofício aonde as despesas são maiores que no Reino, de qual podem ir impressos os livros e papéis no mesmo tempo em que dele devem ir as licenças da Inquisição e do Conselho, sem as quais não se podem imprimir nem correrem as obras, pelo que se lhe ordena que, constando-lhe que se acham algumas letras de imprensa nos limites dos governos de cada um, lhes as mandem sequestrar e remeter para este Reino, por conta e risco de seus donos, a entregar a quem eles quiserem, e mandem notificar aos donos das mesmas letras e aos oficiais de imprensa que houver para que não imprimam, nem consintam que se imprimam livros, obras ou papéis alguns avulsos, sem

¹⁵ Wilson Martins, em *A Palavra Escrita*, põe em dúvida toda essa história da criação de uma tipografia em Recife, sugerindo que, por uma falha na transcrição de datas, a Ordem Régia de 8 de junho de 1706 teria sido, na verdade, emitida em 1747, ordem essa que se referiria às atividades tipográficas no Rio de Janeiro de Antônio Isidoro da Fonseca. MARTINS, Wilson. **A palavra escrita**, p. 338. No entanto, como aponta Laurence Hallewell, “Serafim Leite afirma ter visto alguns trabalhos desse prelo recifense e, inclusive, ter estado na posse de alguns deles”. HALLEWELL, Laurence. **O livro no Brasil**, p. 88.

¹⁶ **Carta Régia de 8 de junho de 1706** apud RIZZINI, Carlos. **O livro, o jornal e a tipografia no Brasil, 1500-1822**: com um breve estudo geral sobre a informação. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1988, p. 310.

¹⁷ ABREU, Márcia. “Duzentos anos: os primeiros livros brasileiros”. In: BRAGANÇA, Aníbal; _____. (Orgs.). **Impresso no Brasil: dois séculos de livros brasileiros**. São Paulo: Editora Unesp, 2010, p. 41 (nota 1).

¹⁸ Título completo da obra: “*Relação da Entrada que Fez o Excellentíssimo e Reverendíssimo Senhor D. F. Antonio do Desterro Malheyro, Bispo do Rio de Janeiro, em o Primeiro Dia Deste Presente Anno de 1747, havendo sido seis annos Bispo do Reyno de Angola, donde por nomiação de Sua Magestade, e Bulla Pontificia, foy promovido para esta diocese.*”

¹⁹ SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad, 1999, p. 18.

embargo de quaisquer licenças que tenham para a dita impressão, cominando-lhe a pena de que, fazendo o contrário, serão remetidos presos para este Reino, à ordem do Conselho Ultramarino, para se lhes imporem as penas em que tiverem incorrido, na conformidade das leis e ordens de Sua Majestade.²⁰

Para infortúnio de Antônio Isidoro da Fonseca, como se lê na Ordem Régia, Portugal não via com bons olhos a publicação de quaisquer impressos em sua colônia da América: sua oficina foi confiscada e o tipógrafo retornou para Portugal. No entanto, em 25 de maio de 1750, por não ter meios de se restabelecer como impressor em Lisboa, Isidoro pediu permissão ao soberano para instalar sua oficina novamente no Rio de Janeiro ou em Salvador, afirmando que, se fosse necessário, “fará termo, com as penas de que V. M. for servido impor-lhe, de que não imprimirá livros sem licença de V. M. e do Santo Ofício, nem outro algum papel, de que se siga dano ao Reino ou a algum vassalo dele”.²¹ A resposta do governo português foi categórica: “escusado”.

As poucas tentativas de se criarem casas tipográficas no Brasil colonial esbarraram na intransigência das autoridades portuguesas.²² Até a chegada de Dom João, as letras impressas permaneceram proibidas: de um lado, não se podia imprimir qualquer tipo de papel, de outro, o governo português procurava conter a importação dos impressos que chegavam aos portos brasileiros, o que resultava em um controle sobre a circulação interna de livros na Colônia,²³ por meio da liberação ou não das obras na Alfândega.²⁴ No entanto, se na América portuguesa os impressos e as tipografias eram proibidos, isso não impediu a existência de oficinas clandestinas - ainda que de duração efêmera - e a produção e circulação de manuscritos, responsáveis por disseminar notícias, ideias e opiniões.²⁵ Também não evitou que jornais produzidos na Europa fossem recebidos no Brasil, por meio de contrabando realizado em seus portos, pelo menos desde o século XVIII.²⁶

²⁰ **Ordem Régia de 10 de maio de 1747** apud BRAGANÇA, Aníbal. “Antônio Isidoro da Fonseca: um precursor na história do livro brasileiro”. In: MELO, José Marques de (Org.). **Imprensa brasileira: personagens que fizeram história**. São Paulo: Universidade Metodista de São Paulo/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2005, vol. 4, p. 44.

²¹ **Requerimento de 25 de maio de 1750** apud RIZZINI, Carlos. **O jornalismo antes da tipografia**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977, p. 167.

²² LUSTOSA, Isabel. **O nascimento da imprensa brasileira**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004, p. 7.

²³ ALGRANTI, Leila Mezan. **Livros de devoção, atos de censura: ensaios de história do livro e da leitura na América portuguesa (1750-1821)**. São Paulo: Hucitec/Fapesp, 2004, p. 138.

²⁴ Sobre a posse de livros na colônia, ver: VILLALTA, Luiz Carlos. “O que se fala e o que se lê: língua, instrução e leitura”. In: NOVAIS, Fernando Antonio (Coord.); SOUZA, Laura de Mello e (Org.). **História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América Portuguesa**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, vol. 1.

²⁵ BARBOSA, Marialva. **História cultural da imprensa: Brasil, 1800-1900**. Rio de Janeiro, Mauad X, 2010, p. 20.

²⁶ MOREL, Marco. “Entre estrela e satélite”. In: DINES, Alberto; LUSTOSA, Isabel. **Hipólito José da Costa e o Correio Braziliense**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado/Brasília, DF: Correio Braziliense, 2002, p. 306.

Em uma sociedade marcada pelo baixo letramento e pelo controle sobre os papéis impressos, era natural que a circulação de palavras - às vezes impressas ou mormente faladas e manuscritas - ocorresse de formas variadas: manuscritos, correspondências particulares, papéis e folhas avulsas pregadas nas paredes e muros espalhados pela cidade ou que circulavam de mão em mão.²⁷ E mais: antes da impressão de jornais no Rio de Janeiro, as notícias eram também transmitidas pelo padre à hora da missa, pregadas à porta da igreja ou, na maioria das vezes, simplesmente comunicadas oralmente pelas ruas.²⁸ Assim, não é de estranhar que uma intensa oralidade marcasse a cultura do Brasil colonial: tratava-se de uma sociedade em que a palavra impressa era vítima de censura, as casas tipográficas eram expressamente proibidas e a maior parte da população brasileira era constituída por analfabetos - tanto entre as elites quanto entre os escravos.²⁹ O Rio de Janeiro, malgrado contar com três colégios religiosos (os seminários de São José, de São Joaquim e o da Lapa), as aulas régias e alguns professores particulares contratados para ensinar no interior das casas, não detinha ainda difundido entre sua população o gosto pela instrução e pelas letras impressas.

A partir da Imprensa Régia, como se vê, a cultura escrita ganhou uma nova dimensão no Brasil. O primeiro jornal publicado por esta tipografia foi a *Gazeta do Rio de Janeiro*,³⁰ que teve seu número inaugural editado em 10 de setembro de 1808, por frei Tibúrcio José da Rocha,³¹ seu primeiro redator.³² Apesar de ser o primeiro periódico impresso em território brasileiro, muitas foram as críticas dirigidas a seu conteúdo, que priorizava a divulgação de notas oficiais do governo e do que se passava na Europa, em detrimento de um jornalismo

²⁷ MOREL, Marco. “Os primeiros passos da palavra impressa”. In: MARTINS, Ana Luiza; DE LUCA, Tania Regina (Orgs.). **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013, p. 28.

²⁸ FONSECA, Gondin da. **Biografia do jornalismo carioca**, p. 18.

²⁹ Como aponta Oliveira Lima, “As condições da instrução pública no Brasil colonial dos começos do século XIX eram reconhecidamente deficientes: pode mesmo dizer-se que eram no geral quase nulas [...]”. LIMA, Oliveira. **Dom João VI no Brasil**. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996, p. 159.

³⁰ Como destaca Marialva Barbosa: “De 10 de setembro de 1808 a 29 de dezembro de 1821, publicam-se 1413 edições da *Gazeta do Rio de Janeiro* e 204 números extras, num total de 1617 exemplares. A *Gazeta*, inicialmente, saía às quartas-feiras e aos sábados. Já as *Extraordinárias* eram impressas ao sabor dos acontecimentos que se julgavam importantes. A partir de 1821, o jornal passa a sair às terças, quintas e sábados. A partir de janeiro de 1822, o título é mudado para *Gazeta do Rio* [...]. Em 14 de dezembro de 1822, no suplemento do número 150 noticia-se ao público a substituição do periódico pelo *Diário do Governo*”. BARBOSA, Marialva. **História cultural da imprensa**, p. 37-38.

³¹ Juliana Meirelles analisa o trabalho do redator da *Gazeta do Rio de Janeiro*. Segundo ela, “ler, resumir, traduzir, escolher as informações de interesses vindas das folhas europeias e inseri-las na forma de notícias no jornal era a atividade profissional do redator”. MEIRELLES, Juliana Gesuelli. “A *Gazeta do Rio de Janeiro* e o impacto da circulação de ideias no Império luso-brasileiro (1808-1821)”. In: ALGRANTI, Leila Mezan; MEGIANI, Ana Paula (Orgs.). **O Império por escrito: formas de transmissão da cultura letrada no mundo ibérico, séculos XVI-XIX**. São Paulo: Alameda, 2009, p. 568.

³² Foram os seguintes os redatores da *Gazeta do Rio de Janeiro* entre 1808 e 1821: entre 1808 e 1812, o frei Tibúrcio José da Rocha; de 1812 a 1821, Manuel Ferreira de Araújo Guimarães; entre agosto e dezembro de 1821, Francisco Vieira Goulart. MEIRELLES, Juliana Gesuelli. **Imprensa e poder na corte joanina: a *Gazeta do Rio de Janeiro* (1808-1821)**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008, p. 74.

supostamente mais opinativo.³³ Era praticamente uma versão adaptada da *Gazeta de Lisboa*, limitando-se a publicar traduções de artigos veiculados na imprensa mais conservadora da Europa.³⁴ Eis o que disse o inglês John Armitage sobre a *Gazeta do Rio de Janeiro*:

Por meio dela só se informava com toda a fidelidade ao público do estado de saúde de todos os príncipes da Europa, e de quando em quando as suas páginas eram ilustradas com alguns documentos de ofício, notícia dos dias natalícios, odes e panegíricos a respeito da família reinante; não se manchavam essas páginas com as efervescências da democracia, nem com a exposição de agravos. A julgar-se do Brasil pelo seu único periódico, devia ser considerado como um paraíso terrestre, onde nunca se tinha expressado um só queixume.³⁵

Hipólito José da Costa também teceu, em março de 1812, o seguinte comentário sobre o jornal publicado no Rio de Janeiro:

[...] visto que já em Portugal se imprimem vários jornais de novidades, e já em uma gazeta de agricultura, impressa em Lisboa, se recomenda o estabelecimento de sociedades de agricultura. Estes melhoramentos em Portugal, que se admitem, sem se incorrer na nota de jacobinismo, deveriam passar para o Brasil, aonde não há senão a mísera Gazeta do Rio de Janeiro, em que se gasta tão boa qualidade de papel em imprimir tão ruim matéria, que melhor se empregaria se fosse usado para embrulhar manteiga.³⁶

Malgrado todas estas críticas, a *Gazeta* de frei Tibúrcio José da Rocha inaugura a impressão e a circulação regular de periódicos no Brasil, os quais se tornaram cada vez mais acessíveis à população.³⁷

Considerado um periódico bastante diferente da *Gazeta do Rio de Janeiro*³⁸ - o jornal oficial de então, no qual se publicava “tão ruim matéria” -, o *Correio Braziliense ou Armazem*

³³ No entanto, Juliana Meirelles destaca o caráter opinativo do jornal, especificamente na seção “Rio de Janeiro”, espaço em que o “redator fazia seus comentários sobre os numerosos fatos políticos (ocorridos na Europa e/ou no Brasil), bem como sobre os assuntos cotidianos da cidade”. MEIRELLES, Juliana Gesuelli. “A Gazeta do Rio de Janeiro e o impacto da circulação de ideias no Império luso-brasileiro (1808-1821)”. In: ALGRANTI, Leila Mezan; MEGIANI, Ana Paula (Orgs.). **O Império por escrito**, p. 572.

³⁴ LUSTOSA, Isabel. **Insultos impressos: a guerra dos jornalistas na Independência (1821-1823)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 68.

³⁵ ARMITAGE, John. **História do Brasil**: desde a chegada da família de Bragança, em 1808, até a abdicação do Imperador D. Pedro I, em 1831. Rio de Janeiro: Typ. Imp. e Const. de J. Villeneuve e Comp., 1837, p. 14.

³⁶ **Correio Braziliense** ou Armazem Literario, Londres, n. 46, vol. 8, março de 1812, p. 289.

³⁷ BARBOSA, Marialva. **História cultural da imprensa**, p. 21.

³⁸ De acordo com Marco Morel, “É comum colocar-se, em estudos históricos, a contraposição entre a *Gazeta do Rio de Janeiro* (enquanto jornal oficial) e o *Correio Braziliense* (que fazia críticas ao governo). Porém, uma comparação atenta indica que, além dessa evidente dicotomia oposição/situação, existiam convergências entre estes dois periódicos. Tanto a *Gazeta* quanto o *Correio* defendiam idêntica forma de governo (monárquica), a mesma dinastia (Bragança), apoiavam o projeto de união luso-brasileira e comungavam o repúdio às ideias de revolução e ruptura, padronizado pela crítica comum à Revolução Francesa e sua memória histórica durante a restauração”. Ainda segundo Morel, “a partir de meados de 1821 (após a Revolução do Porto e com o ministério de José Bonifácio e convocação da Constituinte brasileira), a *Gazeta do Rio* (o título é reduzido) passa a defender

*Literario*³⁹ tinha por característica a crítica à política e à administração portuguesa.⁴⁰ Fundado, dirigido e redigido por Hipólito José da Costa Furtado de Mendonça, que se manteve à frente do periódico por todo o tempo em que este perdurou, de 1808 a 1822, o *Correio* teve seu número inaugural impresso em 1 de junho de 1808, em Londres, três meses antes da publicação da *Gazeta do Rio de Janeiro* no Brasil. Apesar de impresso na Inglaterra, o jornal de Hipólito da Costa é considerado integrante da imprensa brasileira, o que faz da publicação de seu primeiro exemplar o marco inicial de nosso periodismo.⁴¹

Criador do periódico de língua portuguesa reputado o mais influente do período,⁴² Hipólito da Costa via seu *Correio Braziliense* como uma forma de “aclarar os [...] compatriotas sobre os fatos políticos, civis e literários da Europa”. Para isso, procurou “traçar as melhorias das ciências, das artes e, numa palavra, de tudo aquilo que pode ser útil à sociedade em geral”.⁴³ Mas o redator fez mais do que isso: defensor do modelo de governo da monarquia constitucional inglesa, Hipólito tecia críticas às práticas políticas e administrativas do governo de Dom João, alertando para a incapacidade delas em prol do desenvolvimento brasileiro.⁴⁴ Por suas críticas a Dom João e à sua corte, o *Correio Braziliense* foi proibido, apreendido e censurado - o governo português editou avisos e mobilizou a polícia para impedir sua circulação, o que fazia com que, no Brasil e em Portugal, sua leitura fosse considerada violação da lei.⁴⁵

o liberalismo e a modernidade política (citando Rousseau e outros da mesma linha). E acompanha de perto o processo de separação entre Portugal e o Brasil, posicionando-se a favor da independência deste antes mesmo do *Correio Braziliense*, que levava a desvantagem da distância geográfica e das comunicações demoradas entre os dois Hemisférios. MOREL, Marco. “Os primeiros passos da palavra impressa”. In: MARTINS, Ana Luiza; DE LUCA, Tania Regina (Orgs.). **História da imprensa no Brasil**, p. 31-32.

³⁹ Alberto Dines, no artigo intitulado “Hipólito da Costa, hoje”, apresenta o projeto de Hipólito para o *Correio Braziliense*, destacando o jornalismo como mecanismo de instância política e detentor de importante função social. A importância de Hipólito, segundo o autor, viria do fato de ter sido “o primeiro jornalista interpretativo, o primeiro jornalista cultural, o primeiro jornalista científico”, entre uma série de outros atributos elencados por Dines. Ainda segundo ele, ao procurar realizar uma abertura cultural internacionalista, Hipólito teria contribuído na formação da elite intelectual brasileira, uma vez que “sua ideia era transformar aquele público restrito, pré-iluminista, numa liderança intelectual moderna através da veiculação em vernáculo das novidades em matéria científica, tecnológica, cultural e política que circulavam na América do Norte e na Europa”. DINES, Alberto. “Hipólito da Costa, hoje”. In: LUSTOSA, Isabel (Org.). **Imprensa, história e literatura**. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2008, p. 38-41.

⁴⁰ LIMA, Oliveira. **Dom João VI no Brasil**, p. 166.

⁴¹ SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**, p. 21-22.

⁴² SAFIER, Neil. “Abolição à distância: a luta de um maçom pela emancipação brasileira por meio da imprensa”. In: NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das (Org.). **Livros e Impressos: Retratos do Setecentos e do Oitocentos**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2009, p. 34.

⁴³ **Correio Braziliense**, Londres, n. 1, vol. 1, junho de 1808, p. 4.

⁴⁴ NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. “Pensamentos vagos sobre o Império do Brasil”. In: DINES, Alberto; LUSTOSA, Isabel. **Hipólito José da Costa e o Correio Braziliense**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado/Brasília, DF: Correio Braziliense, 2002, p. 470.

⁴⁵ BAHIA, Benedito Juarez. **História, jornal e técnica**, p. 32.

1.2 Da censura e da liberdade

A partir da criação da Impressão Régia tornou-se possível a publicação de papéis em solo brasileiro, mas a liberdade na escolha do que imprimir demorou ainda alguns anos para ser alcançada.⁴⁶ Se passaram a ser impressos decretos, avisos, editais e ordens régias, bem como, ainda que paulatinamente, jornais, revistas, livros e panfletos, tais publicações inicialmente não eram feitas ao bel-prazer de escritores e redatores, havia todo um aparato censório estruturado para regular e controlar previamente o que poderia ou não ser impresso. A tipografia régia, assim que criada, passou a contar com uma comissão designada para administrá-la; integravam-na José Bernardino de Castro, oficial da Secretaria de Negócios Estrangeiros e da Guerra, Mariano José Pereira da Fonseca, futuro marquês de Maricá, e José da Silva Lisboa, futuro visconde de Cairu, homens responsáveis, segundo determinação do monarca, por “examinar os papéis e livros que se mandassem publicar e fiscalizar que nada se imprimisse contra a religião, o governo e os bons costumes”.⁴⁷

Mas a censura prévia não se restringia ao funcionamento da primeira tipografia brasileira; pelo decreto de 27 de setembro de 1808, Dom João fez “por bem aprovar e nomear para censores régios” os seguintes súditos: o frei Antônio Arrábida, Luís José de Carvalho e Melo, padre João Manzoni e José da Silva Lisboa, este último, também membro da Junta Diretora da Impressão Régia.⁴⁸ Tais censores eram subordinados à Mesa do Desembargo do Paço, instituição criada no Brasil em 22 de abril de 1808 para substituir os mesmos tribunais existentes no Reino, “nos quais é por ora impraticável que se tratem e decidam, pela bem conhecida interrupção de comunicação com a Capital”.⁴⁹ Cabiam aos censores o privilégio e o dever de controlar a circulação de textos no Brasil⁵⁰ - nada poderia ser impresso sem a devida avaliação prévia da Mesa, bem como nenhuma obra importada poderia deixar as alfândegas sem sua aprovação.⁵¹ O interessado em retirar os livros que chegavam ao Brasil precisava enviar um inventário dos títulos que desejava à Mesa do Desembargo do Paço. Com as listas em mãos,

⁴⁶ LUSTOSA, Isabel. “Insultos impressos: o nascimento da imprensa no Brasil”. In: MALERBA, Jurandir (Org.). **A independência brasileira: novas dimensões**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 243.

⁴⁷ **Instrução de 24 de junho de 1808** apud RIZZINI, Carlos. **O livro, o jornal e a tipografia no Brasil, 1500-1822: com um breve estudo geral sobre a informação**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1988, p. 317.

⁴⁸ **Coleção de Leis do Império do Brasil - 1808**, vol. 1, 27 de setembro de 1808, p. 144.

⁴⁹ **Coleção de Leis do Império do Brasil - 1808**, vol. 1, 22 de abril de 1808, p. 17.

⁵⁰ NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. “Intelectuais brasileiros nos Oitocentos: a constituição de uma ‘família’ sob a proteção do poder imperial (1821-1838)”. In: PRADO, Maria Emília (Org.). **O Estado como vocação: ideias e práticas políticas no Brasil oitocentista**. Rio de Janeiro: Access, 1999, p. 17.

⁵¹ Segundo Márcia Abreu, sabe-se que, entre 1808 e 1824, ao menos “84 pessoas dirigiram-se à Mesa com o intuito de obter a liberação de 1.190 títulos de belas-letas, vindos da Europa – considerando-se os múltiplos pedidos para uma mesma obra, chega-se ao total de 1.956 livros. ABREU, Márcia. **O caminho dos livros**, p. 59.

os censores régios emitiam seus pareceres: caso favoráveis, as obras eram liberadas ao requerente; se os títulos eram proibidos ou suspeitos, negavam-se as licenças; em caso de dúvida, solicitava-se nova avaliação de outro censor ou o encaminhamento da obra à Mesa para leitura e avaliação. Permanecendo a indecisão, era o monarca que, em última instância, deliberava sobre as solicitações.⁵²

Além da Junta Diretora da Imprensa Régia e dos censores da Mesa do Desembargo do Paço, couberam também à Intendência de Polícia, criada pelo alvará de 5 de abril de 1808, a fiscalização e o controle sobre a circulação e a publicação de impressos no Brasil. Em edital publicado pela polícia, o intendente comunicou que “aos que publicarem escritos sem exame e licença, serão presos na cadeia pública e pagarão de pena 200 mil réis, além das mais que se impõem aos que procuram quebrantar a segurança pública”.⁵³ Além disso, logo após sua criação, a Intendência mandou divulgar um aviso em que proibia os livreiros de anunciarem à venda, em locais públicos, quaisquer obras que possuíssem em suas lojas sem que antes fossem entregues à polícia para exame e liberação.⁵⁴

Com a chegada de Dom João e sua corte ao Brasil, o controle sobre os impressos abrandou-se em relação ao restante do período colonial, pois tornou-se possível o estabelecimento de uma tipografia no Rio de Janeiro, quando se inaugurou a circulação de periódicos e livros publicados pela Imprensa Régia. O governo português, entretanto, ainda tentava controlar o que se podia ou não escrever, publicar e ler por meio de um aparato censório estabelecido pelo monarca, o qual funcionou como um instrumento pelo qual a monarquia lusitana procurou evitar a propagação das ideias ditas *perigosas*. No entanto, a censura não constituiu um obstáculo intransponível para a circulação de textos de qualquer espécie, fossem livros, jornais, revistas ou folhetos avulsos, uma vez que não existiam critérios suficientemente rígidos e sistemáticos que regulassem seu exercício. Somava-se a isso a própria formação ilustrada dos censores, que acabou por afrouxar as amarras da censura, tendo-se em vista que seus responsáveis hesitavam entre manter um controle rigoroso dos impressos e uma certa

⁵² Entretanto, como aponta Leila Mezan Algranti, “o processo de liberação não transcorria de forma tão cristalina assim, interpondo-se a ele uma série de situações que demonstram a ausência de procedimentos isentos e de normas claras, tanto dos que exerciam a censura, quanto dos interessados na liberação das listas”. ALGRANTI, Leila Mezan. **Livros de devoção, atos de censura**, p. 140.

⁵³ **Edital da Intendência de Polícia** apud BAHIA, Benedito Juarez. **História, jornal e técnica: história da imprensa brasileira**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009, p. 25.

⁵⁴ Leila Mezan Algranti ainda destaca que “a instituição da censura no Brasil passou por três momentos. O primeiro, quando da nomeação dos censores para a tipografia régia; o segundo, ao se estabelecer a função censora do Desembargo do Paço aqui na América, o que resultou na escolha dos censores civis; por último, a colaboração da recém-criada Intendência de Polícia do Rio de Janeiro. [...] Esses órgãos (tipografia, Desembargo do Paço e Intendência da Polícia) eram instituições e organismos régios, isto é, encontravam-se submetidos diretamente à autoridade do rei”. ALGRANTI, Leila Mezan. **Livros de devoção, atos de censura**, p. 139.

liberalidade para com os papéis, pois estes carregavam consigo o potencial para a efetivação de reformas esclarecidas, cujos ideais eram partilhados por aqueles homens.⁵⁵

Ainda assim, a censura se fazia presente, exercida por meio dessas instituições. Para se ter uma ideia de sua dimensão, basta ouvirmos o que disse o redator do *Correio Braziliense*, Hipólito José da Costa, assíduo defensor da liberdade de imprensa. Por mais que tenha enaltecido a criação da Imprensa Régia e dado os “parabéns aos meus compatriotas brasilienses” por tal empreendimento, Hipólito teceu inúmeras críticas à censura existente “em Portugal e seus domínios”:

Eu não neguei [...] que a nação portuguesa tem muitos homens de talentos e alguns de erudição e conhecimentos; somente disse que os entraves que se põe às ciências, as perseguições que sofrem os homens de letras e outras causas que eu atribuo ao governo, fazem com que esses talentos estejam sopitados e não haja nem possa haver produções literárias. Aquele freio de que se não possa publicar obra alguma em matéria nenhuma sem que seja aprovada por uns poucos de homens, em quem o governo de Portugal lhe aprouve, por uma ficção de direito, depositar todos os conhecimentos humanos, é um absurdo, só por si capaz de aniquilar inteiramente o gênio da nação em tudo o que é produção literária.⁵⁶

Hipólito ainda continuava sua condenação da censura ao afirmar que muitas obras eram proibidas

[...] porque os censores não sabem do que elas tratam. E toda a produção que estes focos da ciência não aprovam é má. Todo o mundo sabe que se o autor a quem se proíbe uma obra proferisse a menor queixa, teria finalmente ou uma mordada na Inquisição, ou uma prisão de segredo, por ordem da chamada polícia.⁵⁷

Por mais que a impressão e a importação de livros e jornais ocorressem no Brasil, elas ainda eram feitas de maneira razoavelmente controlada pelas autoridades luso-brasileiras. Esse foi um dos motivos para Hipólito ter publicado seu periódico, o *Correio Braziliense*, em Londres. Em março de 1819, o redator lembrou a

[...] dificuldade de publicar estas obras periódicas no Brasil, já pelo entrave da censura prévia, já pelo perigo a que os redatores se exporiam, falando livremente das ações de homens poderosos, fez cogitar o expediente de

⁵⁵ NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. “Antídotos contra obras “ímpias e sediciosas”: censura e repressão no Brasil de 1808 a 1824”. In: ABREU, Márcia (Org.). **Leitura, história e história da leitura**. Campinas, SP: Mercado de Letras/Associação de Leitura do Brasil; São Paulo: Fapesp, 1999, p. 393.

⁵⁶ *Correio Braziliense*, Londres, n. 5, vol. 1, outubro de 1808, p. 383.

⁵⁷ *Correio Braziliense*, Londres, n. 5, vol. 1, outubro de 1808, p. 383-384.

imprimir semelhantes obras em países estrangeiros. A França e a Inglaterra foram principalmente os pontos de reunião destas publicações, desde a época em que a Família Real passou a ter a sua residência no Rio de Janeiro. Aberto este canal, pode-se dizer que se estabeleceu a liberdade de imprimir para o Brasil, posto que não no Brasil.⁵⁸

Para Hipólito da Costa, a “falta da liberdade da imprensa é tão prejudicial aos povos como aos monarcas”,⁵⁹ pois impossibilitaria o pleno desenvolvimento das nações, uma vez que o *progresso* do indivíduo e da pátria não poderiam ser alcançados sem a liberdade de comunicação. Era preciso, então, “facilitar-lhe [ao povo] a leitura das gazetas e jornais”,⁶⁰ pois somente a “liberdade da imprensa faz com que o povo seja instruído de seus verdadeiros interesses”.⁶¹ A postura de Hipólito da Costa de combater a censura foi repetida por grande parte dos redatores dos periódicos oitocentistas publicados no Brasil. Para se ter uma ideia, 51 anos depois da afirmação de Hipólito, o periódico *Acajá* trazia a seguinte frase do marquês de Maricá como epígrafe: “O progresso da inteligência é infalível havendo liberdade de falar, escrever e publicar o que pensamos”.⁶²

Os anos que se seguiram à chegada de Dom João, no entanto, foram marcados pelo controle do que se podia ou não publicar e ler. Apenas após a Revolução do Porto, em 1820, é que aparecem os primeiros ensaios de liberar definitivamente a palavra impressa.⁶³ Em 21 de setembro de 1820, o governo interino de Lisboa emitiu uma portaria decidindo “facilitar a impressão e a leitura dos bons livros e papéis nacionais e estrangeiros, para que se não retarde a notícia dos acontecimentos nem a comunicação de ideias úteis para se dirigir a opinião pública, segundo os princípios de uma bem entendida liberdade civil”.⁶⁴ No Rio de Janeiro, acompanhando as novas ideias que sopravam de Lisboa, o monarca decretou, em 2 de março de 1821, que ficasse “suspensa a prévia censura que pela atual legislação se exigia para a impressão dos escritos que se intente publicar”, uma vez que “a prévia censura dos escritos opunha [embaraços] à propagação da verdade”. Entretanto, essa suposta liberdade não passou de um simulacro; no mesmo decreto, o soberano continuava:

Todo o impressor será obrigado a remeter ao Diretor dos Estudos, ou quem suas vezes fizer, dois exemplares das provas que se tirarem de cada folha na

⁵⁸ **Correio Braziliense**, Londres, n. 130, vol. 22, março de 1819, p. 315.

⁵⁹ **Correio Braziliense**, Londres, n. 11, vol. 2, abril de 1809, p. 416.

⁶⁰ **Correio Braziliense**, Londres, n. 46, vol. 8, março de 1812, p. 289.

⁶¹ **Correio Braziliense**, Londres, n. 16, vol. 3, agosto de 1809, p. 153.

⁶² *Acajá*: jornal de instrução e recreio, Rio de Janeiro, n. 1, ano 1, 15 de novembro de 1860, p. 1.

⁶³ BARBOSA, Marialva. **História cultural da imprensa**, p. 23.

⁶⁴ **Portaria de 21 de setembro de 1820** apud RIZZINI, Carlos. **O livro, o jornal e a tipografia no Brasil, 1500-1822: com um breve estudo geral sobre a informação**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1988, p. 328.

imprensa, sem suspensão dos ulteriores trabalhos; a fim de que o Diretor dos Estudos, distribuindo uma delas a algum dos Censores Régios, e ouvido o seu parecer, deixe prosseguir na impressão, não se encontrando nada digno de censura, ou a faça suspender, até que se façam as necessárias correções, no caso unicamente de se achar que contém alguma coisa contra a religião, a moral e bons costumes, contra a Constituição e Pessoa do Soberano, ou contra a pública tranquilidade.⁶⁵

Praticamente nada mudou: a censura apenas migrou dos manuscritos para as provas tipográficas. Os impressores, como é possível imaginar, continuaram a não publicar que quer que fosse sem a vistoria previa dos censores, pois permanecia o risco de perderem a tiragem com as correções exigidas ou com o confisco do material, sem contar o perigo pessoal de ter que arcar com as penas de multa e de prisão impostas pelo decreto.⁶⁶ Foi apenas com o decreto das bases da Constituição, promulgado pelas cortes de Lisboa, em 9 de março de 1821, que a liberação da imprensa começou a mudar no Brasil. Nele, afirmava-se que “todo cidadão pode, conseqüentemente, sem dependência de censura prévia, manifestar suas opiniões em qualquer matéria, contanto que haja de responder pelo abuso desta liberdade nos casos e na forma que a lei determinar”.⁶⁷ Na esteira deste decreto, Dom Pedro promulgou, finalmente, em 28 de agosto de 1821, um Aviso que extinguiu a censura prévia a qualquer escrito, tornando livre a palavra impressa no Brasil, mas mantendo as penas para o abuso da liberdade de imprensa.⁶⁸

Tomando Sua Alteza Real em consideração quanto é injusto que, depois do que se acha regulado pelas Cortes Gerais Extraordinárias da Nação Portuguesa sobre a liberdade de imprensa, encontrem os autores ou editores inesperados estorvos à publicação dos escritos que pretendem imprimir: é o mesmo Senhor servido mandar que se não embarace por pretexto algum a impressão que se quiser fazer de qualquer escrito, devendo unicamente servir de regra o que as mesmas Cortes têm determinado sobre este objeto.⁶⁹

A partir de então, toda pessoa podia manifestar suas opiniões sobre qualquer assunto sem precisar se submeter previamente a algum tipo de censor. Liberdade de imprensa significava, nesses moldes, a liberdade de falar, debater e julgar os múltiplos objetos e aspectos

⁶⁵ **Coleção de Leis do Império do Brasil - 1821**, vol. 1, pt. II, 2 de março de 1821, p. 25.

⁶⁶ Define o decreto: “O impressor ou livreiro que faltar em cumprir com o disposto neste Decreto incorrerá na pena pecuniária, que não será menos de 100\$000, nem mais de 600\$000; e, além disso, na correccional de custódia, de oito dias ao menos, ou de três meses ao mais, nos casos de maior gravidade; confiscados, em ambos os casos, os livros apreendidos”. **Coleção de Leis do Império do Brasil - 1821**, vol. 1, pt. II, 2 de março de 1821, p. 25.

⁶⁷ **Decreto de 9 de março de 1821**, p. 22. Disponível em:

http://debates.parlamento.pt/Constituicoes_PDF/bases_crp1822.pdf

⁶⁸ Sobre os abusos da liberdade de imprensa e as penas decorrentes, ver o decreto de 12 de julho de 1821. Cf. **Coleção de Leis do Império do Brasil - 1821**, vol. 1, pt. I, 12 de julho de 1821, p. 19.

⁶⁹ **Aviso de 28 de agosto de 1821** apud BAHIA, Benedito Juarez. **História, jornal e técnica**: história da imprensa brasileira. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009, p. 26 (nota 5).

da vida social,⁷⁰ mas desde que o indivíduo que se manifestasse respondesse pelos abusos cometidos de acordo com as determinações legais. Para responsabilizar os autores, que quase sempre publicavam seus papéis anonimamente, Dom Pedro decretou, em 19 de janeiro de 1822, que “não [se] deve embaraçar a impressão de escritos anônimos, pois pelos abusos que contiverem deve responder o autor, ainda que o seu nome não tenha sido publicado, e na falta deste, o editor ou impressor, como se acha prescrito na lei que regula a liberdade de imprensa”.⁷¹ Mesmo Hipólito da Costa, apesar de ser um assíduo defensor da liberdade de imprensa, não era radicalmente contra certos regulamentos que coibissem as violências e excessos divulgados pelos jornais:

Quanto aos abusos, a imprensa livre remedeia-se a si mesma; porque não pode haver razão para que a mentira, sendo igualmente livre como a verdade, prevaleça contra esta; a discussão livre fará sempre sucumbir o erro. Restam, ainda, alguns casos em que as leis devem interpor sua autoridade sobre a imprensa, assim como a impõe sobre os manuscritos e sobre a fala; mas estes casos são poucos, bem conhecidos e de fácil remédio.⁷²

A partir de 1821, quando foi decretada a liberdade da palavra impressa no Brasil, proliferaram as tipografias⁷³ e, com elas, os folhetos e os periódicos.⁷⁴ Neste ano, surgem duas tipografias no Rio de Janeiro: a Nova Tipografia e a de Moreira e Garcez. No ano seguinte - o da Independência -, instalaram-se mais quatro: a de Silva Porto e Cia., propriedade de Felizardo Joaquim da Silva Moraes e Manuel Joaquim da Silva Porto; a de Santos e Sousa; a do *Diário do Rio de Janeiro*, de Zeferino Vito de Meireles; e a de Torres e Costa, cujos proprietários eram Inocêncio Francisco Torres e Vicente Justiniano da Costa.⁷⁵ No decorrer do século XIX, houve também grande aumento das instituições e espaços de apoio às letras, às ciências e à cultura, como livrarias, bibliotecas, gabinetes de leitura, sociedades e academias artísticas, literárias e científicas, colégios regulares e técnicos, seminários, faculdades, inicialmente as de Direito e Medicina, teatros, entre uma série de outros estabelecimentos⁷⁶ que auxiliaram, ainda que

⁷⁰ RIBEIRO, Lavina Madeira. **Imprensa e espaço público**: a institucionalização do jornalismo no Brasil (1808-1964). Rio de Janeiro: E-Papers Serviços Editoriais, 2004, p. 57.

⁷¹ **Portaria de 19 de janeiro de 1822** apud RIZZINI, Carlos. **O livro, o jornal e a tipografia no Brasil, 1500-1822**: com um breve estudo geral sobre a informação. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1988, p. 330.

⁷² **Correio Braziliense**, Londres, n. 150, vol. 25, novembro de 1820, p. 570.

⁷³ De acordo com Carlos Rizzini, “Até a proclamação da Independência havia, portanto, no Brasil: a Impressão Régia e as oficinas da Bahia, do Recife, do Maranhão e do Pará, autorizadas, e mais as duas de Vila Rica e as seis do Rio de Janeiro, estas fundadas após o Alvará do Príncipe-Regente, de 28 de agosto de 1821, proclamando a liberdade de imprensa. Ao todo treze”. RIZZINI, Carlos. **O jornalismo antes da tipografia**, p. 186

⁷⁴ BARBOSA, Marialva. **História cultural da imprensa**, p. 40.

⁷⁵ SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**, p. 36.

⁷⁶ Sobre as instituições culturais criadas no Rio de Janeiro a partir da chegada de Dom João e sua corte ver: FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. “A construção de um público”. In: DINES, Alberto; LUSTOSA, Isabel.

lentamente, a transformação de uma sociedade colonial extremamente oralizada para uma nação cada vez mais letrada, na qual a palavra impressa conquistava mais espaço e importância.

1.3 Da oralidade e do público receptor

Até o desembarque de Dom João, o Rio de Janeiro era uma cidade relativamente acanhada, com raras atividades intelectuais.⁷⁷ Os indivíduos letrados eram poucos, e a circulação de seus escritos, bastante restrita, ocorrendo quase sempre em forma de manuscritos, uma vez que a impressão ainda era proibida. Até então, os consumidores de cultura eram basicamente os mesmos que a produziam, o que limitava em muito a circulação de ideias e saberes a uma pequena parcela da população.⁷⁸ Após 1808, a raridade de produtores e consumidores de escritos e de outras formas de cultura alterou-se sensivelmente, porém de modo relativamente lento. Uma anedota publicada no jornal *A Grinalda*, em setembro de 1848, ilustra muito bem o que era o mundo letrado carioca em meados do século XIX:

Um sujeito tendo recebido uma carta de sua família pediu a um seu conhecido o favor de a ler; este, fingindo fazê-lo, de vez em quando interrompia a falsa leitura, dizendo: *chore, chore senhor F...*; o outro perguntava-lhe pelo que, se havia morrido alguma pessoa de sua família, ou se tinha acontecido alguma desgraça... *chore, chore, senhor F... pela desgraça de Vm. não saber ler... nem eu.*⁷⁹

A Chronica Litteraria, em junho de 1848, também destacou a escassez de leitores e a pacata atividade intelectual existente no Rio de Janeiro do período: “Ah! Escrever! Por que aprendi eu a escrever! Escrever! Acreditei na sua liberdade de imprensa! Onde tinha eu a cabeça? Oh! E para quê? Para imprimir cinco ou seis pobres ideias muito medíocres, lidas somente por aqueles que as amam [...]”⁸⁰

O desembarque da corte no Brasil deu início a novos tempos para a cultura letrada, com o surgimento dos primeiros consumidores regulares de arte e literatura, momento em que

Hipólito José da Costa e o Correio Braziliense. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado/Brasília, DF: Correio Braziliense, 2002, p. 553-604.

⁷⁷ FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. “A construção de um público”. In: DINES, Alberto; LUSTOSA, Isabel. **Hipólito José da Costa e o Correio Braziliense**, p. 554.

⁷⁸ FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. **Literatura e sociedade no Rio de Janeiro oitocentista.** Lisboa: Imprensa Oficial/Casa da Moeda, 1999, p. 101.

⁷⁹ **A Grinalda**: jornal dos domingos, Rio de Janeiro, n. 6, vol. 1, 3 de setembro de 1848, p. 92.

⁸⁰ **Chronica Litteraria**: jornal de instrução e recreio, Rio de Janeiro, n. 24, vol. 1, série 1, 11 de junho de 1848, p. 186.

começou a se organizar, pela primeira vez, uma vida intelectual mais robusta no Brasil.⁸¹ Com a Impressão Régia e as demais tipografias fundadas depois de decretada a liberdade de imprensa, por mais limitada que ainda fosse a vida intelectual durante as primeiras décadas do século XIX, o Rio de Janeiro passou a contar cada dia mais com a proliferação de periódicos e livros, com um número cada vez maior de estrangeiros letrados que chegavam aos trópicos e com o aumento do interesse da população local pelas manifestações culturais, formando-se um público mais receptivo aos impressos e, com isso, às ideias e tendências da época que por eles circulavam.⁸²

Malgrado a intensificação da atividade intelectual, o público letrado era ainda bastante restrito, mesmo entre a camada branca e abastada da população, o que limitava a circulação das ideias veiculadas nos impressos. Ainda que a cultura escrita tenha recebido grande incentivo durante o século XIX, a palavra impressa não substituiu ou passou a predominar, imediatamente, sobre as formas oralizadas de transmissão cultural características da Colônia. Além disso, os mundos manuscrito e impresso se misturavam ao mundo da oralidade,⁸³ ou seja, mesmo com o desenvolvimento da imprensa durante as primeiras décadas do Oitocentos, não foi possível abandonar abruptamente séculos de transmissão cultural por meio de práticas orais, mesmo porque não havia leitores suficientes para garantir a circulação dos livros, jornais e revistas.⁸⁴ Os impressos, nesse sentido, ainda se difundiam pelo Rio de Janeiro por meio das práticas da oralidade.

Em uma sociedade com alto índice de analfabetismo, muito do que era veiculado nos jornais chegava à população em geral pelas leituras coletivas realizadas em pontos espalhados pela cidade.⁸⁵ O que significa que, em uma sociedade em que as transmissões culturais se davam sobretudo pelas práticas da oralidade, como era o Brasil de então, as letras impressas eram muito mais ouvidas do que propriamente lidas.⁸⁶ Em certo sentido, existiam os mundos da oralidade e do letramento, que não eram excludentes, mas se relacionavam diretamente - embora existissem modos de comunicação escritos e práticas alfabetizadas de difusão de ideias e saberes, os modos orais de transmissão cultural jamais caíram por terra; oralidade e letramento

⁸¹ LUSTOSA, Isabel. “Cairu, panfletário: contra a facção gálica e em defesa do trono e do altar”. In: NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das; MOREL, Marco; FERREIRA, Tania Maria Bessone da Cruz. **História e imprensa: representações culturais e práticas de poder**. Rio de Janeiro: DP&A/Faperj, 2006, p. 275.

⁸² ALGRANTI, Leila Mezan. **Livros de devoção, atos de censura**, p. 161.

⁸³ BARBOSA, Marialva. **História cultural da imprensa**, p. 48.

⁸⁴ PINA, Patrícia Kátia da Costa. **Literatura e jornalismo no oitocentos brasileiro: estudo das estratégias dos produtores de cultura para a formação e a manutenção de um público consumidor do impresso**. Ilhéus, BA: Editus, 2002, p. 43.

⁸⁵ LUSTOSA, Isabel. **O nascimento da imprensa brasileira**, p. 64.

⁸⁶ BARBOSA, Marialva. **História cultural da imprensa**, p. 21.

coexistiam no cotidiano da cidade, fazendo das leituras coletivas o mais claro exemplo de tal confluência.⁸⁷

A leitura não era somente uma atividade individual e privada, mas assumia muitas vezes uma dimensão coletiva. A circulação das ideias e notícias, em vista disso, ultrapassava o público estritamente leitor, expandindo-se pelas camadas letradas da sociedade, que não eram compostas somente pela população menos abastada, mas também por membros das elites. Como estampado em agosto de 1855 nas páginas da *Marmota Fluminense*, “mesmo o analfabeto nunca será de todo um ignorante porque não lhe faltará um companheiro ou amigo que lhe leia, ou que o instrua sobre aquilo que é de seu ofício e de sua obrigação”.⁸⁸ Atentos a esses desamparados, os letrados realizavam leituras coletivas em ambientes privados ou públicos, compartilhando um único impresso com uma vasta e variada gama de ouvintes, prática característica das sociedades do Antigo Regime.⁸⁹ Em 1843, o periódico *Espelho Fluminense* publicou a notícia do seguinte episódio ocorrido em Paris, ao fim da batalha de Wagram, travada, em 1809, entre os exércitos de Napoleão Bonaparte e do arquiduque Carlos, da Áustria:

Então todos os habitantes saíram de suas casas. Sabia-se que estava feita a paz [...]. As ruas, as praças, os botequins encheram-se de uma multidão inquieta; os suplementos dos jornais circulavam por toda a parte; leitores ávidos se apoderavam deles e círculos numerosos se formavam em torno dos leitores para ouvir os pormenores do feliz acontecimento anunciado.

Contudo, no meio de toda essa gente entusiasmada, um pequeno homem, magro e descarnado, se distinguia pela animação das suas feições e pela rapidez de seus movimentos. [...] Ele corria sucessivamente de um para outro grupo, levantava-se sobre as pontas dos pés e desfazia-se em vão esforços para apanhar alguma coisa das notícias que continham os jornais. Enfim, tendo conseguido introduzir-se no meio de um dos mais numerosos círculos, colocou-se quase por baixo da folha do jornal que se estava lendo e ali ficou na mais completa imobilidade.

Quando terminou a leitura, todos soltaram gritos de entusiasmo e a conversação se animou.⁹⁰

A prática da leitura coletiva em lugares públicos, tal qual descrita no *Espelho Fluminense*, era bastante comum no Rio de Janeiro. Os impressos, sobretudo os periódicos, eram lidos e comentados nas ruas, nas praças, nos cafés, nos restaurantes e nas residências,

⁸⁷ BARBOSA, Marialva. **História cultural da imprensa**, p. 92.

⁸⁸ **Marmota Fluminense**: jornal de modas e variedades, Rio de Janeiro, n. 609, agosto de 1855, p. 1.

⁸⁹ MOREL, Marco; BARROS, Mariana Monteiro de. **Palavra, imagem e poder**: o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX. Rio de Janeiro: DP&A, 2003, p. 45-46.

⁹⁰ **Espelho Fluminense** ou novo gabinete de leitura, modas, poesias, charadas, etc., Rio de Janeiro, n. 25, 1 de novembro de 1843, p. 2.

multiplicando seu alcance pela força do comentário. Havia uma tendência de as notícias serem mais ouvidas do que lidas, o que foi uma marca da sociedade brasileira durante todo o século XIX.⁹¹ Como destacou Hipólito José da Costa no seu *Correio Braziliense*: as notícias “passam de boca em boca e se fazem tão públicas”.⁹²

Entre os locais em que se cultivava o hábito de ler em voz alta para um grupo de indivíduos, destacam-se os próprios pontos de venda dos periódicos, o que sugere que mesmo aqueles que não compravam exemplares chegavam a ler ou ouvir.⁹³ Os impressos eram vendidos nas tipografias e nas livrarias da cidade, que passaram a ser frequentadas por redatores, escritores, leitores e ouvintes, tornando-se não só pontos de comercialização de livros, jornais e revistas, mas também ambientes onde se praticavam leituras coletivas, cujas notícias e saberes divulgados eram posteriormente disseminados pelas ruas por meio dos comentários trocados entre o povo. Os universos da escrita e da oralidade se misturavam em diversos espaços do Rio de Janeiro, como também se reuniam neles, fosse para ler ou ouvir, diversos grupos sociais da cidade, desde as elites até as camadas pobres da população, inclusive escravos.⁹⁴ É o que afirmou o francês Ferdinand Denis, que viveu no Brasil entre 1816 e 1831, ao descrever suas impressões sobre a Biblioteca Imperial:

Todas as folhas periódicas, impressas no Rio de Janeiro e nas províncias, são enviadas à biblioteca, cada manhã, o que, como bem se pode pensar, não contribui pouco para reunir, cada dia, neste estabelecimento, uma grande quantidade de leitores pertencentes a todas as classes e a todas as cores.⁹⁵

As folhas impressas, além de comercializadas nas tipografias e livrarias, ganhavam leitores e ouvintes pelas ruas, tanto pelas mãos de um único leitor que levava as notícias, ao ler em voz alta para a população iletrada, quanto ao serem afixadas nos muros da cidade. De qualquer modo, tornando-se alvos de comentários, numa constante incorporação do escrito ao cotidiano da população. A leitura coletiva e a transmissão das notícias e saberes pelos comentários ampliavam o alcance dos periódicos para além do círculo restrito de letrados.⁹⁶ Malgrado o ainda diminuto número de leitores em relação ao total da população, o início do século XIX ficou marcado pelo crescimento do público propriamente leitor, pelo aumento das

⁹¹ BARBOSA, Marialva. **História cultural da imprensa**, p. 52-53.

⁹² *Correio Braziliense*, Londres, n. 130, vol. 22, março de 1819, p. 317.

⁹³ MOREL, Marco; BARROS, Mariana Monteiro de. **Palavra, imagem e poder**, p. 81.

⁹⁴ MOREL, Marco; BARROS, Mariana Monteiro de. **Palavra, imagem e poder**, p. 95.

⁹⁵ DENIS, Ferdinand. **Brasil**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo, 1980, p. 130-131.

⁹⁶ BARBOSA, Marialva. **História cultural da imprensa**, p. 54,

tiragens impressas e pela diversificação dos títulos publicados, conferindo ao periodismo, bem como à palavra impressa em geral, cada vez mais significado e importância.⁹⁷

Se a grande parte do povo era composta por analfabetos, incluindo-se as elites do Rio de Janeiro, o acesso às informações veiculadas nas publicações ocorreu por meio da oralidade. Nesse sentido, mais do que leitores, existiram *receptores* da cultura letrada, os quais se caracterizavam pelo contato com as notícias e ideias por meio da comunicação oral. Os leitores propriamente, na estrita acepção da palavra, eram raros, não somente na Colônia como também no Brasil imperial. Já o *receptor*, ao contrário, ainda que não alfabetizado, sempre existiu. Durante o século XIX, em vista disso, os impressos eram elaborados levando-os em consideração, ou seja, os textos publicados eram escritos para um diminuto grupo de leitores e para um número infinitamente mais amplo de ouvintes.⁹⁸

As marcas da oralidade não se faziam presentes apenas na transmissão em voz alta dos saberes e notícias divulgados pelas folhas publicadas, pois o mundo oral inscrevia-se em grande parte das informações impressas durante o século XIX.⁹⁹ Os periódicos publicados nesse período continham inúmeras marcas dos discursos orais, que variavam desde o uso da primeira pessoa do plural até o emprego da forma imperativa com que se dirigiam ao leitor, como se o conclamasse a tomar algum tipo de ação ou decisão. Os jornais e revistas eram escritos para serem lidos em alto e bom tom, como se a voz narrativa fosse a do próprio leitor, indicando ainda uma filiação dele às ideias que eram lançadas ao público por essa voz. Tais características dos impressos facilitavam ainda mais o papel dos oradores de divulgar o discurso impresso por meio da oralidade, espalhando-se por toda a cidade as palavras contidas naquelas páginas.¹⁰⁰

Era comum encontrar nos textos publicados expressões tais como “*a nossa época não é mais para isso, a época que proclama a liberdade de pensamento, a liberdade de consciência, a liberdade de imprensa, a liberdade civil [...]*”,¹⁰¹ em que é possível perceber o uso de pronome da primeira pessoa do plural, forma típica de uma retórica mais oralizada; ou, ainda, afirmações como as duas seguintes: “leitores, esperai, suspendei vossos juízos; ouvi [ouçais] primeiro e depois criticaí, se vos aprouver; mas persuado-me que, pela exposição do objeto, compreendereis e desculpareis o arrojado de um tal título”;¹⁰² e “Não vos riais, leitores, do caso

⁹⁷ MOREL, Marco; BARROS, Mariana Monteiro de. **Palavra, imagem e poder**, p. 45-46.

⁹⁸ PINA, Patrícia Kátia da Costa. **Literatura e jornalismo no oitocentos brasileiro**, p. 25.

⁹⁹ BARBOSA, Marialva. **História cultural da imprensa**, p. 30.

¹⁰⁰ BARBOSA, Marialva. **História cultural da imprensa**, p. 58.

¹⁰¹ **A Sciencia**: revista synthetica dos conhecimentos humanos, redigida pelos professores da Escola de Homeopatia do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, n. 14, vol. 2, 22 de abril de 1848, p. 180 (grifo nosso).

¹⁰² **A Sciencia**, Rio de Janeiro, n. 1, vol. 1, julho de 1847, p. 2.

de que agora me vou ocupar”,¹⁰³ em que a forma imperativa das conjugações verbais clama pela atenção e ação de leitores e ouvintes. Tais marcas da oralidade, de certo modo, transportavam os escritores e redatores dos jornais e revistas para o momento da leitura, tanto incluindo a si e ao leitor no texto pelo uso da primeira pessoa do plural quanto convocando imperativamente seus leitores e ouvintes. O modo como o texto era escrito, com toda a carga oral transposta para as linhas impressas, requisitava uma leitura em voz alta. Somava-se ainda o coloquialismo da linguagem frequentemente empregado nos periódicos, que também aproximava o escritor/redator do leitor/ouvinte devido a uma retórica mais fluida.¹⁰⁴

Em linhas gerais, eis o perfil do público consumidor de impressos no século XIX, público constituído por leitores e ouvintes:¹⁰⁵ indivíduos de diferentes classes sociais, de distintos níveis intelectuais, inclusive analfabetos, de ambos os sexos e habituados às construções informais e oralizadas de troca de ideias, esclarecimentos e saberes.¹⁰⁶ Tendo em vista a grande diversidade de consumidores dos periódicos, havia jornais que se preocupavam em atingir apenas uma parte específica entre toda essa gama de leitores/ouvintes. Em julho de 1848, a *Chronica Litteraria* apontou que nas nações civilizadas “tem, pois, representante na imprensa cada ramo dos conhecimentos humanos. *Serve esse representante de eco das opiniões da classe que protege*, de órgão dos seus interesses, de sentinela sempre atalaia para avisar os seus do que se passa pelo mundo e lhes respeita”.¹⁰⁷ Mais que isso: haviam jornais e revistas que tinham por interesse expresso circularem apenas pelas mãos dos homens cultos e letrados. Isso porque, durante o século XIX, muitos dos jornalistas que escreviam, faziam-no para si próprios,¹⁰⁸ com o uso de uma linguagem que, por isso mesmo, não seria “a das meretrizes nos alcouces, a dos negros nas senzalas ou a das regateiras no mercado”.¹⁰⁹

¹⁰³ **Acajá**, Rio de Janeiro, n. 22, ano 1, 1 de outubro de 1861, p. 171.

¹⁰⁴ EWALD, Ariane P. et al. “Crônicas folhetinescas: subjetividade, modernidade e circulação da notícia”. In: NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das; MOREL, Marco; FERREIRA, Tania Maria Bessone da Cruz. **História e imprensa: representações culturais e práticas de poder**. Rio de Janeiro: DP&A/Faperj, 2006, p. 244.

¹⁰⁵ De acordo com Marco Morel e Mariana Monteiro de Barros, existiriam, no início do Oitocentos, duas categorias para esses receptores: os leitores ativos e os leitores passivos. Em relação aos leitores ativos, os dois autores asseveram que ocorreram “tentativas de formação de um público homogêneo composto pelas elites culturais, econômicas e políticas. Dessas proposições, emerge o perfil de um público – se não o existente, pelo menos o desejado: espelho de uma identidade ao mesmo tempo cultural, social e política. Um público ilustrado e poderoso, integrado por sábios, homens instruídos, lado a lado com ricos proprietários – isto é, um conjunto de cidadãos e leitores ativos. [...] Em outro sentido, o público aqui chamado de passivo (o que não quer dizer que ele não criava movimentos sociais e políticos, muito pelo contrário) situava-se fora das fronteiras da ‘República das Letras’ e dos grupos de poder. [...] Era um público considerado rude, iletrado, pobre, sem instrução; enfim, miserável. Justamente por tais motivos deveria ser o alvo (ou – por que não dizer – o objeto) dos esforços culturais daqueles que não pretendiam escrever apenas para seus pares”. MOREL, Marco; BARROS, Mariana Monteiro de. **Palavra, imagem e poder**, p. 39-40.

¹⁰⁶ PINA, Patrícia Kátia da Costa. **Literatura e jornalismo no oitocentos brasileiro**, p. 161.

¹⁰⁷ **Chronica Litteraria**, Rio de Janeiro, n. 29, vol. 1, série 1, 16 de julho de 1848, p. 231 (grifo nosso).

¹⁰⁸ BARBOSA, Marialva. **História cultural da imprensa**, p. 62.

¹⁰⁹ **A Aurora**: periodico litterario e critico, Rio de Janeiro, n. 1, 15 de junho de 1851, p. 1.

Entretanto, essa não era a proposta da grande maioria dos jornais, revistas e folhas avulsas que circularam no Rio de Janeiro durante o século XIX. Apesar do baixo grau de instrução e letramento da população, a oralidade da cultura permitia que o leque de consumidores dos periódicos publicados na cidade fosse mais amplo. Assim, os próprios redatores organizavam suas publicações de modo a atingir o maior e o mais variado número possível de receptores, fossem letrados ou iletrados, leitores ou ouvintes. Em 1845, *A Nova Minerva* assinalou quem seriam seus potenciais leitores:

Em uma palavra, a presente publicação será organizada de maneira que sirva para ambos os sexos e para todas as classes da sociedade. O filósofo e o literato, o homem de Estado e o homem do povo, o negociante e o artista, o professor e o estudante, a mulher casada e a solteira, a velha e a moça, acharão sempre, por sua vez, artigos ou leituras apropriadas a seu sexo, a sua condição, a seus gostos e profissões.¹¹⁰

A Gazeta Universal, um ano antes, apresentava-se como destinada “a todos os que por ali leem; a todos sem distinção; da laje e do sótão do pobre, ao sobrado e ao paço do rico; das choupanas colmadas da aldeia, aos solares alcatifados dos senhores e nobres; servindo a todos e em tudo, pelas salas e lares, pelas portas, praças e campos”.¹¹¹ Já a *Ideia*, em 1869, destacou sua pretensão de “dar em suas páginas literatura para todas as idades, sexos e condições”, do mesmo modo que também desejava que “o pintor, o músico, o escultor, o fabricante, o ator, o mecânico encontre na variedade dos seus escritos um que seja especial a sua profissão e donde possa colher útil e proveitosa lição para a doutrina da arte que professa”.¹¹²

Eram publicados, também, jornais e revistas elaborados propriamente para os indivíduos de pouca instrução. Dedicados a escrever para um público além de seus pares letrados, os redatores destes periódicos preocupavam-se em atingir uma parcela da população composta por indivíduos de estudos escassos. Em 1821, Francisco Vieira Goulart, redator d’*O Bem da Ordem*, afirmou no primeiro número de seu jornal:

Para facilitar estes conhecimentos e fazer vulgares as ideias do Bem da Ordem e os princípios políticos compatíveis com as circunstâncias das pessoas que se não deram a estes estudos, nem podem dar sem detrimento das suas ocupações ordinárias, é que o redator deste periódico toma a si esta difícil empresa, sem outras vistas mais que o Bem da Ordem, donde depende a prosperidade geral. Os leitores menos instruídos e os que não têm meio de o serem de outro modo,

¹¹⁰ **A Nova Minerva**: periódico dedicado às sciencias, artes, litteratura e costumes, Rio de Janeiro, n. 1, tomo 1, dezembro de 1845, p. 5.

¹¹¹ **Gazeta Universal**, instructiva, politica e commercial (Folha dos interesses moraes e materiais do Brasil), Rio de Janeiro, n. 1, ano 1, 28 de abril de 1844, p. 1.

¹¹² **Ideia**: revista artistica e litteraria, Rio de Janeiro, n. 2, ano 1, 1869, p. 35.

suposta a falta de livros e a penúria de estabelecimentos tipográficos, aqui acharão todas as ideias que lhe são indispensáveis para desempenhar com utilidade da nação os deveres de representantes ou empregados.¹¹³

Em seu terceiro número, o redator ressaltou a importância de escrever em linguagem vulgar, recordando ainda que dedicava seu jornal aos destituídos de estudos:

Desculpem os literatos servir-me de um símile tão vulgar, lembrando-se do que já disse no 1º nº, e outra vez repito, que só me proponho a escrever para aquela classe de cidadãos que não frequentaram estudos para os quais um exemplo bem aplicado vale mais que o discurso mais concludente e mais enérgico.¹¹⁴

É o que também destacou, em 1855, a *Marmota Fluminense*, ao evidenciar a necessidade de se publicarem periódicos populares, uma vez que, de

[...] todos esses jornais que até hoje se tem publicado, nenhum me parece próprio para o nosso povo, o qual pode ser ainda comparado a uma criança que, não podendo compreender objetos de grave assunto, nem entender aquilo que se lhe pretende ensinar por meio de palavras sonoras e pouco ou nada vulgares, enfastia-se da leitura, aborrece as lições e fica julgando que um livro é um palavrorio vão que nada vale senão pela importância de sua encadernação; que um jornal, por qualquer preço, é caro, porque lhe não serve senão para *embrulho!*

O nosso povo, pois, não lê porque não sabe ler aquilo que para ele se escreve; ou, antes (e talvez acerto), o nosso povo não lê porque ninguém ainda escreve para o povo.¹¹⁵

Desse modo, a linguagem popular e vulgar também frequentou as páginas impressas, não permanecendo confinada apenas à oralidade. Isso porque era preciso, antes de tudo, se fazer entender pela parcela da população destituída de estudos, além de despertar as paixões e incitar à ação.¹¹⁶ Os escritos do baiano Cipriano José Barata de Almeida, considerado por muitos o mais notável panfletário do Primeiro Reinado e das Regências Trinas, foram característicos da influência oralizante nos impressos: era como se seus jornais fossem publicados com o propósito de serem lidos em voz alta.¹¹⁷ Fazer-se, necessariamente, compreender pela parcela menos culta da população, por meio de uma linguagem vulgar característica de indivíduos de

¹¹³ **O Bem da Ordem**, Rio de Janeiro, n. 1, 1821, p. 7.

¹¹⁴ **O Bem da Ordem**, Rio de Janeiro, n. 3, 1821, p. 21.

¹¹⁵ **Marmota Fluminense**, Rio de Janeiro, n. 609, agosto de 1855, p. 1.

¹¹⁶ LUSTOSA, Isabel. “Insultos impressos: o nascimento da imprensa no Brasil”. In: MALERBA, Jurandir (Org.). **A independência brasileira**, p. 266.

¹¹⁷ MOREL, Marco. “Cipriano Barata: símbolo do jornalismo panfletário”. In: MELO, José Marques de (Org.). **Imprensa brasileira: personagens que fizeram história**. São Paulo: Universidade Metodista de São Paulo/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2005, vol. 1, p. 38.

baixo estudo, facilitaria a transmissão do saber entre os menos instruídos. Mas isso não bastava: escritores e redatores foram assíduos e incansáveis defensores da ideia de ampliar a instrução do povo.

1.4 Da instrução e da imprensa política

Já no primeiro periódico brasileiro, o *Correio Braziliense*, Hipólito da Costa alertava para “a necessidade que há de espalhar instrução útil no Brasil”.¹¹⁸ O desejo do redator de difundir a instrução pela comunidade era resultado da precariedade em que se encontrava o ensino no Brasil desde os tempos coloniais. Nesse período, acima de tudo, o estudo e o gosto pelas letras não eram hábitos ou preocupações fundamentais entre a população, bem como não eram incentivados pela metrópole. Até o desembarque de Dom João, a instrução do povo não era planejada tendo-se em vista uma oferta sistemática de instituições de ensino, o que fazia com que os que desejassem estudos mais avançados precisassem se dirigir à Europa.¹¹⁹ Para se ter uma ideia, mesmo durante os anos joaninos não se tem notícia da criação de um único colégio na corte: quando Dom João retornou a Portugal, em 1821, deixou para trás praticamente a mesma estrutura educacional encontrada em 1808, ou seja, apenas os colégios de São Joaquim, de São José e da Lapa.¹²⁰ O descaso com a instrução, entretanto, não se deu apenas durante o governo de Dom João no Brasil. Em 1869, os *Annaes Brasilienses de Medicina* ainda afirmavam que “há alguma coisa de grande e de utilíssimo que tem sido entregue ao mais reprovável estado de atraso e de inconveniência: é a instrução pública”.¹²¹

Até fins da década de 40, malgrado alguns avanços realizados, o ensino no Rio de Janeiro encontrava-se ainda significativamente desorganizado, situação que somente seria alterada após a Reforma Couto Ferraz.¹²² Se nas capitais de províncias, como no próprio Rio de Janeiro, Salvador, Recife e São Paulo, a instrução pública era razoavelmente precária, o que dizer do restante do território, que pouco ou quase nenhum incentivo recebeu da administração imperial? Mesmo na corte, a educação pública caminhava a passos lentos, como destacou o *Album Litterario*, em março de 1861: “tal qual vai o ensino público, se não fosse o auxílio dos

¹¹⁸ *Correio Braziliense*, Londres, n. 130, vol. 22, março de 1819, p. 318.

¹¹⁹ CINQUE, Fernanda Regina. “A ação educativa do jornal *Correio Braziliense* no processo de independência do Brasil”. In: MIZUTA, Celina Midori Murasse; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; PERIOTTO, Marcília Rosa (Orgs.). *Império em debate: imprensa e educação no Brasil oitocentista*. Maringá: Eduem, 2010, p. 19.

¹²⁰ FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. “A construção de um público”. In: DINES, Alberto; LUSTOSA, Isabel. *Hipólito José da Costa e o Correio Braziliense*, p. 571.

¹²¹ *Annaes Brasilienses de Medicina*, Rio de Janeiro, n. 6, tomo 21, novembro de 1869, p. 216.

¹²² Decreto nº 1.331-A, de 17 de fevereiro de 1854, que aprova o regulamento da instrução primária e secundária do município da corte. Cf. *Coleção de Leis do Império do Brasil - 1854*, vol. 1, pt I, p. 45.

colégios particulares, de que podíamos fazer honrosas citações, e que tanto têm cooperado para a instrução do povo, tardia e acanhada seria esta”.¹²³

A preocupação com a instrução pública foi tema recorrente nos jornais do século XIX. Além de contribuir para a disseminação e circulação dos impressos periódicos, ela era considerada “um objeto que tão de perto afeta a vitalidade e melhoramento da sociedade brasileira”,¹²⁴ como asseverou *A Borboleta*, em 1844. Daí sua defesa publicada em verso no jornal *A Grinalda*:

Gosto de quem ama as letras,
E tem delas influência,
De quem, sem cessar, procura
Cultivar a inteligência.¹²⁵

O gosto pelas letras devia-se ao fato de que o “homem sem instrução, oculto nas trevas da ignorância, esse gérmen atrasador do progresso, é qual diamante bruto, é um ente inútil à sociedade”.¹²⁶ Por esta razão, os periódicos defendiam o ensino público no Rio de Janeiro, pois a instrução do indivíduo acarretaria o *melhoramento* da sociedade:

A instrução o torna interessante a si e à sua pátria, ela purifica seu espírito, abrandando os seus costumes, afasta-o dos princípios de vício, e aponta-lhe a brilhante vereda da virtude, tira-lhe a venda do erro e dá-lhe os olhos da verdade! [...] Ela constitui portanto o principal elemento da civilização, e por conseguinte o da prosperidade de uma nação, como pomposo exemplo nos patenteia a Alemanha, a França e a Inglaterra. Em vista, pois, de tão irrefragáveis considerações, deve a instrução sobretudo merecer a mais séria atenção de um governo desvelado em promover o *bem* do seu Estado.¹²⁷

Em vista disso, era “necessário instruir o povo e fazê-lo capaz de usar desta instrução”,¹²⁸ pois o cultivo da inteligência faria nascer as ciências e artes, consideradas fontes dos melhoramentos materiais e caminho para “a regeneração moral, sem a qual o engrandecimento nacional é uma quimera”.¹²⁹ Daí a afirmação d’*A Nova Minerva* de que o “Estado, pois, tem o direito e a obrigação de instruir”.¹³⁰ A organização do ensino público, dizia o periódico, deveria dividir-se em

¹²³ **Album Litterario**: periodico instructivo e recreativo, Rio de Janeiro, n. 15, ano 2, 15 de março de 1861, p. 2.

¹²⁴ **A Borboleta**: periodico miscelanico, Rio de Janeiro, n. 3, vol. 1, 5 de setembro de 1844, p. 41.

¹²⁵ **A Grinalda**, Rio de Janeiro, n. 4, vol. 1, 13 de agosto de 1848, p. 55.

¹²⁶ **A Nova Minerva**, Rio de Janeiro, n. 32, tomo 2, julho de 1846, p. 127.

¹²⁷ **A Nova Minerva**, Rio de Janeiro, n. 32, tomo 2, julho de 1846, p. 127.

¹²⁸ **A Nova Minerva**, Rio de Janeiro, n. 12, tomo 1, fevereiro de 1846, p. 3.

¹²⁹ **Marmota Fluminense**, Rio de Janeiro, n. 942, abril de 1858, p. 1-2.

¹³⁰ **A Nova Minerva**, Rio de Janeiro, n. 12, tomo 1, fevereiro de 1846, p. 1.

[...] *primária, secundária e superior*. Na primeira devem compreender-se, leitura, escrita, cálculo e música. [...] Na instrução secundária entram os ofícios e um ensino mais elevado e útil. Na superior se compreendem todos os mais elementos que servem à inteligência. Na primeira, formam-se cidadãos, na segunda, homens ilustrados, na terceira, sábios, artistas, etc., segundo as diversas profissões que sigam.¹³¹

Para os homens de imprensa do século XIX, a instrução deveria ser uma das principais preocupações dos governos. Os jornalistas consideravam-na a porta de entrada para que se alcançasse a prosperidade da nação, “pois é ela, como a água do batismo, a que habilita o homem a entrar na senda da felicidade. Ela é a porta principal por onde o homem tem de passar ao templo das artes, das ciências e da glória”.¹³² Segundo *A Abelha*, “pode a ignorância e o erro fazerem a felicidade de um só homem; porém, farão infalivelmente a desgraça de uma nação”.¹³³ A instrução era vista como a primeira necessidade para uma possível transferência do mundo da ignorância para o da racionalidade ilustrada, uma vez que o esclarecimento só seria possível por meio do conhecimento e da razão, adquiridos pela instrução e leitura.¹³⁴ Como registrado nas páginas do jornal *A Nova Minerva*, “a instrução deve ser, portanto, um dos objetos principais da *imprensa periódica literária*, como o é em todos os países que têm chegado à altura da civilização”.¹³⁵

O nascimento da imprensa brasileira, entretanto, longe de ser marcado pela carga literária, caracterizou-se pela estreita vinculação com a política, ou seja, o jornalismo político antecedeu o literário durante os anos iniciais do desenvolvimento da imprensa no Brasil.¹³⁶ Nesse contexto, inicialmente, a instrução associou-se ao esclarecimento político e, em consequência dele, à liberdade e prosperidade dos povos. A associação entre instrução, política e liberdade se fez presente nos periódicos no decorrer de praticamente todo o século XIX. Em 1865, o *Jornal das Famílias* advertiu que “a ignorância das massas é o primeiro auxiliar do despotismo: um povo sem educação não compreende nem merece a liberdade”.¹³⁷ Nestas publicações, era comum a seguinte afirmação, impressa no *Album Litterario*:

Não há melhor povo para se governar do que aquele que for regularmente instruído [...]; quanto mais instruído é um povo, mais elemento de ordem

¹³¹ *A Nova Minerva*, Rio de Janeiro, n. 12, tomo 1, fevereiro de 1846, p. 3.

¹³² *A Borboleta*, Rio de Janeiro, n. 3, vol. 1, 5 de setembro de 1844, p. 40.

¹³³ *A Abelha*: semanário científico, industrial e litterario, Rio de Janeiro, n. 2, ano 1, 19 de janeiro de 1856, p. 7.

¹³⁴ BARBOSA, Marialva. *História cultural da imprensa*, p. 66.

¹³⁵ *A Nova Minerva*, Rio de Janeiro, n. 1, tomo 1, dezembro de 1845, p. 3-4 (grifo nosso).

¹³⁶ RIBEIRO, Lavina Madeira. *Imprensa e espaço público*, p. 118.

¹³⁷ *Jornal das Famílias*, Rio de Janeiro, n. 11, tomo 3, novembro de 1865, p. 340.

existe entre ele, mais dócil se torna, e a convicção é o instrumento mais forte para se fazer as massas entrarem na órbita da moral e dos bons costumes. [...] Venha, pois, a instrução. Derrame-se por onde for possível esse orvalho civilizador da humanidade, porque é essa a fonte de todo o progresso.¹³⁸

Instruir o povo era o modo mais fácil de governá-lo, pois o colocaria em contato com os preceitos políticos, morais e sociais mais elucidativos. Como afirmaram os *Annaes Brasilienses de Medicina* em 1865, era preciso “ser na realidade cego para não ver que o *futuro das nações depende do grau de instrução a que chegarem*”. Ainda segundo esse periódico, “*um povo esclarecido, pelo contrário, será logo um povo livre e saberá conservar sua liberdade, porque saberá fazer bom uso dela*”.¹³⁹ Os redatores e escritores que publicaram periódicos durante o século XIX passaram a ver a instrução e a leitura, num primeiro momento, como mecanismos fundamentais para se incutirem novas ideias políticas, o que resultaria no abandono do mundo da ignorância em benefício da racionalidade, do esclarecimento e, no limite, da liberdade.¹⁴⁰ Encarregar-se da divulgação das ideias políticas, como apontou o *Acajá*, fazia da imprensa “a primeira necessidade dos povos livres e muitas vezes a salvaguarda dos seus direitos”.¹⁴¹

Durante o Oitocentos, reservou-se ao letrado a missão de informar o público sobre os mais importantes acontecimentos políticos da época. O jornalista deveria, com base nesse propósito, defender suas ideias e posicionamentos sobre os assuntos políticos, para, com isso, influenciar o público leitor.¹⁴² Excetuando-se o *Diário do Rio de Janeiro* - que ficaria de fora do grande debate em que se viu envolvida a imprensa nacional -, os jornais publicados durante o ano de 1821, quando foi abolida a censura no Brasil, eram quase todos de caráter político.¹⁴³ Isso porque a imprensa se desenvolveu na medida em que os problemas políticos se acentuavam.¹⁴⁴ Em seus primeiros anos de liberdade, a imprensa passou a ser vista como instrumento de difusão particularmente de ideias políticas. A partir de então, começou a se consolidar uma *cultura política*¹⁴⁵ no Brasil, acompanhada pela formação de um espaço público

¹³⁸ **Album Litterario**, Rio de Janeiro, n. 15, ano 2, 15 de março de 1861, p. 2.

¹³⁹ **Annaes Brasilienses de Medicina**, Rio de Janeiro, n. 7, tomo 17, dezembro de 1865, p. 339-340.

¹⁴⁰ BARBOSA, Marialva. **História cultural da imprensa**, p. 66.

¹⁴¹ **Acajá**, Rio de Janeiro, n. 1, ano 1, 15 de novembro de 1860, p. 3.

¹⁴² NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. “Pensamentos vagos sobre o Império do Brasil”. In: DINES, Alberto; LUSTOSA, Isabel. **Hipólito José da Costa e o Correio Braziliense**, p. 475.

¹⁴³ LUSTOSA, Isabel. “Insultos impressos: o nascimento da imprensa no Brasil”. In: MALERBA, Jurandir (Org.). **A independência brasileira**, p. 261.

¹⁴⁴ SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**, p. 115.

¹⁴⁵ Na obra *Corcundas e constitucionais*, ao buscar compreender a cultura política da época da Independência, a historiadora Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves procurou analisar e identificar o vocabulário e as práticas particulares por meio das quais as elites política e intelectual luso-brasileiras deram significado às suas atitudes e interpretaram a realidade que as rodeava. Tal cultura política seria marcada pelas ideias ilustradas do século XVIII e, mais notadamente, por uma transformação do ideário em que predominava a integração do império luso-brasileiro, em um ideário formado pelos desdobramentos da Revolução de 1820, no qual se ressaltava a ideologia

concorrente da abrangente esfera privada, em torno da qual se estruturava a sociedade civil. Nele, a imprensa deu o tom da nascente *opinião pública*¹⁴⁶.

Foi em meio à formação de um espaço público de crítica que os jornais, panfletos e demais impressos conduziram as discussões sobre o projeto político a ser organizado no Brasil imperial, colocando em cena rivalidades e visões de mundo diferentes entre os letrados.¹⁴⁷ Conseqüentemente, o início de construção da nação foi marcado por *guerras de opiniões* entre os jornalistas: de um lado, confrontavam diferentes projetos políticos sobre o que deveria ser a nação brasileira¹⁴⁸ e, de outro lado, disputavam a conquista da opinião pública, a qual atuaria como mecanismo de legitimação do projeto político defendido e, no limite, de legitimação da disputa e tomada do poder.¹⁴⁹ Analisando o período inicial da imprensa brasileira, o periódico *Chronica Litteraria* destacou que aquele era um jornalismo em que “se debatem os partidos políticos e onde se jogam os vaivéns das revoluções políticas”.¹⁵⁰ Os redatores e escritores, inclusive, faziam grande uso de citações de autores como Montesquieu, Rousseau, Voltaire e Diderot como forma de sustentar as ideias que defendiam. Em meio a uma série de concepções

separatista. Cf. NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. **Corcundas e constitucionais**: a cultura política da Independência (1820-1822). Rio de Janeiro: Revan/Faperj, 2003.

¹⁴⁶ De acordo com Marco Morel e Mariana Monteiro de Barros, “considera-se, em geral, que opinião pública remete a uma expressão que desempenhou papel de destaque na constituição dos espaços públicos e de uma nova legitimidade nas sociedades ocidentais a partir de meados do século XVIII. Essa visão percebia no nascimento da opinião um processo pelo qual se desenvolvia uma consciência política no âmbito da esfera pública. [...] Ou seja, a opinião com peso para influir nos negócios públicos, ultrapassando os limites do julgamento privado. MOREL, Marco; BARROS, Mariana Monteiro de. **Palavra, imagem e poder**, p. 22.

¹⁴⁷ NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. “Intelectuais brasileiros nos Oitocentos: a constituição de uma ‘família’ sob a proteção do poder imperial (1821-1838)”. In: PRADO, Maria Emília (Org.). **O Estado como vocação**, p. 19.

¹⁴⁸ Como apresenta Marcello Basile, grosso modo, existiriam ao menos três projetos políticos para o Brasil em disputa por três diferentes grupos, numa competição que se intensificou durante a Regência: os *moderados*, os *exaltados* e os *caramurus*. Segundo o autor, “Os *moderados* apresentavam-se como seguidores dos postulados clássicos liberais, tendo Locke, Montesquieu, Guizot e Benjamin Constant como principais referências doutrinárias; almejavam (e conseguiram) promover reformas político-institucionais para reduzir os poderes do imperador, conferir maiores prerrogativas à Câmara dos Deputados e autonomia do Judiciário, e garantir a observância dos direitos (civis, sobretudo) de cidadania previstos na Constituição, instaurando uma liberdade *moderna* que não ameaçasse a ordem imperial. Já os *exaltados* - adeptos de um liberalismo radical de feições jacobinistas, matizadas pelo modelo de governo norte-americano, e inspirados sobretudo em Rousseau, Montesquieu e Paine - buscavam conjugar princípios liberais clássicos com ideais democráticos; pleiteavam profundas reformas políticas e sociais, como a instauração de uma república federativa, a extensão da cidadania política e civil a todos os segmentos livres da sociedade, o fim gradual da escravidão, uma relativa igualdade social e até uma reforma agrária. [...] Havia, ainda, um terceiro grupo, organizado logo no início da Regência, os *caramurus*. Alinhados à vertente conservadora do liberalismo, tributária de Burke, eram contrários a qualquer reforma na Constituição de 1824 e defendiam a monarquia constitucional firmemente centralizada, nos moldes do Primeiro Reinado, chegando, em casos excepcionais, a nutrir anseios restauradores”. BASILE, Marcello. “Linguagens, pedagogia política e cidadania: Rio de Janeiro, cerca de 1830”. In: RIBEIRO, Gladys Sabina (Org.). **Brasileiros e cidadãos**: modernidade política 1822-1930. São Paulo: Alameda, 2008, p. 222.

¹⁴⁹ BASILE, Marcello. “Projetos de Brasil e construção nacional na imprensa fluminense (1831-1835)”. In: NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das; MOREL, Marco; FERREIRA, Tania Maria Bessone da Cruz. **História e imprensa**: representações culturais e práticas de poder. Rio de Janeiro: DP&A/Faperj, 2006, p. 90.

¹⁵⁰ **Chronica Litteraria**, Rio de Janeiro, n. 25, vol. 1, série 1, 18 de junho de 1848, p. 200.

e interesses divergentes, os homens da imprensa procuraram formar um cidadão apto à participação política, ainda que polemizando os debates como modo de influenciar a opinião pública.¹⁵¹

O discurso político ganhou uma dimensão efetivamente pública por meio da imprensa, a qual se tornou o epicentro das disputas entre as diversas facções e partidos, que buscavam o controle da palavra impressa para legitimar seus projetos e ações e desmoralizar os adversários. Os letrados acreditavam que era necessário orientar e, portanto, controlar a população por meio da educação dos indivíduos para a participação política, ou seja, formar o cidadão dentro dos preceitos políticos que consideravam mais adequados. A imprensa, desse modo, passou a exercer o papel de pedagoga política do povo, divulgando em suas páginas, em linguagem vulgarizada ou não de acordo com o público a que se dirigia, os termos, princípios e ideias políticas defendidas por cada facção, por cada jornal.¹⁵²

As publicações da época da Independência, geralmente, mantinham a tradição da imprensa europeia do século XVIII, em que se exercia o chamado jornalismo de opinião, que colocou em cena a figura do homem público, até então não encontrada no Brasil. Considerado portador de uma missão ao mesmo tempo política e pedagógica, este novo homem público era uma espécie de escritor patriota, capaz de difundir ideias e incitar debates, com o propósito de preparar seus leitores para o novo regime que se procurava instituir.¹⁵³ Os homens empenhados nesta tarefa confiaram nas virtudes do saber e conferiram à instrução a primazia de alavancar a transformação da sociedade.¹⁵⁴ Os periódicos, nesse sentido, eram considerados instrumentos de formação da população e da opinião pública.¹⁵⁵

Até a Independência, a tônica dos debates nos jornais - que quase sempre surgiam na mesma velocidade com que desapareciam - era a pressão impingida pela metrópole e a manutenção ou não de um império luso-brasileiro. A partir de 1822, no entanto, as discussões políticas estampadas em suas páginas concentraram-se na organização da nova nação em construção.¹⁵⁶ Eis o que afirmou o periódico *Ilustração Brasileira*, tardiamente, em 1854:

¹⁵¹ SILVA, Carolina Paes Barreto da. “Direitos, liberdade e cidadania no jornal O Repúblico (1830-1831)”. In: RIBEIRO, Gladys Sabina (Org.). **Brasileiros e cidadãos: modernidade política 1822-1930**. São Paulo: Alameda, 2008, p. 380.

¹⁵² BASILE, Marcello. “Linguagens, pedagogia política e cidadania: Rio de Janeiro, cerca de 1830”. In: RIBEIRO, Gladys Sabina (Org.). **Brasileiros e cidadãos**, p. 207-208.

¹⁵³ MOREL, Marco; BARROS, Mariana Monteiro de. **Palavra, imagem e poder**, p. 15.

¹⁵⁴ LUSTOSA, Isabel. “Insultos impressos: o nascimento da imprensa no Brasil”. In: MALERBA, Jurandir (Org.). **A independência brasileira**, p. 262.

¹⁵⁵ SILVA, Carolina Paes Barreto da. “Direitos, liberdade e cidadania no jornal O Repúblico (1830-1831)”. In: RIBEIRO, Gladys Sabina (Org.). **Brasileiros e cidadãos**, p. 391.

¹⁵⁶ De acordo com Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves, “a oposição entre despotismo, enquanto símbolo do passado que se pretendia *regenerar*, e liberalismo-constitucionalismo, enquanto imagem do futuro que se pretendia

Lancemos pesada nuvem de esquecimento sobre esse passado inglório em que vivemos vida de escravos. Lancemos porque é doloroso percorrer um passado que devemos renegar. Nossa existência, pois, começa com o grito de Liberdade aos majestosos campos do Ipiranga [...]. A Providência dotara o nosso país de condições tais que, logo após a sua emancipação política, ele poderá marchar livremente o caminho do progresso e de civilização.¹⁵⁷

A imprensa periódica assumiu, assim, o papel de colocar em pauta as discussões sobre o futuro do Brasil, com o objetivo de contribuir para o *adiantamento* do País. Durante as décadas de 20 e 30, os jornais e, sobretudo, os pasquins¹⁵⁸ moldaram-se em torno da política, alimentados pelas disputas partidárias entre os diversos grupos e projetos políticos desenvolvidos para a jovem nação que se constituía.¹⁵⁹ Tratava-se de uma época em que as tensões geradas pelos rumos políticos que poderiam ou não ser tomados pelo Império que começava a se organizar superavam todas as demais.¹⁶⁰ Os periódicos, desse modo, tornaram-se uma espécie de prolongamento da própria atividade política.¹⁶¹

Se o início da imprensa se associou à atividade política, ela naturalmente se desenvolveu nos locais em que esta atividade era mais acentuada, demorando um pouco mais para ganhar corpo nas províncias mais atrasadas politicamente.¹⁶² Por mais que a imprensa tenha se

construir, traduziu fundamentalmente o ideário político de 1820 a 1823, com a manifestação de novas atitudes e práticas culturais. [...] A partir de finais de 1821, os jornais publicados no Rio de Janeiro aderiram, em sua maioria, à ideologia separatista, apoiando a ação do príncipe regente d. Pedro. No ano seguinte, modificou-se o teor das publicações, com a multiplicação dos folhetos políticos contrários às Cortes de Lisboa e às atitudes de alguns membros da elite portuguesa. Ao mesmo tempo, os brasileiros começavam a arrancar o tope português, ‘trocando o azul e branco pelo verde e amarelo, que significa fertilidade e riqueza’. O sonho de um império luso-brasileiro se desfizera. Doravante, era o império do Brasil que cabia construir, tendo, porém, à testa aquela mesma elite política e intelectual que adequara, ao longo de 1821-1822, as ideias-chave da cultura política portuguesa aos interesses brasileiros”. NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. **Corcundas e constitucionais**, p. 53.

¹⁵⁷ **Ilustração Brasileira**, Rio de Janeiro, agosto de 1854, p. 115.

¹⁵⁸ Como define Nelson Werneck Sodré, o pasquim possuía “formato in-4º, quatro páginas em regra, preço de venda avulsa de 40 réis, 80 no caso de dobrar o número de páginas. Não havia venda nas ruas; comprava-se nas tipografias e nas lojas de livros indicadas, exemplares isolados ou por assinatura. O título se referia, via de regra, a pessoas, acontecimentos, coisas de interesse notório no momento [...]. O pasquim, habitualmente, não trazia o nome do redator [...]. Um só artigo, via de regra, ocupava todo o espaço do pequeno jornal. [...] Não tinha periodicidade certa, não aparecia em dias previamente fixados, na grande parte dos casos. [...] A maior parte dos pasquins não passou do primeiro número. A quase totalidade teve vida efêmera, saída irregular e até orientação flutuante. [...] Jornal de um só assunto, sempre, e de artigo único, quase sempre. Menos do que jornal, mera folha volante, panfleto lançado ao público, apreciando um tema, uma pessoa, um acontecimento [...]. A violência da linguagem, a invasão da vida particular e íntima, a difamação organizada, a devassa na conduta das pessoas [...]. SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**, p. 158-163.

¹⁵⁹ Sobre a imprensa política na época da Independência, ver: LUSTOSA, Isabel. **Insultos impressos** e NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. **Corcundas e constitucionais**.

¹⁶⁰ VIANNA, Helio. **Contribuição à história da imprensa brasileira** (1812-1869). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945, p. 97.

¹⁶¹ MARTINS, Wilson. **História da inteligência brasileira**. São Paulo: Cultrix/Ed. da Universidade de São Paulo, 1977, vol. 2, p. 128.

¹⁶² SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**, p. 105.

desenvolvido mais depressa no Rio de Janeiro, em razão de as disputas mais acirradas se localizarem na capital e sede da corte, os impressos também se espalharam ao restante do País, principalmente às províncias em que as atividades políticas eram mais marcantes, como Bahia, Recife e São Paulo.

Entre o início da liberdade de imprensa, em 1821, e o final do período regencial, em 1841, o Brasil vivenciou uma fase de discussão e de debates políticos travados entre os diversos partidos e seus projetos políticos para a nação, em um cenário recheado por agitações, insultos, desqualificações, difamações pessoais, perseguições, prisões, deportações e atentados.¹⁶³ Observar um periódico político da época era fazer saltar aos olhos a grande virulência tanto no ataque quanto na defesa do governo monárquico.¹⁶⁴ A imprensa vivia um momento no qual o ataque pessoal passou a ser o centro de sua produção textual, com ofensas e agressões explícitas à idoneidade das pessoas, que se tornavam, em um curto espaço de tempo, vítimas e autoras de chacotas, xingamentos e ofensas pessoais.¹⁶⁵ Destarte, o jornalismo politicamente militante e agitador, marcado pelo uso de palavras vulgares, fez do ataque pessoal aos adversários um mecanismo de defesa das ideias políticas. Entre os redatores de destaque estavam Francisco Vieira Goulart (*Gazeta do Rio de Janeiro/O Bem da Ordem*), Januário da Cunha Barbosa (*Revérbero Constitucional Fluminense*), Joaquim Gonçalves Ledo (*Revérbero Constitucional Fluminense*), José da Silva Lisboa (*Conciliador do Reino Unido/Sabatina Familiar*), Luís Augusto May (*A Malagueta*), Manuel Ferreira de Araújo Guimarães (*O Patriota/O Espelho*), João Soares Lisboa (*Correio do Rio de Janeiro*), Luís Moutinho Lima Alves e Silva (*O Papagaio*) Manuel Inácio Ramos Zuzarte (*O Macaco Brasileiro*), Evaristo da Veiga (*A Aurora Fluminense*), Antônio Borges da Fonseca (*O Repúblico*) e os irmãos Andrada (*O Tamoyo*).¹⁶⁶

¹⁶³ Entretanto, isso não quer dizer que não existiam publicações de cunho mais literário durante o período, mas sim que a imprensa política predominava sobre os demais tipos. Já em 1813, “o Rio de Janeiro viu surgir a sua primeira publicação literária: *O Patriota*. A revista circulou até o ano seguinte, a princípio mensalmente, passando depois à bimestralidade. Ela contava, em geral, com cento e poucas páginas de texto e tinha como objetivos a divulgação e o desenvolvimento das letras, ciências e artes nacionais. Nos dezoito números publicados, foram abordados os assuntos mais diversos: literatura, mineralogia, topografia, história, política (nacional e estrangeira), medicina, estatística, agricultura, química, hidrografia, etnologia, artes, navegação, comércio, matemática, botânica, gramática filosófica e eloquência. O periódico trazia ainda uma sessão dedicada à apresentação crítica de obras publicadas aqui e no estrangeiro”. FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. “A construção de um público”. In: DINES, Alberto; LUSTOSA, Isabel. **Hipólito José da Costa e o Correio Brasileiro**, p. 597.

¹⁶⁴ RENAULT, Delso. **O Rio antigo nos anúncios de jornais: 1808-1850**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1969, p. 79.

¹⁶⁵ BARBOSA, Marialva. **História cultural da imprensa**, p. 52.

¹⁶⁶ Segundo Ana Luiza Martins e Tania Regina de Luca, “é vasto o repertório de folhas que marcaram aquele especial momento de transição [da Colônia para o país independente]. Em defesa da situação, favoráveis à manutenção dos laços com Portugal, circularam *O Bem da Ordem* (1821) e o *Conciliador do Reino Unido* (1821). Posicionando-se contra as Cortes na defesa dos interesses do Brasil vieram *O Revérbero Constitucional Brasileiro [Fluminense]* (1821), *O Espelho* (1821), *A Malagueta* (1821); questionador e sagaz, sobreveio *O Correio do Rio de Janeiro* (duas fases, 1822 e 1823). Instigantes, ousados e nativistas foram os jornais *O Macaco Brasileiro*

Estes homens marcavam presença “no domínio da polêmica, esta guerra moderna, concentrada nas colunas dos jornais, e não menos séria, não menos fecunda em resultados que as lutas armadas”, como bem lembra o jornal *A Sciencia*, em 1848.¹⁶⁷ De um lado, se muitos dos temas mais recorrentes giravam em torno da defesa da Constituição, da abdicação, das ações e discursos de regentes, ministros e deputados, da criação do Código Criminal e da Guarda Nacional - enfim, de tudo o que tivesse algo a dizer sobre a construção do destino político do País -, de outro lado, os temas se referiam a assuntos que serviam, sobretudo, às polêmicas entre as diferentes facções políticas: denúncias de atos arbitrários das autoridades, de crimes, de atentados sofridos e de prisões reputadas injustas, sem falar nos insultos pessoais, blasfêmias e provocações em que o uso de palavras insólitas, ambíguas e vulgares tornavam os escritos repletos das características de um mundo oral que se mantinha em insistente contato com o das letras impressas.¹⁶⁸

Por meio da guerra de opiniões em que se veiculavam todos esses temas, a imprensa transformou os debates e as discussões políticas em letras impressas, ainda que de cunho vulgar. Palavras que, nas leituras em voz alta realizadas nos espaços públicos e privados da cidade, continuavam a ecoar pelo Rio de Janeiro.¹⁶⁹ A guerra de opiniões, entretanto, com suas disputas partidárias e, sobretudo, insultos publicados, acabou por afastar a nascente imprensa política brasileira de sua proposta pedagógica originária. No momento em que os homens de letras compreenderam as imensas possibilidades oferecidas pelos impressos para a realização de propaganda política, acabaram por se distanciar, cada vez mais, do papel pedagógico que se atribuíam.¹⁷⁰ Com isso, em vez de instruir, a imprensa tornou-se muito mais uma vitrine política do jornalista. Por mais que os periódicos não tenham deixado de cumprir, ao menos em parte, sua tarefa pedagógica, eles divulgavam muito mais injúrias e ataques pessoais do que propriamente qualquer tipo de discussão produtiva sobre determinado princípio político. Em 1842, *O Critico* descreveu a situação do periodismo político no Brasil:

Se lançamos uma breve vista de olhos sobre os jornais políticos que despejam presentemente os prelos desta capital, a excetuarmos raras e pequenas passagens, aonde, por milagre, deparamos com alguns resquícios de razão e de verdade, quanto ao mais podemos afiançar que outra coisa não são mais que paixões individuais, interesses particulares diluídos num pêlago de palavras harmoniosas, de frases pomposas tão doces ao ouvido, quão amargas

(1822) e *O Papagaio* (1822). MARTINS, Ana Luiza; DE LUCA, Tania Regina. **Imprensa e cidade**. São Paulo: Editora UNESP, 2006, p. 21.

¹⁶⁷ *A Sciencia*, Rio de Janeiro, n. 15, vol. 2, 29 de abril de 1848, p. 188.

¹⁶⁸ BARBOSA, Marialva. **História cultural da imprensa**, p. 59.

¹⁶⁹ BARBOSA, Marialva. **História cultural da imprensa**, p. 59.

¹⁷⁰ LUSTOSA, Isabel. **O nascimento da imprensa brasileira**, p. 58.

nos mais recônditos esconderijos da alma dos homens honrados, em que ainda se não apagou de todo a derradeira centelha do sacrossanto fogo do patriotismo, que o brado divino - Independência ou morte - fez atear das então venturosas margens do Ipiranga até as últimas orlas da terra de Santa Cruz.¹⁷¹

Exemplo claro desta situação foi a participação dos outrora idealistas Joaquim Gonçalves Ledo e Januário da Cunha Barbosa - redatores do *Revérbero Constitucional Fluminense*, primeiro jornal politicamente independente publicado no Rio de Janeiro, entre 1821 e 1822 - em pasquins ordinários movidos pelo oportunismo político, nos quais, em vez de prezarem pelos debates e ensinamentos dos princípios da política, se empenhavam em desmoralizar, caluniar e destruir seus adversários.¹⁷² Esta desvirtuação da proposta pedagógica original foi também a leitura feita pela *Gazeta Universal*, em abril de 1844, momento em que a imprensa política declinava e perdia espaço no Rio de Janeiro:

- É a imprensa política a que entre nós deveria de ter contribuído grandemente para a ilustração das classes inferiores e, em geral, para o melhoramento da vida moral e material do povo da pátria; [...] Ela é que prevalecendo na alteza de sua posição social, havia de ter por amplíssimo dever o aprimorar desvelada o espírito do povo, cujo mestre tem sido e é; [...] Mas, em verdade, mal se tem por vez o adstringido a capitular os negócios públicos e as opiniões dominantes; e daqui abusado e baixado desgraçadíssimamente a eco dos *bandos*, a crônica dos escândalos e melhor dos erros e crimes dos *caudilhos* deles!

E se volvemos os olhos para estes milhares, ou antes milhões de folhas avulsas, que há 15 anos têm alagado da catadupa revolucionária toda esta nossa terra, aflige o ver com quantas futilidades, sem verdades, sem juízos, e fraudes, e torpezas, e misérias, se tem iludido frequentemente a curiosidade, a boa-fé, a confiança do povo: para se lhe dar às braçadas alimento sórdido e empeçonhado ao espírito.

- Luta de parcialidade *individuais*, luta enfurecida, violenta e estéril, da qual se pode tanto dizer ai dos vencidos, como ai dos vencedores; luta em que, como em duelo de morte, mais se trata da ofensa que da defesa, em que o ódio e vícios do coração falam mais alto que as convicções do entendimento; tal luta sempre travada e mortífera esforça os escritores políticos no Brasil.¹⁷³

Mais adiante, acrescenta:

- Muito alheia de si, muito esquecida do seu fim e muito transviada tem aí ido essa imprensa, tal qual entre nós existe; deixando tão cerrada, tão balda de verdadeira educação social, a índole vulgar do país: e, antes, aplicando-a quase exclusivamente para essas discussões e *individuações* estéreis e

¹⁷¹ **O Critico**: jornal critico, satyrico, litterario, poetico e jocosos, Rio de Janeiro, n. 1, 15 de janeiro de 1842, p. 1-2.

¹⁷² LUSTOSA, Isabel. **Insultos impressos**, p. 419-420.

¹⁷³ **Gazeta Universal**, Rio de Janeiro, n. 1, ano 1, 28 de abril de 1844, p. 1.

esterilizadoras, que nada têm dado de si, com desperdício de tanto tempo, tanto engenho, tanto ouro e até tanto sangue nacional.

- Essa é a triste verdade.

- Ainda assim, porém, fazendo-lhe justiça, sem embargo de tão culpadíssimo desleixo e desvio, tem ela bem merecido em certo modo; como por ter feito ler, e porque tem muito enraizado o benditíssimo vício da leitura popular.

- Pois o povo lê, sabe que deve e carece de ler, e quer ler folhas avulsas: e de dia a dia como que se lhe estimula cada vez mais essa sua sede do entendimento e da curiosidade;¹⁷⁴

Para o redator, por mais que a imprensa política tenha contribuído para a instrução do povo ao ampliar o número de leitores, ouvintes, escritores e redatores, bem como para o esclarecimento político e para os debates em torno dos diversos projetos para o Brasil, levando à população as discussões sobre o futuro do País, a guerra entre os jornalistas parece ter afastado do centro da discussão o que era considerado seu grande propósito inicial: atuar como instrumento pedagógico de instrução e esclarecimento político da população.

1.5 Da imprensa literária e científica e do modelo europeu de civilização

Malgrado o relativo fracasso do projeto pedagógico proposto pela imprensa política, o papel reservado ao *homem de letras* durante o século XIX já se esboçava desde o nascimento da imprensa: o de mentor da sociedade, dedicado à aplicação prática das ideias.¹⁷⁵ A proposta de um jornalismo pedagógico, em que o letrado deveria assumir para si a tarefa de formar o povo, começou a se consolidar a partir da década de 40, influenciado pelo golpe da maioria. Com a maior estabilidade na política, a literatura e as ciências passaram a ganhar mais destaque nas folhas impressas, tornando-se os epicentros do projeto pedagógico almejado pelos letrados. Como destaca *A Nova Minerva*, era possível notar, em 1845, ainda que de modo insatisfatório, um crescimento dos periódicos científicos e literários no Rio de Janeiro:

Verdade é que de algum tempo a esta parte circulam nesta capital muitas publicações úteis e instrutivas, redigidas por pessoas de talento, de saber e patriotismo; porém elas não bastam ainda para satisfazer as necessidades da época e do país, na parte literária e científica; nem todas elas têm uma vida continuada, pois que umas nascem e outras morrem, abalroando nas dificuldades que em toda a parte se opõem às empresas deste gênero.¹⁷⁶

¹⁷⁴ **Gazeta Universal**, Rio de Janeiro, n. 1, ano 1, 28 de abril de 1844, p. 2.

¹⁷⁵ SILVA, Ana Rosa Clocllet da. **Inventando a nação**: intelectuais ilustrados e estadistas luso-brasileiros na crise do Antigo Regime Português (1750-1822). São Paulo: Hucitec/Fapesp, 2006, p. 378.

¹⁷⁶ **A Nova Minerva**, Rio de Janeiro, n. 1, tomo 1, dezembro de 1845, p. 2.

Durante o século XIX, com a intensificação da proteção governamental dada à cultura no Rio de Janeiro, quando se efetivaram reformas transformadoras do panorama da cidade e se condicionaram novos rumos às letras, artes e ciências,¹⁷⁷ os letrados passaram a ocupar um papel preponderante na construção do Brasil e de sua população. Os homens de cultura formularam, por meio da instrução do povo, um projeto pedagógico e cultural reformista sustentado nas ciências e nas artes e empenhado em transformar uma antiga colônia, considerada atrasada e destituída dos mais elementares padrões de modernização, em um novo império integrado ao modelo europeu de *civilização*.¹⁷⁸ De acordo com o *Album Litterario*, “pode-se, pois, dizer que o Brasil começou a gozar dos foros de um povo, desde que, cedendo à invasão francesa, D. João VI abandonou as terras de Portugal. Com ele veio a instrução pública, e com a instrução o gérmen das ciências e das *Belas Artes*”.¹⁷⁹

Até a década de 40, não havia muito espaço para as belas-letas nos periódicos publicados no Rio de Janeiro, com exceção de alguns poucos jornais e revistas especializados e de vida efêmera. Com o golpe da maioria, quando a estabilidade do Império aumenta e as disputas políticas começam a arrefecer, inaugurou-se uma nova fase na imprensa brasileira, tanto na corte quanto nas províncias, em que a literatura e as ciências se consolidam como as principais temáticas dos periódicos, assumindo a dianteira do projeto pedagógico almejado pela imprensa. Como asseverou um dos jornais do início dessa nova fase: “É essa a especialidade do Espelho Fluminense: nada de políticas, nada de diplomacias”.¹⁸⁰ Tal como o *Espelho Fluminense*, *A Nova Minerva* também “promete ao Brasil uma ampla colheita de flores literárias e de frutos científicos”.¹⁸¹

Ocorreu uma significativa modificação no que era publicado nos jornais e revistas após a maioria. Até então, como vimos, a intensa atividade política no Rio de Janeiro acabou degradando a qualidade dos jornais e pasquins, que comumente traziam em suas páginas insultos e difamações pessoais, estampando textos que tinham por interesse principal destruir os adversários políticos, criando polêmicas e instigando os ânimos. A partir da década de 40, no entanto, quando o Brasil inicia uma fase política relativamente mais calma, os impressos desenvolveram uma qualidade mais apurada em seus conteúdos e experimentaram uma duração

¹⁷⁷ CANDIDO, Antonio. **Formação da literatura brasileira: momentos decisivos**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1981, 230.

¹⁷⁸ NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. “Intelectuais brasileiros nos Oitocentos: a constituição de uma ‘família’ sob a proteção do poder imperial (1821-1838)”. In: PRADO, Maria Emília (Org.). **O Estado como vocação**, p. 30.

¹⁷⁹ *Album Litterario*, Rio de Janeiro, n. 7, ano 1, 15 de novembro de 1860, p. 2.

¹⁸⁰ *Espelho Fluminense*, Rio de Janeiro, n. 1, 1 de janeiro de 1843, p. 1.

¹⁸¹ *A Nova Minerva*, Rio de Janeiro, n. 1, tomo 1, dezembro de 1845, p. 17.

mais longa de seus títulos, divulgando assuntos não apenas de caráter político, mas também matérias sobre literatura, ciências, filosofia, arte e moda. Foi o momento em que homens como Justiniano José da Rocha, Bernardo Pereira de Vasconcelos e Torres Homem se destacaram ao lado de literatos da importância de Machado de Assis, José de Alencar e Joaquim Manuel de Macedo. Nesse momento, os periódicos já se haviam instalado definitivamente no seio da sociedade carioca, uma vez que detinham um público cativo mais numeroso, além de um canal de distribuição mais amplo e preços mais acessíveis.¹⁸² A imprensa, daí em diante, desvinculou-se do caráter violento e difamador de seus primeiros anos. Surgem e proliferam publicações dos mais diferentes gostos: os políticos (que, por mais que declinassem, não deixaram de existir), mas também os humorísticos, os satíricos, os noticiosos, os religiosos, os femininos, os de moda, os médicos, os musicais, os teatrais, os artísticos e, especialmente, os científicos e literários.¹⁸³

Mas o projeto pedagógico desenvolvido pela imprensa para a sociedade brasileira oitocentista, iniciado com o jornalismo político, consolidou-se apenas com a proliferação de publicações científicas e, sobretudo, literárias. Por mais que esse afã pedagógico possa ser percebido desde a fundação do *Correio Braziliense*, em 1808, os anos compreendidos entre 1841 e 1870 é que lhe marcam o auge: foi nesse período que os literatos se firmaram como os principais colaboradores da imprensa periódica, multiplicaram-se os títulos publicados com ênfase na atividade literária, e os debates de cunho político - até então, a tônica principal dos jornais e revistas - cederam espaço às belas-letas e às ciências.¹⁸⁴ A partir do final da década de 60, entretanto, com a guerra do Paraguai ainda em curso, as inquietações políticas voltaram a ganhar espaço nas publicações. Daí para frente o debate político se acentua de novo, desenvolvendo-se em torno de questões relativas à escravidão, à religião, aos militares e às ideias republicanas.¹⁸⁵

¹⁸² FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. **Literatura e sociedade no Rio de Janeiro oitocentista**, p. 97.

¹⁸³ RENAULT, Delso. **Rio de Janeiro: a vida da cidade refletida nos jornais (1850-1870)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978, p. 123.

¹⁸⁴ Como afirma Nelson Werneck Sodré, até 1841, ano em que Dom Pedro II sobe ao trono, a imprensa brasileira foi marcada, principalmente, por uma profunda relação com a vida política, dada a grande instabilidade que marcou este período. A partir da maioridade, os ânimos políticos se acalmam, inaugurando-se um momento em que a imprensa se afasta da luta política e se afirma como imprensa literária. Os periódicos literários proliferaram mais intensamente até o início da década de 1870, quando, com o fim da Guerra do Paraguai, acirraram-se as disputas partidárias, intensificando-se os debates políticos nas páginas dos jornais. Como diz o autor, “Ao fim da década de sessenta, com a guerra terminada, tudo indica o início de fase nova, com reformas que se impõem e não podem ser proteladas; a luta política se acirra; a imprensa retoma o fio de sua história, interrompido com a Maioridade. Vai começar a agitação”. SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**, p. 200-201.

¹⁸⁵ SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**, p. 228.

Entre 1841 e 1870, com a difusão de periódicos que não se limitavam aos debates políticos, diferentes matérias conquistaram as páginas impressas, tornando-se os jornais e revistas mais acessíveis a um público mais abrangente, detentor de interesses diversificados.¹⁸⁶ O foco político dos anos iniciais se combinou a diversos outros enfoques que, em alguma medida, tornaram-se interessantes à sociedade oitocentista.¹⁸⁷ Esse declínio do debate político foi apontado, em 1844, pelo jornal *A Borboleta*:

Graças a Deus! Já o povo desta capital por um momento parece esquecido da terrível epidemia da política e volve carinhoso suas vistas ao mérito artístico; só a Companhia Italiana pôde fazer esta mudança: e digam lá que a música e o canto não fazem milagres [...]. A voz da Sra. Candiani, afinada pela lira do gosto, trouxe a época musical ao Rio de Janeiro e vida ao *Teatro das Crismas*, ao poste dos gênios. Hoje, por toda a parte não se fala em outra coisa, tudo é teatro, cantoria e música; todos são maestros.¹⁸⁸

Dez anos depois, a *Marmota Fluminense* também ressaltou sua perspectiva literária - afirma ser um jornal “alheio às discussões políticas, às ridículas personalidades, às intrigas particulares, às travessuras dos partidos”.¹⁸⁹

A efemeridade característica dos pasquins e periódicos políticos era também cada vez mais superada, ainda que paulatinamente. *A Nova Minerva*, em 1845, salientou: “vai-se manifestando lentamente um gosto pelas belas artes, às quais sempre compete a iniciativa; as publicações tornam-se mais frequentes, e os jornais literários [...] sustentam-se hoje um pouco mais, e da queda d’uns, outros se levantam”.¹⁹⁰ A partir de então, com jornais e revistas mais duradouros, a imprensa se consolidou, sobretudo, como literária, o que transformou os periódicos em ferramentas mais apuradas de aperfeiçoamento do homem e da sociedade. Isso porque, desde a Europa setecentista, as letras eram reconhecidas como instrumentos para o avanço do *progresso* e da *civilização*. Segundo os *Annaes Brasilienses de Medicina*:

[...] em todos esses países [da Europa] tem-se admitido como máxima que nada é mais capaz de civilizar e moralizar um povo do que as letras; e que, sendo elas o manancial e a fonte de todas as riquezas, é por elas que tudo deve florescer. Uma nação onde ninguém cultive o estudo - onde ninguém cure de se instruir, tudo aí murchará, porque em lugar de civilização existirá apenas

¹⁸⁶ KNAUSS, Paulo. “Introdução”. In: KNAUSS, Paulo et. al. (Org.). **Revistas ilustradas: modos de ler e ver no Segundo Reinado**. Rio de Janeiro: Mauad X, FAPERJ, 2011, p. 9.

¹⁸⁷ KNAUSS, Paulo. “Introdução”. In: KNAUSS, Paulo et. al. (Org.). **Revistas ilustradas**, p. 9.

¹⁸⁸ **A Borboleta**, Rio de Janeiro, n. 1, vol. 1, 15 de agosto de 1844, p. 7.

¹⁸⁹ **Marmota Fluminense**, Rio de Janeiro, n. 503, setembro de 1854, p. 1.

¹⁹⁰ **A Nova Minerva**, Rio de Janeiro, n. 1, tomo 1, dezembro de 1845, p. 8-9.

um instinto brutal somente capaz de levar o homem a praticar ações más e reprovadas.¹⁹¹

Partilhando a mesma opinião, o *Acajá* apontou que “é indubitável que as letras constituem a verdadeira civilização dos povos, bem como a verdadeira ilustração da inteligência”.¹⁹² As letras conquistaram o prestígio de veículo de europeização¹⁹³ dos povos, com a literatura assumindo a dianteira deste processo. Como expresso nas páginas da *Estrella do Occidente*, em 1849, a literatura era responsável pela “propagação dos conhecimentos úteis, de distinção e melhoramento progressivo da civilização!”¹⁹⁴ *A Nova Minerva*, em dezembro de 1845, também destacou o papel da literatura em relação à sociedade oitocentista:

A literatura é a expressão da sociedade e a sua influência um veículo do progresso social. Um povo que sabe apreciar o que é belo mostra que tem adiantado na carreira da civilização; e algumas nações têm chegado a ser tão célebres pela literatura como outras pelo poder e pelas ciências.¹⁹⁵

As belas-letas - em especial a literatura, considerada o objeto “mais importante da inteligência humana”¹⁹⁶ - deveriam ser destinadas a formar o povo, contribuindo para o *progresso e civilização* de seus costumes, de sua moral e de sua inteligência. Daí as letras terem sido a área de conhecimento que mais prosperou no século XIX brasileiro, bem como a que possivelmente desempenhou papel mais significativo na construção e consolidação da nossa nacionalidade.¹⁹⁷ Estes eram alguns dos motivos que levaram à defesa da literatura nas páginas do periódico *O Cruzeiro do Sul*, em 1849:

[...] a literatura é a expressão da sociedade, isto é, a expressão do estado de suas opiniões e costumes e de suas ideias dominantes; e como do maior ou menor, e do mais ou menos verdadeiro que é o pensamento depende a perfeição intelectual e moral do homem, e, por consequência, da sociedade, é evidente que a todo o país que pretende marchar pela senda da cultura convém necessariamente o cultivo da literatura.¹⁹⁸

¹⁹¹ **Annaes Brasilienses de Medicina**, Rio de Janeiro, n. 1, vol. 5, ano 5, outubro de 1849, p. 2.

¹⁹² **Acajá**, Rio de Janeiro, n. 1, ano 1, 15 de novembro de 1860, p. 2.

¹⁹³ Sobre a europeização do Rio de Janeiro durante o século XIX, ver: FREYRE, Gilberto. **Sobrados e mucambos: decadência do patriarcado e desenvolvimento do urbano**. São Paulo: Global, 2004.

¹⁹⁴ **Estrella do Occidente**: periódico semanal instructivo, critico e litterario, Rio de Janeiro, n. 3, 28 de abril de 1849, p. 4.

¹⁹⁵ **A Nova Minerva**, Rio de Janeiro, n. 1, tomo 1, dezembro de 1845, p. 4.

¹⁹⁶ **A Nova Minerva**, Rio de Janeiro, n. 1, tomo 1, dezembro de 1845, p. 4.

¹⁹⁷ FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. **Literatura e sociedade no Rio de Janeiro oitocentista**, p. 140.

¹⁹⁸ **O Cruzeiro do Sul**: periódico hebdomadario de instrucção e recreio, por uma associação de litteratos nacionais e estrangeiros, Rio de Janeiro, n. 1, vol. 1, 7 de julho de 1849, p. 5.

A literatura passa a ser vista pela sociedade brasileira oitocentista como um “excelente termômetro para medir o grau de civilização a que [o País] tem chegado”.¹⁹⁹ Entre as inúmeras expressões da literatura, o romance, publicado em folhetins nos rodapés dos periódicos, assume papel de destaque. De acordo com o *Espelho Fluminense*,

[...] os periódicos principiaram a dar a seus leitores romances e novelas. E que mal há nisso? O primeiro jornalista que, em folhetim, publicou um romance fez um verdadeiro serviço à humanidade. Quem pode suportar a leitura de uma enorme folha de papel, às vezes em letra miúda, a qual só contém discursos deste ou daquele parlamento, comentados pelo espírito de facção, ou intrigas diplomáticas e políticas? O folhetim romancista é um ponto de descanso da maçada jornalística: ainda é mais, os romances nos periódicos, quando escritos com o fim de moralizar e instruir, têm um alcance muito mais subido [elevado].²⁰⁰

Desse modo, considerava-se o romance “o resumo fiel dos hábitos e costumes de uma nação. [...] o romancista, parecendo entregue todo à imaginação, descreve fielmente os costumes da época e apresenta em seus quadros as virtudes e vícios do tempo e povo”.²⁰¹

Durante o século XIX, a literatura valorizou-se como instrumento de formação do povo e de construção da cultura nacional, justamente no momento em que se intensificou a procura por uma identidade nacional, o que muito se deve ao movimento conhecido como Romantismo. A publicação que inaugurou o movimento no Brasil, a *Nitheroy, Revista Brasiliense: Ciências, Letras e Artes*,²⁰² editada em Paris em 1836, por Gonçalves de Magalhães, Manuel José de Araújo Porto-Alegre e Francisco de Sales Torres Homem, tinha como centro de seu discurso os ideais de progresso e construção nacional.²⁰³ Para seus redatores, depois de alcançada a independência política, era necessário que o Brasil se equiparasse aos povos mais *adiantados* da Europa, concretizando “nosso ardente desejo de vermos o nosso país marchar na estrada da civilização e do progresso, que parece hoje obstruída”.²⁰⁴ Entretanto, a *Nitheroy* pregava que os elementos indicativos do estado de civilização não seriam os mesmos em todos os países,

¹⁹⁹ **Album Litterario**, Rio de Janeiro, n. 7, ano 1, 15 de novembro de 1860, p. 3.

²⁰⁰ **Espelho Fluminense**, Rio de Janeiro, n. 1, 1 de janeiro de 1843, p. 1.

²⁰¹ **A Borboleta**, Rio de Janeiro, n. 3, vol. 1, 5 de setembro de 1844, p. 36.

²⁰² Maria Orlanda Pinassi atesta que tal revista é “um esforço teórico de reunir várias áreas do conhecimento que se consideravam necessárias a uma boa *performance* da sociedade brasileira rumo à civilização moderna”. De acordo com a autora, a revista pleiteava para o Brasil um quinhão no universo civilizado do Ocidente, e conquistá-lo significaria a ruptura com os valores coloniais. Esse futuro civilizado, ocidentalizado e moderno seria atingido ao se “censurar aspectos da vida colonial que continuavam predominando sobre o estatuto independente da nação e impedindo o desabrochar do progresso brasileiro”. PINASSI, Maria Orlanda. **Três devotos, uma fé, nenhum milagre**: Nitheroy, Revista Brasiliense de ciências letras e artes. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998, p. 189-192.

²⁰³ MOREL, Marco; BARROS, Mariana Monteiro de. **Palavra, imagem e poder**, p. 58.

²⁰⁴ **Nitheroy, Revista Brasiliense**: ciencias, letras e artes, Paris, n. 2, tomo 1, 1836, p. 262.

pois deveriam apresentar características variadas conforme a geografia. O que significava que o Brasil deveria caminhar rumo à civilização, mas por um percurso singular, desenvolvendo uma cultura própria.²⁰⁵

As noções de civilização e progresso começaram a ser amplamente difundidas na Europa desde meados do século XVIII.²⁰⁶ O termo civilização²⁰⁷ expressava tanto o processo que tornava uma nação e um povo civilizados quanto o resultado cumulativo deste processo, que tinha na chamada “Europa civilizada”²⁰⁸ seu desenvolvimento em mais alto grau.²⁰⁹ Dizer durante o século XIX que uma nação era civilizada significava não apenas que “é rica, ilustrada e industriosa, como também, e principalmente, que tem bons costumes, que bem entende e pratica, melhor que outra, os preceitos da justiça e da moral, e que conhece quais são as condições com que podem os homens viver felizes na sociedade”.²¹⁰

A França era o grande expoente da civilização no mundo ocidental: Paris era o epicentro da vida intelectual, e o francês, a língua considerada culta.²¹¹ O *Arquivo Medico Brasileiro*, em 1846, ressaltou que “a França pode hoje servir, sem contradição, de modelo a qualquer povo civilizado”.²¹² Já *A Abelha* referiu-se categoricamente à influência da França sobre os rumos da civilização no Brasil: “a nação, que bem que fale a língua portuguesa, pensa sempre como a

²⁰⁵ RICUPERO, Bernardo. **O romantismo e a ideia de nação no Brasil** (1830-1870). São Paulo: Martins Fontes, 2004, p. 92.

²⁰⁶ Como ressalta Ariane P. Ewald, “no transcorrer do fim do século XVIII e notadamente durante o XIX, a Europa viveu a explosão do capitalismo industrial e uma febre de inovações técnico-científicas que promoveram a melhoria do conforto, do bem-estar e da segurança das elites ocidentais, bem como o progresso do liberalismo, da instrução, da alfabetização e da democracia. Esses fatores, somados ao desdobramento da Revolução Francesa, que instaurou um ideário libertário cuja finalidade máxima era a felicidade dos povos, compunham o cenário ideal para a disseminação de teorias sobre o progresso”. EWALD, Ariane P. et al. “Crônicas folhetinescas: subjetividade, modernidade e circulação da notícia”. In: NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das; MOREL, Marco; FERREIRA, Tania Maria Bessone da Cruz. **História e imprensa**, p. 248.

²⁰⁷ Em seu *O processo civilizador*, Norbert Elias aponta que “o conceito de civilização refere-se a uma grande variedade de fatos: ao nível da tecnologia, ao tipo de maneiras, ao desenvolvimento dos conhecimentos científicos, às ideias religiosas e aos costumes. Pode se referir ao tipo de habitações ou à maneira como os homens e mulheres vivem juntos, à forma de punição determinada pelo sistema judiciário ou ao modo como são preparados os alimentos. Rigorosamente falando, nada há que não possa ser feito de forma ‘civilizada’ ou ‘incivilizada’. Daí ser sempre difícil sumariar em algumas palavras tudo o que se pode descrever como civilização. Mas se examinarmos o que realmente constitui a função geral do conceito de civilização, e que qualidade comum leva todas essas várias atitudes e atividades humanas a serem descritas como civilizadas, partimos de uma descoberta muito simples: este conceito expressa a consciência que o Ocidente tem de si mesmo”. ELIAS, Norbert. **O processo civilizador: uma história dos costumes**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990, p. 23.

²⁰⁸ **Acajá**, Rio de Janeiro, n. 10, ano 1, 31 de março de 1861, p. 76.

²⁰⁹ EWALD, Ariane P. et al. “Crônicas folhetinescas: subjetividade, modernidade e circulação da notícia”. In: NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das; MOREL, Marco; FERREIRA, Tania Maria Bessone da Cruz. **História e imprensa**, p. 248-249.

²¹⁰ **A Nova Minerva**, Rio de Janeiro, n. 15, tomo 1, março de 1846, p. 2.

²¹¹ NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. “Intelectuais brasileiros nos Oitocentos: a constituição de uma ‘família’ sob a proteção do poder imperial (1821-1838)”. In: PRADO, Maria Emília (Org.). **O Estado como vocação**, p. 10.

²¹² **Arquivo Medico Brasileiro**: gazeta mensal de medicina, cirurgia, e sciencias accessorias, Rio de Janeiro, n. 3, tomo 3, novembro de 1846, p. 62.

francesa”.²¹³ Também em 1846, *A Nova Minerva* destacou a influência europeia no *progresso* e na *civilização* do País:

A pátria é a liberdade, a ordem, a riqueza, a civilização no solo nativo, organizado debaixo da bandeira e o nome do mesmo solo. Tudo isto nos tem trazido a Europa; isto é, nos tem trazido a noção de ordem, a ciência da liberdade, a arte da riqueza, os princípios de civilização. Estas coisas não conheciam os habitantes primitivos da América. A Europa, pois, nos tem trazido a pátria, se acrescentarmos que nos trouxe até a povoação que constitui o principal e o corpo da pátria. Tudo, na civilização de nosso século, é europeu. Poderíamos definir a América civilizada dizendo que é a Europa estabelecida em América.²¹⁴

A Europa, em especial a França, constituía o modelo de civilização mais completo almejado pelos intelectuais brasileiros.²¹⁵ Para eles, como expresso no *Archivo Medico Brasileiro*, era “necessário que imitemos os países civilizados”; os brasileiros, portanto, “deveriam começar por imitá-los naquelas [coisas] de reconhecida utilidade e importância, e que muito falam em favor do bom senso e da civilização de um povo”.²¹⁶ Era o que também defendia o *Album Litterario*, em 1860:

Quando uma nação copia os costumes e usos adotados nos países civilizados dá exuberante prova de amor à civilização, e os seus primeiros ensaios são passos que ela firma na estrada do progresso. Por isso, longe de nos enfadarmos de ver todos os dias o Brasil buscando imitar a França, esse grande centro donde parte a civilização universal, é com prazer, não destituído de patriótico sentimento, que vemos já introduzidos em nosso país, além dos fúteis usos, os usos proveitosos.²¹⁷

Malgrado o projeto de edificação da nação sustentar-se nos modelos europeus de civilização, principalmente o francês, grande parte dos letrados da época do Segundo Reinado defendiam não a adoção irrestrita das instituições e do modo de vida do Velho Continente, mas, sim, que o padrão europeu de civilização deveria se adaptar às condições locais do Brasil. Em 1847, o jornal *A Sciencia* não via com bons olhos a simples cópia dos valores existentes do outro lado do Atlântico, criticando os estadistas que insistiam em transferir ao Brasil “instituições que não estão em harmonia, nem com o seu clima, nem com os seus costumes,

²¹³ *A Abelha*, Rio de Janeiro, n. 15, ano 1, 15 de junho de 1856, p. 3.

²¹⁴ *A Nova Minerva*, Rio de Janeiro, n. 32, tomo 2, julho de 1846, p. 1-2.

²¹⁵ NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. “Intelectuais brasileiros nos Oitocentos: a constituição de uma ‘família’ sob a proteção do poder imperial (1821-1838)”. In: PRADO, Maria Emília (Org.). **O Estado como vocação**, p. 27.

²¹⁶ *Archivo Medico Brasileiro*, Rio de Janeiro, n. 4, tomo 3, dezembro de 1846, p. 84.

²¹⁷ *Album Litterario*, Rio de Janeiro, n. 1, ano 1, 15 de agosto de 1860, p. 2.

nem com a sua civilização”. Ainda segundo o jornal, a não adaptação das instituições às cores locais faria a nação “infalivelmente decair, degenerar e faltar completamente à missão que lhe foi destinada pela Providência”.²¹⁸ Com instituições, costumes e todos os demais elementos do modelo europeu adaptados às características brasileiras, o País, ao contrário, atingiria fatalmente o mesmo grau daquelas civilizações europeias, podendo, inclusive, superá-las. De acordo com os *Annaes Brasilienses de Medicina*:

Fico penetrado de subido entusiasmo todas as vezes que vejo um fato assinalar mais um progresso às férteis plagas do Novo Mundo. Encham-se de prazer os peitos verdadeiramente americanos todas as vezes que lhes vier à lembrança, que *esta nova parte está destinada para substituir em grandeza e majestade a essa culta Europa*, assim como ela substituiu outrora na civilização o Oriente; e pode-se bem dizer que é este um benévolo olhar do Criador, passeando pelas diferentes faces do globo! Se olharmos para as páginas da história, veremos que as nações nascem, crescem e morrem caducas, e para que se perpetue a dignidade da condição humana, dignidade prescrita por Deus, necessário se torna que outras surjam e progridam.²¹⁹

Com a superação da civilização europeia, os papéis entre o Brasil e a Europa se inverteriam: o Brasil deixaria de ser “fiel imitador dos passos da Europa”²²⁰ e veria “então a Europa vir buscar nestas praias as luzes que ela costumava emprestar”.²²¹

1.6 Da imprensa civilizadora

Se a literatura era considerada um mecanismo primordial de civilização da nação, coube ao literato assumir a função de propagador das luzes e edificador do *progresso* do Brasil. No decorrer do século XIX, principalmente entre 1841 e 1870, consolidou-se um movimento que pregava o uso da literatura como instrumento de formação do povo e de construção da cultura nacional, atribuindo-se ao literato o papel de uma figura pública responsável pelo destino do País.²²² Como ressaltou, em 1858, a *Marmota Fluminense*: “o literato não pode aspirar a uma existência independente, mas sim tornar-se um homem social, participando dos movimentos da sociedade em que vive e de que depende”.²²³

²¹⁸ *A Sciencia*, Rio de Janeiro, n. 5, vol. 1, novembro de 1847, p. 82.

²¹⁹ *Annaes Brasilienses de Medicina*, Rio de Janeiro, n. 3, vol. 5, ano 5, dezembro de 1849, p. 65 (grifo nosso).

²²⁰ *Chronica Litteraria*, Rio de Janeiro, n. 25, vol. 1, série 1, 18 de junho de 1848, p. 200.

²²¹ *A Nova Minerva*, Rio de Janeiro, n. 1, tomo 1, dezembro de 1845, p. 18.

²²² FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. *Literatura e sociedade no Rio de Janeiro oitocentista*, p. 109.

²²³ *Marmota Fluminense*, Rio de Janeiro, n. 945, abril de 1858, p. 1.

O literato desempenhou uma missão bastante valorizada na sociedade brasileira oitocentista, a saber: a do intelectual atuante, mentor da sociedade.²²⁴ Como ressaltou *A Abelha*, os literatos eram “cidadãos ilustres, que têm a peito preparar para sua pátria um futuro melhor”.²²⁵ *O Cruzeiro do Sul*, em 1849, convocava os “literatos eminentes de que abunda esta capital a contribuir ao progresso intelectual de sua pátria, com seu saber e seus talentos”.²²⁶ Em 1860, a *Revista Popular* também lembrava a importância do literato na construção da nação e na civilização dos povos:

O literato fala ao futuro pela voz da verdade, quebra as leis do tempo e proclama os seus oráculos até a mais remota posteridade.

[...]

Pelo poder da inteligência ele triunfa da lei do tempo e suas ideias alcançam os séculos mais remotos.

Os impérios se abatem, as nacionalidades soterram-se feridas pela mão poderosa do tempo: mas a palavra do literato atravessa todas essas peripécias, é repetida por todas as gerações e, como um sulco luminoso, guia a humanidade através dos séculos!

[...]

Conhecer essas grandes leis que regem o mundo moral, encarná-las nas instituições, nos costumes dos povos, traduzi-las em realidades práticas, aluminar a terra com o raio da verdade, eis a missão do filósofo, do literato.

Não será aqui debaixo do sol dos trópicos que virá desmaiar essa luz radiosa que ilumina os povos cultos.²²⁷

Os literatos e demais indivíduos letrados, contudo, eram ainda raros em uma sociedade em que o setor cultural dava os seus primeiros passos mais firmes. Dada sua escassez, ocuparam-se das mais diversas atividades, numa multiplicidade de setores que englobavam a política, o jornalismo, as artes, as ciências e a pedagogia. Eles próprios encaravam seu *fazer literário* como uma *missão civilizadora* e nacionalista, capaz de transformar a sociedade. Além disso, consideravam a si próprios importantes figuras públicas, essenciais para a conquista do *progresso* e da *civilização* do País.²²⁸ Mais ainda: desenvolveram uma insistente preocupação em conferir ao Brasil uma cultura de feição nacional.²²⁹

²²⁴ SILVA, Ana Rosa Clochet da. **Inventando a nação**, p. 378.

²²⁵ **A Abelha**, Rio de Janeiro, n. 1, ano 1, 12 de janeiro de 1856, p. 1.

²²⁶ **O Cruzeiro do Sul**, n. 1, vol. 1, 7 de julho de 1849, p. 4.

²²⁷ **Revista Popular**: noticiosa, científica, industrial, histórica, literária, artística, biográfica, anecdótica, musical, etc., etc., Rio de Janeiro, tomo 5, ano 2, janeiro a março de 1860, p. 92-93.

²²⁸ FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. “O Patriota e a invenção de padrões literários”. In: LUSTOSA, Isabel (Org.). **Imprensa, história e literatura**. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2008, p. 51.

²²⁹ FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. “A construção de um público”. In: DINES, Alberto; LUSTOSA, Isabel. **Hipólito José da Costa e o Correio Braziliense**, p. 600.

Em vista disso, um mesmo indivíduo concentrava entre seus afazeres diversas atividades: produzia romances, poesias, peças teatrais, teses médicas e, ainda, colaborava com revistas e jornais. Eram, por exemplo, os casos de Joaquim Manuel de Macedo e de Francisco de Paula Brito. O primeiro graduou-se médico pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, onde apresentou, em 1844, a tese *Considerações sobre a nostalgia*.²³⁰ Paralelamente a sua formação superior, Macedo foi tradutor e escreveu romances, poesias e peças teatrais - entre comédias, dramas e óperas -, atuando ainda como editor e colaborador de diversos periódicos. Somado à sua produção escrita, o literato ainda ministrou aulas no Colégio Pedro II e foi membro ativo tanto do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro quanto do Conselho Diretor de Instrução Pública da Corte. Francisco de Paula Brito, tal qual Macedo, se fez presente em inúmeras e diferentes atividades da incipiente vida ilustrada do Rio de Janeiro: trabalhou como livreiro, impressor, editor, poeta, dramaturgo, tradutor e jornalista, redigindo periódicos como a *Marmota na Corte* e a *Marmota Fluminense*; este último, inclusive, foi o jornal no qual o ainda jovem Machado de Assis publicou suas primeiras criações literárias.²³¹ Desse modo, como era hábito entre os letrados do período, Joaquim Manuel de Macedo e Francisco de Paula Brito marcaram presença nas mais diversificadas esferas da embrionária vida cultural do Rio de Janeiro.²³²

A partir de 1840, com o declínio dos debates políticos na imprensa, a literatura e o literato ganharam cada vez mais prestígio, e o público leitor interessado em literatura se expandiu, tanto por meio da proliferação de vários periódicos desta natureza quanto pela edição de um número cada vez maior de livros no Brasil. Os literatos ainda divulgavam suas obras e estabeleciam um contato mais próximo com o público pelos artigos e anúncios de livros publicados na imprensa, ou seja, intensificavam sua importância na sociedade e destacavam seu nome entre os demais por meio da atividade jornalística.²³³ Como apontado na *Chronica Litteraria* de julho de 1848, “os tipos, a imprensa, têm prestígios inefáveis para a mocidade - com dez anos de idade todos querem ser militares, com vinte, literatos”.²³⁴

Nesse período, o jornalismo ainda não era uma categoria profissional específica, uma vez que os jornais e revistas eram redigidos por pessoas que exerciam as mais diversas atividades ou se graduavam em diferentes profissões: romancistas, poetas, advogados, médicos,

²³⁰ Cf. MACEDO, Joaquim Manuel de. *Considerações sobre a nostalgia*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2004.

²³¹ STRZODA, Michelle. *O Rio de Joaquim Manuel de Macedo: jornalismo e literatura no século XIX*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2010, p. 47.

²³² FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. *Literatura e sociedade no Rio de Janeiro oitocentista*, p. 142.

²³³ SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*, p. 246.

²³⁴ *Chronica Litteraria*, Rio de Janeiro, n. 27, vol. 1, série 1, 2 de julho de 1848, p. 210.

filósofos, militares, diplomatas, políticos e religiosos eram encontrados entre os redatores e escritores colaboradores. Manuel Antonio de Almeida e José de Alencar, por exemplo, além de estimados jornalistas, eram formados, respectivamente, em Medicina e Direito. Havia ainda aqueles que não frequentaram as academias e faculdades, como o autodidata Machado de Assis.²³⁵ Cipriano Barata, considerado o maior panfletário do Primeiro Reinado e do período regencial, era formado em Filosofia pela Universidade de Coimbra, tendo por colega de turma o estadista José Bonifácio.²³⁶

Os literatos eram homens empreendedores, que gozavam de bastante prestígio social e participavam das mais variadas atividades que diziam respeito ao mundo das letras.²³⁷ Ao produzir diversos tipos de escritos e se integrar em distintas instituições de apoio à cultura, suas ideias circularam pelos mais diversificados gêneros da produção escrita local, como teses médicas, romances, poesias, livros, peças teatrais, sermões e, especialmente, jornais e revistas. Os periódicos, a propósito, foram um dos principais meios de propagação de ideias durante o século XIX. Ao jornalista, que também podia ser literato, médico, advogado, político ou militar, atribuía-se a missão de iluminar aqueles que necessitavam de luz, e ele procurava cumprir sua tarefa ao colocar os periódicos em circulação,²³⁸ os quais se destinavam a edificar uma cultura nacional, formar cívica e moralmente a população e conduzir o Império brasileiro rumo à *civilização* e ao *progresso*.²³⁹ Daí Hipólito da Costa, no pioneiro *Correio Braziliense*, afirmar que “a admissão e multiplicação de obras periódicas no Brasil será de incalculável vantagem para o melhoramento da civilização daquele país”.²⁴⁰ A imprensa, portanto, era considerada não apenas um veículo informativo, mas, sobretudo, um importante instrumento de formação do povo e do País.

Acreditando que os periódicos “iluminam a opinião pública, espalham a instrução em todas as classes e, assim, alcançam o mais louvável fim, o de ensinar aos povos e de lhes lembrar por uma contínua repetição e por uma lição diária os seus direitos e os seus deveres”,²⁴¹ os letrados procuraram reunir os mais variados conhecimentos nas páginas dos jornais e revistas, visando à construção de um leitor mais *civilizado*, mais apto a contribuir com o *adiantamento* do Brasil. Esses conhecimentos *úteis* foram organizados em diversas seções: história, filosofia,

²³⁵ MOREL, Marco; BARROS, Mariana Monteiro de. **Palavra, imagem e poder**, p. 63.

²³⁶ MOREL, Marco. “Cipriano Barata: símbolo do jornalismo panfletário”. In: MELO, José Marques de (Org.). **Imprensa brasileira**, vol. 1, p. 38.

²³⁷ FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. **Literatura e sociedade no Rio de Janeiro oitocentista**, p. 143.

²³⁸ BARBOSA, Marialva. **História cultural da imprensa**, p. 70.

²³⁹ FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. **Literatura e sociedade no Rio de Janeiro oitocentista**, p. 257.

²⁴⁰ **Correio Braziliense**, Londres, n. 130, vol. 22, março de 1819, p. 318.

²⁴¹ **Semanario de Saude Publica** pela Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, n. 1, 1831, p. 1.

literatura, biografia, variedades, poesia, teatro, romances, higiene, indústria, agricultura, botânica, química, catequese, ciências, artes, viagens, política, miscelânea, medicina prática, medicina doméstica, economia doméstica, belo sexo, moda, etiqueta, costumes, educação moral, etc. A *Revista Popular*, em 1860, assim descreveu o que era impresso em suas páginas:

Os assuntos de que até agora tratou a Revista são os seguintes: agricultura, indústria, comércio, bancos, colonização, questões de limites, navegação, ciências naturais, astronomia, história geral e pátria, biografias, viagens, heráldica, crônicas, anedotas, literatura, poesia, romances, variedades, instrução, linguística, comédias, charadas, música, higiene, casas de caridade e outros.²⁴²

Em 1869, a *Ideia* também apresentou os campos de interesse de que se ocuparia:

Receberemos com especial agrado e daremos pressurosos a publicidade aos artigos de interesse, tais como descrições topográficas do território brasileiro, episódios da história pátria, notícias históricas de nossas instituições literárias, científicas, artísticas e religiosas, fundação e desenvolvimento de nossos estabelecimentos artísticos e manufatureiros, narrativas de viagens, maravilhas e curiosidades de nossa natureza, crítica artística e literária, estudos especiais sobre pintura, música, escultura, e mesmo agricultura e ciências que lhe são aplicáveis; e biografias de homens ilustres, não só brasileiros, como estrangeiros que no Brasil se tenham tornado notáveis nas letras, ciências, artes, indústria, ou por outro qualquer ato que eleve o homem acima do nível comum da mediocridade.²⁴³

Alguns anos antes, em 1854, a *Ilustração Brasileira* também informou seus leitores sobre o que eles poderiam encontrar impresso no jornal:

[...] os mesmos princípios e o mesmo espírito que presidiram sempre a todos os nossos atos se encontrarão no vasto quadro dos assuntos de que se ocupará a *Ilustração Brasileira*, a saber: a moral pública, os costumes públicos, a política de interesse geral e do domínio da história, a economia política, a estatística e as leis de interesse geral, a eloquência parlamentar e judiciária, as ciências e belas artes, a literatura, a biografia, o exame crítico das obras que aparecerem, o comércio, a indústria, as descobertas e as invenções realmente úteis.²⁴⁴

Os periódicos, como fica claro pelo título das seções, funcionaram como um espaço de convergência dos diversos gêneros da cultura escrita, cedendo lugar, em suas páginas, ao romance, à poesia, ao teatro, aos sermões, ao ensaio médico, ao artigo de divulgação científica,

²⁴² *Revista Popular*, Rio de Janeiro, tomo 5, ano 2, janeiro a março de 1860, p. 6.

²⁴³ *Ideia*, Rio de Janeiro, n. 2, ano 1, 1869, p. 37.

²⁴⁴ *Ilustração Brasileira*, Rio de Janeiro, n. 1, vol. 1, fevereiro de 1854, p. 2.

etc. Tal variedade de assuntos e de gêneros conferiu ao periodismo um lugar privilegiado na sociedade oitocentista e na missão pedagógica conduzida pelos letrados, uma vez que despertava a atenção de leitores/ouvintes para diferentes interesses.²⁴⁵ Além de atrair uma variedade maior de leitores ao colocar em circulação uma grande diversidade de conhecimentos, os jornais eram gênero impresso a que o povo tinha maior acesso: comparando-os aos livros, estes eram mais escassos e tinham preços bastante elevados, o que tornava sua aquisição mais difícil.²⁴⁶ A propósito, a raridade e a dificuldade em se obter livros e, de modo geral, instrução, conferiu ainda mais destaque e importância aos letrados.²⁴⁷ De acordo com eles, o jornal tinha por missão substituir a diminuta instrução bibliográfica, ausente em razão da raridade e dos altos custos dos livros no Brasil:²⁴⁸

De dia em dia o jornalismo vai ampliando seu domínio: o século do exame e discussão encontrou no jornal um aliado fiel, que, em remuneração de serviços prestados, tomou a liberdade de usurpar atribuições que antes pertenciam à livraria. [...] Não há hoje um só objeto que escape à discussão e exame dos periódicos: ciências, literatura e artes, tudo abrangem com a mesma facilidade, e questões que em outro tempo só poderiam elucidar em algum *in-folio* - e isso mal - hoje ficam decididas com um simples artigo de periódico!²⁴⁹

Em 1869, além de ressaltar a importância dos periódicos em relação aos livros, *O Cruzeiro do Sul* destacou o caráter civilizatório daqueles:

Os alicerces do grande ofício da civilização se devem na verdade, depois do gênio, trabalho e observação dos grandes talentos, às publicações de obras científicas e literárias; porém a civilização das massas, a civilização dos povos tem se operado pelo veículo do jornalismo, dos periódicos que, em poucas páginas, instruem e dão conta dos tópicos principais da ciência, dessas páginas que sem fatigarem o ânimo, nem tirarem o tempo às ocupações diárias a que cada cidadão está ligado, qualquer que seja sua condição na sociedade, instruem deleitando e deixam na alma o germen do saber e no coração, o da virtude.

Eis aqui a ideia que nos levou a fazer esta publicação e eis aqui também a ideia que deveria induzir aos literatos eminentes de que abunda esta capital a contribuir ao progresso intelectual de sua pátria, com seu saber e seus talentos,

²⁴⁵ PINA, Patrícia Kátia da Costa. **Literatura e jornalismo no oitocentos brasileiro**, p. 57-58.

²⁴⁶ FERREIRA, Tania Maria Tavares Bessone da Cruz. **Palácios de destinos cruzados: bibliotecas, homens e livros no Rio de Janeiro, 1870-1920**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999, p. 81-82.

²⁴⁷ LUSTOSA, Isabel. "Cairu, panfletário: contra a facção gálica e em defesa do trono e do altar". In: NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das; MOREL, Marco; FERREIRA, Tania Maria Bessone da Cruz. **História e imprensa**, p. 275.

²⁴⁸ Sobre a relação entre o jornal e o livro para o século XIX, ver: ASSIS, Machado de. **O jornal e o livro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

²⁴⁹ **Espelho Fluminense**, Rio de Janeiro, n. 1, 1 de janeiro de 1843, p. 1.

enviando-nos as suas fecundas e amenas produções para serem insertas nas nossas fracas colunas.²⁵⁰

Em comparação com os livros, os periódicos cumpriam a função de tornar a divulgação dos conhecimentos e das luzes mais rápida e acessível. Em alguns casos, entretanto, o jornal apresentava o tamanho e o formato de um livro; em outros, era composto por extensos artigos que eram divididos e publicados durante vários números subsequentes até sua conclusão.²⁵¹ Malgrado essas exceções, a velocidade na divulgação dos conhecimentos por meio dos periódicos foi lembrada pela *Gazeta Universal*, em 1844:

Verdade já agora muito dita, e já verdade irrefragavelmente comprovada, é ser a imprensa periódica nesta era em que vivemos, o mais fácil e frutuoso meio de prover, não só àquele substancial ensino dos cidadãos, que lhes não podem dar nem escolas, nem liceus, como ao que sim dão as lições dos livros, mas com o que não podem eles gastar largas horas.²⁵²

O *Archivo Medico Brasileiro*, no mesmo ano, lhes enalteceu também a importância:

Mas quem não vê que dentre as invenções antigas ou já modernas são as publicações periódicas as que por sua natureza, variada matéria e pouco preço mais maravilhas e bons efeitos hão produzido? Por ventura, não foi coisa de muito proveito ter outorgado a todos, rico ou pobre, grande ou pequeno, nobre ou plebeu, a faculdade de entrar os umbrais da ciência e da instrução? Graças e louvores à imprensa, já não são os livros privilégio dos ricos e poderosos, todo mundo hoje lê, por toda parte circulam e giram os periódicos e manuais econômicos, e em breve não haverá uma só família, um único indivíduo, a que não caiba o seu lugar e que não seja comensal neste comum festim das artes e ciências.²⁵³

O livro não era suficiente para completar a formação intelectual dos diferentes grupos sociais brasileiros. Não eram todos os que conseguiam ter acesso a ele, diferentemente dos periódicos, que eram mais baratos, demandavam menor tempo de leitura e reuniam múltiplas áreas de conhecimento e interesse, o que, inclusive, tornava sua leitura em voz alta mais indicada, ampliando-se a transmissão das informações também para os iletrados;²⁵⁴ como destacou Machado de Assis, em janeiro de 1859:

²⁵⁰ *O Cruzeiro do Sul*, Rio de Janeiro, n. 1, vol. 1, 7 de julho de 1849, p. 4.

²⁵¹ LUSTOSA, Isabel. *O nascimento da imprensa brasileira*, p. 15.

²⁵² *Gazeta Universal*, Rio de Janeiro, n. 1, ano 1, 28 de abril de 1844, p. 1.

²⁵³ *Archivo Medico Brasileiro*, Rio de Janeiro, n. 1, tomo 1, agosto de 1844, p. 1.

²⁵⁴ PINA, Patrícia Kátia da Costa. *Literatura e jornalismo no oitocentos brasileiro*, p. 58.

O livro era um progresso; preenchia as condições do pensamento humano? Decerto; mas faltava ainda alguma coisa; não era ainda a tribuna comum, aberta à família universal, aparecendo como o sol e sendo como ele o centro de um sistema planetário. A forma que correspondia a estas necessidades, a mesa popular para a distribuição do pão eucarístico da publicidade, é propriedade do espírito moderno: o jornal.

O jornal é a verdadeira república do pensamento.

[...] O livro não está decerto nestas condições; há aí alguma coisa de limitado e de estreito se o colocarmos em face do jornal.

[...] Isto posto, o jornal é mais que um livro, isto é, está mais nas condições do espírito humano.²⁵⁵

Cientes desta importância dos periódicos, considerados “um dos estandartes da cultura de um povo”,²⁵⁶ os jornalistas procuraram formar um leitor de *bom gosto*, instruindo-o nas mais variadas formas artísticas, nas novidades técnico-científicas e em tudo mais que dizia respeito aos avanços da civilização. A imprensa no Brasil, desse modo, desempenhou uma missão pedagógica, caracterizando-se como um instrumento muito mais formativo do que informativo da população.²⁵⁷ Hipólito José da Costa, em 1808, no primeiro número do seu *Correio Braziliense*, já advertia sobre o papel pedagógico conferido aos homens da imprensa:

O primeiro dever de um homem em sociedade é ser útil aos membros dela; e cada um deve, segundo as suas forças físicas ou morais, administrar, em benefício da mesma, os conhecimentos ou talentos que a natureza, a arte ou a educação lhe prestou. O indivíduo que abrange o bem geral de uma sociedade vem a ser o membro mais distinto dela: as Luzes, que ele espalha, tiram das trevas ou da ilusão aqueles que a ignorância precipitou no labirinto da apatia, da inépcia e do engano. Ninguém mais útil, pois, do que aquele que se destina a mostrar, com evidência, os acontecimentos do presente, e o trabalho dos redatores das folhas públicas, quando estes, munidos de uma crítica sã e de uma censura adequada, representam os fatos do momento, as reflexões sobre o passado e as sólidas conjecturas sobre o futuro.²⁵⁸

²⁵⁵ ASSIS, Machado de. **O jornal e o livro**, p. 48-49.

²⁵⁶ **O Cruzeiro do Sul**, n. 1, vol. 1, 7 de julho de 1849, p. 4.

²⁵⁷ Maria Lucia Garcia Pallares-Burke, ao retomar alguns traços gerais da imprensa brasileira, latino-americana e europeia, destaca a concepção europeia do jornalismo como um “poderoso instrumento do projeto iluminista de mudar as ideias e maneiras das pessoas comuns”. Nesse sentido, a autora identifica uma das principais características da imprensa iluminista europeia: “a crença no poder das ideias de aprimorar a sociedade e a convicção de que a imprensa periódica, veiculando ideias, tinha grande potencial para educar o público”. Tal concepção da imprensa iluminista europeia teria se estendido à imprensa latino-americana, incluindo-se aí a brasileira. Assim, “esforçando-se por integrar o novo mundo independente no que era visto como a invejável e moderna cultura europeia, homens (e algumas mulheres) de letras latino-americanos deram à imprensa um importante papel no processo civilizatório”. PALLARES-BURKE, Maria Lucia Garcia. “A imprensa periódica como uma empresa educativa no século XIX”, **Cadernos de Pesquisa**, FGV, n.104, julho de 1998, p. 145-147.

²⁵⁸ **Correio Braziliense**, Londres, n. 1, v. 1, junho de 1808, p. A2.

O jornalismo periódico, fruto de uma “ideia iminentemente civilizadora”,²⁵⁹ passou a ser responsável por difundir as artes, as ciências, as ideias, os saberes, em suma, o *progresso* e a *civilização*. O jornal era considerado “o veículo do pensamento, o farol elétrico que leva rápido as ideias e as doutrinas”.²⁶⁰ Por isso mesmo, “de todas as invenções, de todas as descobertas, a de que o homem com mais razão se glorifica é a da imprensa”.²⁶¹ Essa era a opinião partilhada por Manoel de Araújo Porto-Alegre, Antonio Gonçalves Dias e Joaquim Manoel de Macedo, como pode ser percebido no artigo “O Jornalismo”, publicado pelos três, em dezembro de 1849, no periódico *Beija-Flor*:

Nos países cultos, a imprensa tem sido sempre considerada como um meio civilizador, e mesmo seria uma completa anomalia pretender que a presteza dos tipos fosse inventada para perverter e espalhar a corrupção, quando o não foi senão para derramar o bem. A torrente de luz que dela dimana quando a sabedoria a preside, incendiada pelo amor da pátria, pode comparar-se a um sol puro e benéfico que vem sazonar os frutos da inteligência do povo. O combate lícito de opiniões para descobrir a verdade, a propagação das ideias úteis, a indagação das ciências, a explicação dos melhoramentos das artes e indústria, a descoberta, em suma, daquilo que deve convir à humanidade quer no ramo científico, quer no político ou industrioso, eis a grande missão do jornalista, eis a fonte perene dos bens que a imprensa nos pode prodigalizar.²⁶²

A imprensa era, sobretudo, um importante instrumento de formação do povo e do país, gérmen do *progresso* e da *civilização* das nações. De acordo com o *Brazil Litterario*, ela “foi por muito tempo a precursora moral da sociedade, a estrela luzente da santa liberdade, o verdadeiro farol do progresso e o legítimo sustentáculo da opinião pública”.²⁶³ Ainda segundo o jornal, “a imprensa é para o mundo como a circulação para o corpo humano”.²⁶⁴ Em 1861, o *Album Litterario* também exaltou esta importância para a prosperidade das nações e para a instrução e esclarecimento dos povos:

A humanidade toda não podia possuir, para a sua prosperidade e grandeza, melhor invento que o da imprensa. Quem pudesse comparar agora o estado de civilização dos povos, antes da descoberta e aperfeiçoamento dos tipos, com o de hoje, veria a revolução que essa descoberta causou no futuro de todas as nações.

De que valeriam aos sábios as suas grandes ideias, de que valeriam todas as descobertas da arte e da ciência, se não fora a imprensa? Teriam sem dúvida

²⁵⁹ *Estrella do Occidente*, Rio de Janeiro, n. 3, 28 de abril de 1849, p. 4.

²⁶⁰ *Annaes de Medicina Brasiliense*: jornal da Academia Imperial de Medicina do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, n. 2, vol. 4, ano 4, agosto de 1848, p. 26.

²⁶¹ *Acajá*, Rio de Janeiro, n. 1, ano 1, 15 de novembro de 1860, p. 3.

²⁶² *Beija-Flor*, jornal de instrução e recreio, Rio de Janeiro, n. 35, v. 1, dezembro de 1849, p. 4.

²⁶³ *Brazil Litterario*: propriedade de uma associação, Rio de Janeiro, n. 12, ano 1, 11 de dezembro de 1864, p. 1.

²⁶⁴ *Brazil Litterario*, Rio de Janeiro, n. 13, ano 1, 18 de dezembro de 1864, p. 1

de morrer abafadas nas poentas estantes de um convento, teriam de existir no ouvido e na ignorância.

Grande, por certo, foi o legado que Gutemberg deixou à posteridade; toda a propagação dos conhecimentos humanos deve-se a esse homem. Sem a imprensa, o que seria hoje o mundo? Não teria o homem de viver esquecido, ignorado, existindo só para si e para o pequeno círculo de suas tradições? Teriam podido comunicar ao mundo inteiro o seu pensamento, os seus estudos? Teriam as raças tomado o grau de adiantamento em que hoje se acham?

Como a arte, a ciência, a indústria se aperfeiçoariam sem a propagação dos seus melhoramentos, das suas correções e dos seus inventos?

Não é dos tipos que surgiu esse gigante regenerador, esse órgão das opiniões essa sentinela dos direitos - o jornalismo?

Qual é o termômetro das nações cultas senão a imprensa?²⁶⁵

Assim, o Brasil prosperaria se a imprensa igualmente florescesse, ou melhor, o *progresso* da imprensa estava diretamente ligado ao *melhoramento* do País, pois era por meio dela que o Brasil adentraria o mundo das luzes. Daí a necessidade de publicar periódicos e o significado da seguinte expressão estampada no jornal *Ideia*: “jornais e mais jornais, eis aqui o que querem, o que buscam e que prezam os homens”.²⁶⁶ Daí, também, a imprensa periódica ser considerada “obra prima da civilização”.²⁶⁷

Em suma, essa imprensa civilizatória não é mais aquela do jornalismo político, agitador e panfletário que predominou da época da Independência ao final do período regencial. É, sim, a do jornalismo científico e, sobretudo, literário. Foram os jornais e revistas literários que deram continuidade à missão pedagógica gradualmente abandonada pela imprensa política. Nestas páginas se reuniram os então considerados instrumentos do *progresso* e da *civilização*: as letras, a literatura, o literato e a própria imprensa em geral. De modo mais claro: se existiu um papel civilizador atribuído às letras, à literatura, ao literato e à imprensa, ele teve seu auge sob a forma da imprensa literária. Em 1826, antes mesmo da consolidação da imprensa literária no Rio de Janeiro, o *Jornal Científico, Economico e Litterario* ressaltava a importância deste tipo de publicação na propagação das luzes e da civilização:

Entre os oportunos meios de se promover o melhoramento dos conhecimentos humanos, é sem dúvida um dos mais fáceis e vantajosos o de se pôr em sucessivo uso o giro dos escritos periódicos; e, com efeito, tem sido pela luminosa adoção de um tal uso e giro de jornais literários (sempre extensamente profícuos quando escudados pela bem entendida liberdade da imprensa, maravilhoso veículo de propagação dos conhecimentos úteis, que tem merecido a zelosa garantia dos governos mais bem constituídos) que nos dois últimos passados séculos, à custa das fadigas de sábios e intrépidos

²⁶⁵ **Album Litterario**, Rio de Janeiro, n. 12, ano 2, 1 de fevereiro de 1861, p. 1.

²⁶⁶ **Ideia**, Rio de Janeiro, n. 1, ano 1, 1869, p. 20.

²⁶⁷ **Annaes de Medicina Brasiliense**, Rio de Janeiro, n. 5, vol. 1, outubro de 1845, p. 173.

regeneradores da antiga desprezada, abatida e mesmo agrilhoada filosofia, e através de milhares de obstáculos terríveis, opostos por bárbara superstição e por desmesurado fanatismo, se difundiram, com emissão maravilhosa, as luzes científicas sobre as nações civilizadas. É por este mesmo fácil e vantajoso meio que no atual século de prodígios se tem continuado e continua a promover o maior avanço da ilustração e de conhecimentos entre todos os povos cultos.

[...] adquirirão (senão logo, pouco a pouco) aquele grão de ilustração a que são susceptíveis de chegar pela leitura sucessiva de muitas e interessantes obras do mundo científico, que nos havemos proposto a ofertar-lhes distributivamente nos diferentes números deste jornal [...].

É, pois, evidentemente demonstrado que pelo efficacíssimo meio dos escritos periódicos e dos jornais literários se comunicam ao presente, com suma rapidez, as luzes de uns para outros países.²⁶⁸

A imprensa literária tinha a missão de “desenvolver as letras, ilustrar os homens, engrandecer a indústria, reanimar o comércio e espargir seus raios de sabedoria e inteligência”, pois se destinava a formar o povo, levando à população “o recreio, a distração, o desenvolvimento que não possui, a ciência que não aprendeu, a inteligência que não lhe ensinaram e a ilustrada civilização que não conhece”.²⁶⁹ Segundo os jornalistas do Segundo Reinado, os letrados deveriam assumir para si a tarefa de instruir, esclarecer e civilizar o povo, integrando à sociedade as camadas pobres e iletradas da população, consideradas perigosas, adequadas do mundo da desordem e, por isso mesmo, carentes de controle.²⁷⁰

A prioridade desses homens de cultura e de seus escritos periódicos, entretanto, concentrava-se em formar e *civilizar* uma parte bastante específica da população: as elites locais, compostas pela parcela mais culta e abastada do povo do Rio de Janeiro.²⁷¹ Por mais que o povo pobre - livres e escravos - entrasse contato, por meio da leitura individual ou coletiva, com os ideais de civilização prescritos pela imprensa, o alvo principal dos jornalistas eram aqueles homens e mulheres que poderiam contribuir mais diretamente para o *progresso* do País, ou seja, os homens e mulheres culturalmente brancos e pertencentes às elites. Trata-se, como veremos nos capítulos seguintes, de um processo de europeização²⁷² dessa camada considerada

²⁶⁸ **Jornal Científico, Económico e Litterario**, ou colleção de varias peças, memorias, relações, viagens, poesias e anedotas, misto de instrução e recreio accommodado a todo o genero de leitores, Rio de Janeiro, n.1, v. 1, 1826, p. IV-V.

²⁶⁹ **Archivo Litterario**: jornal familiar, variado, critico e recreativo, Rio de Janeiro, n. 9, ano 1, 18 de outubro de 1863, p. 4.

²⁷⁰ MOREL, Marco; BARROS, Mariana Monteiro de. **Palavra, imagem e poder**, p. 41.

²⁷¹ FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. “A construção de um público”. In: DINES, Alberto; LUSTOSA, Isabel. **Hipólito José da Costa e o Correio Braziliense**, p. 601.

²⁷² Este processo civilizatório ocorrido no Brasil durante o Oitocentos fez que se cruzassem modos de ser distintos, alterando, assim, em alguma medida, os costumes de todos os envolvidos. De acordo com Jurandir Malerba, “índices do que se poderia chamar de ‘europeização’ dos costumes dos cariocas e o movimento na mesma direção porém em sentido oposto – da adaptação dos europeus às condições da baixa latitude – estão por todos os lados”.

a mais importante da população, processo centrado na adoção do modelo europeu de civilização, principalmente o francês. O que estava em jogo, todavia, nem sempre foi a importação unilateral das ideias e modos de vida europeus, mas também uma reinterpretação desses modelos de acordo com o sistema cultural e as práticas sociais vigentes no Brasil.²⁷³

O discurso civilizatório construído na imprensa brasileira dizia respeito tanto às condutas públicas quanto ao espaço doméstico, pois contribuiu para modificar as sociabilidades coletivas e o entendimento do que deveria ser a família brasileira.²⁷⁴ Na tentativa de transformar a família, o lar tornou-se metáfora da pátria, o que fazia da família o seu povo, um povo que era preciso civilizar.²⁷⁵ Isso porque civilizar a família era, enfim, contribuir para o *progresso* do Brasil. Como ressaltou *A Nova Minerva*, “seria preciso reformar a família, isto é, o elemento primitivo, a base da ordem futura”.²⁷⁶

“Reformar a família” significava prescrever normas e condutas responsáveis por ensinar um novo modo de vida à população local. A imprensa, desse modo, interveio ao menos em três facetas da mulher e do homem: seu aspecto “externo” (o corpo), seu aspecto “interno” (a moral) e suas práticas cotidianas (os costumes). De modo mais claro, os periódicos oitocentistas indicaram normas que diziam respeito ao corpo, à moral e aos costumes do povo, as quais deveriam ser adotadas pela população visando à formação de uma família e um país mais *civilizados*. Acompanhemos, então, nos capítulos seguintes, como essa família civilizada foi construída pela imprensa literária e científica durante o século XIX, ou seja, como foram prescritos novos cuidados e significados em relação ao corpo, à moral e aos costumes dessas mulheres e homens culturalmente brancos, abastados e pertencentes às elites do Rio de Janeiro.

MALERBA, Jurandir. **A corte no exílio**: civilização e poder no Brasil às vésperas da Independência (1808-1821). São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 163.

²⁷³ VELLOSO, Monica Pimenta. “Percepções do moderno: as revistas do Rio de Janeiro”. In: NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das; MOREL, Marco; FERREIRA, Tania Maria Bessone da Cruz. **História e imprensa**: representações culturais e práticas de poder. Rio de Janeiro: DP&A/Faperj, 2006, p. 313.

²⁷⁴ CARVALHO, Marcus J. M. de. “A imprensa na formação do mercado de trabalho feminino no século XIX”. In: NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das; MOREL, Marco; FERREIRA, Tania Maria Bessone da Cruz. **História e imprensa**: representações culturais e práticas de poder. Rio de Janeiro: DP&A/Faperj, 2006, p. 176.

²⁷⁵ CARVALHO, Marcus J. M. de. “A imprensa na formação do mercado de trabalho feminino no século XIX”. In: NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das; MOREL, Marco; FERREIRA, Tania Maria Bessone da Cruz. **História e imprensa**, p. 185.

²⁷⁶ *A Nova Minerva*, Rio de Janeiro, n. 12, tomo 1, fevereiro de 1846, p. 1.

2 DA MULHER

2.1 Da casa e da rua

O belo sexo não faz absolutamente nada, mesmo dentro de casa, e pouco se deixa ver por estranhos. À tardinha, no entanto, aparecem as jovens às janelas ou sentam-se horas a fio nos balcões do segundo andar das casas, cabeça descoberta, braços cruzados e queixo apoiado sobre a sacada. [...]

Pelo comum, as mulheres saem pouco e jamais são vistas a pé fora de casa sem estarem acompanhadas de escravos e especialmente de escravas. [...]

A passear são raramente vistas, pelo menos nunca encontrei senhora de alguma importância assim ocupada [...].¹

Até o início do século XIX, no Brasil, as mulheres levavam uma vida bastante reclusa. Isoladas do contato com a rua, permaneciam recolhidas no interior das casas-grandes rurais ou dos sobrados urbanos.² O depoimento de Theodor von Leithold, capitão de cavalaria prussiano que desembarcou no Brasil em outubro de 1819, refere-se a esta escassa presença feminina nas ruas durante aquele período. Antes da chegada de Dom João aos trópicos, a mulher vivia de tal modo confinada ao ambiente doméstico que era comum o ditado de que só existiam três ocasiões, durante toda a sua vida, em que ela poderia deixar o lar: para se batizar, para se casar e para ser enterrada.³ Descontado o exagero da expressão, o fato é que a mulher abastada evitava a rua colonial, considerada um local ocupado quase que exclusivamente por uns poucos homens *de bem* a negócio e por uma maioria esmagadora de *desordeiros*: escravos, ciganos, vagabundos, capoeiras, criminosos, mendigos, libertinos e prostitutas.

A rua era um espaço majoritariamente masculino e vinculado ao mundo da desordem, um local inseguro, impudico e insalubre, que se contrapunha à noção de honra feminina.⁴ A mulher de elite dos tempos coloniais era mantida confinada ao espaço doméstico, principalmente as moças solteiras: o olhar vigilante dos pais procurava preservar a virgindade de suas filhas, trancafiando-as em suas residências. Sair pelas vias públicas, somente em

¹ LEITHOLD, Theodor von; RANGO, Ludwig von. **O Rio de Janeiro visto por dois prussianos em 1819**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1966, p. 27-28.

² Como destaca Gilberto Freyre, “o patriarcalismo brasileiro, vindo dos engenhos para os sobrados, não se entregou logo à rua; por muito tempo foram quase inimigos, o sobrado e a rua. E a maior luta foi travada em torno da mulher por quem a rua ansiava, mas a quem o *pater familias* do sobrado procurou conservar o mais possível trancada na camarinha e entre as molecas, como nos engenhos [...]. De modo que a vida da moça de sobrado era dentro de casa [...]”. FREYRE, Gilberto. **Sobrados e mucambos**: decadência do patriarcado e desenvolvimento do urbano. São Paulo: Global, 2004, p. 139.

³ ARAÚJO, Emanuel. “A arte da sedução: sexualidade feminina na colônia”. In: PRIORE, Mary Del (Org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013, p. 49.

⁴ CARVALHO, Marcus J. M. de. “A imprensa na formação do mercado de trabalho feminino no século XIX”. In: NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das; MOREL, Marco; FERREIRA, Tania Maria Bessone da Cruz. **História e imprensa**: representações culturais e práticas de poder. Rio de Janeiro: DP&A/Faperj, 2006, p. 187.

decorrência de alguma obrigação religiosa e apenas quando acompanhada por familiares masculinos, normalmente pelo próprio pai. Durante o século XVIII, nas raras ocasiões em que a rua contava com a presença das mulheres, estas se viam cercadas tanto por moços de elite quanto pelos *desordeiros* de costume. As missas dominicais e as festas religiosas tornavam-se, então, espaços de manifestação da sexualidade e da violência, ou seja, locais inseguros para o belo sexo, que deveria permanecer, sempre que possível, preservado no interior dos lares patriarcais.⁵ Para se ter uma ideia, em meados do século XIX, o jornal *A Borboleta*, numa alusão à reclusão das moças, que em determinada medida ainda persistia no Rio de Janeiro, destacou: “sou filha-família e só saio quando me consentem”.⁶

Nas preciosas ocasiões em que necessitavam sair às ruas, quase sempre para ir à missa ou a alguma festa religiosa, jovens e senhoras recobriam-se com uma mantilha negra, “um grande manto de seda frouxamente preso, que cai para trás formando uma longa calda”, como relatou Aeneas Anderson, em fins de 1792.⁷ A mantilha tinha por função protegê-las da indiscrição pública e exaltar seu pudor ao ocultar eventuais roupas mais transparentes e decotadas usadas por baixo.⁸

Quando casada, mesmo comandando e organizando o cotidiano de sua residência, a senhora não tinha maiores necessidades de se ausentar para obter alimentos, bebidas, roupas, calçados ou qualquer outro gênero ou objeto essencial para o bom funcionamento da morada. Aquilo que porventura não fosse produzido nas casas-grandes rurais ou não pudesse ser comprado pelos escravos urbanos enviados à rua era oferecido às famílias por vendedores que iam até seus casarões ou sobrados.⁹ Durante o período colonial, moças e senhoras permaneceram confinadas dentro de suas próprias casas - uma vez que era este o espaço de convívio que lhes era destinado -, mantendo contato, basicamente, apenas com a parentada e com os escravos domésticos.

Até o início do século XIX, a vida urbana era ainda bastante incipiente no Brasil, principalmente se comparada à amplitude de seus domínios rurais.¹⁰ Com o desembarque da família real no Rio de Janeiro, em 1808, a cidade ampliou-se e se modificou: influenciado pelos

⁵ PRIORE, Mary Del. “Deus dá licença ao diabo: a contravenção nas festas religiosas e igrejas paulistas no século XVIII”. In: VAINFAS, Ronaldo (Org.). **História e sexualidade no Brasil**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1986, p. 103-104.

⁶ **A Borboleta**: periodico miscelanico, Rio de Janeiro, n. 2, vol. 1, 25 de agosto de 1844, p. 17.

⁷ FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. **Visões do Rio de Janeiro colonial**: antologia de textos, 1531-1800. Rio de Janeiro: EdUERJ/J. Olympio, 1999, p. 229.

⁸ SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **Vida privada e cotidiano no Brasil na época de D. Maria I e D. João VI**. Lisboa: Editorial Estampa, 1993, p. 231.

⁹ COSTA, Jurandir Freire. **Ordem médica e norma familiar**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2004, p. 103.

¹⁰ D’INCÃO, Maria Ângela. “Mulher e família burguesa”. In: PRIORE, Mary Del (Org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013, p. 223.

modos mais *civilizados* da corte europeia e da grande quantidade de estrangeiros que cruzaram o Atlântico após a abertura dos portos, o Rio de Janeiro consolidou-se como a mais populosa, rica e relevante cidade do Brasil oitocentista. A partir do contato com a corte e com os estrangeiros, além do desenvolvimento e da *modernização* do espaço urbano, avançou culturalmente, e suas atividades sociais, econômicas e políticas tiveram notável impulso, tornando-se bem mais complexas.¹¹ Foram criados ou multiplicaram-se os teatros, restaurantes, cafés, confeitarias, livrarias, hotéis, lojas dos mais diversos segmentos, jardins, praças e uma série de outros espaços que transformaram a sociabilidade dos habitantes locais e intensificaram suas formas de lazer, retirando as mulheres de suas alcovas e levando-as para além dos domínios da casa.

Com a chegada de Dom João ao Rio de Janeiro, ocorreu uma significativa transformação naquele distanciamento existente entre as mulheres e a rua, ainda que tal modificação tenha acontecido de maneira lenta e gradual. No decorrer do século XIX, a mulher de elite passou a frequentar todos aqueles novos espaços urbanos citados, abrindo-se ao convívio social. Como destacou *O Jornal das Senhoras*, em 1855:

Se compararmos a mulher da sociedade atual com a de cinquenta anos passados, bem clara será a diferença que há de uma à outra. Esta vivia enclausurada voluntariamente dentro de estreitas rótulas, entregue apenas aos serviços domésticos que partilhava com a turma de escravas que a cercava [...].¹²

Após 1808, no entanto, a mulher descobre os encantos promovidos pelas vias citadinas e altera o seu público frequentador: ocupada anteriormente majoritariamente por *desordeiros*, a rua passa a contar com a presença de mulheres de *boa família*, que saem a passeio e às compras ou se dirigem aos cafés, teatros e bailes.¹³

O grande ponto de ruptura na civilização da mulher foi sua saída para as ruas, que ampliou suas atividades sociais e alterou sensivelmente seus costumes e comportamentos. Anteriormente vigiadas por pais e maridos, as mulheres passaram a ter sua conduta exposta aos olhares atentos da sociedade ao intensificarem seu contato com os espaços públicos de sociabilidade. Tiveram que aprender um novo modelo de comportamento exigido nesses

¹¹ LIMA, Oliveira. **D. João VI no Brasil**. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996, p. 81.

¹² **O Jornal das Senhoras**: modas, litteratura, bellas-artes, theatros e critica, Rio de Janeiro, n. 8, tomo 7, 25 de fevereiro de 1855, p. 62.

¹³ FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. **A higienização do povo**: medicina social e alienismo no Rio de Janeiro oitocentista. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1990, p. 19.

espaços, caracterizado pela chamada convivência *civilizada* e educada.¹⁴ De acordo com *O Jornal das Senhoras*:

Já é hoje admitido que um cavalheiro, cumprimentando uma senhora, lhe aperte afavelmente a mão, quando, não há muito tempo, lhe era vedado assentar-se junto dela, ou mesmo defronte, se era ela bonita ou interessante; e se por uma triste casualidade reparava ele mais de uma vez em seu trajar ou no seu penteado, era logo obsequiado com o anátema da família, ou acossado com alguma ferrugenta bainha de espada de capitão-mor que fazia a honra e glória da família.

Estas eram as velhas usanças da nossa sociedade de poucos anos anteriores.¹⁵

O desenvolvimento do mundo urbano tornou a mulher colonial um elemento cada vez mais anacrônico e antifuncional. A vida na corte requeria não mais uma *enclausurada*, mas sim uma *mulher de salão*, solicitada a participar ativamente das novas situações sociais que passaram a vigorar no Rio de Janeiro oitocentista.¹⁶ A mulher de elite, a partir de então, passou a esperar ansiosa pelo convite de pais ou maridos para que os acompanhasse às apresentações teatrais ou a algum baile oferecido na cidade, quando não eram elas próprias as encarregadas de receber convidados para jantares e pequenas reuniões noturnas em suas casas.¹⁷

2.2 Da sociabilidade

A partir de 1808, as possibilidades de distração aumentaram e variaram no Rio de Janeiro.¹⁸ As mulheres de elite foram chamadas ao espaço público, em especial aos teatros e bailes. Atraída para fora de seus lares, a população feminina precisou aprender novas formas de comportamento impostas pelos padrões europeizados de sociabilidade que começaram a ocorrer na capital do Brasil. Era necessário educar e instruir as cariocas, algo incansavelmente defendido pelos jornalistas, como vimos no capítulo anterior.

Nesse aspecto, o teatro teve uma dupla função durante o século XIX: em primeiro lugar, sob o lema “passarmos uma noite de distração”,¹⁹ os palcos destacaram-se entre os maiores responsáveis por a mulher abandonar séculos de reclusão doméstica, atraindo-as para as peças

¹⁴ D’INCÃO, Maria Ângela. “Mulher e família burguesa”. In: PRIORE, Mary Del (Org.). **História das mulheres no Brasil**, p. 228.

¹⁵ **O Jornal das Senhoras**, Rio de Janeiro, n. 42, tomo 6, 15 de outubro de 1854, p. 330.

¹⁶ COSTA, Jurandir Freire. **Ordem médica e norma familiar**, p. 119.

¹⁷ RODRIGUES, Mariana Tavares. **Mancebos e mocinhas: moda na literatura brasileira do século XIX**. São Paulo: Estação das Letras e Cores, 2010, p. 86.

¹⁸ SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **Vida privada e cotidiano no Brasil na época de D. Maria I e D. João VI**, p. 270.

¹⁹ **A Borboleta**, Rio de Janeiro, n. 3, vol. 1, 5 de setembro de 1844, p. 41.

líricas e dramáticas então encenadas; em segundo lugar, o teatro era uma arte dotada de alta capacidade civilizatória, o que o tornava “um dos educadores do povo”.²⁰ Ao desenvolver este duplo papel, o teatro oitocentista era estimado como “um estabelecimento onde o prazer e a instrução se dão as mãos”.²¹

Ao retirar o belo sexo de seus lares, além de entretê-lo, o teatro desempenhava a tarefa de educá-lo, tornando-se “juntamente o lugar de recreio e a escola da moral”, como defendido pelo periódico *O Patriota*, um ano após a criação do Real Teatro São João, em 1813.²² Tal papel foi reiteradamente defendido nos jornais e revistas do Rio de Janeiro no decorrer do século, cujas referências aos palcos teatrais os apresentam como “uma iniciativa de moral e civilização”.²³ O teatro exerceria “uma influência moral na sociedade”²⁴ que seria capaz de transformar os hábitos e costumes da população, corrigindo seus vícios e a europeizando.²⁵ Como afirmou Machado de Assis em 1859, em artigo publicado no periódico *O Espelho*:

[...] a arte não deve desvairar-se no doido infinito das concepções ideais, mas identificar-se com o fundo da massa, copiar, acompanhar o povo em seus diferentes movimentos, nos vários modos e transformações da sua atividade. Copiar uma civilização existente e adicionar-lhe uma partícula é uma das forças mais produtivas com que conta a sociedade em sua marcha de progresso ascendente.

Assim, os desvios de uma sociedade de transição lá vão passando e à arte moderna toca corrigi-la de todo.²⁶

Ao atuar como “escola de instrução e moral”,²⁷ ou seja, como agente de correção dos vícios da população, o teatro tinha como foco principal a camada mais abastada da sociedade, a família de elite. Ainda segundo Machado de Assis, “a sua ação sobre o povo limita-se a um círculo tão pequeno que dificilmente faria resvalar os novos dogmas em todas as direções sociais”.²⁸ Era preciso proteger as elites e afastá-las das camadas indesejadas do povo. A própria organização do espaço das casas de espetáculo contribuía nesse sentido: separavam-se as elites, que ocupavam os camarotes - que também se distinguiam entre si -, das camadas mais

²⁰ **A Abelha**: semanário científico, industrial e literário, Rio de Janeiro, n. 10, ano 1, 31 de março de 1856, p. 10.

²¹ **O Novo Domingueiro**: jornal de instrução e recreio, Rio de Janeiro, n. 1, vol. 1, 2 de maio de 1847, p. 5.

²² **O Patriota**, jornal literário, político, mercantil, &c. do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, n. 1, vol. 3, janeiro/fevereiro de 1814, p. 68.

²³ **O Espelho**: revista semanal de modas, literatura, indústria e artes, Rio de Janeiro, n. 4, vol. 1, 25 de setembro de 1859, p. 2.

²⁴ **O Novo Domingueiro**, Rio de Janeiro, n. 1, vol. 1, 2 de maio de 1847, p. 2.

²⁵ FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. **Literatura e sociedade no Rio de Janeiro oitocentista**. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1999, p. 145-151.

²⁶ **O Espelho**, Rio de Janeiro, n. 4, vol. 1, 25 de setembro de 1859, p. 2.

²⁷ **Revista Popular**: noticiosa, científica, industrial, histórica, literária, artística, biográfica, anecdótica, musical, etc., etc., Rio de Janeiro, tomo 1, ano 1, janeiro a março de 1859, p. 360.

²⁸ **O Espelho**, Rio de Janeiro, n. 4, vol. 1, 25 de setembro de 1859, p. 2.

populares, alocadas na plateia. A divisão do espaço físico do teatro em categorias correspondentes a determinada *condição* social possibilitava o controle sobre a circulação de pessoas: ao separar as senhoras *honestas* do restante do povo, o camarote representava um local de proteção do sexo frágil, impedindo sua livre exposição, como acontecia com as mulheres da plateia. A necessidade de regram a boa conduta feminina e zelar por sua honra fez do camarote um espaço relativamente público, o qual mantinha, de alguma maneira, certas características do isolamento e da preservação da mulher reservadas ao ambiente doméstico.²⁹

A cada espaço diferente dentro do teatro correspondiam comportamentos distintos por parte dos espectadores. Era comum entre os populares da plateia manifestações exaltadas e barulhentas, pateadas que eram duramente criticadas pela imprensa.³⁰ Os periódicos, a propósito, destinavam um espaço considerável em suas páginas para tratar dos assuntos teatrais que ocorriam no Rio de Janeiro: eram bastante corriqueiros temas relativos à infraestrutura dos edifícios, à qualidade das companhias teatrais e ao público frequentador. Neste último caso, foram prescritas à população normas de como se comportar nos espetáculos, normas que, entre outras coisas, criticavam justamente as pateadas vindas da plateia. Em 1859, em decorrência de “manifestações grosseiras” deste tipo praticadas no Teatro de São Pedro, a *Revista Popular* comentou que os distúrbios não faziam mais do que “afugentar as famílias que ainda o frequentam. Desfeitas a atores, insultos a espectadores, provocações acintosas partem constantemente de uma plateia desrespeitadora da autoridade, da decência, da boa educação!”³¹ O mesmo jornal ainda questionava:

Agora perguntarei: não haverá um meio para pôr cobro a estes distúrbios, que fazem do teatro uma praça de touros, onde repugna às pessoas decentes estar em contato com turbulentos e amotinadores? Não terá a polícia ação bastante para conseguir o extermínio dessa lepra, que se tem apoderado do teatro de S. Pedro, e que dá o maior apreço a uma ária do *miudinho*, do que à lição que sempre se colhe dum drama?

Creio que sim: grite-se, embora contra o *arbítrio* de uma prisão corretiva por 8 ou 15 dias; deixe-se que brade este ou aquele impertinente que interrompe os espetáculos, contanto que o brado se faça ouvir do interior de um xadrez; aqueles que vão ao teatro para se divertirem não se queixarão do mal emprego do seu dinheiro e frequentarão o salão de S. Pedro com mais assiduidade.³²

²⁹ XIMENES, Maria Alice. **Moda e arte na reinvenção do corpo feminino do século XIX**. São Paulo: Estação das Letras e Cores/Rio de Janeiro: Editora Senac Rio, 2011, p. 45.

³⁰ SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **Vida privada e cotidiano no Brasil na época de D. Maria I e D. João VI**, p. 272.

³¹ **Revista Popular**, Rio de Janeiro, tomo 2, ano 1, abril a junho de 1859, p. 324.

³² **Revista Popular**, Rio de Janeiro, tomo 2, ano 1, abril a junho de 1859, p. 325.

Os jornalistas clamavam pelo fim das exaltações. De acordo com os homens de letras, as pateadas eram um comportamento inadequado e inaceitável para um ambiente que visava à civilização do povo e era frequentado por famílias *decentes*. Por isso, pediam que as autoridades se fizessem presentes durante os espetáculos a fim de fiscalizar os excessos cometidos, pois somente assim o público dos camarotes, “que não se exercita nos motins, gozará tranquilo do recreio que procura para si e suas famílias”.³³ Em 1860, o periódico *Entreacto* defendia a “intervenção das autoridades públicas nos teatros, casas de jogos e espetáculos públicos”. Ainda segundo o jornal, “o teatro não podia conservar-se fora da esfera da legalidade [...] e longe do alcance da inspeção das autoridades”. Isso porque caberia “aos governos a necessidade [...] de velar a moral pública”, zelando pela garantia “da ordem e da tranquilidade”.³⁴

Mas não foram somente os teatros que atraíram jovens e senhoras para o mundo exterior às residências. Os bailes também desempenharam este importante papel. Os jornais e revistas que tinham as mulheres como público-alvo, inclusive, divulgavam comentários semanais ou quinzenais sobre os principais episódios sociais ocorridos na cidade, com destaque para os bailes.³⁵ Nestas crônicas, acompanhadas com atenção pelas damas da corte, eram relatados desde a qualidade da música do evento até o figurino utilizado pelos convidados. Nos bailes, assim como aconteceu nos teatros, passou-se a exigir um comportamento diferente do que as mulheres estavam acostumadas na vida no interior de seus lares, comportamentos que eram ensinados nas páginas dos periódicos.

Os grandes bailes eram festas oferecidas em ocasiões comemorativas, bastante requintadas e que, normalmente, contavam com a presença de uma orquestra que tocava quadrilhas, valsas e polcas para um grande número de pessoas.³⁶ Em 1845, *A Nova Minerva* descreveu em detalhes esta nova mulher requisitada nos bailes da corte:

Vemos luzir nos salões desta capital, nos de Lima, Paris ou do México, uma linda jovem: ela fala o seu próprio idioma com a maior elegância, sabe com pouco menos perfeição uma ou duas línguas estrangeiras mais; a sua letra parece uma gravura; a sua melíflua voz está em perfeita harmonia com os doces sons que os seus rápidos dedos sacam do bem afinado piano; enche de êxtase um concurso de admiradores; levanta-se do tamborete com um donaire encantador e na valsa, na galopada ou nas quadrilhas realiza as sonhadas

³³ **Revista Popular**, Rio de Janeiro, tomo 2, ano 1, abril a junho de 1859, p. 326.

³⁴ **Entreacto**: jornal ilustrado com retratos e caricaturas, Rio de Janeiro, n. 5, ano 1, 11 de junho de 1860, p. 3.

³⁵ MAUAD, Ana Maria. “Imagem e autoimagem do Segundo Reinado”. In: NOVAIS, Fernando (Coord.); ALENCASTRO, Luiz Felipe de (Org.). **História da vida privada no Brasil**: Império. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 208.

³⁶ RODRIGUES, Mariana Tavares. **Mancebos e mocinhas**, p. 188.

graças da deusa fabulosa da formosura. A sociedade, embelezada e iludida, aplaude e diz: eis aí a urbanidade, a polidez; eis aí um modelo de perfeição.³⁷

A dama solicitada pelos bailes oitocentistas, como veremos mais adiante, deveria ser bastante diferente da mulher colonial, adotando comportamentos mais *urbanos* e *polidos* que ressaltassem seus modos *educados*, como comumente se dizia na época.

Os bailes, entre os quais o de Carnaval, desempenharam também uma dupla função na sociedade oitocentista, assim como os palcos: divertiam e civilizavam. O entrudo era uma festa popular bastante comum desde a Colônia, a qual levava às ruas tanto escravos quanto as ditas *pessoas honestas*. O jornal *A Borboleta*, em agosto de 1844, pintou um retrato bastante ilustrativo desta festa pública no Rio de Janeiro:

Era um belo dia de fevereiro; as ruas do Rio de Janeiro estavam alagadas d'água. Inúmeras patrulhas dos Corpos de Polícia faziam reinar o sossego possível em um dos dias do Carnaval. Tudo era bulício e frenesi; ali corria um magote de moços esquisitamente vestidos que, com as mãos cheias de laranjinhas de cheiro, faziam desertar as janelas há pouco topetadas de moças, que se divertiam em ver cair de um alto sobrado sobre os negros que passavam um saco cheio de palha. Aqui, à porta de uma taberna, alguns caixeiros com as mangas da camisa arregaçadas e os tamancos cobertos de lama, a risadas descompassadas, lançavam à cara dos escravos, que caminhavam ao serviço de seus senhores, punhados de polvilho ou de zarcão; procurando fugir, lá caía um, e então uma assobiada geral dos moleques fazia por um momento serem novamente habitadas as janelas.³⁸

Travava-se de um tempo, como destacou Machado de Assis no conto “Um dia de entrudo”, publicado originalmente no *Jornal das Famílias*, em 1874, “em que ao carnaval se chamava *entrudo*, o tempo em que em vez das máscaras brilhavam os limões de cheiro³⁹, as caçarolas d'água, os banhos e várias graças que foram substituídas por outras, não sei se melhores ou piores”.⁴⁰ A partir do século XIX, o entrudo foi duramente combatido pela imprensa do Rio de Janeiro. De acordo com os jornalistas, a festa já não condizia com a nova situação da cidade após a chegada da corte, pois se tratava de uma manifestação desordeira e perigosa. Além das laranjinhas ou dos limões de cheiro que eram atirados das janelas dos

³⁷ **A Nova Minerva**: periodico dedicado às ciencias, artes, litteratura e costumes, Rio de Janeiro, n. 3, tomo 1, dezembro de 1845, p. 9-10.

³⁸ **A Borboleta**, Rio de Janeiro, n. 1, vol. 1, 15 de agosto de 1844, p. 2.

³⁹ Como relata o pintor francês Édouard Manet, que esteve no Rio de Janeiro de 5 de fevereiro a 10 de abril de 1849, “por volta das três horas da tarde, as mulheres da cidade posicionam-se nas suas janelas e atiram ‘limões’, bolas de cera cheias de água, em todos os homens que passam pela rua. Os tais ‘limões’, quando atingem o seu alvo, partem-se e deixam o indivíduo encharcado”. MANET, Édouard. **Viagem ao Rio**: cartas da juventude, 1848-1849. Rio de Janeiro: José Olympio, 2002, p. 91-92.

⁴⁰ **Jornal das Famílias**, Rio de Janeiro, n. 6, tomo 12, junho de 1874, p. 177.

sobrados pelas mulheres, os transeuntes que se dispunham a sair às ruas em dias de festa arriscavam-se também a levar sobre a cabeça o conteúdo dos penicos arremessado dos pavimentos superiores, bem como a receber algumas bordoadas de negros capoeiras.⁴¹

O entrudo passou a ser contestado pelos letrados e reprimido pelas autoridades policiais em nome da *civilização* e da ordem pública, assim como outras festas e comemorações leigas que contavam com grande participação de pobres e escravos. A ideia era que se tratavam de episódios vulgares e bárbaros que, ao reunir capoeiras, mendigos, vadios, bêbados, negros e toda a sorte de *desordeiros*, produziam, de um lado, danças e músicas de origem africana tidas por *desonestas*, e de outro, desencadeavam atos violentos que deveriam ser contidos e condenados em prol dos *bons costumes*. Em 1850, *A Marmota na Corte* destacou que o entrudo era responsável por “muitas desordens entre os agressores e os agredidos: o lugar onde brincadores apareciam tornava-se uma arena de gladiadores; tal eram as lutas que de contínuo se travavam!”⁴² Quatro anos depois, o *Jornal das Senhoras* também advertia ao belo sexo os problemas que os limões de cheiro desencadeavam nas brincadeiras durante o entrudo:

E por quê? A razão é bem simples: é porque esse modo de brincar o carnaval é antiquário e desusado, já não é o grande tom (nem nunca o foi), e hoje principalmente é quase exclusivo da patuleia, não é o *distingué*. Será preciso que vos dê as razões de não se dever aceitar o entrudo?! Creio que todas vós estais convencidas que um limão de cheiro pode constipar, machucar um olho, quebrar uma vidraça cujo vidro venha ferir-vos, além dessa espécie de jogo tornar-se afinal numa *queda de corpo*, o que não é decente, para uma moça principalmente.⁴³

Em vez do entrudo das ruas, a imprensa passou a defender o carnaval de máscaras dos salões, como era praticado na Europa, principalmente na Itália. Segundo *A Marmota na Corte*:

O baile de máscaras é o digno substituto do entrudo. Ainda que ambos são por caráter desinquietos e folgazões; contudo, o baile nos apresenta um quadro mais variado, mais efervescente e todo cheio de belezas, por onde o espírito nunca cansa de percorrer; e o entrudo, brutal, insípido e muitas vezes assassino, não se compadece com a civilização do nosso país.⁴⁴

Eis o que também propôs às mulheres *O Jornal das Senhoras*, em 1854:

⁴¹ ALENCASTRO, Luiz Felipe de. “Vida privada e ordem privada no Império”. In: NOVAIS, Fernando (Coord.); _____ (Org.). **História da vida privada no Brasil**: Império. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 52.

⁴² **A Marmota na Corte**, Rio de Janeiro, n. 45, 15 de fevereiro de 1850, p. 1.

⁴³ **O Jornal das Senhoras**, Rio de Janeiro, n. 8, tomo 5, 19 de fevereiro de 1854, p. 57-58.

⁴⁴ **A Marmota na Corte**, Rio de Janeiro, n. 45, 15 de fevereiro de 1850, p. 1.

Fluminenses! O entrudo está próximo, provai ainda uma vez que sois as mulheres mais dóceis aos preceitos do *grande tom*. Esquecei esses usos do passado, sem graça e sem fundamento; não quebreis um limão de cheiro. Assim como seguís em vosso *toilette* o *grande tom* de Paris, segui no carnaval o *grande tom* de Roma.

Quereis diverti-vos?! Ide aos bailes *masqués* ou mascarai-vos com elegantes *costumes* e visitai vossas amigas, como se visita nos tempos ordinários; vós tendes tantos recursos para *intrigá-las* que o conseguireis sem esforços.

Em uma palavra, lede *Corina*, de Mme. de Stael, e brincai o carnaval como ela diz que se brinca em Roma.⁴⁵

Os jornais pediam por uma mudança de comportamento das elites da capital: que deixassem de comparecer ao entrudo popular das ruas e passassem a frequentar o carnaval de máscaras dos salões. *O Jornal das Senhoras* também informava que “hoje, toda a Itália está mascarada”; em seguida, pedia: “ façamos nós o mesmo”, ocupemos o “mundo elegante dos nossos salões”.⁴⁶ Era fundamental à elite abandonar o entrudo e adotar o carnaval de salão. O periódico ainda destacou a mudança proporcionada pela prática deste novo modelo de carnaval mais *civilizado*, demarcando, inclusive, as diferenças sociais entre um mundo antigo do entrudo e os novos tempos dos bailes de máscaras:

Quereis saber, leitoras, o que fazem os velhos emperrados então? Agrupam-se; e ao assobiado som das pitadas que fazem a orquestra com o rouco assoar dos compridos narizes, comemoram o bom tempo da sua mocidade em que se atiravam laranjas e frutas verdes sobre quem se aproximava, e baldes d’água sobre quem passava.

Esse é que foi bom divertimento, dizem eles - em que de uma janela para a outra se quebrava uma vidraça, se vasava um olho ou, correndo-se por uma escada, se quebrava um braço ou uma perna, e tudo passava por brinquedo. Mas agora, depois que tal Civilização se tem intrometido em tudo, estamos privados de tudo isso; e, se algum de nós tal fizesse, não tardaria o chefe de polícia em perseguir-nos para dar uma satisfação à tal senhora [...].

Se nós fossemos autoridade lhes responderíamos: - Senhores velhos, já está passado o século dos calções e das fivelas; já vai longe de nós o tempo da ignorância da mulher, que a deixava em risco de precipitar-se nos abismos da sedução bruta. Hoje, o belo social está dependente da ilustração do belo sexo; e a imoralidade só impera sobre as classes ignorantes: a instruída e civilizada vive pelo espírito e pela imaginação, pelos afetos e pelo sentimentalismo. São estes os progressos do século; é este o estado do mundo; e, se ele vos não agrada assim, deixai-o; ide-vos para o outro, que nós iremos ajoelhar-nos sobre a vossa cova, pedir a Deus que vos perdoe o erro que cometeste [...].⁴⁷

A mudança no carnaval, segundo os jornalistas, corresponderia a uma transformação mais geral da sociedade, em que a *barbárie* dos tempos coloniais seria substituída, durante o

⁴⁵ *O Jornal das Senhoras*, Rio de Janeiro, n. 6, tomo 5, 5 de fevereiro de 1854, p. 45.

⁴⁶ *O Jornal das Senhoras*, Rio de Janeiro, n. 9, tomo 5, 26 de fevereiro de 1854, p. 67.

⁴⁷ *O Jornal das Senhoras*, Rio de Janeiro, n. 9, tomo 5, 26 de fevereiro de 1854, p. 66-67.

século XIX, pela *civilização* trazida pelos ventos soprados da Europa. Europeização que atingiu em cheio a parcela feminina das elites do Rio de Janeiro, ampliando e regulando o seu contato com os espaços públicos.

O carnaval, bem como os demais bailes de salão, opunha-se à festa popular das ruas, privatizando-se um divertimento que outrora acontecia no espaço público. Frequentado apenas por sócios dos clubes em que eram realizados, por aqueles que podiam adquirir ingressos ou por convidados ilustres, os salões tornaram-se marca distintiva da *boa sociedade* ao excluir de seus domínios todo um conjunto de indesejados, como escravos, pobres e desordeiros, que tinham a seu alcance apenas os eventos realizados nas ruas, sob os cuidados das forças policiais.⁴⁸ A nova sociabilidade que se desenvolveu durante o Oitocentos, mesmo marcada pela retirada das mulheres de elite do interior dos domicílios, ainda preservava certos aspectos do isolamento privado característico da sociedade colonial. Esta, por sinal, era a tônica da nova sociabilidade em formação: era preciso preservar as mulheres, ou melhor, as mulheres abastadas. Em vez de festas e comemorações coletivas, como o entrudo, a imprensa recomendava os espaços mais reservados, como os camarotes de teatro e os salões de baile. Recomendava também reuniões privadas nas salas e salões das próprias residências, como saraus, jantares e pequenas recepções.⁴⁹

Diferentemente do que passou a ocorrer durante o século XIX, a família de elite colonial restringia sua sociabilidade à participação nas festas públicas, sobretudo as religiosas. Receber convidados no interior de seus lares era uma prática social atípica e bastante desvalorizada;⁵⁰ prevalecia, ao contrário, a atitude de isolar as mulheres do convívio externo à família. Após a chegada da corte, no entanto, o confinamento doméstico feminino e a autoridade dos pais e maridos foram gradualmente afrouxando, o que deu lugar a uma nova mulher, cada vez mais presente nos espaços públicos, ainda que de maneira controlada e com certas reservas. Além disso, elas passaram a ser convidadas a comparecer em festas e saraus nas residências de outrem, quando não eram elas mesmas que recebiam visitas em suas casas. Tornavam-se assim anfitriãs dos convidados dos maridos, assumindo uma nova postura dentro de suas moradas, pois deveriam estar presentes à mesa, participar das conversas e construir uma boa impressão da família.⁵¹

⁴⁸ ALENCASTRO, Luiz Felipe de. “Vida privada e ordem privada no Império”. In: NOVAIS, Fernando (Coord.); _____ (Org.). **História da vida privada no Brasil**, p. 53.

⁴⁹ COSTA, Jurandir Freire. **Ordem médica e norma familiar**, p. 133-134.

⁵⁰ COSTA, Jurandir Freire. **Ordem médica e norma familiar**, p. 104.

⁵¹ FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. **A higienização do povo**, p. 20.

As salas de visita das casas recebiam, eventualmente, convidados para participar de pequenas festas, jantares e saraus. Eram reuniões bem mais simples que os grandes bailes, apesar de combinarem músicas, danças, prendas e jogos.⁵² As salas de visita e os salões das residências tornaram-se espaços intermediários entre a casa e a rua, locais que, ao mesmo tempo, ampliavam a vida social do Rio de Janeiro e preservavam as jovens e senhoras das parcelas indesejadas da população. Nos espaços privados de sociabilidade, liam-se em voz alta poesias, romances e periódicos, ouvia-se o som dos pianos acompanhados pela cantoria das vozes e estabeleciam-se novas regras de hospitalidade e de convívio consideradas mais *civilizadas*.⁵³ Com a intensificação das atividades sociais nas casas, a imprensa assumiu a tarefa de educar as mulheres nos novos modos de receber bem as visitas. Em 1851, *O Album Semanal* ressaltou a disseminação do “gosto pelas reuniões dançantes, a ponto que, neste ano, durante a estação do inverno, rara foi a noite em que não houve mais de uma”. Por isso, o jornal apontava a importância fundamental de “darmos aqui alguns conselhos proveitosos às senhoras que nas sociedades forem incumbidas de fazer as honras da casa”. De acordo com o periódico, “a dona da casa é sempre a alma da reunião”, cabendo-lhe zelar pelo bom andamento das festas e recepções promovidas em seu lar:

Tem-se visto as mesmas pessoas em um salão tristes, glaciais e aborrecidas, quando em outros estão alegres, joviais e encantadoras, e esta grande diferença só é devida à dona da casa.

[...]

Portanto, se a reunião for de dança, em vez da dona da casa aceitar os pares que em chusma se apresentarem a pedir-lhe uma contradança para deste modo pagar o seu convite, deve ela pedir-lhes para que dançam com as sras. que estão esquecidas em suas cadeiras; e só ela deverá dançar depois que todas as outras senhoras tenham par, ou quando houver necessidade de um vis a vis.

Se a reunião for de música, apesar da dona da casa ser insigne no piano, ou tenha uma voz excelente, deverá fazer cantar e tocar em primeiro lugar todas as pessoas que tiverem essa prenda, e longe de procurar esmagá-las pela sua superioridade, deve contentar-se com um romance simples ou tocar algumas ligeiras variações.⁵⁴

Às mulheres também coube o papel de “atender a todos”, ou seja, dedicar atenção a todos os convidados em sua casa; no entanto, “muito menos as senhoras brilhantes e festejadas do que as esquecidas e abandonadas”. O periódico sugeria ainda, como forma de entreter as

⁵² RODRIGUES, Mariana Tavares. **Mancebos e mocinhas**, p. 188.

⁵³ D’INCÃO, Maria Ângela. “Mulher e família burguesa”. In: PRIORE, Mary Del (Org.). **História das mulheres no Brasil**, p. 228.

⁵⁴ **O Album Semanal**: chronologico, litterario, critico e de modas, Rio de Janeiro, n. 8, 21 de dezembro de 1851, p. 29.

convidadas, alguns assuntos de conversação para serem desenvolvidos com as jovens e senhoras ali presentes: “se forem já mães, procure falar-lhes de seus filhos, que é um meio seguro de agradar-lhes; se forem solteiras deve gabar-lhes o seu vestuário: mal ou bem, sempre se acha alguma coisa digna de ser louvada”.⁵⁵ *O Album Semanal* ainda ensinava às anfitriãs como apresentar uns aos outros os convidados que se desconheciam, o que deixaria a reunião mais agradável e evitaria os possíveis silêncios constrangedores:

Entre nós já se vai introduzindo o costume (que deve ser inteiramente adotado porque pode evitar muitos enganos) de apresentar-se as pessoas umas às outras.

Porém, não se deve fazer isto muito oficialmente, nem com a gravidade inglesa, mas com a graça que a senhora bem-educada tem em todas as suas maneiras. Assim, por exemplo: duas senhoras, que não se conhecem, estão sentadas uma ao pé da outra; a dona da casa, colocando-se diante delas, pegará a mão da mais moça e dirá à mais velha:

- Tenho o prazer de apresentar-vos a Sra. D. F., cujo marido, ou cujo filho, ou cujo pai (aqui deverá procurar alguma qualidade boa para dizer de qualquer destes senhores). Depois voltar-se-á para a mais velha e dir-lhe-á:

- Estimo muito que a senhora ficasse ao pé da Sra. D. F., cujo marido, pai ou irmão etc. (ainda um cumprimento); depois retirar-se-á; e então essas duas senhoras conversarão e não ficarão como até aí a olhar-se mutuamente em silêncio.⁵⁶

Nestas festas, saraus e reuniões, passou-se a reservar um papel de suma importância à mulher. Ela deveria ser responsável por bem receber os convidados, o que fazia dela um símbolo do prestígio e da hospitalidade da família. Como apontou *O Album Semanal*: “convidar qualquer para a nossa casa é encarregar-nos de seu bem-estar durante o tempo que conosco passa, e se acaso lhe fazemos a menor ofensa, seja ela em qualquer sentido, não exercemos com ela a verdadeira hospitalidade”.⁵⁷

Além desses saraus e reuniões noturnas em que era recepcionado um número razoável de convidados, as mulheres passaram a receber e a fazer visitas durante o dia. Diferentemente do que ocorreu durante o período colonial, quando as famílias evitavam visitas em prol do confinamento das jovens e senhoras, o século XIX inaugurou a prática regular da troca desta cortesia entre o belo sexo. As senhoras, até então, não eram muito cuidadosas no que se referia às vestimentas utilizadas dentro de casa. Como a prática de visitar não era costume na colônia, quando “ia-se fazer uma visita a esta ou àquela senhora era de necessidade esperar, uma boa hora pelo menos, que a dona da casa se fosse vestir e preparar, porque ela se achava em um

⁵⁵ *O Album Semanal*, Rio de Janeiro, n. 8, 21 de dezembro de 1851, p. 29-30.

⁵⁶ *O Album Semanal*, Rio de Janeiro, n. 8, 21 de dezembro de 1851, p. 29-30.

⁵⁷ *O Album Semanal*, Rio de Janeiro, n. 8, 21 de dezembro de 1851, p. 30.

completo desalinho, o que antigamente também se chamava *estar a gosto*". Com isso, era comum o fato de "a visita mortificar-se na sala e a dona da casa no quarto, ainda mesmo tendo empregado a competente soma de beliscões nas afadigadas mucamas, aparecendo depois muito vermelha e quase sempre malvestida e vexada. No dia seguinte, repetia-se a mesma coisa".⁵⁸

No entanto, com a chegada da corte as coisas teriam começado a mudar. *O Jornal das Senhoras* comentava que "hoje, porém, [...] todas as senhoras de educação sabem perfeitamente vestir-se, todas elas distinguem a sua roupa de andar em casa, espartilham-se e preparam-se à *hora destinada* de receber visitas". Segundo o periódico, a melhoria no asseio das damas no interior das residências vinha do fato de que "hoje, também, já nos vamos acostumando ao uso cristão de fazermos visitas a horas certas e determinadas pela prudência e pelo estado da nossa civilização. Era uma grande medida reclamada há muito". Assim advertia o jornal:

Está sabido, portanto, no círculo da gente de boa sociedade, quais são essas horas dedicadas às visitas; e o profano que ignorar essa mui conveniente etiqueta, que aprenda à sua custa e ouça o recado que lhe dá a criada lá de cima da escada: - *Minha ama por agora não pode falar a ninguém, volte o Senhor às cinco horas da tarde*. Este já ficou sabendo para outra vez.⁵⁹

A partir das décadas iniciais do Oitocentos, os jornais publicados na corte começaram a ensinar às mulheres as regras *civilizadas* que envolviam a prática da visita, uma vez que tal atividade social ampliou-se consideravelmente neste período. Esses encontros femininos se associavam, normalmente, ao consumo do chá, responsável por proporcionar enormes modificações nos hábitos e na sociabilidade das damas. Sua ingestão era acompanhada por um conjunto de ritualizações domésticas que incluía desde o indispensável aparato de porcelana ou metal utilizado no seu preparo, com as xícaras, pires, colheres, bules e toalhas, até o próprio cerimonial do consumo.⁶⁰ A propósito da ingestão do chá, *O Album Semanal*, em 1852, indicou certas normas de etiqueta que deveriam ser de conhecimento das mulheres de *bom tom*:

[...] com todos geralmente deve a dona da casa ser polida e atenciosa. Assim, amáveis leitores, distribuireis as vossas xícaras, começando pelas senhoras as mais idosas e depois pelas mais qualificadas sem distinção de idade. Para que o chá seja grato ao paladar é preciso que leve açúcar; mas como seria fastigioso perguntar a cada um o seu gosto, ponde em cada xícara o que puder conter uma concha regular, que a pessoa que desejar mais o pedirá. Enquanto

⁵⁸ *O Jornal das Senhoras*, Rio de Janeiro, n. 17, tomo 1, 25 de abril de 1852, p. 128.

⁵⁹ *O Jornal das Senhoras*, Rio de Janeiro, n. 17, tomo 1, 25 de abril de 1852, p. 128.

⁶⁰ CARNEIRO, Henrique. "O corpo sedento. Bebidas na História do Brasil". In: DEL PRIORI, Mary; AMANTINO, Marcia. *História do corpo no Brasil*. São Paulo: Editora Unesp, 2011, p. 155.

servirdes o chá, não procureis distrair-vos com conversações; elas poderão ocasionar algum incidente desagradável.

Muitas pessoas servem o chá com leite, e hoje está também introduzido servir-se o chá preto com o verde. Se houver pouca gente, perguntai a cada um qual dos dois prefere; se forem muitos, porém, serve igualmente do verde ou preto, que os tomadores escolherão então a seu gosto.

Quanto às fatias, bolinhos, pão de ló, etc., que formam sempre o cortejo do chá, ofereci somente às pessoas a quem retratades com mais cerimônia, pois que as outras pela grande intimidade servir-se-ão do que lhes agrada.

Nunca insistais com pessoa alguma para que tome segunda xícara, quando muito perguntai se não quer uma outra, para que não a obrigueis a despejar, por vergonha, o chá na copa do chapéu [...].⁶¹

Quatro anos depois, *A Abelha* também sugeriu às senhoras que “nunca se deve temperar as xícaras: é este um mau costume que se deve evitar; mas com as xícaras deve ir o açucareiro e a leiteira, a fim de que cada pessoa tempere a seu gosto”. Ainda segundo o jornal, “às vezes um bom chá desagrada a muitos indivíduos, que o reputam mau, por não estar temperado ao gosto de cada um”,⁶² o que poderia colocar a perder o sucesso da reunião.

A nova sociabilidade feminina que se construiu no Rio de Janeiro oitocentista, em suma, foi marcada pelo afrouxamento do confinamento doméstico característico dos tempos coloniais: a dama de elite deixou as alcovas e conquistou as ruas. A partir de então, as jovens e senhoras adquiriram novos comportamentos tidos por *civilizados* e *europeizados*, prescritos pelos jornais e revistas publicados no período. A nova sociabilidade, entretanto, ainda era marcada por certos traços do isolamento doméstico dos tempos coloniais: era necessário preservar o sexo frágil dos perigos que o espaço público proporcionava. Assim, sua saída às ruas deu-se em espaços mais reservados, como os camarotes dos teatros, os bailes realizados nos salões e os jantares e saraus promovidos nas salas de visita de famílias *respeitáveis*, resguardando-se as mulheres daqueles que não eram bem-vindos no seio da *boa sociedade*.⁶³ Nesses locais em que eram necessários os ditos novos comportamentos mais *modernos*, as damas da corte também tinham a oportunidade de mostrar sua nova aparência, uma vez que adotaram para si a moda então em voga no Velho Continente. Sua nova situação social caracterizou-se pelo abandono de seus antigos trajes coloniais em favor do uso de uma indumentária à europeia, nomeadamente de influência francesa; como destacou *O Jornal das Senhoras*:

O Rio de Janeiro tem de tal modo feito progressos na vida social do mundo elegante que cremos haver-se colocado a par dos países onde a civilização mais tem apurado o espírito de sociabilidade com todos os predicados que lhe

⁶¹ *O Album Semanal*, Rio de Janeiro, n. 25, 2 de maio de 1852, p. 100.

⁶² *A Abelha*, Rio de Janeiro, n. 15, ano 1, 15 de junho de 1856, p. 7.

⁶³ RODRIGUES, Mariana Tavares. *Mancebos e mocinhas*, p. 180.

são inerentes, como o apurado gosto dos *toilettes*, a elegância dos penteados, a delicada escolha dos adornos e a graça da ingênua simplicidade.⁶⁴

2.3 Da moda

Com a chegada de um grande número de estrangeiros ao Brasil após a abertura dos portos, em 1808, a moda no Rio de Janeiro alterou-se substancialmente. Seja no vestuário, nos adornos ou na maneira de cortar e pentear os cabelos, as mulheres passaram a adotar o figurino europeu e, a partir de então, modificaram intensamente seu cotidiano; daí a moda ser considerada uma “*soberana que em todos os séculos tem estendido seus domínios aos hábitos, costumes e ciências*”.⁶⁵ Juntamente com a chegada da corte e dos estrangeiros, o Rio de Janeiro foi invadido por uma série de produtos importados, entre os quais tecidos, roupas, luvas, chapéus, perucas, lenços, sapatos, cosméticos e todo tipo de acessórios usados para compor as indumentárias de homens e mulheres, que se transformaram em relação aos trajes coloniais, europeizando-se.⁶⁶

Entre os forasteiros que se instalaram no Brasil, os franceses passaram a dominar o comércio de roupas e adereços femininos; para este fim, estabeleceram várias lojas na Rua do Ouvidor. A proliferação das lojas de moda na urbe foi responsável por atrair as mulheres para o exterior de suas casas, abrandando-se gradativamente o isolamento dos tempos coloniais. As ruas começaram a ser ocupadas pelas damas de elite, que iam visitar pessoalmente as novas lojas ao saírem às compras dos artigos de luxo importados, o que tornou obsoleto o trabalho dos antigos vendedores, mascates e caixeiros-viajantes, que batiam à porta das residências.⁶⁷

A invasão das novas mercadorias europeias modificou a indumentária feminina no Rio de Janeiro e deu início a um período em que conviveram os artigos de luxo *modernos*, trazidos do outro lado do Atlântico, e os trajes notadamente mais rústicos, que eram comumente usados até então - caso da mantilha, uma espécie de manta que cobria o rosto das mulheres, deixando apenas os olhos expostos.⁶⁸ Até a chegada da corte, o vestuário feminino de elite caracterizava-se pela influência mourisca, pelo uso da mantilha e pela presença excessiva de enfeites e joias.

⁶⁴ **O Jornal das Senhoras**, Rio de Janeiro, n. 40, tomo 6, 1 de outubro de 1854, p. 313.

⁶⁵ **A Borboleta**, Rio de Janeiro, n. 4, vol. 1, 15 de setembro de 1844, p. 57.

⁶⁶ RASPANTI, Márcia Pinna. “Vestindo o corpo: breve história da indumentária e da moda no Brasil, desde os primórdios da colonização ao final do Império”. In: DEL PRIORI, Mary; AMANTINO, Marcia. **História do corpo no Brasil**. São Paulo: Editora Unesp, 2011, p. 209-216.

⁶⁷ COSTA, Jurandir Freire. **Ordem médica e norma familiar**, p. 119.

⁶⁸ MALERBA, Jurandir. **A corte no exílio: civilização e poder no Brasil às vésperas da Independência (1808 a 1821)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 169.

O depoimento do tenente espanhol Juan Francisco de Aguirre, que visitou o Rio de Janeiro em 1782, é ilustrativo:

Há algumas senhoras que não dispensam o uso da mantilha e dos penteados adornados com fitas. O que mais interessa-lhes, porém, é estarem bem calçadas e empoadas. Para irem às igrejas ou a qualquer outra parte, usam sempre uma capa de castor - seja qual for a estação do ano. As fidalgas portam, em geral, saia e manta. Durante a Semana Santa, quando as vestimentas ganham maior luxo, as saias são abertas na frente e deixam à mostra um saiote bordado em ouro e prata. Nessa ocasião, as senhoras portam uma grande quantidade de pedras preciosas e fazem-se acompanhar de igual número de escravos.

Ainda segundo o tenente espanhol, “a moda não tem grande penetração entre as mulheres do Rio de Janeiro e o gosto é bastante flexível, o que faz com que as cores e os padrões das vestimentas variem muito. Observamos que há uma grande predileção pelas cores fortes, como o azul, o violeta e o vermelho”.⁶⁹

Em relação aos cortes e penteados, as mulheres tinham por costume manter seus cabelos bastante compridos, arranjando-os na forma de tranças.⁷⁰ Foi o que afirmou o cirurgião-mor inglês John White, que visitou o Rio de Janeiro em 1787:

Tanto os homens quanto as mulheres deixam crescer prodigiosamente os seus cabelos negros: as damas, em forma de grossas tranças que não combinam com a delicadeza de seus traços. Mas o hábito torna familiares as mais estranhas modas.

Estando um dia na casa de um rico particular do país, comentei com ele a minha surpresa relativa à grande quantidade de cabelos das damas e acrescentei que me era impossível acreditar que tais cabelos fossem naturais. Esse homem, para demonstrar que eu estava errado, chamou a sua mulher, desfez o seu penteado e, diante dos meus olhos, puxou duas longas tranças que iam até o chão.⁷¹

Depois de 1808, no entanto, a indumentária feminina tomou outros rumos, com as damas rendendo-se cada vez mais ao figurino importado da Europa. As mulheres passaram a desprezar as mantilhas, descobrindo seus corpos e rostos em prol dos artigos europeus, principalmente franceses.⁷² A adoção da moda francesa entre as jovens e senhoras era tamanha no Rio de Janeiro que, em 1844, o jornal *A Borboleta* registrou:

⁶⁹ FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. **Visões do Rio de Janeiro colonial**, p. 161.

⁷⁰ RASPANTI, Márcia Pinna. “Vestindo o corpo: breve história da indumentária e da moda no Brasil, desde os primórdios da colonização ao final do Império”. In: DEL PRIORI, Mary; AMANTINO, Marcia. **História do corpo no Brasil**, p. 197.

⁷¹ FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. **Visões do Rio de Janeiro colonial**, p. 186.

⁷² COSTA, Jurandir Freire. **Ordem médica e norma familiar**, p. 119.

Até a bem-vinda moda pouco se gastava com tijolos; mas depois dela, tendo, como faziam nossos avós, de lavarem-se as tais calcinhas em água de barro, para conservarem a cor, em breve tempo estarão arrasados os nossos morros, e talvez tenhamos de mandar vir terra da estranja, assim como nos vêm outras coisas que entre nós abundam.⁷³

A *Revista Popular*, em 1860, reiterava a disseminação da moda europeia no Rio de Janeiro, destacando ainda que a cidade acompanhava as mais recentes inovações no ramo:

Desde a entrada do pacote inglês, que foi portador da notícia da última revolução havida nas altas e aristocráticas regiões da moda, o Rio de Janeiro não se tem mostrado inativo no que diz respeito a novidades; de dia em dia elas se multiplicam, mudam de forma, aumentam de interesse e servem de tema à palestra sequiosa e insaciável.⁷⁴

Por mais que a moda europeia tivesse sido incorporada pelas famílias *distintas* do Rio de Janeiro, permaneceu ainda durante o Oitocentos uma oposição fundamental, vinda desde os tempos coloniais, entre as roupas usadas no interior dos lares e as utilizadas nas ruas. Este contraste dizia respeito a duas formas de comportamento feminino na colônia: em decorrência do isolamento, as mulheres vestiam-se no interior das casas de maneira informal e indiferente, enquanto que nas raras ocasiões em que saíam às ruas prosperava a formalidade dos trajes e a ostentação do luxo.⁷⁵ A partir do século XIX, o corpo feminino vestido para as ocasiões sociais continuaria bastante diferente do trajado com a roupa diária, inclusive na Europa.⁷⁶ Os trajes domésticos das cariocas eram marcados pelo desleixo e pelo desalinho; em público, as damas apresentavam-se com o rigor e a *sofisticação* das novas vestimentas importadas do Velho Mundo. Malgrado este contraste, o figurino doméstico também se modificou, ainda que com menor intensidade que os trajes de festa; com o abrandamento da reclusão feminina e a intensificação das visitas, o belo sexo precisou ampliar o cuidado com as vestes usadas em casa, pois, eventualmente, a morada acolhia outras damas *de bem* que, inesperadamente, batiam à sua porta para tomar chá durante uma tarde de conversas.

Pouco tempo depois do desembarque da família real, eram raras as senhoras que não adotavam o figurino europeu. A indumentária colonial, marcada pelas cores fortes e pelo exagero nas estampas dos tecidos de origem asiática, cedeu espaço aos tons mais amenos das

⁷³ **A Borboleta**, Rio de Janeiro, n. 4, vol. 1, 15 de setembro de 1844, p. 58.

⁷⁴ **Revista Popular**, Rio de Janeiro, tomo 5, ano 2, janeiro a março de 1860, p. 379.

⁷⁵ QUINTAS, Fátima. **Sexo à moda patriarcal**: o feminino e o masculino na obra de Gilberto Freyre. São Paulo: Global, 2008, p. 96-102.

⁷⁶ XIMENES, Maria Alice. **Moda e arte na reinvenção do corpo feminino do século XIX**, p. 48.

fazendas europeias; as tão usadas mantilhas, que deveriam zelar pela honra e proteção das mulheres, também caíram por terra, substituídas por véus franceses mais delicados e transparentes.⁷⁷ A moda feminina era ditada por Paris, considerada o “foco do bom gosto e da elegância”.⁷⁸ *O Jornal das Senhoras*, em 1852, apontou: “por certo o mundo elegante de Paris não traja hoje melhores e mais distintas fazendas de que nós usamos por cá”. O jornal ainda questionava: “o pano, as caxemiras, os morins de todas as larguras, os brins, as porcelanas, as bijuterias, as sedas, as lãs e as cambraias de luxo, quem pode duvidar que as francesas são decididamente preferíveis?”⁷⁹

No que diz respeito às cores do figurino das mulheres, certas normas deveriam ser obedecidas no século XIX: às senhoras, aconselhavam-se cores mais escuras, mais sóbrias, condizentes com sua situação de mulheres casadas; às jovens, recomendavam-se cores mais agradáveis e serenas, como os tons pastel, mais apropriados à inocência virginal. Cores quentes, ao contrário, simbolizavam o desejo, a excitação e o sexo, devendo ser evitadas pelas mulheres *respeitáveis*, pois remetiam diretamente às colorações e tonalidades mais usadas pelas prostitutas.⁸⁰ Como comentou o periódico *A Primavera*, em 1861, as mocinhas de elite tinham “três cores prediletas: a branca, símbolo da inocência; a azul, que faz lembrar o céu; e a rosa, que é um atributo do pudor”. Ainda segundo o jornal, ao desprezarem a “variada profusão de sedas multicores, tem as nossas patrícias um gosto mais apurado, mais simples e, por isso mesmo, mais elegante”.⁸¹ Em 1844, *A Borboleta* descreveu toda a elegância de “duas jovens senhoras, trajando brancos cetins, e trazendo uma delas atado ao cabelo um raminho de flores de laranjeira, donde pendia um rico véu de filó bordado”.⁸² Já *O Jornal das Senhoras* destacou em suas páginas que “a senhora que esteve mais bem vestida nesta noite trajava um vestido de seda adamascada azul com grinaldas brancas de penas; era a simplicidade com todo o seu poder!”⁸³

Em oposição aos excessos nas cores, enfeites e joias usados até a chegada de Dom João e seu séquito, a simplicidade no vestir foi uma das regras de comportamento com que os jornais e revistas mais se ocuparam em ensinar às mulheres. Como indicou *O Album Semanal*, “os enfeites nas senhoras devem ser e são devidamente permitidos; porém, unicamente para

⁷⁷ FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. **Literatura e sociedade no Rio de Janeiro oitocentista**, p. 35.

⁷⁸ **O Curupira**: jornal litterario e instructivo, Rio de Janeiro, n. 11, 12 de dezembro de 1852, p. 86.

⁷⁹ **O Jornal das Senhoras**, Rio de Janeiro, n. 21, tomo 1, 23 de maio de 1852, p. 161.

⁸⁰ RODRIGUES, Mariana Tavares. **Mancebos e mocinhas**, p. 83-87.

⁸¹ **A Primavera**: revista semanal de litteratura, modas, industrias e artes, Rio de Janeiro, n. 3, vol. 1, 17 de março de 1861, p. 24.

⁸² **A Borboleta**, Rio de Janeiro, n. 2, vol. 1, 25 de agosto de 1844, p. 22.

⁸³ **O Jornal das Senhoras**, Rio de Janeiro, n. 40, tomo 2, 3 de outubro de 1852, p. 108.

auxiliar, e não para esmagar as suas graças naturais. Não é a multidão, mas sim a escolha bem entendida dos ornatos que faz brilhar a beleza”.⁸⁴ A *Revista Popular*, em 1860, destacou com precisão este novo momento para a moda no Brasil, em que deveria prevalecer a singeleza em oposição ao luxo e ao excesso: “A moda acompanha o tempo na velocidade com que este caminha; cada dia que a abandona, rouba-lhe uma graça e traz-lhe um novo encanto. Acabaram-se as *exagerações* para começar o reinado da *simplicidade*”.⁸⁵

Na França, parâmetro da moda feminina oitocentista no Brasil, a Revolução de 1789 desencadeou mudanças na indumentária. Em linhas gerais, passaram-se a adotar trajes mais simples, em oposição aos excessos comuns das vestes da monarquia: o vestuário se tornou mais folgado e composto por um número menor de peças, ao menos até a restauração do *traje de corte* por Napoleão durante o Império.⁸⁶ No início da década de 1790, praticamente todos os ornamentos das roupas desapareceram: no decurso da Revolução tornou-se comum vestir-se da maneira mais despojada possível, pois o luxo remetia à aristocracia, confusão que poderia colocar a vida de qualquer um em risco.⁸⁷ Os espartilhos foram abandonados, dando lugar a um *robe em chemise*, uma espécie de vestido branco transparente de cintura alta e silhueta mais vertical, que se estendia até os pés e que mais parecia uma peça de baixo.⁸⁸ Os penteados também foram simplificados, assim como os chapéus, que se tornaram menores, e os sapatos, que abandonaram o salto alto em lugar das solas rasas.⁸⁹

A partir de 1820, a indumentária feminina francesa transformou-se novamente, com a retomada dos excessos anteriores a 1789: a cintura voltou à posição normal, afinando-se. As saias tornaram-se mais amplas e rodadas, o que contribuía ainda mais para aumentar o efeito da cintura fina e do quadril largo. Com a mesma finalidade, as mangas dos vestidos também se afofaram. E sobretudo o espartilho, ainda mais justo, voltou a ser peça essencial do figurino feminino: continuou a modelar e afinar por mais ou menos 100 anos as cinturas das europeias. Sem falar nos chapéus e penteados, que ficaram muito mais amplos e elaborados.⁹⁰ Em meados do século XIX, surgiu na Europa uma nova crinolina, uma espécie de armação ou gaiola construída de metal ou de barbatanas de baleia que sustentava as saias, dando-lhes um volume extraordinário (ANEXOS 1 e 2).⁹¹ A partir de então, o volume das saias deslocou-se para trás,

⁸⁴ **O Album Semanal**, Rio de Janeiro, n. 30, 6 de junho de 1852, p. 132.

⁸⁵ **Revista Popular**, Rio de Janeiro, tomo 5, ano 2, janeiro a março de 1860, p. 253.

⁸⁶ BOUCHER, François. **História do vestuário no Ocidente**: das origens aos nossos dias. São Paulo: Cosac Naify, 2012, p. 311-312.

⁸⁷ KÖHLER, Carl. **História do vestuário**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2009, p. 463.

⁸⁸ LAVER, James. **A roupa e a moda**: uma história concisa. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 151-152.

⁸⁹ KÖHLER, Carl. **História do vestuário**, p. 496-497.

⁹⁰ LAVER, James. **A roupa e a moda**, p. 162-165.

⁹¹ BOUCHER, François. **História do vestuário no Ocidente**, p. 357-363.

deixando a frente maleável, sem armações; eram as chamadas anquinhas (ANEXO 3), que só foram desaparecer por volta de 1870, quando, em seu lugar, os vestidos e saias ganharam mais babados e detalhes, com um enfoque cada vez maior na região das nádegas.⁹²

Juntamente com a transformação das roupas, muda também o foco de atenção dirigido ao corpo feminino, ou seja, valorizaram-se determinadas partes do corpo, de acordo com as épocas. Se até o início do século XIX, com exceção dos pés, ponto alto do fetiche masculino,⁹³ a parte alta do corpo era a mais prestigiada, concentrando-se a beleza na cintura, nos seios e, principalmente, no rosto e nas mãos, a partir de então o olhar masculino se dirige definitivamente para a parte inferior e posterior do corpo, com os vestidos e saias ajustando-se melhor à cintura e dando proeminência aos quadris, nádegas e pernas; as bainhas, inclusive, passam cada vez mais a descobrir os tornozelos.⁹⁴

A partir de 1808, como já dito, as elites passaram a seguir a moda europeia. No caso das mulheres, a influência maior veio da França, que depois de um período de simplicidade como tom da indumentária retomou os exageros com as amplas crinolinas. No Brasil, todavia, a simplicidade nos trajes e adornos parece não ter prevalecido sobre o costume colonial dos excessos, que persistia século XIX adentro. No decorrer do Oitocentos, os trajes mantiveram os exageros, especialmente nos enfeites e adornos, como rendas, babados, fitas, flores - tanto naturais quanto artificiais -, e nas joias, usadas em demasia na tentativa de diferenciar os vestidos, que eram bastante semelhantes (ANEXO 4).⁹⁵ Simbolizando a riqueza e conferindo prestígio social à portadora, as joias femininas variavam muito: havia os cordões de ouro e prata, os alfinetes de cabelo, os anéis, os brincos, as fivelas de sapato e, principalmente, as pedras preciosas, como esmeraldas e diamantes.⁹⁶

Os periódicos abriram espaço em suas páginas para discutir a moda; criticavam, “para o bem do povo”,⁹⁷ os exageros nos adornos. O *Novo Correio das Modas*, em 1854, aconselhava:

Minha querida filha, o tempo que se gasta no toucador deve ser considerado, senão como mal-empregado, pelo menos como perdido para ocupações mais proveitosas, isto é, quando passa do necessário para se aparecer decentemente penteada e vestida, com a simplicidade elegante que fica melhor a uma senhora que um enfeite brilhante, com o bom gosto que inteiramente se opõe a essa multiplicidade de joias e fitas com que muitas se adornam. Não há coisa

⁹² XIMENES, Maria Alice. **Moda e arte na reinvenção do corpo feminino do século XIX**, p. 66.

⁹³ PRIORE, Mary Del. **Histórias íntimas**. São Paulo: Planeta, 2014, p. 75.

⁹⁴ PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2008, p. 50.

⁹⁵ RODRIGUES, Mariana Tavares. **Mancebos e mocinhas**, p. 116.

⁹⁶ SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **Vida privada e cotidiano no Brasil na época de D. Maria I e D. João VI**, p. 233-234.

⁹⁷ **A Borboleta**, Rio de Janeiro, vol. 1, n. 4, 15 de setembro de 1844, p. 58.

mais ridícula e que prove mais a falta de juízo que enfeitar-se uma senhora com tudo quanto possui.⁹⁸

No mesmo ano, *O Jornal das Senhoras* defendia que “da moda à exageração, o meio termo é sempre o mais conveniente e adotado pelo mundo elegante de qualquer país: a improbidade de *toilettes* não pertence à boa sociedade”.⁹⁹ Um ano antes, este mesmo periódico já indicava que “a elegância consiste na escolha cuidadosa das partes de um vestuário - é mais o luxo da simplicidade do que a simplicidade do luxo”. Nesse sentido, continua o jornal, deveriam ser evitados os exageros, como “servir-se de alfinetes de diamantes para pregar um laço” ou “pendurar um brinco de brilhantes na volta de uma fita”.¹⁰⁰ A *Revista Popular*, em 1860, comentou que a simplicidade dos adereços era, inclusive, defendida pelas mais renomadas modistas da Rua do Ouvidor, entre as quais a francesa Catharina Dazon, que também possuía lojas em Paris, Lyon e Londres.¹⁰¹

A revolução ultimamente operada pela moda não trouxe os inconvenientes que costumam aparecer na ocasião das grandes crises; o luxo foi banido e a simplicidade triunfou.

Por sua vez, nada há que temer dos pais e maridos rabugentos; a caprichosa sultana do harém artístico contentou-se com pouco e tão pouco exigiu, que seria desmarcada crueldade deixar de satisfazer de pronto aos seus moderados caprichos.

[...]

Esta é também a opinião de Mme Catharina Dazon, a mais hábil e conscienciosa modista do Rio de Janeiro. Foi ela quem, descrevendo a nova transformação dos vestidos, aplaudiu em primeiro lugar a excelente ideia de simplificar-se o amontoado de enfeites, de que começavam a ficar sobrecarregados os trajes das senhoras; foi ela ainda quem, inscrevendo-se no número das assinantes do nosso jornal, propôs-se a cumprir fielmente todas as fantasias com que a moda brindasse as leitoras da *Revista Popular*.¹⁰²

Os periódicos, portanto, ocuparam-se ao menos de duas coisas em relação às modas: de um lado, apresentaram às leitoras modelos de vestidos *diretamente de Paris* e combinações de enfeites, sapatos e penteados adequados; de outro lado, sugeriram que a simplicidade do figurino corresponderia a um custo mais moderado de tais artigos, facilitando aos pais e maridos a aquisição das últimas modas para suas filhas e esposas. Daí, por mais que a moda no Rio de

⁹⁸ **Novo Correio das Modas**: novellas, poesias, viagens, recordações historicas, anedoctas e charadas, Rio de Janeiro, n. 9, vol. 1, 1854, p. 70.

⁹⁹ **O Jornal das Senhoras**, Rio de Janeiro, n. 22, tomo 5, 28 de maio de 1854, p. 170.

¹⁰⁰ **O Jornal das Senhoras**, Rio de Janeiro, n. 46, tomo 4, 13 de novembro de 1853, p. 363-364.

¹⁰¹ MENEZES, Lená Medeiros de. “Francesas no Rio de Janeiro: modernização e trabalho segundo o Almanak ‘Laemmert’ (1844-1861)”. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, n. 423, abr./jun. 2004, p. 11.

¹⁰² **Revista Popular**, Rio de Janeiro, tomo 5, ano 2, janeiro a março de 1860, p. 381.

Janeiro estivesse diretamente relacionada à importação de tecidos, aviamentos e enfeites - ou seja, a um comércio de luxo potencialmente restrito a uma elite abastada -, os jornais e revistas do período destacarem a simplicidade dos trajes como um modo de baratear os vestuários e possibilitar sua obtenção, estendendo a um maior número de famílias *respeitáveis o bom-tom* dos modos de trajar. É o que afirmou, em 1860, a *Revista Popular*:

Não se diga que os vestuários apropriados a tais bailes são por demais dispendiosos, e que por isso muitas pessoas não se querem sujeitar ao seu uso; há alguns tão simples, cômodos e econômicos, que não só se prestam para a ocasião, como mais tarde são suscetíveis de qualquer transformação, e servem para outro baile, para um passeio, para uma visita, ainda mesmo cerimoniosa. A economia depende do gosto. Quem estiver nas circunstâncias de despendar maior soma sem sacrificar a sua fortuna, sacie a fantasia no ouro, nas sedas e nos veludos; quem rezear comprometer a módica renda de que dispõe e não quiser excedê-la com despesas desnecessárias, recorra ao algodão, à lã e ao linho e encontrará mais de um artefato que lhe convenha. Nos bailes caracterizados, tanta importância se dá aos brilhantes de uma rainha, como às fitas de uma camponesa; logo que a reunião é escolhida, o espírito transpõe a distância da fortuna.¹⁰³

Apesar da simplicidade almejada, os bailes do Rio de Janeiro se superavam na elegância dos figurinos, mesmo se comparados aos oferecidos nas capitais da França ou da Inglaterra:

Não há aqui tanto ornato e tanto brilho como nos salões de Europa ou dos Estados Unidos, porém há beleza pessoal, há propriedade, simplicidade no trato social e elegância nos trajes. A este último respeito, rivalizam as fluminenses com as parisienses, e a alta etiqueta, cortesia e estilo que se despregam nos salões do baile às margens do Tâmis e do Sena, não excedem senão na riqueza material às que se ostentam nos bailes da alta classe do Rio de Janeiro.¹⁰⁴

A aparência das mulheres era considerada símbolo do prestígio familiar, fosse quando elas recebiam pessoas em sua casa ou quando eram convidadas de outrem. Coube ao belo sexo o papel de ressaltar a riqueza e o poder da família, usando suas vestes e adornos para isso. Os jornais e revistas do período eram assíduos entusiastas da divulgação das modas francesas para o público feminino. Eles descreviam, nas crônicas semanais e quinzenais, os trajes utilizados pelas damas locais nos bailes, teatros e demais espaços sociais, além de apresentar gravuras, com suas respectivas descrições, das últimas novidades do figurino francês que chegavam à capital do Brasil. No primeiro caso, a *Revista Popular*, em 1859, destacou que “nestes dois

¹⁰³ *Revista Popular*, Rio de Janeiro, tomo 5, ano 2, janeiro a março de 1860, p. 317.

¹⁰⁴ *A Nova Minerva*, Rio de Janeiro, n. 2, tomo 1, dezembro de 1845, p. 14.

bailes foi tal a variedade dos trajos, tão ricos e elegantes eram eles na maior parte, que mister seria invadir todas as páginas da *Revista* para descrevê-los convenientemente”.¹⁰⁵ Já no segundo caso, o periódico afirmou que tem “satisfeito o bom gosto das suas leitoras oferecendo-lhes os mais belos e elegantes figurinos que de seus correspondentes de Paris recebe”,¹⁰⁶ ainda segundo o jornal:

[...] a *Revista Popular*, pelo menos, tem feito quanto cabe nos limites do possível para oferecer-lhes os mais belos modelos, que se tem visto no Rio de Janeiro, desde que se adotou o costume de importar-se do país da moda todos os seus caprichos e fantasias.
Ainda o mês passado, este jornal distribuiu pelas suas assinantes, em cujo número conta todas as senhoras que frequentam a melhor sociedade, o mais lindo figurino vindo de França.¹⁰⁷

Em uma das muitas ocasiões em que ofereceu às leitoras gravuras e descrições dos vestidos, a *Revista Popular* comentou: “Para o mês de setembro, a gravura representa três elegantes vestuários de passeio; qualquer deles, quer os das senhoras, quer o da menina, é do último gosto e da maior novidade” (ANEXO 5).¹⁰⁸

Partindo do princípio de que se vestir bem “consiste mais em fazer sobressair as belezas corporais do que em ocultar-lhe os defeitos”,¹⁰⁹ a imprensa sugeria regras de estilo dos vestuários que deveriam ser seguidas pelo belo sexo de acordo com cada situação social.¹¹⁰ Isso porque do cuidado com a aparência dependia a identificação da mulher e, conseqüentemente, de sua família com um universo de pertencimento caracteristicamente europeu. Com base nos pressupostos e tendências da moda francesa, os jornais sugeriam às mulheres de elite novos modos de se vestirem, apresentando figurinos que, ajustados a cada idade e ocasião, podiam ser encontrados à venda na movimentada Rua do Ouvidor. Como comentava o *Jornal das Senhoras*, em 1854, “ao passeio a cavalo, à visita de sege, à igreja, ao jantar, ao teatro, ao baile, há sempre um *toilette* adaptado, quer no inverno, quer no verão”.¹¹¹ Em vista disso, a imprensa publicava gravuras e descrições de vestidos para “meninas”, “moças solteiras” e “senhoras”, bem como para “passeios matutinos”, “passeios à tarde”, “passeios campestres” e, sobretudo, para os “bailes”.

¹⁰⁵ *Revista Popular*, Rio de Janeiro, tomo 3, ano 1, julho a setembro de 1859, p. 121.

¹⁰⁶ *Revista Popular*, Rio de Janeiro, tomo 9, ano 3, janeiro a março de 1861, p. 7.

¹⁰⁷ *Revista Popular*, Rio de Janeiro, tomo 6, ano 2, abril a junho de 1860, p. 254-255.

¹⁰⁸ *Revista Popular*, Rio de Janeiro, tomo 3, ano 1, julho a setembro de 1859, p. 394.

¹⁰⁹ *O Jornal das Senhoras*, Rio de Janeiro, n. 46, tomo 4, 13 de novembro de 1853, p. 364.

¹¹⁰ SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Cultura e sociedade no Rio de Janeiro: 1808-1821*. São Paulo: Ed. Nacional, 1978, p. 24.

¹¹¹ *O Jornal das Senhoras*, Rio de Janeiro, n. 22, tomo 5, 28 de maio de 1854, p. 170.

Os vestuários para os bailes foram, talvez, os mais comentados pela imprensa oitocentista. Seguindo o padrão da moda francesa, os vestidos de baile eram bastante enfeitados e compostos pelas anáguas, crinolinas ou anquinhas, conforme a época. Também descobriam partes do corpo, como os ombros, as saboneteiras e os braços, além de definir a cintura e o quadril por meio do uso das saias e espartilhos, em oposição aos modelos indicados para os eventos do dia a dia, que cobriam praticamente todo o corpo da mulher (ANEXO 6).¹¹² De acordo com as regras *da moral e dos bons costumes*, os braços femininos eram escondidos cotidianamente por mangas compridas, ornamentadas com os mais diferentes enfeites. Por mais que nos bailes as mangas encurtassem, somente algumas partes da pele ficavam expostas, uma vez que era imperativo o uso de luvas, normalmente de pelica branca. O costume de usar luvas no calor do Rio de Janeiro, além de simbolizar a adoção de um hábito próprio de climas mais temperados, como era o caso da França, indicava certa nobreza e respeitabilidade da família, pois marcava tanto a presença de uma boa educação - já que se tratava de um hábito reconhecidamente europeu e elegante -, quanto o distanciamento dos trabalhos manuais, próprios dos *bárbaros* escravos e das camadas pobres da população.¹¹³

Os penteados das mulheres constituíam praticamente peças do vestuário, ao fazer parte da encenação do mundo elegante.¹¹⁴ As damas de elite só saíam de casa com os cabelos presos, em oposição às mulheres do povo sem instrução e às prostitutas, que normalmente mantinham seus cabelos soltos em público. A senhora de família *respeitável* somente deixava suas madeixas soltas durante os encontros com o marido, sempre na intimidade do lar. Fora de casa, inclusive, não era encontrada sem chapéu.¹¹⁵ Objeto de destaque do figurino feminino, o chapéu era sempre adornado com os mais variados enfeites, como joias, flores, fitas e penas.¹¹⁶ Tão grande era a importância dos cabelos e dos chapéus que o *Novo Correio das Modas*, em 1853, afirmava que “os cabelos, ornato e abrigo da cabeça, requerem indispensáveis e cotidianos cuidados”.¹¹⁷ Para os jornalistas que ditavam o *bom-tom*, inclusive, a regra da simplicidade também deveria prevalecer no arranjo dos cabelos. *O Jornal das Senhoras* a defendia ao comentar uma gravura publicada (ANEXO 7):

¹¹² XIMENES, Maria Alice. **Moda e arte na reinvenção do corpo feminino do século XIX**, p. 48.

¹¹³ RODRIGUES, Mariana Tavares. **Mancebos e mocinhas**, p. 103-109.

¹¹⁴ PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**, p. 59.

¹¹⁵ RODRIGUES, Mariana Tavares. **Mancebos e mocinhas**, p. 139-140.

¹¹⁶ RASPANTI, Márcia Pinna. “Vestindo o corpo: breve história da indumentária e da moda no Brasil, desde os primórdios da colonização ao final do Império”. In: DEL PRIORI, Mary; AMANTINO, Marcia. **História do corpo no Brasil**, p. 215.

¹¹⁷ *Novo Correio das Modas*, Rio de Janeiro, n. 4, vol. 1, 1853, p. 32.

O penteado é aquele que entre todos mais primou nos salões parisienses neste último inverno; peço-vos, queridas leitoras, que noteis a simplicidade deste penteado a par da sua elegância. Por certo ele sobressairá perfeitamente bem no gentil semblante das nossas assinantes e lhes dará alguma novidade sobre este ponto de modas, que há tanto tempo se tem conservado com tão pequenas mudanças.

Os bandôs encrespados e presos pela trança que os circula, sem mais outro enfeite que o mesmo cabelo, penteado em caracol, é fora de dúvida de muito gosto, sem, contudo, darmos baixa no penteado de flores e folhagem, que sempre há de ser elegante, todas as vezes que a ele presidir a arte e a delicadeza.¹¹⁸

Com todo este aparato para estarem bem vestidas - incluindo-se as crinolinas, as anquinhas, as saias amplas e rodadas, as joias e os adereços de todos os tipos, os penteados, com os cabelos necessariamente presos em público, e os chapéus de diferentes tamanhos, que também carregavam seus enfeites próprios -, as cariocas do século XIX tiveram que se acostumar com a pouca mobilidade conferida ao corpo. O luxo e as regras do figurino ditadas pelos padrões europeus da moda praticamente desconsideravam o conforto das mulheres.¹¹⁹ O espartilho tornou-se um dos grandes responsáveis pela relativa imobilidade do corpo feminino. Ele era considerado “o mais importante objeto para o *toilette* de uma senhora: com um mau espartilho, não há vestido bem talhado que preste, não há elegância que realce”.¹²⁰ Indicado para afinar a cintura feminina, atendia à construção do estereótipo ideal de mulher: aquela possuidora de uma cintura estreita, pois representava o corpo intocado, virgem, não deformado pela maternidade.

Eis os traços gerais do figurino feminino oitocentista: tratava-se de um vestuário que evidenciava o prestígio, a fortuna e o poder das famílias; além disso, caracterizava-se por prender o corpo das mulheres: pelo espartilho que o apertava, pela quantidade de tecidos que carregavam, pelos cabelos também presos em penteados ou, ainda, pelas luvas que cobriam as mãos, a fim de controlar a tentação causada pelo livre toque da pele.¹²¹ Mais que isso: era justamente a partir de todos estes regramentos acerca do bem vestir que a sociedade oitocentista separou as mulheres *respeitáveis* das socialmente indesejadas. O figurino marcava e distinguia socialmente o belo sexo, pois, como asseverava *O Jornal das Senhoras*, em 1855, “com efeito, muitos indícios da vida moral e do caráter podem-se descobrir na maneira de vestir-se”; ainda de acordo com o periódico:

¹¹⁸ **O Jornal das Senhoras**, Rio de Janeiro, n. 14, tomo 1, 4 de abril de 1852, p. 105.

¹¹⁹ RODRIGUES, Mariana Tavares. **Mancebos e mocinhas**, p. 15.

¹²⁰ **O Jornal das Senhoras**, Rio de Janeiro, n. 43, tomo 2, 24 de outubro de 1852, p. 129-130.

¹²¹ RODRIGUES, Mariana Tavares. **Mancebos e mocinhas**, p. 133.

[...] qualquer que queira dar-se ao trabalho de analisar filosoficamente o *toilette* de uma mulher, achará facilmente na mistura mais ou menos graciosa dos objetos de que ele se compõe o segredo da natureza particular e dos hábitos daquela que os traz.

A mulher religiosa e de costumes austeros não se apresentará sobrecarregada de joias. As cores dos seus vestidos terão antes uma tinta sombria do que brilhante. Nunca o seu peito e os seus braços aparecerão a descoberto. Tudo o que a cerca terá a gravidade do seu caráter; o seu exterior achar-se-á em harmonia com a regularidade da sua vida.

A mulher jovem, bela, porém modesta, cujo espírito for elevado, a alma nobre e o coração puro, trará sem afetação coisas elegantes e de bom gosto. Ela não se cercará de uma multidão de ninharias sem valor e só de efeito; não multiplicará as cores no seu *toilette*, e as que nele se encontrarem serão sempre adequadas, de maneira que a sua reunião não possa chocar a vista. Reinará a ordem em toda a sua pessoa, pois ter-se-á a isso habituado no seio de uma vida doce e regulada: o seu traje será, enfim, como a sua natureza, rico e ao mesmo tempo simples.

A mulher leviana e casquilha terá predileção por tudo que brilha. Enfeitar-se-á sucessivamente de mil futilidades. Trará com profusão joias, rendas, flores, fitas. As cores dos seus vestidos serão de ordinário claras, porque isso tem alguma coisa de mais sedutor. Tanto no inverno, como no verão, deixar-vos-á ver a alvura do seu colo, o torneado de seus braços; o desejo de agradar abrasa-a e, por conseguinte, as diferenças de temperatura em nada influem sobre a maneira de se vestir. São-lhe precisos objetos de pouca duração, porque sendo frívola, não pode deixar de ser caprichosa. Lê-se em tudo que ela traz uma intenção incessante de atrair as vistas; seus *toilettes* são extravagantes, porque o seu caráter e os seus hábitos não conhecem obstáculo algum: parece-se constantemente com uma boneca em grande gala, e as traquinadas de que se cerca são tão frágeis como os seus sentimentos.

Quanto à mulher de costumes mais do que equívocos, um rápido olhar como o relâmpago basta para que se a adivinhe. O selo de reprovada marca a sua frente: ele é indelével. Esta trará ao través o que as outras trouxeram direito: a sua predileção será pelas cores que mais derem vista, os vestuários os mais excêntricos; não esboçemos mais este retrato: para os anjos decaídos, esquecimento e compaixão.

Do mesmo modo que o caráter, a civilização e os costumes exercem nos diferentes povos um grande império sobre o *toilette*.¹²²

2.4 Da saúde e da higiene

O espartilho reinou absoluto no que se refere ao figurino feminino, afinando as cinturas e marcando o ideal de beleza durante o século XIX (ANEXO 8). Considerado a peça mais importante do vestuário da mulher, sofreu inúmeras críticas dos contemporâneos sobre os possíveis danos causados à beleza, ao corpo e à saúde do sexo frágil. Malgrado o padrão de beleza da cintura estreita, os jornais do Rio de Janeiro iniciaram uma ofensiva contra seu uso: partindo do pressuposto de que a definição de beleza era a harmonia perfeita entre o todo e as

¹²² O *Jornal das Senhoras*, Rio de Janeiro, n. 43, tomo 8, 28 de outubro de 1855, p. 337-338.

partes, “a mulher realmente bela não o será mais depois que tiver a cintura esganada como um foguete, pois que este esmagamento quebra os contornos harmoniosos e as linhas corretas que constituem a beleza do corpo humano”.¹²³ A *Revista Popular* afirmava que o *colete* era mais “um insulto à natureza e à beleza, e longe de realçar os encantos duma cintura flexível, torna-a empertigada e destituída de graça”. Contrariamente ao modelo usual de vestimenta que aprisionava o corpo da mulher, o periódico enalteceu sua mobilidade: “se a graça reside na flexibilidade e elegância dos movimentos, jamais mulher imprensada em estreito colete poderá ser graciosa, pois que de necessidade há de mover-se contrafeita e duras hão de ser as suas atitudes”. Ainda segundo a revista, em relação à beleza, o espartilho só deveria ser utilizado no caso das “mulheres mal configuradas do peito ou disformes de construção, para disfarçar-lhes estes defeitos”.¹²⁴

Para além de diminuir a beleza feminina, o espartilho era acusado de provocar prejuízos à saúde da mulher. Em 1860, a *Revista Popular* ressaltou que “os pulmões, o coração, o fígado, o estômago, o útero, tudo esta compressão constante aperta e desloca; as funções pulmonares, circulatórias, digestivas e reprodutivas sofrem um constrangimento tanto mais forte quanto mais estreito é o colete”. Tais problemas decorreriam do fato de que “a caixa óssea do peito duma mulher bem configurada” deve “ser mais estreita no vértice do que na base”. Era necessário que as últimas costelas fossem se “alargando para dar ao ventre a amplidão necessária aos órgãos da digestão e reprodução. Livremente funcionam num peito de ampla base o coração e os pulmões, que mal podem dilatar-se nesses peitos de base estreita, desfigurados pelo uso do colete”.¹²⁵ O uso do espartilho era, inclusive, um grande empecilho à maternidade, principal papel destinado à mulher durante o século XIX, como veremos em detalhes mais adiante:

Não resta, pois, dúvida que a compressão do colete é nociva à liberdade das quatro funções principais da economia: respiração, circulação, digestão e nutrição. Ora, é impossível pear o livre exercício destas importantes funções sem ocasionar no organismo graves desordens, que se transmitem à posteridade. Facilmente se compreende que se a beleza, força e saúde de uma criança dependem de que nada lhe haja contrariado o desenvolvimento durante a sua existência intrauterina, nunca uma mulher de cintura delgada, ventre chato, extenuada e contundida por um colete poderá dar o ser a um ente bem construído e vigoroso.¹²⁶

¹²³ *Revista Popular*, Rio de Janeiro, tomo 6, ano 2, abril a junho de 1860, p. 272.

¹²⁴ *Revista Popular*, Rio de Janeiro, tomo 6, ano 2, abril a junho de 1860, p. 272.

¹²⁵ *Revista Popular*, Rio de Janeiro, tomo 6, ano 2, abril a junho de 1860, p. 272.

¹²⁶ *Revista Popular*, Rio de Janeiro, tomo 6, ano 2, abril a junho de 1860, p. 273.

Destarte, a *Revista Popular* pedia o fim do uso dos espartilhos, destacando que “no mesmo dia em que os homens acharem ridícula uma cintura estrangulada, cairão por terra os coletes, as mulheres respirarão livremente, gozarão de melhor saúde, nem darão tão estropiada progênie”.¹²⁷ Já *O Jornal das Senhoras* solicitava, ao menos, a substituição dos espartilhos de cóis baixo, que estrangulavam as cinturas femininas, por um novo em que o cóis ficasse “no meio termo”, ou seja, “no lugar que naturalmente lhe compete: conhece-se que não é cintura baixa, entretanto, que ostenta toda a elegância do seu talhe esbelto”. O jornal sugeria, então, às jovens e senhoras, que os antigos espartilhos fossem “banidos de todos os guarda-roupas do bom-tom. Digo que serão banidos porque estou certa que vós conheceis perfeitamente que tais espartilhos não podem servir para a moda de hoje”.¹²⁸

Contudo, não foi apenas por “não servir para a moda de hoje” que *O Jornal das Senhoras* clamava pelo fim dos espartilhos mais justos na cintura, pois levava também em conta as preocupações com a saúde da mulher e de sua prole, afirmando que os coletes de cóis mais alto

[...] têm o privilégio de se prestarem sem esforço algum a todas as exigências da moda, vantagem que devem ao seu acertado corte, e particularmente à presença de uma cintura, cuja combinação permite dar à vontade aos quadris todo o desenvolvimento de que são suscetíveis. Esta combinação, tão preciosa no ponto de vista da elegância, não o é menos no que respeita a saúde. Ela poupa as senhoras em geral, e particularmente àquelas que se acham em um estado interessante, os perigos que podem resultar de uma pressão fatigante sobre os órgãos interiores.

A higiene e a moda estão, pois, de acordo em recomendar estes espartilhos.¹²⁹

Além do espartilho, o século XIX relacionou as vestimentas aos cuidados da higiene. O asseio com as vestes passou a ser considerado um modo de contribuir para o restabelecimento dos enfermos, bem como tornou-se marca de boa educação, respeitabilidade e decência. Frequentar os bailes ou ir ao teatro com o figurino luxuoso, adquirido das lojas francesas da Rua do Ouvidor, era sinônimo de riqueza, status que se intensificava ainda mais se o traje estivesse devidamente limpo.¹³⁰ Isso porque a lavagem das vestimentas - normalmente realizada por negras lavadeiras e engomadeiras a serviço da família - demandava toda uma atenção especial, uma vez que eram fabricadas com tecidos finos, rendas e bordados, muitas

¹²⁷ *Revista Popular*, Rio de Janeiro, tomo 6, ano 2, abril a junho de 1860, p. 274.

¹²⁸ *O Jornal das Senhoras*, Rio de Janeiro, n. 43, tomo 2, 24 de outubro de 1852, p. 129.

¹²⁹ *O Jornal das Senhoras*, Rio de Janeiro, n. 37, tomo 8, 16 de setembro de 1855, p. 289.

¹³⁰ SANT'ANNA, Denise Bernuzzi de. “Higiene e higienismo entre o Império e a República”. In: DEL PRIORI, Mary; AMANTINO, Marcia. *História do corpo no Brasil*. São Paulo: Editora Unesp, 2011, p. 292-293.

vezes também enfeitadas com fitas e outros adereços. Se o vestido da dama de elite fosse branco, então, era atestado de prestígio e fortuna, tendo em vista a dificuldade e a despesa ainda maiores para sua conservação.¹³¹ A limpeza dos trajes funcionou como termômetro da higiene pessoal e da prosperidade, civilidade e poder da família.¹³² O asseio com as roupas, a propósito, insere-se num leque bem mais amplo de preocupações acerca da higiene, pessoal e social, que tomaram corpo durante o Oitocentos.

No século XIX, em decorrência de uma transformação radical da medicina, estabeleceu-se no Brasil uma nova política de saúde de abrangência social, processo que teve seu desenvolvimento na Europa desde o século anterior.¹³³ A higiene pública foi o grande pilar deste modelo de intervenção social, o qual instituiu um novo momento para a medicina no Brasil - nomeadamente o de constituição da medicina social - ao se distinguir do padrão praticado desde os primórdios da ocupação portuguesa da América.¹³⁴ Ocorreu uma mudança profunda do discurso e prática médicos em relação ao período colonial, pois a medicina transformou-se de uma ação de cura direcionada ao indivíduo em uma intervenção preventiva no espaço social. A partir de então, a prática médica deixou de se restringir ao combate às doenças, na tentativa de restabelecer a saúde, para priorizar ações que evitassem seu aparecimento e controlassem sua eclosão. A medicina do século XIX, ou seja, a medicina social, foi o nascimento da higiene como política preventiva de proteção à salubridade da cidade e à saúde de sua população.¹³⁵

O objetivo era fazer do Rio de Janeiro um lugar mais saudável para viver e, assim, um local também mais civilizado. Para isso, uma série de medidas higiênicas foram tomadas a partir da chegada de Dom João aos trópicos, as quais contribuíram para consolidar uma nova fase da sociedade de então, com a construção de uma ideia renovada de vida familiar e de cuidados com o próprio corpo. Com a inauguração da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, em 1832, ampliaram-se ainda mais as novidades em matéria de higiene e saúde, que ganhavam cada vez mais espaço entre as famílias de elite.¹³⁶ Aliás, foram elas os grandes alvos das ações higiênicas propostas no período. Os periódicos publicados no Rio de Janeiro, alguns inclusive editados por médicos, prescreveram aos habitantes normas de cuidado com o corpo. O objetivo

¹³¹ RODRIGUES, Mariana Tavares. **Mancebos e mocinhas**, p. 87.

¹³² SANT'ANNA, Denise Bernuzzi de. **Cidade das águas**. São Paulo: Senac, 2008, p. 123.

¹³³ FOUCAULT, Michel. "O nascimento da medicina social". In: _____. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979, p. 79 et. seq.

¹³⁴ MACHADO, Roberto et al. **Danação da norma: medicina social e construção da psiquiatria no Brasil**. Rio de Janeiro: Graal, 1978, p. 18-19.

¹³⁵ MACHADO, Roberto et al. **Danação da norma**, p. 247-248.

¹³⁶ D'INCÃO, Maria Ângela. "Mulher e família burguesa". In: PRIORE, Mary Del (Org.). **História das mulheres no Brasil**, p. 225-226.

destas publicações era disseminar o gosto pela saúde, em oposição à desordem pouco salutar característica dos hábitos coloniais. Por meio da imprensa e com respaldo dos argumentos médicos, a mulher foi alvo das mais diversas propostas de intervenção, cujo intuito era torná-la saudável. Tais prescrições diziam respeito desde a adoção de determinados vestuários considerados mais adequados até conselhos sobre os mais profundos e íntimos aspectos físicos e mentais do belo sexo.¹³⁷

Direcionadas à família de elite e divulgadas pelos periódicos, as ideias higiênicas colocaram em cena uma série de preceitos que buscavam ordenar a vida dos indivíduos nos mais diversificados aspectos.¹³⁸ Com o propósito de civilizar as condutas físicas, sexuais, intelectuais e morais da população, a higiene, longe de ameaçar com mecanismos repressivos, mostrou às famílias os benefícios que poderiam ser alcançados se as novas práticas propostas fossem seguidas: a sobrevivência da progênie, o prolongamento da vida e a melhora na qualidade e na saúde do corpo.¹³⁹

Durante o século XIX, principalmente a partir da segunda metade, houve uma contínua modificação na mentalidade e na sensibilidade em relação aos cuidados com o corpo. A ideia que passou a ser difundida pela imprensa e aceita pelas famílias era que, por meio da higiene, seria possível alavancar o *progresso* econômico e social do Brasil, tal como teria ocorrido na Europa.¹⁴⁰ A higiene protegeria, ao mesmo tempo, o corpo contra as doenças e a alma contra os vícios, fazendo o indivíduo e, conseqüentemente, a própria sociedade prosperarem.¹⁴¹ Passou-se a olhar mais intimamente para o corpo, no sentido de refletir cotidianamente sobre suas doenças, sua saúde e as melhores maneiras de deixá-lo saudável. A higiene e a saúde pessoal, portanto, tornaram-se uma preocupação social e moral.¹⁴²

Coube à imprensa a tarefa de divulgar receitas e métodos disponíveis para ampliar a salubridade dos corpos, como a prática dos banhos, a limpeza e clareamento dos dentes, o combate ao mau hálito, os cuidados com os cabelos, etc. Esses ensinamentos se somavam aos direcionados à beleza das damas, como os conselhos para ruborizar os lábios, branquear a pele

¹³⁷ ENGEL, Magali. **Meretrizes e doutores: saber médico e prostituição no Rio de Janeiro (1840-1890)**. São Paulo: Brasiliense, 2004, p. 43-44.

¹³⁸ MATOS, Maria Izilda Santos de. "Delineando corpos: as representações do feminino e do masculino no discurso médico (São Paulo 1890-1930)". In: _____; SOIHET, Rachel (Orgs.). **O corpo feminino em debate**. São Paulo: Editora UNESP, 2003, p. 109-110.

¹³⁹ COSTA, Jurandir Freire. **Ordem médica e norma familiar**, p. 31-33.

¹⁴⁰ SANT'ANNA, Denise Bernuzzi de. "Higiene e higienismo entre o Império e a República". In: DEL PRIORI, Mary; AMANTINO, Marcia. **História do corpo no Brasil**, p. 300-302.

¹⁴¹ KNIBIEHLER, Yvonne. "Corpos e corações". In: FRAISSE, Geneviève; PERROT, Michelle (Dir.). **História das mulheres no Ocidente: o século XIX**. Porto: Edições Afrontamento, 1994, p. 364.

¹⁴² RODRIGUES, Mariana Tavares. **Mancebos e mocinhas**, p. 110.

e perfumar o corpo.¹⁴³ Remédios e receitas caseiras eram apresentados nas páginas dos jornais, que ensinavam como cuidar de todas as partes do corpo, dos pés à cabeça. Nesta última área, inclusive, indicava-se como modo de conservar os cabelos a seguinte receita: “toma-se uma gema de ovo cru e umedece-se com ela a mão, passa-se algumas vezes sobre os cabelos e penteia-se depois com um pente fino”,¹⁴⁴ No caso dos pés, pedia-se para “evitar-lhes calçado estreito”, bem como “conservá-los limpos, esfregando todas as manhãs ao erguer-se com um pano lavado e seco”. Além disso, era necessário “mudar de meias frequentemente e tomar alguns banhos de tempo em tempo; deve, enfim, cortar os calos depois de ter metido os pés na água e também as unhas ao sair do banho”.¹⁴⁵

Os banhos também foram cada vez mais incentivados entre as famílias por meio dos periódicos. De acordo com a *Revista Popular*, eram úteis “tanto no interesse do asseio, como no da beleza e saúde”. As senhoras deviam sua “beleza às benéficas águas”; sem os banhos, “por mais cuidados que qualquer tenha de sua pessoa, nunca a pele adquire toda a perfeição desejável”. Ainda segundo o periódico, em qualquer estação do ano, “o banho quente é mais favorável à beleza”, pois ele “abre mais os poros e torna a pele mais macia e mais fina”. Entretanto, se os banhos quentes ajudavam na beleza das mulheres, eles também tinham seu lado negativo: “enfraquecem em vez de fortalecer” a pessoa. Desse modo, “quanto mais baixa é a temperatura do banho, menos nos enfraquece e mais se torna salutar. A água amornada em um grau conveniente penetra as fibras, as distende, amolece-as e dá a todo o corpo esse verniz de frescura e nudez rosada que assenta tão bem nas senhoras”.¹⁴⁶ Os banhos, como também comentou *O Jornal das Senhoras*, “têm a força de abrir os poros, aceleram a circulação, facilitam e aumentam a transpiração e limpam a pele de todas essas *escamas*, por assim dizer, que cobrem a epiderme de nosso corpo”.¹⁴⁷

Os banhos quentes, segundo a *Revista Popular*, eram “necessários diariamente de noite ao deitar-se e em muitas outras circunstâncias”, pois trariam grandes benefícios à pele das jovens e das senhoras. Entre as vantagens à beleza, o banho quente “amolece a pele rústica e a refresca, assim como o interior do corpo, e faz desaparecer as espinhas produzidas pelo calor, as pintas rubras e as manchas, e espalha um ar de frescura sobre todas as pessoas que dele fazem uso”. O periódico, no entanto, advertia que alguns cuidados eram necessários, como zelar para “que a água não seja muito quente, mas sim um pouco abaixo do calor natural, a fim de

¹⁴³ RODRIGUES, Mariana Tavares. **Mancebos e mocinhas**, p. 144-145.

¹⁴⁴ **Novo Correio das Modas**, Rio de Janeiro, n. 7, vol. 2, 1853, p. 56.

¹⁴⁵ **Novo Correio das Modas**, Rio de Janeiro, n. 7, vol. 1, 1854, p. 55.

¹⁴⁶ **Revista Popular**, Rio de Janeiro, tomo 1, ano 1, janeiro a março de 1859, p. 234-237.

¹⁴⁷ **O Jornal das Senhoras**, Rio de Janeiro, n. 6, tomo 5, 5 de fevereiro de 1854, p. 41.

experimental-se um ligeiro tremor ao entrar nela”. Os banhos, continuava o jornal, “são ainda mais salutareos com água tépida que não tenha sofrido ebulição do que com água quente ou fria”. Durante o banho, mais morno que quente, o jornal ainda indicava “ensaboar o corpo com sabão”, bem como “fazer uso da escova de fricção” para limpar corretamente a pele.¹⁴⁸

Além de prolongar a beleza, os banhos eram considerados “o principal meio de saúde e de frescura”.¹⁴⁹ Nesse sentido, eram recomendáveis “mais que tudo como um grande meio profilático e conservador da saúde”, sem falar que “no nosso clima [são] indispensáveis durante o verão”;¹⁵⁰ em suma, como explicou a *Revista Popular*, o banho era um manancial de virtudes:

A impressão agradável que neles se experimenta ainda se faz sentir em todo o resto do dia. Eles aliviam, refrescam e, se depois não nos sentimos mais fortes, estamos ao menos mais ágeis e, em geral, todas as funções se exercem, não com mais força e energia, mas sim com mais destreza. Os banhos dão à cútis frescura e flexibilidade, desembaraçando os poros dos corpos estranhos que sobre eles pousam e que interceptam, assim, a doce umidade imperceptível que se exala do corpo, desprendem os pedaços de pele e dão um curso mais ativo à aspereza que, permanecendo sobre ela, faz aparecer espinhas ou manchas.

A água benfazeja penetra pelos poros no interior do corpo e desliga-lhe os humores, entrando numa atividade regular em todas as funções da vida, amacia os nervos e torna-os desembaraçados e robustos.

É preciso enxugar-se perfeitamente com toalhas quentes e secar com muito cuidado as partes que, por sua natureza porosa, conservam a humidade. O rosto, o pescoço e as cadeiras devem-se enxugar com toalhas de algodão muito fino. As articulações devem ser esfregadas com mais força.

A duração dos banhos varia conforme a compleição e temperamento das pessoas.

As pessoas robustas podem tomar, indiferentemente, toda a sorte de banhos, e demorar a sua estada neles; enquanto que as delicadas, melancólicas, moles e linfáticas não podem tomar senão banhos tépidos, e cuja duração não exceda a um quarto de hora.

Os banhos quentes devem ser tomados uma vez por semana, e duas vezes pelas pessoas às quais convier.¹⁵¹

Ao lado dos banhos, o cuidado com os dentes era amplamente defendido pela imprensa, que publicava receitas caseiras para os limpar e clarear, bem como para acabar com o mau hálito. Assim como lavar as mãos rotineiramente, escovar os dentes tornou-se tanto um modo de evitar alguma enfermidade quanto um traço de distinção social.¹⁵² O *Novo Correio das Modas*, em 1852, comentava que “os dentes, que tão essenciais são à saúde como à formosura,

¹⁴⁸ *Revista Popular*, Rio de Janeiro, tomo 1, ano 1, janeiro a março de 1859, p. 236-237.

¹⁴⁹ *Revista Popular*, Rio de Janeiro, tomo 1, ano 1, janeiro a março de 1859, p. 234.

¹⁵⁰ *Revista Popular*, Rio de Janeiro, tomo 8, ano 2, outubro a dezembro de 1860, p. 43.

¹⁵¹ *Revista Popular*, Rio de Janeiro, tomo 1, ano 1, janeiro a março de 1859, p. 234-235.

¹⁵² SANT'ANNA, Denise Bernuzzi de. “Higiene e higienismo entre o Império e a República”. In: DEL PRIORI, Mary; AMANTINO, Marcia. *História do corpo no Brasil*, p. 304.

ornatos da boca e instrumentos da mastigação, reclamam nossos cuidados de manhã ao erguer-nos e à noite antes de deitar-nos”. A despeito de todos os cuidados caseiros, o jornal considerava “prudente mandá-los examinar todos os três ou quatro meses por um dentista de reconhecida habilidade”. No dia a dia, entretanto, algumas normas deveriam ser seguidas para uma limpeza correta da dentição, como a aquisição de uma escova “fina e branda”, que seria usada para que “a pessoa lhe dirija a esfregadura verticalmente”. Como produto empregado na escovação para melhorar os resultados - assim como hoje são usados os cremes dentais - recomendava-se, normalmente, o “carvão em pó”.¹⁵³ Ainda segundo o periódico:

O melhor modo de conservar os dentes é usar a pessoa diariamente de uma escova não áspera, untada de pó fino carbônico e água. Lance a dita pessoa no fogo um carvão de lenha e espere que ele enrubesça; sobre, assim que ele esfriar, as cinzas exteriores que lhe ficam na superfície, reduza-o num almofariz a pó fino e guarde este numa garrafa bem tapada. Tira ele o mal cheiro que sai dos dentes cariados quando se usa para lavar a boca com uma pouca de água.

Não somente o carvão obra como corpo duro, mas até decompõe o tártaro e a matéria da cárie. Muitas dores de dentes se acalmaram de todo após esta operação, e hálitos fétidos não podem resistir-lhe mormente se a pessoa engole um pouco de pó carbônico.¹⁵⁴

O pó de carvão era divulgado como possuidor de atributos “ao mesmo tempo desinfetante e antipútrido”. Uma vez aplicado na escovação, “retarda a cárie dos dentes, tira o mau cheiro e conserva asseados e alvos os dentes”.¹⁵⁵

O Jornal das Senhoras, ao comentar sobre o quanto “a limpeza dos dentes é necessária para a decência e para a conservação e asseio dos mesmos dentes”, descreveu as formas de preparar e os modos de usar “algumas das seguintes receitas”:

1ª. O carvão reduzido a pó é das melhores coisas que se podem empregar: ele limpa bem os dentes, sem lhes alterar o esmalte, nem ofender as gengivas. Quando se não quiser usar dele simplesmente, prepare-se assim: uma onça de açúcar, três gotas de óleo de cravo, tudo bem misturado e reduzido a pó subtil.
2ª. A quina em pó: o seu uso oferece grande vantagem relativamente às gengivas, porque as fortifica e preserva de algumas afecções a que estão sujeitas. Prepare-se assim: uma onça de carvão bem moído, uma onça de quina vermelha, meia onça de açúcar, oito gotas de óleo de hortelã, reduza-se tudo a pó bem fino.¹⁵⁶

¹⁵³ *Novo Correio das Modas*, Rio de Janeiro, n. 16, vol. 1, 1852, p. 117.

¹⁵⁴ *Novo Correio das Modas*, Rio de Janeiro, n. 16, vol. 1, 1852, p. 118.

¹⁵⁵ *Revista Popular*, Rio de Janeiro, tomo 11, ano 3, julho a setembro de 1861, p. 371.

¹⁵⁶ *O Jornal das Senhoras*, Rio de Janeiro, n. 5, tomo 3, 30 de janeiro de 1853, p. 40.

Outro componente importante para um corpo saudável e belo era a alimentação adequada. Comer corretamente, dizia uma colunista da *Revista Popular*, “favorece-nos a beleza”. Segundo ela, a alimentação das mulheres deveria ser composta por “um regime suculento, delicado e metódico”, regime este que “afugenta por muito tempo os sinais externos da velhice, a maior desgraça que nos pode sobrevir”; como explicava a *Revista Popular*:

Uma boa alimentação dá aos olhos mais brilho, mais frescura à pele e aos músculos mais elasticidade; e, estando averiguado em fisiologia que a depressão dos músculos é a causa das rugas, essas temíveis inimigas da beleza, também se não pode negar que, em igualdade de circunstâncias, conserva-se a mulher que sabe comer sempre dez anos mais moça do que outra que ignora esta ciência importantíssima.¹⁵⁷

Durante o século XIX, uma das táticas utilizadas pela higiene para transformar radicalmente os hábitos e costumes das famílias de elite foi intervir, sobretudo, no cotidiano das crianças. Elas passaram a ser consideradas o principal fator de unidade da família, ou seja, o elemento em função do qual a casa deveria ser organizada. Interessar-se pelas crianças era uma maneira de construir um adulto adequado aos novos preceitos civilizatórios e higiênicos, ensinando-lhes a conservar suas vidas e colocá-las a serviço da nação.¹⁵⁸ A imprensa procurou modificar a estrutura do ensino escolar, contribuindo para generalizar a adoção da Educação Física nos colégios devido à ideia de que por meio da higiene a nação se fortaleceria.¹⁵⁹ E para uma higiene adequada, segundo os jornalistas, era incontornável a prática de exercícios físicos ao ar livre.¹⁶⁰ A imprensa, em vista disso, desencadeou uma campanha pela obrigatoriedade do ensino da Educação Física no Brasil, fazendo “mil votos para vermos esta preciosa arte mais generalizada no nosso país e, principalmente, para a vermos introduzida nos colégios brasileiros, em cujas instituições ela torna-se de absoluta necessidade”.¹⁶¹ Em 1853, *O Jornal das Senhoras* argumentava:

Vós, diretoras inteligentes dos colégios de educação da mocidade brasileira, por que não adicionais um curso de ginástica ao catálogo das muitas prendas que ensinais às vossas discípulas, entre os ramos de ciência e belas artes que ostentais pela lista dos vossos professores?

¹⁵⁷ *Revista Popular*, Rio de Janeiro, tomo 10, ano 3, abril a junho de 1861, p. 226.

¹⁵⁸ COSTA, Jurandir Freire. *Ordem médica e norma familiar*, p. 173-175.

¹⁵⁹ SANT’ANNA, Denise Bernuzzi de. “Higiene e higienismo entre o Império e a República”. In: DEL PRIORI, Mary; AMANTINO, Marcia. *História do corpo no Brasil*, p. 302-304.

¹⁶⁰ KNIBIEHLER, Yvonne. “Corpos e corações”. In: FRAISSE, Geneviève; PERROT, Michelle (Dir.). *História das mulheres no Ocidente*, p. 364.

¹⁶¹ *Revista Médica Fluminense*: publicada pela Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, n. 10, vol. 5, janeiro de 1840, p. 481.

Duvidais do lucro? Não hesiteis: uma de vós seja a primeira. Estabelecei um curso de ginástica adaptado ao sexo e à idade de cada uma de vossas educandas, cuidai dele com solicitude, prossegui, e mais tarde tereis as bênçãos de muitas e muitas mães que vos bendirão por toda a parte.¹⁶²

A ginástica era considerada uma das alavancas mais poderosas para assegurar a conservação da saúde. Para a *Revista Medica Fluminense*, o exercício físico era uma fonte gigantesca de benefícios, devendo ser recomendado pelo fato de influir sobre quase “todos os aparelhos da economia animal, vindo, portanto, sua ação a se estender por toda a parte, e todas as funções a serem por ela mais ou menos modificadas”. Ainda segundo o periódico, a ginástica “não só produz grandes vantagens ao aparelho locomotor, como também a todos os outros aparelhos e até mesmo às faculdades mentais”.¹⁶³

A premissa principal para a prática das atividades físicas nas escolas era separar as crianças por idade e por sexo.¹⁶⁴ A partir de exercícios específicos, cada aluno obteria melhores resultados pessoais. Para as meninas, as atividades físicas trariam benefícios tanto imediatos quanto vindouros, que iam desde a revitalização das enfermidades e a supressão da vida sedentária até, futuramente, quando estivessem aptas a se casar e procriar, a melhoria das qualidades nutritivas do leite materno.¹⁶⁵ Como asseverou a *Revista Medica Fluminense*, em 1839: “os estudos porfiados, a falta de exercício ao ar livre, alteram sua constituição e os dispõe às mais graves afecções. Os passeios frequentes, as carreiras, a ginástica, a esgrima, a dança, etc., são, pois, indispensáveis na tenra idade”.¹⁶⁶

Os exercícios físicos propostos pela imprensa - que com o tempo passaram a ser “adotados em todos os colégios bem regulados”¹⁶⁷ e praticados também pelo restante da família adulta - foram instrumentos transformadores do corpo feminino. Até o início do Oitocentos, como já dito, a sociedade colonial isolava suas mulheres no interior das casas. Como comentou John Barrow, inglês que visitou o Brasil em 1792, “a maioria das mulheres do Rio de Janeiro, devido ao confinamento a que estão submetidas e ao pouco exercício físico, engorda com tenra idade”.¹⁶⁸ As mulheres coloniais tinham um corpo flácido e doentio, o qual foi duramente combatido pela imprensa. Os jornais e revistas propunham novas condutas, como a prática da educação física, para a conquista do tão desejado corpo saudável defendido pelas ideias

¹⁶² **O Jornal das Senhoras**, Rio de Janeiro, n. 26, tomo 3, 26 de junho de 1853, p. 207.

¹⁶³ **Revista Medica Fluminense**, Rio de Janeiro, n. 10, vol. 5, janeiro de 1840, p. 474.

¹⁶⁴ COSTA, Jurandir Freire. **Ordem médica e norma familiar**, p. 185.

¹⁶⁵ COSTA, Jurandir Freire. **Ordem médica e norma familiar**, p. 118.

¹⁶⁶ **Revista Medica Fluminense**, Rio de Janeiro, n. 3, vol. 5, junho de 1839, p. 112.

¹⁶⁷ **O Jornal das Senhoras**, Rio de Janeiro, n. 26, tomo 3, 26 de junho de 1853, p. 207.

¹⁶⁸ FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. **Visões do Rio de Janeiro colonial**, p. 222.

higienistas.¹⁶⁹ Os jornalistas, muitos dos quais eram médicos, recomendavam a ginástica visando a desenvolver tanto a beleza das formas quanto “a energia dos músculos correspondentes”;¹⁷⁰ como observou *O Jornal das Senhoras*, em 1853:

Além das vantagens de desenvolver belas estaturas, lindas formas, boa saúde, constituição forte, têm também os exercícios corporais a utilidade de poderem servir a muitos doentes; vi eu grande número de pessoas moças, a quem os hábitos do seu sexo conservavam muito sedentárias, sarar prontamente de bronquites ou catarros mais ou menos crônicos que haviam resistido a outros meios da arte.¹⁷¹

O modelo de corpo *saudável* - ou seja, higienizado, exercitado e belo - proposto pelo século XIX era construído em oposição ao corpo flácido e doente dos tempos coloniais, o qual deveria ser superado juntamente com uma série de outros elementos que remetiam a um passado dito *incivilizado*. Tamanho foi o êxito de difusão deste novo modelo corporal que até hoje ainda constitui a base dos padrões de beleza socialmente aceitos.¹⁷²

Além da ginástica, havia outras formas de exercícios físicos específicos às mulheres. Procurando desenvolver certos órgãos e sentidos, recomendava-se às jovens o canto e a declamação como modo de melhorar o sistema respiratório. Indicava-se também a dança como forma de fortalecer o corpo e o espírito.¹⁷³ A valsa francesa, por exemplo, como destacou *a Nova Minerva*, em 1845, “escandece o sangue, promove a transpiração e tingem de grã o rosto das senhoras; é um movimento suave, lento e gracioso que, ao que parece, é causado por um estado delicioso, imaginativo d’alma”.¹⁷⁴ Em 1855, *O Jornal das Senhoras* comentou a importância da música para o desenvolvimento da civilização no Rio de Janeiro:

A música, cuja história de todos os tempos oferece uma imensa quantidade de exemplos da sua prodigiosa influência sobre a civilidade, os costumes, as paixões, as doenças e heroísmo militar, é um meio necessário da cultura do homem; a música associa a educação física e ginástica, desenvolvendo nela os órgãos da voz e aumentando a força dos pulmões e do peito, e a educação moral e intelectual, despertando em seu coração sentimentos de justiça, amor e benevolência, e dando à sua inteligência maior vivacidade. [...] A música é hoje empregada na França, Itália e Suíça como o meio poderoso para adoçar os costumes na educação moderna; ela é um meio precioso para excitar na criatura sentimentos religiosos, para acalmar o caráter e as paixões, para

¹⁶⁹ COSTA, Jurandir Freire. **Ordem médica e norma familiar**, p. 13.

¹⁷⁰ **Revista Medica Fluminense**, Rio de Janeiro, n. 10, vol. 5, janeiro de 1840, p. 474.

¹⁷¹ **O Jornal das Senhoras**, Rio de Janeiro, n. 26, tomo 3, 26 de junho de 1853, p. 207.

¹⁷² ENGEL, Magali. **Meretrizes e doutores**, p. 15.

¹⁷³ COSTA, Jurandir Freire. **Ordem médica e norma familiar**, p. 185.

¹⁷⁴ **A Nova Minerva**, Rio de Janeiro, n. 2, tomo 1, dezembro de 1845, p. 14.

colocar harmonia entre os pensamentos e sentimentos, para fortificar o amor da ordem e do belo e para animar o instinto do amor pátrio.¹⁷⁵

Esta era também a opinião publicada no *Museo Universal*, em 1844: “De todas as belas-artes, a música é, sem contradição, a que mais direta e mais naturalmente conduz à civilização dos povos”.¹⁷⁶ Isso porque, por mais que fosse um “tão inocente como simples passatempo”, a música, “além de cada vez dar mais incremento ao espírito de sociabilidade, distrai a nossa juventude de hábitos e vícios que tão prejudiciais lhe poderiam ser”. A música e a dança, todavia, principalmente nos bailes e saraus oferecidos regularmente, faziam bem mais do que distrair as jovens dos vícios: “Os moços, ao verem as lindas fluminenses, ao comunicá-las, ao observar suas graças, espírito e encantos, procuram ser delas maridos, e eis aí mais uma das virtudes dos bailes - deles se originam muitos casamentos”.¹⁷⁷ A música e a dança deveriam fazer parte da boa educação feminina, pois era se exibindo ao piano, cantando ou dançando, com toda a elegância possível, que as jovens tinham a oportunidade de conquistar seus pretendentes e contrair matrimônio.

2.5 Do casamento e do amor

O casamento das elites durante o período colonial era, em muitos aspectos, radicalmente diferente do que passou a existir a partir do século XIX. No primeiro caso, a união dos consortes ocorria por meio de uma decisão unilateral tomada frequentemente pelo responsável, normalmente o patriarca. O pai definia e impunha sua escolha ao filho ou filha, independentemente da opinião de quem de fato iria se casar, o que significava que os aspectos afetivos quase nunca eram considerados no momento da união conjugal.¹⁷⁸ O sucesso do matrimônio era fundado sobre outros preceitos, os quais não dependiam do relacionamento afetivo entre marido e mulher. A felicidade do casal, inclusive, ficava em segundo plano dentro das obrigações do matrimônio, praticado normalmente como uma aliança política e econômica com o fim de defender as riquezas e propriedades das famílias dos cônjuges. Assim, buscar a felicidade conjugal pelas relações afetivas entre marido e mulher era, de certo modo, irrelevante para a sociedade colonial, que praticava o casamento em função de outros pactos.¹⁷⁹

¹⁷⁵ **O Jornal das Senhoras**, Rio de Janeiro, n. 9, tomo 7, 4 de março de 1855, p. 70-71.

¹⁷⁶ **Museo Universal**: jornal das famílias brasileiras, Rio de Janeiro, n. 50, vol. 7, 8 de junho de 1844, p. 398.

¹⁷⁷ **O Album Semanal**, Rio de Janeiro, n. 16, 22 de fevereiro de 1852, p. 62.

¹⁷⁸ COSTA, Jurandir Freire. **Ordem médica e norma familiar**, p. 215.

¹⁷⁹ MELLO, Evaldo Cabral de. “O fim das casas-grandes”. In: NOVAIS, Fernando (Coord.); ALENCASTRO, Luiz Felipe de (Org.). **História da vida privada no Brasil**: Império. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 396-397.

A sexualidade e a afetividade entre o homem e a mulher coloniais, desde as elites até as classes populares, eram legitimadas pela ética cristã.¹⁸⁰ Para a Igreja, a união dos casais deveria ocorrer por dever; mais fundamental do que qualquer sentimento de amor ou desejo, era em decorrência das obrigações matrimoniais que eles deveriam se unir, ou seja, para procriar e resistir à tentação do adultério.¹⁸¹ No entanto, era prática bastante comum a formação de casais que viviam em concubinato ou bigamia.¹⁸² A própria mobilidade geográfica a que os homens eram submetidos, tendo que se ausentar de suas casas por períodos relativamente longos em face dos negócios, proporcionou uma estrutura familiar marcadamente dispersa, com uniões intermitentes entre os casais, nem sempre legitimadas com o aval da Igreja.¹⁸³ Isso tanto por parte de homens que se uniam a diferentes mulheres em diversas localidades, quanto pelas esposas que, na ausência dos maridos, relacionavam-se também com outros homens.

Por mais que o catolicismo não tenha sido capaz de estabelecer o casamento religioso como o único modelo de relação conjugal existente, ele instituiu uma dicotomia que separava as relações entre lícitas e ilícitas, com o casamento sacramentado funcionando como padrão de legalidade das uniões.¹⁸⁴ Para a Igreja, toda a atividade sexual extraconjugal ou que não visasse à procriação era condenada, assim como tudo o que aumentasse o prazer, como as carícias preparativas dos atos sexuais.¹⁸⁵ No que se refere aos casamentos legitimados pela Igreja, eram praticados com base no princípio da manutenção e aumento da riqueza da família, o que ocasionava, inclusive, uniões entre meninas de apenas 13 ou 14 anos com homens bem mais velhos. Como comentou o oficial da marinha britânica James Kingston Tuckey, que visitou o Rio de Janeiro em 1803:

As mulheres do Brasil, como todas as mulheres que habitam os países situados nas zonas tórridas, não conhecem um meio-termo entre a perfeição e o declínio. Tal como um delicado fruto da terra, elas são prematuramente lançadas na maturidade pela esplendorosa força do sol e, depois de um rápido apogeu, entram em acelerada decadência: aos 14 anos, já são mães; aos 16, todas as flores de sua beleza já desabrocharam; aos 20, parecem uma rosa no outono. O tempo que essas filhas do sol gastam para viver as três fases

¹⁸⁰ SOUZA, Laura de Mello e. “O padre e as feiticeiras: notas sobre a sexualidade no Brasil colonial”. In: VAINFAS, Ronaldo (Org.). **História e sexualidade no Brasil**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1986, p. 17.

¹⁸¹ PRIORE, Mary Del. “O corpo feminino e o amor: um olhar (século XIX, São Paulo)”. In: D’INCÃO, Maria Ângela (Org.). **Amor e família no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1989, p. 33.

¹⁸² Cf. VAINFAS, Ronaldo. **Trópico dos pecados: moral, sexualidade e inquisição no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014, p. 103-129.

¹⁸³ SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **Vida privada e cotidiano no Brasil na época de D. Maria I e D. João VI**, p. 135.

¹⁸⁴ ZENHA, Celeste. “Casamento e ilegitimidade no cotidiano da justiça”. In: VAINFAS, Ronaldo (Org.). **História e sexualidade no Brasil**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1986, p. 141.

¹⁸⁵ DEL PRIORI, Mary. **História do amor no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2015, p. 45.

referidas é quase o mesmo que uma europeia consome para viver somente uma delas.¹⁸⁶

Eis aí uma das causas do desalinho das formas físicas femininas, ou seja, do corpo envelhecido, flácido e obeso dos tempos coloniais. Estes casamentos ainda persistiram no Rio de Janeiro imperial, como destacou *A Borboleta*, em 1844: “na época atual, passa por moda casar-se a criança na mesma ocasião do batismo”.¹⁸⁷ A despeito de todo o exagero da afirmação, o fato é que casar a mulher em idade ainda precoce passou a ser visto com maus olhos pelos jornalistas. *O Novo Domingueiro*, em 1847, lembrava alguns dos problemas decorrentes deste hábito colonial:

Além disto, não me parecem de bom acerto esses casamentos prematuros. O que quer dizer casar uma menina de 13 anos? Primeiramente, em tal idade não há de ordinário aquele assento, aquele juízo prudencial tão necessários em uma mãe de família; depois disso, quase sempre as que casam em tão verdes anos enchem-se logo de filhos, tornam-se velhas e feias antes de tempo, e os maridos que comumente não são muito seguros a respeito de fidelidade conjugal, ainda conservam a mulher como traste de casa, dão-lhe de comer e de vestir com demasiada parcimônia, e todos os seus afetos repartem-se por aí com essas faniqueiras; e eis a pobrezinha ralada de ciúmes e passando em amarguras o resto dos seus dias.¹⁸⁸

O casamento era também responsável pelo enclausuramento feminino até o século XIX. A relação conjugal tinha um caráter extremamente privado na Colônia, o que praticamente excluiu a presença feminina dos espaços públicos. Toda essa rigidez, dirigida principalmente à mulher solteira, explica-se em parte pelo fato de que isolá-la era o grande instrumento de preservação do sistema de casamento tal como era concebido: uma aliança política e econômica estabelecida com o intuito de preservar e ampliar a riqueza e poder das famílias envolvidas, ou seja, uma instituição de transmissão do patrimônio.¹⁸⁹ Isso porque a virgindade feminina era uma condição basilar para a efetivação das alianças entre as famílias; ela funcionava, a despeito de qualquer valor ético que pudesse encerrar, como uma garantia do sistema de herança das propriedades e riquezas. A reclusão era, de alguma maneira, um modo de impedir a aproximação dos corpos antes do matrimônio, uma vez que parece não ter existido na sensibilidade afetiva colonial uma intermediação discursiva capaz de os separar. Em uma sociedade em que a virgindade da mulher de elite era uma mercadoria política e econômica

¹⁸⁶ FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. **Outras visões do Rio de Janeiro colonial**: antologia de textos (1582-1808). Rio de Janeiro: José Olympio, 2000, p. 268.

¹⁸⁷ *A Borboleta*, Rio de Janeiro, n. 1, vol. 1, 15 de agosto de 1844, p. 11.

¹⁸⁸ *O Novo Domingueiro*, Rio de Janeiro, n. 2, vol. 1, 9 de maio de 1847, p. 15.

¹⁸⁹ VAINFAS, Ronaldo. **Trópico dos pecados**, p. 103-104.

extremamente valorizada, quando os corpos se aproximavam a perda da castidade da moça para um indivíduo não escolhido pelo patriarca gerava um impedimento à concretização da aliança desejada pelo pai por meio do sistema de casamento, afetando-se diretamente a escolha do marido e a segurança das propriedades familiares.¹⁹⁰

A suavização do isolamento das mulheres e da vigilância patriarcal no decorrer do século XIX pode ser explicada, portanto, por uma transformação no próprio sistema de casamentos, ocorrida a partir de uma modificação mais profunda na sensibilidade afetiva das pessoas. Não que a preservação da virgindade feminina tenha deixado de ser importante para a sociedade oitocentista; ao contrário, como apontou o *Album Semanal*, em 1852, a “castidade é uma virtude que constitui a parte essencial do sexo feminino”.¹⁹¹ Cinco anos antes, *O Novo Domingueiro* também comentava que “quando virgem, cândida e pura, que coisa mais arrebatadora a mulher!”¹⁹²

A despeito da virgindade feminina, o século XIX foi responsável por alterar significativamente a qualidade dos sentimentos, ao promover um afastamento dos corpos em virtude de um novo conjunto de valores prescrito pelo *amor romântico*. Teria ocorrido nesse período uma alteração da sensibilidade colonial, marcada pelo contato direto entre os corpos, ou seja, por sentimentos muito mais ligados ao sexo e às relações físicas de prazer do que propriamente a um modo interior e profundo de amar.¹⁹³ A relação entre os sexos na Colônia tinha no toque da carne o principal símbolo de afetividade: eram comuns os beliscões e pisadelas trocados nos tumultos ocorridos nas portas das igrejas ou, ainda, no seu interior, quando a luz das velas se apagava e se escurecia o ambiente.¹⁹⁴ Em comparação com sentimentos presentes nos dias atuais, era como se a carne tivesse muito mais a dizer do que o coração, se é que este tivesse algo a dizer, do mesmo modo como ouvimos hoje. A afetividade entre os sexos, grosso modo, era sentida e demonstrada muito mais pelos aspectos físicos e prazerosos do que propriamente por um sentimento íntimo e interior.

A partir do período romântico da literatura brasileira, principalmente com os romances urbanos publicados na corte, o que se chamava outrora de amor ou simplesmente de relação carnal aproximou-se de um sentimento novo, caracterizado como um *estado da alma*, e não meramente vinculado à atração física. Este novo sentimento, inclusive, tornou a escolha do

¹⁹⁰ D’INCÃO, Maria Ângela. “O amor romântico e a família burguesa”. In: _____ (Org.). **Amor e família no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1989, p. 68-70.

¹⁹¹ **O Album Semanal**, Rio de Janeiro, n. 26, 9 de maio de 1852, p. 103.

¹⁹² **O Novo Domingueiro**, Rio de Janeiro, n. 4, vol. 1, 23 de maio de 1847, p. 42.

¹⁹³ D’INCÃO, Maria Ângela. “Mulher e família burguesa”. In: PRIORE, Mary Del (Org.). **História das mulheres no Brasil**, p. 230-232.

¹⁹⁴ DEL PRIORI, Mary. **História do amor no Brasil**, p. 45.

cônjuge condição de felicidade do matrimônio, diferentemente dos tempos coloniais.¹⁹⁵ Tratou-se, mais uma vez em comparação com o presente, do momento em que o coração passou a ter o que dizer, falando até mesmo mais alto que a própria carne. Suas palavras conectavam quem amava a um estado da alma, em que o amor se tornou muito mais um sentimento íntimo de sofrer e suspirar do que, efetivamente, uma prática do tocar e do esfregar das peles.

Estes sentimentos novos contribuíram para o abrandamento da vigilância paterna, uma vez que o amor como estado da alma afastou os corpos e regulou o sexo. Se o costume da vigilância sobre as mulheres assentava-se sobre um sistema de casamento por interesse, em que preservar a virgindade era essencial a seu funcionamento, o afrouxamento das amarras paternas tornou-se possível porque as próprias mulheres, com base nos novos sentimentos propostos pelo amor romântico, passaram a se autocontrolar e a se autovigiar.¹⁹⁶ Ainda que no nível dos discursos, o amor romântico proposto pela literatura romântica tornou-se um sentimento vitorioso, uma motivação virtuosa que deveria prevalecer sobre todas as coisas, inclusive sobre os interesses políticos e econômicos dos casamentos organizados pelos chefes das famílias;¹⁹⁷ como advertiu *O Jornal das Senhoras*, em 1854:

O casamento, minhas leitoras, é uma coisa tão melindrosa para a mulher que ela só deve consultar, para dar esse passo, os conselhos de seu coração. Desobedecer a um pai exigente nesses casos é lícito, ou antes um pai nada deve falar a esse respeito à sua filha senão quando for necessário combater uma paixão por um homem desprezível e sem futuro. A escolha deve só depender dela e de mais ninguém.¹⁹⁸

Durante o século XIX, o casamento por amor passou a coexistir com o casamento fruto dos interesses políticos e econômicos do patriarca, desde que não existissem abismos econômico-sociais entre os pretendentes. A igualdade funcionava, nos novos casos, como mecanismo de impedimento da dispersão das fortunas.¹⁹⁹ Quando esta norma era respeitada, ainda que a moça tivesse fugido e se casado sem o prévio consentimento paterno, era possível receber a benção do matrimônio pelo patriarca. É o que disse o periódico *A Aurora*, em 1851, tranquilizando e encorajando suas leitoras a ouvir o coração:

¹⁹⁵ D'INCÃO, Maria Ângela. "Mulher e família burguesa". In: PRIORE, Mary Del (Org.). **História das mulheres no Brasil**, p. 233.

¹⁹⁶ D'INCÃO, Maria Ângela. "Mulher e família burguesa". In: PRIORE, Mary Del (Org.). **História das mulheres no Brasil**, p. 236.

¹⁹⁷ D'INCÃO, Maria Ângela. "O amor romântico e a família burguesa". In: _____ (Org.). **Amor e família no Brasil**, p. 66.

¹⁹⁸ **O Jornal das Senhoras**, Rio de Janeiro, n. 18, tomo 5, 30 de abril de 1854, p. 143.

¹⁹⁹ SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **Vida privada e cotidiano no Brasil na época de D. Maria I e D. João VI**, p. 42.

A sua boa educação e índole farão com que, bem cumprido os sagrados deveres de esposa, seu velho pai lhe desculpe a falta que cometeu em não buscar de antemão obter o seu consentimento para essa união, no que a coadjuvará o bom conceito que seu consorte fará por merecer-lhe, e mesmo porque até esse momento nunca desmereceu o título de filha amante e submissa.²⁰⁰

Aos poucos, principalmente por meio da literatura romântica publicada nos folhetins e de uma série de outros artigos e crônicas também divulgados nos jornais e revistas, os pressupostos discursivos do matrimônio foram se alterando, o que conferiu cada vez mais proeminência às novas ideias do amor romântico e contribuiu para consolidar estes novos sentimentos. Em suas páginas, os periódicos abriam espaço para as mais diversas opiniões que versavam sobre uma suposta dependência entre a mulher e o amor romântico, como se o belo sexo não pudesse sobreviver sem tal modo de amar. O poder discursivo do amor romântico era tão avassalador que o apresentava como um sentimento presente desde tempos imemoriáveis, como uma característica intrínseca dos seres humanos. Ser mulher, nesse sentido, era amar, acima de todas as coisas. De acordo com *O Album Semanal*, “a mulher, em qualquer fase de sua vida, não pode existir sem amor. É o amor para ela seu principal elemento, é o fogo sagrado que a anima, é, enfim, o ar que ela respira. Em qualquer estado, em qualquer idade que se contemple, sempre o amor é a sua principal paixão”.²⁰¹

Isto levou a que as uniões com base nas relações afetivas e sentimentais ocorressem com maior frequência, ainda que de modo gradual, a passos lentos e sujeitas a certas normas reguladoras, como a igualdade de condições econômico-sociais entre os pretendentes.²⁰² As duas formas de casamento e amor, a propósito, coexistiram durante todo o século XIX, por mais que a escolha paterna, que via no casamento “a base da economia social”,²⁰³ ainda prevalecesse na prática cotidiana.²⁰⁴ *O Jornal das Senhoras*, em 1852, ao tratar dos problemas matrimoniais enfrentados pela mulher, deixou bem claro a coexistência de ambos os sentimentos e de ambas as formas de casamento:

O único porvir que lhe deixaram, a única esperança da sua vida inteira é o amor!
Por isso o casamento é para ela o alvo, o fim da sua existência.
E o que encontra ela quase sempre? A decepção!

²⁰⁰ **A Aurora**: periodico litterario e critico, Rio de Janeiro, n. 10, 17 de agosto de 1851, p. 3.

²⁰¹ **O Album Semanal**, Rio de Janeiro, n. 37, 5 de setembro de 1852, p. 189.

²⁰² RODRIGUES, Mariana Tavares. **Mancebos e mocinhas**, p. 97.

²⁰³ **O Album Semanal**, Rio de Janeiro, n. 41, 12 de dezembro de 1852, p. 219.

²⁰⁴ DEL PRIORI, Mary. **História do amor no Brasil**, p. 129.

Ou uma tirania insuportável, ou o abandono mais completo!
 E por que ela encontra isso?
 Porque o casamento, para a maior parte dos homens, é o único meio de
 satisfazer um desejo, um capricho ou simplesmente mudar de estado.
 Ou assegurar a sua fortuna.
 É porque o homem diz: - *Minha mulher* - com a mesma entonação de
 voz com que diz - *meu cavalo, minhas botas, etc., etc., etc.*
 E já se sabe que o cavalo, a mulher e as botas, sendo trastes de seu uso,
 ele está dispensado de lhes dedicar atenção de espécie alguma!²⁰⁵

O casamento por interesse, derivado da mentalidade colonial de preservação e transmissão das propriedades familiares, tornou-se cada vez mais anacrônico para a imprensa durante o século XIX. O sentimento do amor romântico como estado da alma, difundido por literatos como José de Alencar e Joaquim Manuel de Macedo, deveria ser o principal requisito na escolha do cônjuge, já que a felicidade do casal e o sucesso do matrimônio passaram a ser medidos a partir de novas regras. Foram as novas ideias sobre a família que se uniram à crítica ao velho modelo de casamento por interesses políticos e econômicos, ideias que defendiam a proteção da infância e ressaltavam o papel da criança como núcleo central da organização familiar.

Do ponto de vista da propriedade, a criança não tinha grande importância para a sociedade colonial. Era o filho adulto, capaz de herdar e dar continuidade à defesa das posses e ao enriquecimento da família, que interessava. Por isso foi tão comum a “adultização” da criança: atingindo a puberdade, os filhos assumiam a postura de adultos, desde os trajes até uma maior participação no sistema econômico familiar.²⁰⁶ Em 1859, a *Revista Popular* criticava este costume colonial, cobiçado pelas próprias crianças, alertando sobre as implicações morais do encerramento precoce da infância:

Pais e mães, perdoai-me! Não, os vossos filhos não são bem-criados. Salvas as exceções, o menino é um brinco que serve para nosso divertimento; fazemos-lhe a vontade para termos a satisfação de vê-lo satisfeito, custe o que custar. Daí a pouco, aparece uma criança de 8 a 10 anos de casaca, chapéu de copa alta, relógio, bengala, luvas, charuto e boceta de rapé; um verdadeiro boneco cheio de vaidade, caprichoso, insubordinado e, o que mais é, dissimulado.²⁰⁷

A criança colonial era um elemento menor do cotidiano, mantendo-se praticamente ausente das relações de afetividade, situação que se transformaria radicalmente no século XIX.

²⁰⁵ **O Jornal das Senhoras**, Rio de Janeiro, n. 2, tomo 1, 11 de janeiro de 1852, p. 13.

²⁰⁶ FREYRE, Gilberto. **Sobrados e mucambos**, p. 177-201.

²⁰⁷ **Revista Popular**, Rio de Janeiro, tomo 1, ano 1, janeiro a março de 1859, p. 95.

A nova criança deixou de ser considerada propriedade do casal para se tornar seu elemento de tutela, cujo verdadeiro proprietário era a nação. Era necessário investir na criança para formar um cidadão adulto capaz de contribuir com o futuro do Brasil.²⁰⁸ Como destacou *O Jornal das Senhoras*, em 1855, “os destinos da sociedade dependem da moralidade dos homens; e esta provém, em maior parte, senão completamente, das qualidades e da instrução das mães de família”.²⁰⁹

O cuidado com a prole foi responsável por alterar as regras do casamento e as atitudes cotidianas dos cônjuges, fazendo com que o principal compromisso do casal passasse a ser o amor e a devoção aos filhos, em que seriam elementares “os cuidados de uma carinhosa mãe”.²¹⁰ A imprensa teve papel fundamental nesta alteração, ao prescrever novos modelos de comportamento e de sentimentos que deveriam ser adotados pelas famílias de elite. O cuidado com os filhos era proveniente do amor romântico literário, que dizia que amá-los era sofrer em seu benefício. *O Jornal das Senhoras*, em 1852, ensinava a suas leitoras: “Deus te fez, mulher, para mãe – para o sacrifício de tua própria vida e para sofreres por teus filhos”.²¹¹ É justamente em torno do sacrifício de si em favor dos outros - do marido e dos filhos - que se construiu a figura da mulher durante o século XIX.²¹² Estes foram, inclusive, os grandes papéis reservados a ela durante o Oitocentos: casar por amor e amar sua prole, sacrificando-se, quando necessário, em benefício de sua função de esposa e mãe dedicadas.

Em relação ao Brasil, o amor como estado da alma, semelhante ao que entendemos atualmente, é uma criação do romantismo do século XIX.²¹³ Amar “com o coração” cônjuges e filhos era algo que não dizia respeito à sociedade colonial, sustentada sobre outros pactos. O próprio cuidado com as crianças era bem pouco valorizado, transformando-se de uma obrigação praticada no limite da necessidade em um ato espontâneo e “natural” de amor.²¹⁴ Em vista disso, é possível compreender o amor como um sentimento histórico, ou seja, não como um instinto ou algo presente desde sempre e de maneira inalterada em uma suposta essência do indivíduo,

²⁰⁸ COSTA, Jurandir Freire. **Ordem médica e norma familiar**, p. 170.

²⁰⁹ **O Jornal das Senhoras**, Rio de Janeiro, n. 8, tomo 7, 25 de fevereiro de 1855, p. 63.

²¹⁰ **A Borboleta**, Rio de Janeiro, n. 4, vol. 1, 15 de setembro de 1844, p. 52.

²¹¹ **O Jornal das Senhoras**, Rio de Janeiro, n. 28, tomo 2, 1 de julho de 1852, p. 14.

²¹² GIORGIO, Michela de. “O modelo católico”. In: FRAISSE, Geneviève; PERROT, Michelle (Dir.). **História das mulheres no Ocidente: o século XIX**. Porto: Edições Afrontamento, 1994, p. 234.

²¹³ Sobre o romantismo na Europa, ver: BERLIN, Isaiah. **As raízes do Romantismo**. São Paulo: Três Estrelas, 2015.

²¹⁴ Sobre a ideia do amor materno como um sentimento construído e não inato às mulheres, ver: BADINTER, Elizabeth. **Um amor conquistado: o mito do amor materno**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1985.

mas sim dotado de uma capacidade de se transformar com o tempo, já que não amamos hoje da mesma forma com que sempre se amou.²¹⁵

A imprensa, desse modo, contribuiu decisivamente para alterar as velhas formas de amor ocidentais, substituindo-as por uma nova sensibilidade afetiva decisiva na estruturação da nova convivência familiar. O compromisso dos cônjuges deixou de ser fundamentalmente com seus pais, em função do casamento por interesse, para passar a ser com seus filhos, frutos de uma união sustentada sobre o amor.²¹⁶ Nessas famílias constituídas em torno deste novo sentimento, o homem e a mulher assumiram o compromisso de se amar e se dedicaram ao projeto de ter filhos e de amá-los. Para a consolidação deste novo tipo de organização familiar, era necessário, prioritariamente, educar a mulher para o matrimônio e para as funções maternas; como comentava *O Jornal das Senhoras*, “educá-la é trabalhar para um fim aproveitável a todos”.²¹⁷

2.6 Do marido e dos filhos

A educação feminina durante a Colônia foi tratada com pressupostos bastante diferentes da oferecida a partir do século XIX. Até então, durante a infância, em especial até os 7 anos, as crianças acompanhavam a vida do adulto sem maiores obrigações. No caso das meninas das famílias de elite, era a partir desta idade que começavam a colaborar com as atividades domésticas e aprendiam, dentro de casa, a costurar, bordar e, eventualmente, a ler, escrever e contar. Completados os 7 anos, também iniciavam o cumprimento dos deveres religiosos, como a confissão e a comunhão.²¹⁸ Esta fase da vida era o momento em que se separavam os mundos feminino e masculino: enquanto eles passavam a frequentar as aulas régias e iniciavam os estudos das primeiras letras e da religião, elas permaneciam nos domicílios e se dedicavam aos princípios religiosos e aos afazeres domésticos, considerados mais do que suficientes para futuramente governarem seus lares e viverem em função do marido. As mulheres de elite, em sua maioria, permaneceram analfabetas até o início do século XIX. A elas, destinava-se o papel de organizar os trabalhos cotidianos da casa e comandar os afazeres dos escravos domésticos.²¹⁹

²¹⁵ D'INCÃO, Maria Ângela. “O amor romântico e a família burguesa”. In: _____ (Org.). **Amor e família no Brasil**, p. 59-67.

²¹⁶ COSTA, Jurandir Freire. **Ordem médica e norma familiar**, p. 219.

²¹⁷ **O Jornal das Senhoras**, Rio de Janeiro, n. 7, tomo 3, 13 de fevereiro de 1853, p. 54.

²¹⁸ SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **Vida privada e cotidiano no Brasil na época de D. Maria I e D. João VI**, p. 13.

²¹⁹ SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **Vida privada e cotidiano no Brasil na época de D. Maria I e D. João VI**, p. 21-27.

Tal situação alterou-se apenas com a chegada da corte ao Brasil, acompanhando as demais transformações descritas até aqui. Nas primeiras décadas do século XIX, a educação das meninas continuava fundamentalmente a mesma do século anterior, em que se destacavam a costura, o bordado e os demais afazeres domésticos. Após a abertura dos portos, várias estrangeiras educadas vieram ao Rio de Janeiro, as quais passaram a ser contratadas pelas famílias para ministrar aulas aos filhos. As moças eram ensinadas, por estas preceptoras europeias, nas próprias residências, ao menos até a instalação na cidade de alguns colégios que aceitassem o público feminino entre seus alunos. A partir de então, ainda que ligeiramente, as meninas ampliaram as antigas opções de ensino a que estavam acostumadas desde a Colônia; como comentou *A Nova Minerva*, em 1845:

O Rio de Janeiro contém hoje um grande número de estabelecimentos destinados à educação do belo sexo. Entre estes há alguns que se aproximam aos da Europa, já pelo método neles adotados, já pelos ramos de instrução que abrangem, já, enfim, pelo zelo, esmero e atividade que desenvolvem os seus diretores e respectivos professores. Os pais, por sua parte, não poupam gastos nem sacrifícios para conseguir o fim de ver as suas filhas adornadas com as prendas de uma alta educação, prendas que um dia as farão felizes quando, deixando o colégio e o lar paterno, forem na sociedade esposas e mães de família virtuosa.²²⁰

Tanto as preceptoras estrangeiras quanto as escolas femininas instaladas no Rio de Janeiro, além do tradicional saber destinado à vida doméstica, diversificaram os elementos da educação feminina: ensinavam-se alguma língua estrangeira - normalmente o francês ou o inglês -, o piano, o canto, o desenho e uma série de outros hábitos cotidianos que se enquadravam no que passou a ser denominado *bons costumes familiares*, ou seja, normas de como zelar pelo bom funcionamento do próprio lar e de como se comportar como uma excelente esposa, uma ótima mãe e uma dama civilizada da *boa sociedade*. Tal transformação na educação feminina foi lembrada, em 1861, pela *Revista Popular*:

Passados são felizmente os tempos em que, presa como num círculo de ferro entre a agulha e a escumadeira, a mulher aprendia de letras apenas o bastante para fazer o rol da roupa suja que entregava à lavadeira. Não assim hoje. No programa da educação feminil entram todos os ramos dos conhecimentos humanos: as ciências, as artes liberais e as principais línguas vivas, e se poucas aprendem as mortas é porque, em verdade, uma língua de que não pudesse fazer uso seria para uma mulher a coisa mais absurda. Graças a este melhoramento de sistema, que não pouco deve concorrer também para o aperfeiçoamento da raça, pode já o sexo amável tomar parte

²²⁰ *A Nova Minerva*, Rio de Janeiro, n. 3, tomo 1, dezembro de 1845, p. 9.

em todas as conversas e até discussões sem limitação de assuntos, e não só falar, mas também escrever.²²¹

Além de publicar anúncios de francesas e inglesas que ofereciam seus préstimos às senhoras locais, o jornais e revistas do Rio de Janeiro foram constantes divulgadores de campanhas pela educação feminina, campanhas que se associavam à valorização da mulher que assumisse o papel de esposa exemplar e mãe dedicada.²²² Eis aí a radical modificação nos pressupostos educacionais femininos durante o século XIX: diferentemente do que teria ocorrido no período colonial, a mulher oitocentista deveria amar e dedicar sua vida ao marido e aos filhos; já não bastavam apenas as prendas domésticas responsáveis pelo funcionamento das residências. Era preciso dotá-la de uma série de comportamentos e cuidados reclamados pelo amor romântico e pelo modelo europeu de civilização, responsáveis por um novo padrão de convivência com os maridos e os filhos. No entanto, para que o matrimônio e a maternidade se realizassem dentro de tais preceitos, era necessário, antes de tudo, uma educação voltada para “arranjar marido”, prática que se manteve ainda bastante atrelada aos ensinamentos coloniais referentes às atividades do lar.

Como ensinou o *Novo Correio das Modas* em 1854, as jovens deveriam dedicar-se aos afazeres caseiros ainda na residência paterna, uma vez que o “curso de economia doméstica que vós fazeis agora em casa de vosso pai vos tornará pouco a pouco capaz de estabelecer um dia a regularidade e boa ordem em vossa própria casa”. Ainda segundo o periódico, tais ensinamentos eram de extrema importância para a vida feminina, pois “não há coisa que possa desculpar uma dona de casa que ignora tudo quanto corresponde à economia e aos meios de conservar a boa ordem”.²²³ A moça, entretanto, não deveria ser educada somente para essas tarefas domésticas. A partir do século XIX, tornou-se necessário à jovem aprender outro conjunto de comportamentos que seriam exigidos quando desempenhasse o papel de esposa e mãe. Era necessário aprender a ter paciência com as crianças, o que demonstraria sua aptidão para a maternidade, e também tocar piano, cantar e dançar, predicados que, além de funcionar como sedutores do sexo masculino, lhe seriam essenciais quando fosse anfitriã das reuniões oferecidas em sua residência.²²⁴

Apesar disso, aqueles atributos sociais de sedução deveriam ser deixados em segundo plano na educação feminina, cujo principal objetivo seria a maternidade. Desde criança, a

²²¹ **Revista Popular**, Rio de Janeiro, tomo 10, ano 3, abril a junho de 1861, p. 223.

²²² TELLES, Norma. “Escritoras, escritas, escrituras”. In: PRIORE, Mary Del (Org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013, p. 427.

²²³ **Novo Correio das Modas**, Rio de Janeiro, n. 9, vol. 1, 1854, p. 70.

²²⁴ XIMENES, Maria Alice. **Moda e arte na reinvenção do corpo feminino do século XIX**, p. 40.

menina teria que ser preparada para ser mãe. Em 1852, *O Jornal das Senhoras* criticou justamente os rumos tomados pela educação do belo sexo no Rio de Janeiro, que dava mais atenção às atividades sociais e de lazer do que propriamente à preparação para a maternidade:

Entretanto, qual é a educação que entre nós se dá às raparigas? Em vez de se lhes ensinar o que é necessário para a vocação severa da maternidade, ensina-se-lhes, quando muito, a tocar, a cantar, a dançar, a desenhar, finalmente, ensina-se-lhes somente o que pode seduzir, encantar e, conseqüentemente, abreviar a distância que as separa do matrimônio. Parece que só isso se tem em vista, como que se, concluído este ato, seu destino ficasse esgotado, sua vida acabada!

Um tal erro não deve continuar.²²⁵

Uma vez conquistado ou escolhido o marido, à esposa exigiam-se certas obrigações matrimoniais. Em primeiro lugar, deveria aprender a lidar com a grande contradição entre a sociabilidade dos espaços públicos e a moralidade da vida familiar: se a rua atraiu a presença do belo sexo, seduzindo-o com seus bailes, espetáculos teatrais, lojas, passeios, etc., a mentalidade contemporânea situava as mulheres *virtuosas*, de *boa família*, ainda no interior das residências.²²⁶ Era governando a casa e amando o marido e os filhos que a mulher encontraria a felicidade.

No que se refere à relação com o marido, a mulher passou a ser considerada “sua inseparável companheira! Nas dores e nos prazeres!”²²⁷ *O Curupira*, em 1853, recordava:

Esposa é a dedicação personificada: a doce companheira e sócia dos prazeres e felicidades do escolhido do seu coração, vivendo por ele e para ele. É a mulher o asilo do homem na adversidade: sim, que só ela tem palavras para acalmar todas as dores da alma e do coração! Palavras mágicas e enternecedoras que só ela sabe com tanto agrado e meiguice proferir. Unida ao homem por esse apaixonado sentimento - o amor - que ela tão bem compreende, abre-lhe aos olhos um novo quadro da vida; mas de uma vida de gozos e deleites, de feiticeiras inspirações, de sonhos encantados!²²⁸

No mesmo ano, *O Jornal das Senhoras* descreveu em detalhes o papel que deveria ser desempenhado pela mulher junto ao marido:

É por sem dúvida a época mais crítica e mais cheia de precipícios para o homem aquela em que ele, saindo do lar paterno, é abandonado a si próprio

²²⁵ *O Jornal das Senhoras*, Rio de Janeiro, n. 6, tomo 1, 8 de fevereiro de 1852, p. 47.

²²⁶ HIGONNET, Anne. “Mulheres e imagens. Representações”. In: FRAISSE, Geneviève; PERROT, Michelle (Dir.). *História das mulheres no Ocidente: o século XIX*. Porto: Edições Afrontamento, 1994, p. 327.

²²⁷ *O Jornal das Senhoras*, Rio de Janeiro, n. 2, tomo 1, 11 de janeiro de 1852, p. 12.

²²⁸ *O Curupira*, Rio de Janeiro, n. 14, 2 de janeiro de 1853, p. 105.

no verdor da existência, onde as paixões bradam com toda a força, onde as seduções apresentam-se a cada passo, cheias de todo o seu esplendor mentiroso, para embriagar os sentidos, desvairar a razão e perturbar o espírito. Posto em contato imediato com a sociedade, o homem tem de dirigir-se no meio dessa multidão imensa e diversa que rodeia por todos os lados; onde ele tem de fazer a seleção do bom e do mal; de evitar a turba que sempre o arrastará ao lodaçal do vício e de seguir a outra, aquela que deverá conduzi-lo à mansão da honra, segundo as disposições prévias de sua alma, as impressões morais de que souberam afetar o coração e as ideias que lhe inocularam no espírito durante o tempo de sua educação juvenil.

Mas Deus quis que ele, ainda nessa estação de sua vida, deparasse-se com a mulher para erguê-lo do abismo, para encaminhá-lo na estrada do dever, para consolá-lo na aflição, para sanar-lhe as chagas do infortúnio, para estancar-lhe as lágrimas da amargura, para mitigar-lhe a dor, coartar-lhe os revezes da desgraça e ungi-lo com esse amor, puro e santo, nascido da alma, que, qual bálsamo confortador, infiltra-se no coração do homem para muitas vezes não amaldiçoar a existência.

É a esposa, terna e virtuosa, qual anjo de consolação, quem agora tem de guiar e conduzir o homem no caminho da vida; é o conselheiro fiel, o amigo sincero e devoto, que no peito lhe vaza a ternura e a consolação na alma.

Mas só a mulher, cujo coração é nobre e sensível, cujo espírito é ilustrado, cuja alma é cheia de virtudes, será capaz dessa missão celeste, que muitas vezes salvará o homem às bordas do abismo, inspirando-lhe o amor do que é justo e o horror do que é crime.²²⁹

A mulher, acima de tudo, era o ente que completava o homem. O jornal *O Mágico*, em 1852, também apontou que “a mulher é a nossa metade, a parte de nosso corpo e da nossa alma; [...] a mulher é também para nós o encanto e a ventura; a mulher é uma necessidade de nossa vida, sem ela nós não acharíamos prazer em coisa alguma”.²³⁰ Apesar de toda essa relação de complementaridade anunciada, em que marido e mulher teriam sido “criados um para o outro”, pois “em cada um dos quais faltam qualidades e dotes que o outro possui”, dotes estes “que, reciprocamente, se completam”,²³¹ o fato é que, no mundo ocidental em geral, a mulher esteve subordinada ao marido durante o século XIX.²³²

A superioridade do marido em relação a sua esposa procedia de uma relação mais profunda entre o homem e a mulher: o belo sexo era idealizado como sexo frágil, em oposição à força e à dominação masculina.²³³ Este entendimento era fruto de uma associação bastante íntima entre a mulher e a natureza, de um lado, e o homem e a cultura, de outro. Com a edificação da imagem da mulher a partir da natureza, couberam-lhe qualificações que

²²⁹ **O Jornal das Senhoras**, Rio de Janeiro, n. 10, tomo 3, 6 de março de 1853, p. 74.

²³⁰ **O Mágico**, Rio de Janeiro, n. 28, vol. 1, 23 de maio de 1852, p. 2.

²³¹ **Revista Popular**, Rio de Janeiro, tomo 3, ano 1, julho a setembro de 1859, p. 380.

²³² ARNAUD-DUC, Nicole. “As contradições do Direito”. In: FRAISSE, Geneviève; PERROT, Michelle (Dir.). **História das mulheres no Ocidente: o século XIX**. Porto: Edições Afrontamento, 1994, p. 116.

²³³ ARNAUD-DUC, Nicole. “As contradições do Direito”. In: FRAISSE, Geneviève; PERROT, Michelle (Dir.). **História das mulheres no Ocidente**, p. 117.

destacavam sua fragilidade, beleza, sedução e submissão, o que lhe implicava o exercício de papéis sociais definitivamente diferentes dos masculinos. Ao lado desta concepção, acompanhava-a também uma crença, tão antiga quanto a primeira, de que as senhoras eram um ser ambíguo, contraditório, misterioso e imprevisível, em que coexistiam tanto a virtude quanto a degradação. Por isso mesmo a mulher deveria ser submetida a um conjunto de normas que garantissem o desempenho do papel social que dela era esperado: ser esposa e mãe dedicadas.²³⁴

Era no casamento, especialmente no amor conjugal, que estas diferenças entre o homem e a mulher se harmonizavam. E não apenas no amor enquanto estado da alma, mas também no amor físico entre o casal. Contato corpóreo que procurava, inclusive, afastar da família a figura nociva da prostituta, como veremos mais adiante.²³⁵ Se a literatura romântica desencadeou um processo de separação dos corpos em benefício de um modo de amar contemplativo, o discurso médico procurou reaproximá-los com base nos argumentos do saber científico. Pelas páginas dos periódicos, eram divulgadas as teses defendidas na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e uma série de artigos que discutiam as novas concepções sobre a sexualidade. As ideias higienistas, por mais que continuassem a reprimir o prazer gratuito, tal como era a visão dominante emitida pela Igreja, passaram a exaltar a sexualidade do casal, identificando-se nela um ponto de coesão e concretização do modelo de casamento desejado.

Enaltecer o sexo no casamento era um modo de combater alguns dos males identificados pelo higienismo. Entre os objetivos almejados, encontrava-se o estímulo à vida sexual da esposa, uma vez que a ausência do sexo poderia gerar problemas a sua saúde, como a ninfomania, a catalepsia e a insônia. Incentivar a prática sexual do casal era um modo de mitigar o aparecimento de doenças nas esposas, o que garantiria uma reprodução saudável e eficaz.²³⁶ A insatisfação sexual da mulher, inclusive, foi determinante na crítica ao casamento de moças com homens mais velhos, pois o descontentamento feminino conduziria ao vício da masturbação - o que se acreditava que poderia gerar esterilidade ou aborto -, ou ainda induzir ao adultério - o que colocaria em risco o casamento e deixaria um mau exemplo moral para a prole. Além disso, o estímulo à sexualidade do casal procurava restringir a sexualidade do

²³⁴ D'INCÃO, Maria Ângela. "Mulher e família burguesa". In: PRIORE, Mary Del (Org.). **História das mulheres no Brasil**, p. 332.

²³⁵ MAGALDI, Ana Maria Bandeira de Mello. "Mulheres no mundo da casa: imagens femininas nos romances de Machado de Assis e Aluizio Azevedo". In: COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina (Orgs.). **Entre a virtude e o pecado**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos/São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992, p. 62.

²³⁶ DEL PRIORI, Mary. "O corpo vazio: o imaginário sobre a esterilidade entre a Colônia e o Império". In: _____; AMANTINO, Marcia. **História do corpo no Brasil**. São Paulo: Editora Unesp, 2011, p. 125.

homem à sua esposa, separando-o da prostituição, o que também preservaria a saúde da família.²³⁷

O higienismo, mais do que reprimir, investia na produção de novos comportamentos sexuais, que deveriam ser enquadrados dentro de certas regras consideradas *normais*. Era aí que se incluía o casamento sexualmente sadio do casal. Em oposição, situavam-se as práticas sexuais que não condiziam com os novos padrões de moralidade impostos pela higiene, como a prostituição, entendida como *vício e doença*.²³⁸ No que se refere às mulheres, elas teriam um organismo entendido como mais propenso à perversão sexual, se comparado ao do homem. Em virtude do seu caráter ambíguo e contraditório, de sua beleza física e do forte instinto de procriação inerente a seu corpo, a depravação sexual da mulher a predisporia à prostituição. A ela, restariam apenas duas alternativas para sua realização sexual: a sadia, praticada no seio do matrimônio, e a doente, como prostituta.²³⁹

O discurso sobre a sexualidade feminina era construído sobre uma oposição principal: de um lado, a esposa/mãe do casamento romântico e higiênico, em que o comedimento das práticas sexuais garantiria a reprodução saudável da espécie e a preservação da saúde do corpo; do outro lado, a prostituta, cuja vida desregrada e pervertida tornava doentia a sexualidade.²⁴⁰ O casamento funcionaria como um instrumento de moralização que controlaria os instintos sexuais femininos, dando forma a uma nova sexualidade no âmbito da vida familiar, que excluiria do padrão de normalidade tudo aquilo que não dizia respeito à sua ordem de interesses.²⁴¹ A prostituição, ao contrário, com todos os seus desregramentos, inviabilizava a vida familiar e negava a moralidade cristã, que estabelecia o matrimônio como uma união eterna, indissolúvel e voltada para a procriação.²⁴²

A figura da prostituta, portanto, inseriu-se no espaço da sexualidade desviante, ou seja, pervertida, do prazer excessivo e da ausência de reprodução. A prostituta era o elemento nocivo transmissor das doenças venéreas, as quais, ao serem veiculadas pelo marido até o interior da família, ampliariam o risco de contaminação das gerações futuras ao gerar filhos doentes. Pela prostituta degenerava-se a família e, em consequência, a sociedade. Além disso, a perversão

²³⁷ COSTA, Jurandir Freire. **Ordem médica e norma familiar**, p. 227-228.

²³⁸ SOARES, Luiz Carlos. “Da necessidade do bordel higienizado: tentativas de controle da população carioca no século XIX”. In: VAINFAS, Ronaldo (Org.). **História e sexualidade no Brasil**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1986, p. 166-167.

²³⁹ ENGEL, Magali. **Meretrizes e doutores**, p. 77-78.

²⁴⁰ ENGEL, Magali. **Meretrizes e doutores**, p. 73.

²⁴¹ PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da história**. Bauru, SP: EDUSC, 2005, p. 493.

²⁴² SOARES, Luiz Carlos. “Da necessidade do bordel higienizado: tentativas de controle da população carioca no século XIX”. In: VAINFAS, Ronaldo (Org.). **História e sexualidade no Brasil**, p. 154.

sexual poderia alterar as funções corporais femininas, levando a mulher à esterilidade.²⁴³ Caso acontecesse a gravidez, o perigo da prostituição tornava-se outro: o abandono da prole. A *Revista Medica Brasileira*, em 1841, alertava seus leitores de que “a prostituição é um dos grandes males que podem pesar sobre qualquer nação”, pois pode “concorrer para as desordens e enfraquecimento de qualquer Estado, aumentando o número de filhos ilegítimos” que são “abandonados em geral por seus pais”.²⁴⁴

Além dos aspectos físicos, a prostituição trazia uma carga de imoralidade para a sociabilidade familiar. Em primeiro lugar, pelo próprio desvio da função reprodutora da sexualidade. A depravação sexual inviabilizava a maternidade não apenas pelas doenças e problemas físicos dela decorrentes, mas também pela moralidade desviante da prostituição, incompatível com a nova maneira de criação dos filhos. À prostituta eram atribuídos constantes abortos, abandono das crianças, a não amamentação ou, ainda pior, o aleitamento com o leite corrompido pelas doenças que traziam consigo. A prostituta degradava física e moralmente a família, comprometendo sua grande missão: ter filhos e amá-los acima de todas as coisas. Em segundo lugar, a perversão sexual das prostitutas corrompia moralmente a esposa-mãe a partir do exemplo de vida descomedida e luxuosa que levavam. Ao exibir às jovens seu comportamento sexualmente descontrolado, que incluía a prática de atos sexuais em troca de dinheiro, a masturbação, a sodomia, etc., a meretriz comprometeria a virtude de jovens *respeitáveis* que, trazendo em si o potencial da depravação, poderiam ser seduzidas pela vida libertina, vaidosa e luxuosa.²⁴⁵ Eis o que disse sobre o tema, em 1841, a *Revista Medica Brasileira*:

As prostitutas entre nós vivem promiscuamente com as pessoas honestas, de modo que algumas vezes é difícil distinguir umas de outras; daí o aparecimento de insultos, rixas e outras consequências terríveis que disto dimanam; daí os maus exemplos que chegam a perverter o coração de uma menina honesta, torná-la viciosa e instigá-la a cometer ações que ela teria vergonha e mesmo horror de ver cometer por outras suas iguais, se o hábito de observar constantemente a prática de ações más a não familiarizasse com elas.²⁴⁶

A prostituta, portanto, tornou-se a antinorma da esposa-mãe, a figura cuja crítica elaborada nos periódicos deveria servir para construir positivamente novos valores, inculcando

²⁴³ ENGEL, Magali. **Meretrizes e doutores**, p. 72-77.

²⁴⁴ **Revista Medica Brasileira**: jornal da Academia Imperial de Medicina do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, n. 1, vol. 1, maio de 1841, p. 12.

²⁴⁵ COSTA, Jurandir Freire. **Ordem médica e norma familiar**, p. 265-266.

²⁴⁶ **Revista Medica Brasileira**, Rio de Janeiro, n. 1, vol. 1, maio de 1841, p. 12-13.

nas mulheres *de bem* regras segundo às quais deveriam guiar seus hábitos, costumes, sexualidade e moralidade, ou seja, normas que produzissem uma mulher civilizada, segundo os padrões europeus, e apta ao matrimônio e à maternidade.

Sobre este último aspecto, entre os grandes esforços dos jornalistas oitocentistas estava a campanha pela propagação das vantagens do aleitamento materno. Ser mãe era amar e cuidar da sua prole, a começar pela amamentação. Isto pressupunha, em primeiro lugar, acabar com o aleitamento por escravas amas de leite. Até o século XIX, em virtude da recusa das mães, os filhos das elites eram normalmente amamentados por escravas. Para a época, tal cuidado com a prole não era essencial, daí a transferência desta tarefa para as negras amas de leite. A partir do início do Oitocentos, passaram-se a valorizar novas atividades maternas, tornando-se um problema social o aleitamento mercenário. Dizia-se, inclusive, que a mulher que não amamentava contrariava uma suposta vocação “natural” de ser mãe. Substituir as escravas era necessário pelo fato de que o leite poderia transferir à criança as qualidades culturais da mãe.²⁴⁷ A *Revista Medica Fluminense*, em 1835, chamou a atenção da sociedade para os “males morais que pervertem os meninos entregues às amas estranhas”, pois elas seriam “o gérmen da maior parte da maldade humana”. De acordo com a *Revista*, as amas escravas seriam responsáveis por “prejuízos inveterados, radicados nas nações, que se transmitem de geração em geração e que são bebidos com o leite!”²⁴⁸

Tornou-se cada vez mais exigida a amamentação propiciada pela mãe, uma vez que “uma mulher estranha, por melhores que sejam suas qualidades para ser ama de leite, raramente poderá dar aos recém-nascidos tudo que eles têm direito de exigir de suas mães”.²⁴⁹ Era o que questionava a *Minerva Brasiliense*, em 1844: “Que boas lições de moral pode dar uma escrava viciosa por índole e quase sempre viciosa para chegar a ser mãe e poder ser ama?”²⁵⁰ Do mesmo modo, a *Revista Medica Fluminense* ressaltou uma “série de males que experimentam os meninos que não são amamentados por suas mães”:

[...] a mortandade dos meninos em tenra idade é muitas vezes maior nos países onde esta prática não existe do que naqueles onde as mães aleitam os seus filhos; [...] no Brasil, mais que em parte alguma, esses males são incalculáveis, principalmente se se atende que nele as amas são em geral negras africanas,

²⁴⁷ ALENCASTRO, Luiz Felipe de. “Vida privada e ordem privada no Império”. In: NOVAIS, Fernando (Coord.); _____ (Org.). **História da vida privada no Brasil**, p. 64-65.

²⁴⁸ **Revista Medica Fluminense**, Rio de Janeiro, n. 6, vol. 1, setembro de 1835, p. 8.

²⁴⁹ **Revista Medica Fluminense**, Rio de Janeiro, n. 6, vol. 1, setembro de 1835, p. 6.

²⁵⁰ **Minerva Brasiliense**: jornal de ciencias, letras e artes, publicado por huma associação de litteratos, Rio de Janeiro, n. 15, vol. 1, 1 de junho de 1844, p. 460.

brutas, infectadas de moléstias que trazem de seu país e, além disto, imorais e depravadas.²⁵¹

Ao eleger a criança como o epicentro familiar e criticar o aleitamento mercenário de escravas contratadas para executar esta função, os periódicos promoveram uma crítica mais profunda à educação dos filhos das famílias de elite, censurando a influência geral dos escravos na educação doméstica. O ideal de vida civilizada pressupunha excluir o elemento africano do cotidiano familiar, o que significava branquear o lar, ou seja, retirar as negras amas de leite e os demais escravos do seio da família. A partir da noção de que civilizar-se era se tornar branco e europeu, algumas famílias mais abastadas substituíram os escravos domésticos na execução de determinadas atividades do lar. Trocaram-nos por homens e mulheres livres, brancos ou com a pele mais clara possível, como as preceptoras e governantas europeias contratadas para cuidar da educação das meninas no interior das residências.²⁵² Como comentou a *Minerva Brasiliense*, em 1843, “um dos mais importantes deveres dos que são encarregados da educação dos meninos [é] o separar deles, tanto quanto é possível, os escravos e os domésticos cujos discursos e, sobretudo, os exemplos lhes podem ser de prejuízo”.²⁵³

As campanhas em favor do aleitamento materno evidenciavam a crescente importância da criança no seio da família civilizada que se desejava construir. Além de considerar uma manifestação do cuidado e do amor materno, ao garantir os benefícios físicos e morais à progênie, as campanhas que defendiam o aleitamento pela mãe denunciavam o egoísmo e a vaidade daquelas que se recusavam a amamentar.²⁵⁴ Eis aqui, novamente, a grande contradição da sociabilidade feminina oitocentista: conciliar o novo lugar social da mulher, agora presente no espaço público, nos teatros, bailes, reuniões noturnas, etc., com o seu papel de esposa e mãe a ser desempenhado no espaço doméstico. A convivência social, as modas francesas e todas aquelas diversões recém-descobertas pelo belo sexo passaram a se opor à vida familiar requerida pela esposa-mãe civilizada. A contradição ocorria em face de que civilizar a mulher pressupunha facilitar sua entrada ao mundo europeizado das modas e diversões extradomiciliares, ao mesmo tempo que era preciso mantê-la no ambiente doméstico para que vivesse em função do marido e dos filhos.

²⁵¹ *Revista Médica Fluminense*, Rio de Janeiro, n. 6, vol. 1, setembro de 1835, p. 5-6.

²⁵² CARVALHO, Marcus J. M. de. “A imprensa na formação do mercado de trabalho feminino no século XIX”. In: NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das; MOREL, Marco; FERREIRA, Tania Maria Bessone da Cruz. *História e imprensa*, p. 193-197.

²⁵³ *Minerva Brasiliense*, Rio de Janeiro, n. 3, vol. 1, 1 de dezembro de 1843, p. 70.

²⁵⁴ MATOS, Maria Izilda Santos de. “Delineando corpos: as representações do feminino e do masculino no discurso médico (São Paulo 1890-1930). In: _____; SOIHET, Rachel (Orgs.). *O corpo feminino em debate*, p. 110-111.

Destarte, aquelas mesmas atividades sociais que, por um lado, eram valorizadas, deveriam ser, por outro lado, prudentemente controladas para que os excessos fossem evitados. Isso porque as modas e festas poderiam requisitar em demasia a presença feminina, em prejuízo das obrigações domésticas e familiares, como o aleitamento. Daí a afirmação d'*O Curupira*, em 1853, de que “os vícios predominantes no caráter da mulher são luxo e vaidade”.²⁵⁵ Era pelas mãos do luxo que escapavam as obrigações familiares. É o que comentou o jornal *Os Bons Exemplos*, em 1870:

É o luxo, que pelos incessantes cuidados do corpo e do cabelo, cuidados que se renovam muitas vezes durante o dia, é que fica absorvido o tempo que deveria consagrar-se às obras de piedade, de caridade e aos deveres da família; é esse luxo que provoca as esplêndidas reuniões, os passeios públicos e os espetáculos; é ele que faz andar de casa em casa, sob pretexto de deveres a cumprir, para aí se entregarem à ociosidade, à curiosidade e às conversações indiscretas; serve de alimento aos maus desejos, consome os recursos que deveriam reservar para seus filhos e tira à indignância o socorro de que tanto necessita; muitas vezes é esse luxo que separa os casados, e outras que impede de se efetuar casamentos.

Ainda segundo o periódico:

Sacrifica-se ao luxo a educação dos filhos, e por ele se abandona o cuidado dos interesses domésticos, nascendo daqui a falta de toda a ordem na própria casa e, por fim, a sua ruína. [...] Mas como uma cidade se compõe de famílias, uma província de cidades e um reino de províncias, a família assim arruinada, corrompe e envenena do seu contágio a sociedade inteira, e insensivelmente lhe prepara as calamidades que hoje nos oprimem de todas as partes.²⁵⁶

Ao colocar a família em risco, as modas e os divertimentos públicos oferecidos às mulheres condenavam toda a sociedade. A amamentação, além de proteger a vida dos filhos, funcionava como um mecanismo regulador das atividades femininas, ao preencher seu tempo com uma função útil e livrar a senhora da ociosidade dos tempos coloniais e dos perigos da vida social fora dos domínios residenciais.²⁵⁷

Se a maternidade se tornou uma tarefa crucial da vida das mulheres durante o Império, era necessário prepará-las para exercer tal função. A educação feminina direcionou-se para construir uma mãe apta a cuidar dos filhos. Sua educação deveria ser voltada para além dela própria, o que desencadeou grandes discussões na imprensa acerca dos limites do que deveria

²⁵⁵ *O Curupira*, Rio de Janeiro, n. 19, 13 de fevereiro de 1853, p. 151.

²⁵⁶ *Os Bons Exemplos*: jornal da congregação das filhas de Maria e das famílias catholicas, Rio de Janeiro, n. 2, vol. 1, novembro de 1870, p. 32.

²⁵⁷ COSTA, Jurandir Freire. *Ordem médica e norma familiar*, p. 258-259.

ser ou não ensinado à mulher. Especificamente, os jornalistas - homens e mulheres - debateram se o belo sexo deveria ser apenas educado ou também instruído. Ser educada dizia respeito a enfatizar a formação moral das mulheres, moldando-se seu caráter sob os fundamentos da religião e dos *bons costumes*, o que produziria boas esposas e mães. Instruí-las significava transmitir-lhes os saberes enciclopédicos e as ciências, ilustrando-as.²⁵⁸

A formação da mulher colonial, como vimos, resumia-se normalmente às atividades domésticas que deveriam desempenhar em seus lares. As ciências e os demais saberes permaneciam restritos ao universo masculino, tornando-se contrários à noção de feminilidade.²⁵⁹ Durante o século XIX, no entanto, travou-se uma batalha na imprensa acerca da educação e instrução do sexo feminino. Considerada a mulher a primeira educadora dos filhos, as discussões sobre sua educação questionavam a utilidade ou não de sua ilustração.²⁶⁰ Caso exemplar foi o debate ocorrido, em 1852, entre Joanna Paula Manso de Noronha, redatora do *Jornal das Senhoras*, e um anônimo sob o pseudônimo de “O Homem”, que publicou seus argumentos no periódico *O Mágico*.

No segundo número de seu jornal, editado em 11 de janeiro de 1852, Joanna de Noronha publicou um artigo intitulado “Emancipação moral da mulher”, em que expunha suas ideias sobre a educação feminina. De acordo com a redatora, o “egoísmo” e a “tirania” dos homens impediam a instrução e a ilustração da mulher, uma vez que o sexo masculino “ainda não se convenceu que um anjo lhe será mais útil que uma boneca”. Dizia a redatora que “enquanto a educação do homem se não reformar, enquanto ele considerar a mulher como a sua propriedade, nada teremos feito [pela emancipação moral da mulher]”.²⁶¹ Emancipar moralmente as mulheres era, sobretudo, permitir-lhes a instrução, o que implicaria em profissionalizá-las, tornando-as aptas a desenvolver uma série de tarefas e a ocupar lugares que eram praticamente exclusivos do homem:

[...] na Europa e nos Estados Unidos, a mulher exerce quase todas as profissões que entre nós a preocupação lhe nega.
Quantas vezes este erro funesto leva uma desgraça até a borda do abismo onde cai e do qual só se levanta no seio de Deus!
Nós sabemos perfeitamente que toda a família necessita de um chefe, e que o chefe natural da família é o homem.

²⁵⁸ PERROT, Michelle. “Os silêncios do corpo da mulher”. In: MATOS, Maria Izilda Santos de; SOIHET, Rachel (Orgs.). **O corpo feminino em debate**. São Paulo: Editora UNESP, 2003, p. 21-22.

²⁵⁹ RODRIGUES, Mariana Tavares. **Mancebos e mocinhas**, p. 33.

²⁶⁰ LOURO, Guacira Lopes. “Mulheres na sala de aula”. In: PRIORE, Mary Del (Org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013, p. 446-447.

²⁶¹ **O Jornal das Senhoras**, Rio de Janeiro, n. 2, tomo 1, 11 de janeiro de 1852, p. 12.

Sem dúvida que há deveres naturais que prendem a mulher ao lar doméstico, porém é precisamente desde o seio de sua família que ela pode ter uma influência direta sobre essa mesma família, sobre a nação e sobre a humanidade inteira.

Perguntar-me-eis:

Como? Pois a mulher pode ter outra influência que não seja sobre as panelas? Outra missão além das costuras, outro porvir que não seja fazer o rol da roupa suja?

Deveras?!

Pois escutai-me. E a educação de seus filhos?²⁶²

Para além de sua inserção pessoal nos espaços profissionais masculinos, o que preocupava a redatora era que a falta de instrução da mulher inviabilizasse o bom desempenho de sua principal função social: o matrimônio e a maternidade. A redatora d'*O Jornal das Senhoras* continuava sua defesa pela instrução das damas:

Sim! É dos lábios da mãe que o filho ouvirá a voz sagrada e imperiosa do dever traçar-lhe a senda que tem de percorrer na vida; é da voz meiga e majestosa da mãe que ele deve aprender as primeiras lições de resignação, da paciência e da coragem, tão necessárias neste mundo. É no silêncio da noite, na conversa íntima do esposo com a esposa, que ele relatará àquela, que é metade de si mesmo, suas esperanças, seus projetos e até as decepções que de dia em dia marcam uma por uma as rugas da sua fronte; e é dos lábios da esposa que ele tomará conselho para os projetos, fé para esperanças e consolação para as decepções, porque o coração da mulher, ilustrada sobre sua verdadeira missão, é o receptáculo das dores e dos prazeres da família: é em torno dela que todos se agrupam e ela se é jovem e graciosa, ali estará meiga e risonha como o anjo da esperança; se é velha, santa e imaculada como a mesma mãe do salvador.

Eis pelo que desejamos a emancipação moral da mulher; porque lutaremos sempre em demonstrar que ela não é inferior ao homem em inteligência, e porque pugnaremos sempre pelos seus direitos desprezados, e pela sua missão desconhecida.²⁶³

Em 25 de janeiro, no quarto número do jornal, Joanna de Noronha retomou seus argumentos sobre o que entendia por “emancipação moral da mulher”, visando a esclarecer melhor os leitores, uma vez que seus escritos “têm sido acolhidos com inquieta curiosidade e condenados antes até de serem lidos!” A redatora, ao elucidar melhor suas ideias, comentava novamente que “não entendo por emancipação moral da mulher subtraí-la à sua missão marcada pelo Criador - a mãe e a esposa”.²⁶⁴ Assim, não desejava que a mulher fosse “soldado”, “nem empregado público”, “nem oficial de marinha”, “nem Ministro de Estado” e “nem Doutor

²⁶² *O Jornal das Senhoras*, Rio de Janeiro, n. 2, tomo 1, 11 de janeiro de 1852, p. 14.

²⁶³ *O Jornal das Senhoras*, Rio de Janeiro, n. 2, tomo 1, 11 de janeiro de 1852, p. 14.

²⁶⁴ *O Jornal das Senhoras*, Rio de Janeiro, n. 4, tomo 1, 25 de janeiro de 1852, p. 27.

graduado em leis”, por mais que devesse “conhecer as [leis] do seu próprio país, porque tem de educar os filhos no espírito da lei”, e “conhecer a medicina doméstica, porque a mãe de família faz a irmã de caridade junto de seu esposo, de seus filhos, de seus domésticos, quando estão doentes”. Em suma, comentava a redatora, “não entendo por emancipação moral da mulher que ela abandone o lar doméstico e marche à campanha enquanto o marido em casa trata da cozinha”. A “emancipação moral da mulher, no meu limitado entender é: *Sua ilustração*”, uma ilustração entendida dentro dos preceitos de “uma religião” e dos papéis que caberiam à mulher desempenhar, ou seja, “como filha”, “como esposa”, “como mãe” e “como ser formado para a obra imensa do progresso social”.²⁶⁵

Em meio à publicação de seu jornal, a redatora recebeu uma carta assinada por “O Homem”, na qual ele a convidava “para uma discussão franca sobre a emancipação da mulher”, propondo-lhe “algumas de minhas argumentações contra essa doutrina”. De acordo com “O Homem”, a emancipação da mulher, apesar das “bonitas palavras que só podem iludir infantes e imbecis” usadas pela redatora d’*O Jornal das Senhoras*, não teria outro significado além do “ato pelo qual a mulher deixa de reconhecer o poder marital!”²⁶⁶ Ao refletir sobre a instrução da mulher e sua decorrente entrada num espaço profissional destinado sobretudo aos homens, o autor afirmou:

Julgareis que nos arrepiamos com esse grito, com receio que as mulheres invadam nossas profissões?!

Não nos julgueis tão néscios: nós sabemos muito bem que a mulher não pode passar além daquilo que a sociedade civilizada lhe tem reservado.

Não quereis que a mulher seja médica, ainda que julgais preciso o conhecimento de medicina para ser boa mãe de família, porque, enfim, lá é preciso um remédio caseiro para um defluxo ou constipação; mas então o que quereis fazer da mulher?

Quereis ilustrá-la!

Isto é, quereis que enquanto os filhos precisam remendar uma calça, ela estude geografia, que enquanto choram por falta de alimento, ela leia história em vez de lhe dar a mama; que enquanto o marido se afadiga na rua para ter sua casa farta e limpa, e seus filhos bem pensados e asseados, ela abandone seu lar para ir ouvir lições de matemática!

Ora, perdoa-me, mas isso não tem o cunho da razão.²⁶⁷

A partir de tais ideias sobre a vida familiar, o autor anônimo concluiu sua segunda carta:

E havemos permitir que nossas filhas se eduquem sob estes princípios [da emancipação da mulher]?!

²⁶⁵ *O Jornal das Senhoras*, Rio de Janeiro, n. 4, tomo 1, 25 de janeiro de 1852, p. 27-28.

²⁶⁶ *O Magico*, Rio de Janeiro, n. 11, vol. 1, 1 de fevereiro de 1852, p. 2.

²⁶⁷ *O Magico*, Rio de Janeiro, n. 11, vol. 1, 1 de fevereiro de 1852, p. 2.

Nenhum jornal que prega tais ideias deve ter entrada no centro de famílias!
 A mulher que quiser ter *livre alvedrio*, que não se case.
 Pode *ilustrar-se* a seu gosto.
 E o homem deixará de ter em sua casa uma trouxa que de nada sirva e que quando dê sinal de si seja para atormentá-lo.²⁶⁸

Na terceira carta dirigida à Joanna Noronha, publicada em 8 de fevereiro de 1852, “O Homem” permaneceu defendendo “que a mulher nasceu para amar, que não deve ser emancipada; que o melhoramento de sua condição é mais dependente da ilustração do homem do que da própria ilustração”.²⁶⁹

Em resposta às cartas publicadas n’*O Magico*, a jornalista Joanna de Noronha transcreveu, na edição de 8 de fevereiro d’*O Jornal das Senhoras*, um excerto do periódico pernambucano *Jardim das Damas*, um jornal dedicado à “educação de nossas belas e amáveis patricias”.²⁷⁰ Nele, como a própria redatora apontou, “já não é uma senhora quem se apresenta na arena do jornalismo a pugnar pelos direitos e pela ilustração da mulher, são os homens, os mesmos homens que compreendem a necessidade de bases mais sólidas para a educação da mulher”.²⁷¹ De acordo com o texto publicado originalmente no jornal pernambucano, o *progresso* dos tempos passou a exercer grande influência sobre as qualidades do belo sexo, alterando sua organização e sua inteligência ao lhe oferecer novos espaços na sociabilidade e na responsabilidade familiar. A partir desta constatação, o *Jardim das Damas* promoveu alguns questionamentos àqueles que seriam contrários à instrução feminina:

A mulher tem se tornado a alma das reuniões escolhidas, seu predomínio tem-se muitas vezes exercido nelas em largas proporções; porventura, no meio de um círculo de homens distintos, de espíritos graves e profundos, pode ela ignorar as coisas que todo o mundo sabe, e ser constrangida a guardar um silêncio ridículo quando se fala em sua presença de literatura, de arte, de ciência? Porventura, pode ela ignorar a história de seu país e os elementos principais dos conhecimentos humanos?

E na família não é ela quem imprime na inteligência de seus filhos a primeira impulsão? E para dirigi-los nos anos da infância, não convém que seja instruída, que sua inteligência tenha sido formada por uma educação extensa e que sua moralidade tenha sido fortalecida pelas luzes da razão e da fé, não dessa fé supersticiosa e ignorante, mas dessa piedade esclarecida e sincera, que nasce de uma instrução sólida e que fortifica a virtude?

[...]

Mas, dizem muitos, a mulher é física e moralmente predestinada para exercer na família uma ordem de funções, outra que o homem. O homem, ativo,

²⁶⁸ *O Magico*, Rio de Janeiro, n. 11, vol. 1, 1 de fevereiro de 1852, p. 3.

²⁶⁹ *O Magico*, Rio de Janeiro, n. 12, vol. 1, 8 de fevereiro de 1852, p. 3.

²⁷⁰ *O Jornal das Senhoras*, Rio de Janeiro, n. 6, tomo 1, 8 de fevereiro de 1852, p. 47.

²⁷¹ *O Jornal das Senhoras*, Rio de Janeiro, n. 6, tomo 1, 8 de fevereiro de 1852, p. 46.

robusto, obra no exterior, trabalha ao sol; a mulher, delicada, amorosa, cria o filho e administra a casa.

Concordamos com isso, mas pedimos que nos seja permitido perguntar [...]: porventura, para criar seu filho, para formar-lhe a alma dia por dia, para derramar-lhe não o leite do corpo, pois esse é nada, mas o leite do espírito, será preciso à mulher menos inteligência do que ao marido, fabricante ou mercador, para vigiar sua máquina, para fazer suas compras e vendas, para regular suas contas? Cremos que ninguém se atreverá a dizer que sim.²⁷²

O periódico pernambucano transcrito nas páginas d' *O Jornal das Senhoras* concluía que a mulher deveria ser instruída “não só para saber livrar-se de laços que lhe armam os maus, senão também para poder convenientemente educar seus filhos, aconselhar seu marido nos casos difíceis, consolá-lo nos adversos e preparar de antemão para si própria uma dignidade para a velhice”.²⁷³

Em meio a este debate acerca da “emancipação moral da mulher”, ou seja, da necessidade de instruí-la ou não nos preceitos das ciências e dos demais ramos dos saberes, o século XIX deu o aval às mulheres de elite para seguir adiante. Entretanto, elas deveriam ser instruídas com doses menores de conhecimento, apenas o suficiente para que pudessem desempenhar suas tarefas de esposa e mãe dedicadas.²⁷⁴ Longe de ser um mecanismo profissionalizante, o conhecimento a elas destinado deveria ser restrito às necessidades da família. Como asseverou o *Novo Correio das Modas*, em 1852: “Minha amável leitora, criou-vos Deus para a vida interior da família: fora dela sois ridículas. Não sejam minhas palavras as que vos convençam: olhai em roda de vós; vede os fatos e julgai”.²⁷⁵ A *Revista Popular*, em 1859, lembrava que por mais que alguma instrução fosse necessária ao desempenho da maternidade, isso não excluía o fato de “que a educação é mais necessária do que a ilustração: nem todos podem ser literatos, mas cumpre que ninguém ignore as regras necessárias para ser estimado na sociedade”.²⁷⁶ Ainda assim, a *Revista Popular* se interrogava: “Se é indubitável a influência que a mãe exerce sobre o futuro de seu filho, porque não se há de preparar convenientemente a mulher para a sublime missão que deve um dia exercer?” O próprio periódico respondeu:

Não somos utopistas; não sonhamos a emancipação da mulher no sentido que desejam alguns escritores modernos. O teatro do sexo feminino é a família, é o lar doméstico o campo de suas operações. Sempre nos parecerão aberrações

²⁷² *O Jornal das Senhoras*, Rio de Janeiro, n. 6, tomo 1, 8 de fevereiro de 1852, p. 47.

²⁷³ *O Jornal das Senhoras*, Rio de Janeiro, n. 6, tomo 1, 8 de fevereiro de 1852, p. 47.

²⁷⁴ PERROT, Michelle. “Os silêncios do corpo da mulher”. In: MATOS, Maria Izilda Santos de; SOIHET, Rachel (Orgs.). *O corpo feminino em debate*, p. 21-22.

²⁷⁵ *Novo Correio das Modas*, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 16, 1852, p. 129.

²⁷⁶ *Revista Popular*, Rio de Janeiro, tomo 1, ano 1, janeiro a março de 1859, p. 333.

a mulher guerreira, política, agiota, etc.; mas quiséramos que se ampliasse a esfera dos seus conhecimentos para que ela pudesse bem desempenhar a tarefa de educadora da mocidade.²⁷⁷

Durante o Oitocentos, como se vê, a mulher assumiu o papel de educadora infantil no interior dos lares, devendo ser melhor preparada para esta função, apesar de toda a controvérsia acerca de sua instrução. Na dedicação aos filhos, a importância maior recaía sobre os meninos, pois eram eles que futuramente se tornariam os responsáveis por conduzir a nação. Educá-los, a partir de então, passou a ser feito de modo radicalmente diferente do que era comum durante a Colônia. A começar pelos novos pressupostos do amor romântico e das ideias higiênicas.²⁷⁸

No que se refere ao cuidado das crianças, os jornais e revistas oitocentistas prescreveram inúmeras maneiras de educá-las. Em primeiro lugar, com base no amor romântico, *O Album Semanal* alertava as famílias sobre o fato de que “as melhores educações são incontestavelmente aquelas que são dirigidas pela afeição. Portanto, deve-se falar às crianças muito menos em castigos do que em recompensas. É péssimo assustar a seus frágeis espíritos com aterradoras imagens de demônios e do inferno”.²⁷⁹ No mesmo ano, *O Magico* se interrogava no mesmo sentido:

E o que se pode esperar de um filho que em vez de ser amamentado pelo carinho e pelo amor, vive habituado no desvario que existe entre seus pais, nos modos grosseiros com que eles se tratam mutuamente e tratam a seus fâmulos, que se barbariza no bárbaro costume de castigos corporais sanguinolentos? - Rispidez, grosseria, embotamento de sensibilidade e, conseqüentemente, de ternura e amor.²⁸⁰

Em 1859, a *Revista Popular* reiterou a necessidade de cuidar dos filhos em vez de agir com a frieza e distância dos tempos coloniais. Quando chegavam à idade escolar, dizia o periódico, “tem-nos mostrado a experiência que os alunos mais bem morigerados são os que têm a fortuna de possuir pais cuidadosos; e aqueles cujas maneiras nos encantam trazem gravado o selo da educação feminina”.²⁸¹

A mulher passou a ser mais bem educada e instruída devido à sua responsabilidade de cuidar da primeira infância dos meninos, uma infância que passou a ter um valor social. Na primeira fase da vida, como comentou *O Jornal das Senhoras*, “a vida inteira do homem

²⁷⁷ *Revista Popular*, Rio de Janeiro, tomo 1, ano 1, janeiro a março de 1859, p. 331.

²⁷⁸ COSTA, Jurandir Freire. *Ordem médica e norma familiar*, p. 15.

²⁷⁹ *O Album Semanal*, Rio de Janeiro, n. 33, 4 de julho de 1852, p. 157.

²⁸⁰ *O Magico*, Rio de Janeiro, n. 8, vol. 1, 11 de janeiro de 1852, p. 5.

²⁸¹ *Revista Popular*, Rio de Janeiro, tomo 1, ano 1, janeiro a março de 1859, p. 332.

depende somente da mulher; suas faculdades vão-se desenvolvendo debaixo de seu auspício e sob sua influência, até receberem certo grau de aperfeiçoamento indispensável para a obra da emancipação do homem”. Ainda segundo o jornal, “a mulher deve ter consciência de si e de sua alta missão para devidamente preenchê-la; pois dela depende a educação moral do homem”. Desse modo, a mulher passou a ser a “companheira inseparável da infância do homem, fiel confidente de seus segredos”. Era ela que sobre o menino “exerce uma branda influência, que nada terá de pernicioso se ela possuir o cofre das virtudes em seu seio virginal, se sua inteligência for ornada de bons exemplos e sua razão ilustrada com o critério da sã filosofia”.²⁸²

O belo sexo tornou-se responsável por construir a base moral dos meninos que no futuro determinariam os caminhos a serem tomados pela nação. Eis aqui sua maior importância durante o século XIX: servir ao engrandecimento moral do homem, que, após a primeira infância, seria instruído nos colégios da corte e nas faculdades do Brasil ou da Europa. Daí a afirmação d’*O Jornal das Senhoras* de que “é a mãe sábia que constitui o homem útil aos homens, todos os homens, pois, devem à mulher, sem a qual não seria possível a educação”.²⁸³ Era por meio da educação feminina e da moral virtuosa das esposas-mães que se deveria cuidar das futuras gerações do País.²⁸⁴ Isso porque se acreditava que o modo pelo qual o menino era tratado na infância determinava suas qualidades na fase adulta: uma criança que durante os primeiros anos não fosse amamentada pela própria mãe, não tivesse a dose certa de exercícios físicos, não vestisse um figurino adequado, não seguisse as normas de higiene corretas e fosse alvo de castigos brutais em vez de se sentir amada pelos pais tornar-se-ia um adulto de pouco caráter, de uma saúde física abalada e de costumes desregrados.²⁸⁵

Era pela civilização da família, a começar pela mulher, que o futuro do Brasil seria garantido, pois era ela que iniciaria a formação de um adulto capaz e eficiente, do cidadão que um dia conduziria a nação. Como destacou *O Jornal das Senhoras*, em 1852, “principiemos, porém, a grande obra da nossa reforma social pela base da sociedade, que é a família, e ainda pela base desta, que é a mulher!”²⁸⁶ Era nesse sentido que o periódico *Minerva Brasiliense*, em 1843, também se questionava:

A educação da mocidade foi sempre considerada pelos grandes filósofos e pelos mais famosos legisladores como a mais segura fonte do repouso e da

²⁸² *O Jornal das Senhoras*, Rio de Janeiro, n. 10, tomo 3, 6 de março de 1853, p. 73-75.

²⁸³ *O Jornal das Senhoras*, Rio de Janeiro, n. 40, tomo 2, 3 de outubro de 1852, p. 107.

²⁸⁴ MATOS, Maria Izilda Santos de. “Delineando corpos: as representações do feminino e do masculino no discurso médico (São Paulo 1890-1930). In: _____; SOIHET, Rachel (Orgs.). *O corpo feminino em debate*, p. 110.

²⁸⁵ COSTA, Jurandir Freire. *Ordem médica e norma familiar*, p. 144.

²⁸⁶ *O Jornal das Senhoras*, Rio de Janeiro, n. 44, tomo 2, 31 de outubro de 1852, p. 140.

felicidade, não só das famílias, como também dos Estados e dos Impérios. E o que é uma república ou um reino senão um vasto corpo cujo vigor e saúde dependem da saúde e vigor das famílias particulares, que são os seus membros e partes, e do qual nenhum pode faltar às suas funções sem que todo o corpo se ressinta? E não é a boa educação que põe todos os cidadãos e, mais que todos, os grandes e príncipes, em estado de desempenharem dignamente suas diferentes funções? Não é evidente que a mocidade é como o viveiro do Estado, que por ele se renova e se perpetua? Que dele vêm todos os pais de família, todos os magistrados, todos os ministros, em uma palavra, todas as pessoas constituídas em poder e dignidade? Não se pode assegurar que o que há de bom ou de defeituoso na educação daqueles que têm de exercer alguma vez os empregos do Estado influi em todo o seu corpo e torna-se como o espírito e o caráter geral de toda a nação?²⁸⁷

Em suma, a civilização da mulher almejada pela imprensa, ao que parece, foi pensada em função de preparar o homem para sua vida adulta. Civilizá-la era um modo de investir na infância daqueles que um dia se tornariam responsáveis pelos rumos do Brasil. Por mais que a nova sociabilidade dos espaços públicos estabelecesse em determinados pontos uma relação contraditória com o projeto de construção da esposa-mãe, o maior contato com a rua, a adoção de trajes europeizados e o cuidado com a higiene somaram-se ao novo modelo familiar proposto para formar uma mulher considerada *civilizada*. Esta nova forma de organização familiar, centrada no amor, procurou desenvolver no belo sexo novos valores, condutas e costumes que visavam a construir uma mulher suficientemente apta a dar os primeiros passos em direção à civilização do próprio homem. Ainda que frequentar os bailes, teatros e saraus, bem como trajar-se à francesa, fossem sinais bastante claros da europeização feminina, sua missão maior enquanto mulher civilizada era cultivar no sexo masculino, durante a infância dos filhos, as sementes de uma nova forma de se relacionar com o corpo, de novos valores morais e de novos costumes cotidianos, características que resultariam em um adulto civilizado e capaz de promover o *progresso* e o *adiantamento* do Brasil. É justamente a construção deste homem civilizado que veremos no próximo capítulo.

²⁸⁷ *Minerva Brasiliense*, Rio de Janeiro, n. 3, vol. 1, 1 de dezembro de 1843, p. 68-69.

3 DO HOMEM

3.1 Da casa e da rua

Os escravos são em número considerável e realizam a maior parte dos trabalhos; alguns mulatos e uns poucos frades e freiras, mais as tripulações dos navios ancorados no porto constituem toda a população das ruas.¹

[...]

Dizem que três quartos da população de São Sebastião é composta por negros; todavia, estão tão presentes no dia a dia da cidade que um visitante desconhecedor do tráfico de escravos poderia ser levado a pensar que a cidade é habitada por escravos e que seus mestres são moradores esporádicos.²

Os dois depoimentos acima, escritos, respectivamente, pelos ingleses sir Henry Ellis e Clarke Abel após permanecerem no Rio de Janeiro entre 21 e 31 de março de 1816, sugerem a pouca presença de homens brancos circulando pelas ruas do Rio de Janeiro no início do século XIX. Ellis, diplomata conhecedor do Oriente, e Abel, naturalista e médico, integraram a comitiva de William Pitt Amherst, lorde britânico responsável por uma missão diplomática que se dirigia a Pequim. Durante a breve escala no porto da cidade, os dois viajantes mostraram-se surpresos com o alto número de escravos que transitavam pelas vias públicas, em contraste com a diminuta porção de brancos. Isso porque as ruas na época em que o *Alceste* - embarcação em que os ingleses navegavam rumo à China - aportou no Brasil eram dominadas pelos escravos, negros livres, mulatos e por um número consideravelmente menor de vendedores ambulantes, artífices e brancos pobres.³

A rua era um local ocupado majoritariamente pelos chamados *desordeiros*: escravos, considerados os principais agentes da desordem, e a população branca estropiada, vagabundos, criminosos, ciganos, mendigos, doentes, bêbados, libertinos e prostitutas. Os membros das elites, os ditos homens *de bem*, ainda saíam pouco de suas casas.⁴ Sem falar de suas mulheres, que, no início do Oitocentos, também permaneciam reclusas no interior das moradas. Ainda que fosse possível encontrar homens e mulheres brancos e de *boa família* em alguma área mais movimentada da urbe, seu número era pouco significativo para promover algum tipo de modificação mais notável na paisagem social. Já nos primeiros anos após a chegada de Dom

¹ FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. **Viajantes estrangeiros no Rio de Janeiro joanino**: antologia de textos (1809-1818). Rio de Janeiro: José Olympio, 2013, p. 89.

² FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. **Viajantes estrangeiros no Rio de Janeiro joanino**, p. 112.

³ COSTA, Emília Viotti da. **Da Monarquia à República**: momentos decisivos. São Paulo: Editora UNESP, 2010, p. 244-246.

⁴ FREYRE, Gilberto. **Sobrados e mucambos**: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano. São Paulo: Global, 2004, p. 145.

João e sua corte ao Novo Mundo, e malgrado o grande afluxo de europeus que desembarcaram no Brasil a partir de então, os negros permaneciam como os grandes ocupantes das ruas, uma vez que a situação das vias públicas, consideradas um espaço insalubre e desordeiro por grande parte dos coetâneos - como veremos adiante -, acabava por não atrair a presença das elites.⁵

Além da maciça presença de escravos, as vias urbanas eram avaliadas pelos contemporâneos como sujas, fétidas e repositório dos dejetos das casas; são inúmeros os estrangeiros que estiveram no Rio de Janeiro oitocentista e pintaram a imagem de uma cidade intensamente insalubre. A concentração de dejetos era resultado de um velho hábito da população, que vinha dos tempos coloniais: devido à falta de esgotos, as casas possuíam uma tina destinada a receber todas as imundices produzidas na residência, tinas que eram diariamente esvaziadas em locais específicos das praias. O inglês Thomas Ewbank, que visitou a cidade em 1846, relatou:

[...] aqui não existem esgotos nem sentinas - nem privadas - nem mesmo quando existem, anexos aos edifícios, pátios e jardins espaçosos. O uso de tambores fechados é universal, mesmo nos subúrbios rurais. Transportados nas cabeças dos escravos, são esvaziados toda noite em certas partes da baía, de tal forma que caminhar pelas ruas depois das dez horas da noite não é seguro nem agradável.⁶

No entanto, o despejo do lixo e dos dejetos não ocorria apenas nos locais determinados pelas autoridades. Os escravos esvaziavam o conteúdo das tinas até mesmo nas vias públicas e praças, deixando que a enxurrada das chuvas se encarregasse da limpeza.⁷ Consequentemente, a sujeira se amontoava por todos os cantos, como descreveu o alemão Carl Seidler, de passagem pelo Brasil em 1826, 20 anos antes de Ewbank:

[...] com isso chego a um outro grande mal a que, com grande pesar dos órgãos mais nobres, se está exposto em todas as ruas, praças públicas e principalmente na praia, a todas as horas do dia e da noite. É que os moradores do Rio são muito comodistas e por isso não gostam de comodidades a distância adequada [...]. Por mais que se tenha falado dessa desordem, a polícia, aqui chamada imperial, mas que se não poderá chamar louvável, não conseguiu pôr paradeiro a tão asqueroso costume. Por exemplo, não é nada extraordinário que os negros encarregados de transportar das casas para a praia toda sorte de lixo, por sua vez se revelem demasiado comodistas para levarem

⁵ SILVA, Alberto da Costa e. "População e sociedade". In: _____ (Coord.). **Crise colonial e independência: 1808-1830**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011, p. 50.

⁶ EWANK, Thomas. **A vida no Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1976, p. 75-76.

⁷ MALERBA. **A corte no exílio: civilização e poder no Brasil às vésperas da independência (1808 a 1821)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 129-130.

o vaso transbordante em longa caminhada até o mar, e na primeira esquina despejam toda a porcaria e se vão embora.⁸

Tal como as ruas, as praças do Rio de Janeiro eram depósito de imundícies. Mesmo o Largo do Paço, onde estava localizado o Palácio Imperial, não escapava de destino tão cruel. A visitante Ida Pfeiffer, em 1846, afirmou:

[...] a praça perante o Palácio Imperial (Largo do Paço), cujo único ornamento, uma simples fonte, é extremamente suja, e serve, à noite, como um lugar para um grande número de negros livres e pobres dormirem, os quais, ao levantarem-se pela manhã, realizam as diversas funções sanitárias em público com a mais suprema indiferença.⁹

Partilhando da mesma opinião de Ida Pfeiffer sobre a principal praça da cidade, o alemão Carl Seidler destacou que “mesmo o Largo do Paço, embora mais ou menos calçado, está coberto de capim e, em todo tempo, ainda no mais forte calor, tão cheio de sujidades de toda espécie, que por ali só se poderia fazer má ideia do amor do monarca pelos súditos e vice-versa”.¹⁰ Outro alemão, Ernest Ebel, também demonstrou em seu testemunho, datado de 1824, a repulsa pelas praças locais:

[...] seguimos agora ao longo da praia ou do cais. A praça a que vamos dar fica repleta até os muros de artigos postos à venda, toda sorte de lenha, bananas, tremoços, mandioca, feijão, etc. Aí prevalece um cheiro insuportável tal a imundice que nela se acumula, pois no Rio não há esgotos nem latrinas; tudo o que sai das casas é aqui em parte descarregado pelos negros no mar, para que as marés levem o que elas alcançam.¹¹

Além de emporcalhadas, as ruas e praças do Rio de Janeiro se deparavam com outro problema: eram constantemente inundadas pelas águas das chuvas. Walter Colton, que desembarcou na cidade em dezembro de 1845, lembra uma ocasião em que caminhava pela Rua do Ouvidor “quando uma nuvem negra, descendo do pico do Corcovado, lançou-se para fora do lago, localizado em seu seio. A rua foi imediatamente preenchida com uma inundação

⁸ SEIDLER, Carl. **Dez anos no Brasil**: eleições sob Dom Pedro I, dissolução do Legislativo, que redundou no destino das tropas estrangeiras e das colônias alemãs no Brasil. Brasília: Senado Federal, 2003, p. 62-63.

⁹ PFEIFFER, Ida Laura. **A woman's journey round the world**, from Vienna to Brazil, Chili, Tahiti, China, Hindostan, Persia, and Asia Minor. London: Printed by Petter, Duff, and Co. Playhouse Yard, Blackfriars, s/d., p. 16. Tradução nossa.

¹⁰ SEIDLER, Carl. **Dez anos no Brasil**, p. 67.

¹¹ EBEL, Ernst. **O Rio de Janeiro e seus arredores em 1824**. São Paulo: Ed. Nacional, 1972, p. 59.

tão profunda que seria suficiente para flutuar a canoa de uma família”.¹² Inundadas, elas se tornavam intransitáveis. A dificuldade para se locomover devido às enchentes foi também tema da narrativa de Jacques Arago, que conheceu o Rio de Janeiro em 1817:

[...] em tempo de chuva, há absolutamente piscinas nos locais públicos; e ao menos que uma pessoa tenha um itinerário através dos caminhos que não estão inundados, duvido que ela seria capaz de livrar-se dos atoleiros que cobrem as outras passagens. Serviçais negros põem-se, em tais ocasiões, nas esquinas das ruas, e pela *moderada* soma de oito ou dez soldos, levam os transeuntes ao outro lado em seus braços, que são tão pretos em sua cor natural como se estivessem cobertos com lama.¹³

Nessas situações, em que as vias se encontravam cobertas pelas águas das chuvas e pelas imundícies provenientes das casas, a solução para um transeunte chegar a seu destino era “ser carregado pelos negros”,¹⁴ como afirmou Ida Pfeiffer, em 1846.

Foi justamente a presença maciça dos escravos nas vias públicas, realizando os mais variados tipos de serviços e trabalhos, o que mais chamou a atenção dos estrangeiros que vieram ao Brasil ao longo do Oitocentos. Em 1824, oito anos após a passagem da comitiva de lordes Amherst, em que viajavam os mencionados Henry Ellis e Clarke Abel, o viajante Ernest Ebel afirmou: “estranha é a sensação do desembarque. Ao invés de brancos, só vi negros, seminus, a fazerem um barulho infernal e a exalarem um cheiro altamente ofensivo ao olfato”.¹⁵ Numa época em que o trabalho manual tinha conotação bastante pejorativa para as elites, uma vez que era associado à escravidão, os negros eram os responsáveis por executá-los nas ruas. Como apontou Henry Ellis, era “hábito aqui enviar o escravo para a rua pela manhã, com a incumbência de trazer para casa, ao fim do dia, certa quantia em dinheiro”.¹⁶

A presença dos negros em suas tarefas cotidianas pelas ruas do Rio de Janeiro era demasiado perturbadora para os estrangeiros, o que pode ser percebido pelas inúmeras descrições desta cena em suas narrativas de viagem, como a legada pelo alemão Carl Schlichthorst, em 1824:

¹² COLTON, Walter. **Deck and port**; or incidents of a cruise in the United States frigate Congress to California: with sketches of Rio de Janeiro, Valparaiso, Lima, Honolulu, and San Francisco. London: Partridge & Oakey, Paternoster Row, 1851, p. 118. Tradução nossa.

¹³ ARAGO, Jacques Étienne Victor. **Narrative of a voyage round the world**, in the Uranie and Physicienne corvettes, commanded by Captain Freycinet, during the years 1817, 1818, 1819 and 1820; on a scientific expedition undertaken by order of the French Government. London: Treuttel and Wruetz, Treuttel, Jun. and Richter, 30, Soho-Square, 1823, p. 54. Tradução nossa.

¹⁴ PFEIFFER, Ida Laura. **A woman's journey round the world**, p. 19. Tradução nossa.

¹⁵ EBEL, Ernst. **O Rio de Janeiro e seus arredores em 1824**, p. 12.

¹⁶ FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. **Viajantes estrangeiros no Rio de Janeiro joanino**, p. 90.

[...] os escravos mais forçados trabalham nas ruas como carregadores. Andam nus com uma simples tanga amarrada à cintura, que mal cobre as coxas. Levam todas as cargas à cabeça. Às vezes, bastam seis e mesmo quatro para carregar depressa uma caixa de açúcar do peso de 2.200 libras. Esses mariolas entregam aos seus amos uma diária certa e eles próprios satisfazem as suas necessidades de vida. O mesmo se dá com as jovens pretas, que vendem frutas e outras miudezas, obrigadas a entregar de 16 a 20 vinténs ou meio táler por dia. O que ganham a mais lhes pertence. Como estas últimas praticam também outro ramo de negócio, muitas possuem elevados capitais.¹⁷

Entre os incômodos que a presença dos escravos nas ruas gerava encontrava-se o barulho feito durante a execução de suas atividades diárias. Ebel, ao visitar as ruas em 1824, comentou: “meus ouvidos europeus não se conciliam é com o barulho das ruas. Bem cedo, às cinco horas, começa o espetáculo”.¹⁸ Mais adiante, o visitante alemão complementa o quadro do cotidiano das ruas:

[...] o barulho é incessante. Aqui uma chusma de pretos, seminus, cada qual levando à cabeça seu saco de café, e conduzidos à frente por um que dança e canta ao ritmo de um chocalho ou batendo dois ferros um contra o outro, na cadência de monótonas estrofes a que todos fazem eco; dois mais carregam ao ombro pesado tonel de vinho, suspenso de longo varal, entoando a cada passo melancólica cantilena; além, um segundo grupo transporta fardos de sal, sem mais roupa que uma tanga e, indiferentes ao peso como ao calor, apostam corrida gritando a pleno pulmão. Acorrentados uns aos outros, aparecem acolá seis outros com baldes d’água à cabeça. São criminosos empregados em trabalhos públicos; também vão cantando em cadência. Mais adiante, passam dois aguadeiros, aos berros desafinados, mais uma negra vendedora de bananas e outra de confeitos - os chamados “doços” - apregoando ambas suas mercadorias também aos gritos. Vão elas ligeiramente vestidas: braços, fronte e pés nus. Tudo é transportado à cabeça, no que os negros demonstram tal habilidade que nenhuma gota derramam dos líquidos, isso sem ajuda das mãos ou qualquer outra e sempre a cantar ou berrar. O barulho é aumentado por uma tropa de muares, carregada de café, a qual para em frente à casa, atravancando a rua; pior ainda: eis que surge enorme carroça de duas rodas, levando material de construção e puxada por quatro bois, a qual faz um ruído ensurdecedor - o das rodas maciças a girarem com o eixo - como se serrassem pedras ou ferros. Por cima de tudo, o badalar contínuo dos sinos. É realmente para atordoar.¹⁹

Além da insalubridade das ruas e da enorme quantidade de escravos transitando por elas, a má construção dos logradouros e dos edifícios públicos e privados teria colaborado para não atrair a atenção das elites para a paisagem urbana, contribuindo com seu afastamento dos espaços públicos. Os estrangeiros que visitaram a cidade no início do século XIX consideravam

¹⁷ SCHLICHTHORST, Carl. **O Rio de Janeiro como é: uma vez e nunca mais**. Contribuições de um diário para a história atual, os costumes e especialmente a situação da tropa estrangeira na capital do Brasil. Brasília: Senado Federal, 2000, p. 138.

¹⁸ EBEL, Ernst. **O Rio de Janeiro e seus arredores em 1824**, p. 98.

¹⁹ EBEL, Ernst. **O Rio de Janeiro e seus arredores em 1824**, p. 13-14.

as vias bastante “estretas”.²⁰ Contou-nos Henry Brackenridge, que esteve no Rio de Janeiro em 1818, que as ruas eram tão estreitas que duas casas, situadas uma de frente para a outra, “aproximam-se tanto, que duas pessoas quase podem apertar as mãos através da rua; provavelmente, resultado do antigo gosto mourisco”.²¹ Além de estreitas, as vias também foram descritas como “mal pavimentadas”²² e “sem calçadas”²³.

A arquitetura urbana, dizia-se, era de um gosto terrível, sem nenhuma graça ou notoriedade, principalmente se comparada à beleza natural do Novo Mundo. Walter Colton, de passagem pela cidade em dezembro de 1845, destacou que “a arquitetura do homem aqui é tão inferior à da natureza, que ela deveria fazer um pedido de desculpas onde quer que se apresente”.²⁴ O desprazer com a arquitetura urbana referia-se, em grande medida, aos edifícios públicos, os quais “não são nem numerosos nem dignos de nota do ponto de vista arquitetônico”,²⁵ como afirmou Henry Ellis, em 1816. Mas as propriedades particulares também não escapavam de tão grotesca consideração: o diplomata inglês ainda destacou que, “em geral, as casas dos principais da cidade não indicam nenhuma preocupação com a beleza arquitetônica e não trazem qualquer adaptação ao clima do país”.²⁶

De acordo com os depoimentos de estrangeiros que estiveram no Rio de Janeiro no início do século XIX, as ruas não eram nada convidativas. Se as mulheres ainda permaneciam reclusas em suas casas, em razão do controle masculino, a situação dos homens de elite não era radicalmente diferente. Foi apenas com o decorrer do século que pôde ser mais bem percebida a tradicional divisão,²⁷ também encontrada na Europa oitocentista,²⁸ em que os homens gastavam grande parte de seu tempo nos espaços públicos - ruas, praças, edifícios públicos, em geral, locais coletivos de sociabilidade - e as mulheres, no interior das casas - ainda que também

²⁰ EW BANK, Thomas. **A vida no Brasil**, p. 73.

²¹ BRACKENRIDGE, Henry Marie. **Voyage to Buenos Ayres**, performed in the years 1817 and 1818, by order of the American government. London: Printed for Sir Richard Phillips and Co. Bride-Court, Bridge-Street, 1820, p. 19-20. Tradução nossa.

²² WILKES, Charles. **Voyage round the world**, embracing the principal events of the narrative of the United States exploring expedition. Philadelphia: Geo. W. Gorton, 1849, p. 31. Tradução nossa.

²³ BRACKENRIDGE, Henry Marie. **Voyage to Buenos Ayres**, p. 19. Tradução nossa.

²⁴ COLTON, Walter. **Deck and port**, p. 88. Tradução nossa.

²⁵ FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. **Viajantes estrangeiros no Rio de Janeiro joanino**, p. 88.

²⁶ FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. **Viajantes estrangeiros no Rio de Janeiro joanino**, p. 88-89.

²⁷ FREYRE, Gilberto. **Vida social no Brasil nos meados do século XIX**. São Paulo: Global, 2008, p. 88.

²⁸ Tal situação em que o homem ocupava prioritariamente o espaço público enquanto a mulher reservava-se a intimidade do lar era também verificada na Europa, como aponta Michele Perrot: “A distinção do público e do privado é, ao mesmo tempo, uma forma de governabilidade e de racionalização da sociedade no século 19. Em linhas gerais, as ‘esferas’ são pensadas como equivalentes dos sexos e jamais a divisão sexual dos papéis, das tarefas e dos espaços foi levada tão longe. Aos homens, o público, cujo centro é a política. Às mulheres, o privado, cujo coração é formado pelo doméstico e pela casa”. PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da história**. Bauru, SP: EDUSC, 2005, p. 459.

fossem, com certas ressalvas, convidadas à vida na rua.²⁹ Já em meados do século XIX, o *Novo Correio das Modas* enfatizou tal distinção dos papéis entre os sexos:

A natureza criando o homem e a mulher lhes destinou funções muito diversas: àquele, todos os cuidados da vida exterior, todos os trabalhos que demandam força física; a esta, todos os cuidados da vida doméstica, todos aqueles em que podem vencer paciência, brandura e doçura.³⁰

Entretanto, nos primeiros anos depois da chegada da corte as ruas eram ainda sítio dos *desordeiros*, local violento, sujo e insalubre, em que as edificações eram precárias e os espaços aprazíveis para o divertimento eram poucos e quase nada convidativos às elites para que os frequentassem.³¹

A gradativa vitória das ruas sobre as casas ocorrida ao longo do Oitocentos, no sentido de uma intensificação da sociabilidade nos espaços públicos, contudo, iniciou-se já durante o período joanino. Nos meses logo seguintes ao desembarque, o monarca deu os primeiros passos na direção de civilizar a urbe, promovendo sua urbanização e ordenação. Para isso, o príncipe regente criou, em 5 de abril de 1808, a Intendência Geral de Polícia, instituição encarregada de levar a cabo uma revolução no perfil da cidade: o primeiro intendente de polícia, Paulo Fernandes Viana, que se manteve no cargo até 1821, cuidou das questões relacionadas à salubridade pública, abriu ruas e praças, construiu pontes, casas e muitas obras essenciais para a infraestrutura urbana, trouxe a iluminação pública, além de desempenhar um sem número de outras atividades relacionadas ao *policimento* da cidade, ou seja, à civilização do Rio de Janeiro.³²

Em seu primeiro edital, publicado em 20 de abril de 1808, o intendente inicia sua longa batalha em favor da *melhoria* das condições de saúde e urbanização das vias públicas:

[...] faço saber a todos que o presente edital virem ou dele notícia tiverem que concorrendo [...] o asseio da cidade muito para a salubridade dela, e

²⁹ Como afirmam Geneviève Fraisse e Michelle Perrot, é preciso ter em mente que “nem todo o público é masculino, nem todo o privado é feminino. As mulheres circulam no espaço público e, através dos salões, a sua casa mantém-se aberta para o exterior. Os homens não estão também ausentes do privado, e os poderes do pai pesam sobre a família. A mulher civil é a um tempo pública e privada, em sua casa e na cidade, no parentesco e na sociedade. A este respeito, importa evitar as armadilhas do discurso e desmontar os estereótipos tradicionais”. FRAISSE, Geneviève; PERROT, Michelle. “Introdução”. In: FRAISSE, Geneviève; PERROT, Michelle (Dir.). **História das mulheres no Ocidente: o século XIX**. Porto: Edições Afrontamento, 1994, p. 347.

³⁰ **Novo Correio das Modas**: novellas, poesias, viagens, recordações históricas, anedoctas e charadas, Rio de Janeiro, n. 16, vol. 2, 1852, p. 129.

³¹ FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. **Literatura e sociedade no Rio de Janeiro oitocentista**. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1999, p. 18.

³² SILVA, Maria Beatriz Nizza da. “A Intendência-Geral da Polícia: 1808-1821”. In: **Acervo**: Revista do Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, julho-dezembro, 1986, p. 187-204.

importando este objeto à saúde pública e à polícia, e não tendo sido bastante até agora os cuidados que a Câmara tem empregado para se evitarem os males que do contrário se seguem, ou pela pouca vigilância e mesmo pela corrupção dos rendeiros ou dos oficiais executores das suas deliberações: da data deste em diante se exigirá por esta Intendência, com zelo e atividade, [...] que toda a pessoa que for encontrada a deitar águas sujas, lixo e qualquer outra imundície nas ruas e travessas será presa e não sairá da cadeia sem pagar dois mil réis para o cofre das despesas da polícia. [...] E para que senão chamem a ignorância, mandei fixar o presente [edital] por todos os lugares públicos desta cidade, para que assim chegue a notícia a todos.³³

Paulo Fernandes Viana, em suas memórias - que sintetizam grande parte das principais atividades da polícia entre 1808 e 1821 -, ainda destacou que aterrou “imensos pântanos da cidade, com que se tornou mais sadia, e no que se consumiu muito dinheiro, e depois de aterradas fiz as calçadas [...] no estado em que se acham, com utilidade do trânsito e da saúde pública”.³⁴

Com a monarquia portuguesa instalada no Rio de Janeiro, tornou-se fundamental conferir à capital condições *dignas* de alojar a corte europeia, o que primeiramente, como é possível perceber pelas ações da Intendência,³⁵ significava agir em prol de modificar sua estrutura urbana, o que teria resultado, ao longo do Oitocentos, em ruas mais limpas e pavimentadas. Sem falar da construção e revitalização de praças, jardins e parques que, somados à inauguração de teatros, cafés, confeitarias, lojas, restaurantes e livrarias, conferiram ao Rio de Janeiro espaços públicos mais atrativos à população local.³⁶ A partir de então, ocorreu uma significativa transformação na sociabilidade dos habitantes, inclusive com a intensificação das atividades de lazer. As elites começaram a deixar suas casas e a invadir os espaços públicos, intensificando-se as práticas de convívio social. Sobretudo os homens, que passaram a ter que aprender novos comportamentos e, inclusive, novas condutas morais no que diz respeito à família e ao trabalho, como veremos mais adiante. Tiveram que aprender, em suma, como viver de modo *civilizado* tanto dentro de casa como na rua, espaços que requeriam - cada um a seu modo - determinados modelos de ação e de sentimentos.³⁷

Tal como ocorreu com a mulher, o grande ponto de ruptura na civilização do homem deu-se a partir da intensificação de seu contato com a rua. Ampliando suas atividades sociais,

³³ ANRJ, **Polícia da Corte**, código 318, 20/04/1808.

³⁴ VIANA, Paulo Fernandes. “Abreviada demonstração dos trabalhos da Polícia em todo tempo que a serviu o desembargador do paço Paulo Fernandes Viana”. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, tomo 55, parte I, 1892, p. 374.

³⁵ Sobre as ações da Intendência de Polícia, ver: GAGLIARDO, Vinicius Cranek. **Uma Paris dos trópicos?** Perspectivas da europeização do Rio de Janeiro oitocentista. São Paulo: Alameda, 2014.

³⁶ SCHWARCZ, Lília Moritz. **As barbas do imperador**: D. Pedro II, um monarca nos trópicos. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 106-117.

³⁷ DAMATTA, Roberto. **A casa & a rua**. Rio de Janeiro: Rocco, 1997, p. 14-19.

eles tiveram grande parte de seus hábitos, costumes e comportamentos sensivelmente modificados. Ao longo do século XIX, tornaram-se frequentadores assíduos das competições esportivas que ocorriam na capital - como o turfe -, bem como dos teatros, dos bailes e das apresentações musicais realizadas no Passeio Público; além disso, marcavam presença em diversas reuniões nas próprias casas, que se abriam cada vez mais à frequência da *boa sociedade*, convidada a participar de jantares e banquetes.

3.2 Da sociabilidade

Com a chegada da corte, em 1808, os hábitos tradicionais da sociedade colonial passaram por um processo de desprestígio frente aos novos costumes importados da Europa.³⁸ Até então, como asseverou em 1816 o diplomata inglês Henry Ellis:

O refinamento das relações sociais é pouco cultivado pelas classes superiores, que estão muito atrás de seus similares europeus no que tange ao conhecimento e à prática da vida civilizada; nem mesmo o contato com estrangeiros é incentivado. Os rituais da corte e o cumprimento de todas as superstições prescritas pela religião católica são as principais ocupações dos habitantes.³⁹

Com o desenrolar do Oitocentos, a partir de uma série de medidas em prol de sua urbanização, a outrora desvalorizada rua começou a atrair as famílias de elite para seus domínios. Tornou-se comum não mais deixar as casas quase que somente para frequentar as missas e as demais obrigações religiosas, mas também para participar de todos os divertimentos e formas de lazer que passaram a ser oferecidos e visitar os cafés, confeitarias e restaurantes, que eram inaugurados de tempos em tempos.⁴⁰

Com o decorrer dos anos, as práticas de lazer foram se valorizando, caso do turfe, que se tornou umas das atividades esportivas mais estimadas tanto pelas elites quanto pelas camadas populares. Como estampado em 1851 nas páginas d'*A Marmota na Corte*: “na quinta-feira o Prado atraiu perto de quatro mil pessoas”.⁴¹ Alguns meses depois, o jornal também destacou que “no domingo, 14 do corrente [mês], o Prado Fluminense recebeu mais de duas mil pessoas

³⁸ D'INCÃO, Maria Ângela. “Mulher e família burguesa”. In: PRIORE, Mary Del (Org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013, p. 228.

³⁹ FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. **Viajantes estrangeiros no Rio de Janeiro joanino**, p. 95.

⁴⁰ ALENCASTRO, Luiz Felipe de. “Vida privada e ordem privada no Império”. In: NOVAIS, Fernando (Coord.); _____ (Org.). **História da vida privada no Brasil: Império**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 85.

⁴¹ **A Marmota na Corte**, Rio de Janeiro, n. 167, 17 de junho de 1851, p. 1.

que ali foram assistir à segunda corrida de cavalos”.⁴² No final do século, o turfe tornou-se tão popular entre os habitantes que o Rio de Janeiro já contava com cerca de cinco clubes de corridas, todos bastante movimentados e com hipódromos próprios.⁴³

Numa época em que os divertimentos ainda não eram tão abundantes, as corridas de cavalo realizadas no Prado Fluminense, segundo *A Marmota na Corte*, “vêm aumentar os poucos que temos”. Os espaços públicos de sociabilidade, continuava o jornal, eram importantíssimos: “ninguém desconhece que os divertimentos públicos são uma necessidade imperiosa para o povo, tão conveniente à moral como à política. [...] Para este fim, além de outros que não precisamos mencionar, é que os governos protegem os teatros, os bailes, os circos”.⁴⁴ As corridas tornaram-se um espaço privilegiado de sociabilidade de toda a população. Entretanto, as elites e os populares não se misturavam: para os homens *honrados*, exibirem-se nos camarotes do Prado era um modo de demonstrar seu *status* e de se distinguir entre os demais, bem como uma oportunidade de se realizarem negócios entre seus pares;⁴⁵ como apontou o *Correio Mercantil*, em 1851:

No domingo passado grande parte da população desta capital correu a gozar um espetáculo tão divertido como novo entre nós: foi as corridas de cavalos no Prado Fluminense. Pela volta das 10 horas da manhã um grande número de carruagens afluía para o lugar das apostas. [...] Chegando ao Prado, gozava-se um espetáculo variado e brilhante, sobretudo para quem estava nas galerias, rodeado das mais gentis formosuras da corte, e olhasse para o campo, aonde a multidão ondulava e crescia a todos os momentos.⁴⁶

O turfe era tão significativo para a sociedade oitocentista que *O Jornal das Senhoras*, em 1854, justificava os motivos de ter preenchido sua coluna “Chronica dos Salões”, que deveria trazer notícias sobre os bailes realizados na corte, com comentários acerca das corridas de cavalo:

Se à corrida concorre tudo quanto há de elegante; se as nossas belas para lá vão abrilhantar a reunião, como deixar de mencioná-la na *Chronica*? Além de que a corrida de domingo foi feita por moços distintos, que convidaram tudo quanto há de elegante na sociedade do Rio de Janeiro para tornarem luzida a reunião e assistirem ao seu divertimento todo particular, que esteve o mais belo possível. As corridas foram feitas na melhor ordem: Suas Majestades

⁴² *A Marmota na Corte*, Rio de Janeiro, n. 193, 16 de setembro de 1851, p. 1.

⁴³ MELO, Victor Andrade de (Org.). *Os sports e as cidades brasileiras: transição dos séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2010, p. 31.

⁴⁴ *A Marmota na Corte*, Rio de Janeiro, n. 167, 17 de junho de 1851, p. 1.

⁴⁵ MELO, Victor Andrade de (Org.). *Os sports e as cidades brasileiras*, p. 42.

⁴⁶ *Correio Mercantil*, e instructivo, político, universal, Rio de Janeiro, n. 226, ano 8, 21 e 22 de setembro de 1851, p. 2.

Imperiais estiveram presentes e extraordinário número de espectadores; e os vencedores, ao receberem os prêmios, agradeciam às muitas belas que lá estavam, os seus sorrisos e aplausos.⁴⁷

A nova sociabilidade que se construiu durante o século XIX, além de intensificar o contato dos homens com os espaços públicos, atraiu as mulheres de elite para o convívio nas ruas, como vimos anteriormente. Os prados tornaram-se locais de convivência entre os sexos, com a promoção de encontros que poderiam resultar em futuros casamentos. Com o tempo, os homens de elite que participavam das corridas afastaram-se das pistas, permanecendo apenas nas arquibancadas, onde podiam desfilarem suas boas maneiras e seus belos trajes enquanto flertavam com as damas ali presentes; para as corridas, os jockeys começaram a ser contratados entre os populares ou entre os estrangeiros que já tinham tido essa experiência em seus países de origem.⁴⁸ Nas galerias do Prado Fluminense, a possibilidade de encontros acentuou a adoção e difusão de um novo comportamento relativo à convivência entre os sexos, às conquistas amorosas e à promoção dos casamentos, que até então eram decisões quase que unilaterais tomadas pelos pais. Mas isso não foi uma peculiaridade do turfe nem dos eventos esportivos de modo geral, mas sim de vários espaços sociais que se modificavam pela maior presença de ambos os sexos.⁴⁹

O aumento do público também ocorreu nos teatros no Rio de Janeiro. Se a ida às casas de espetáculo acontecia com pouca frequência até o final do Setecentos,⁵⁰ tal situação não perdeu durante o século XIX, ainda mais depois da fundação do Real Teatro de São João, em 1813, estabelecimento de arquitetura bem aprazível, mais bem adequado à presença da monarquia na cidade. Ocorreu um significativo aumento do público tanto pela chegada dos estrangeiros quanto pela maior frequência da própria população local às casas teatrais. Ainda assim, os espetáculos líricos ou dramáticos nem sempre contaram com casa cheia no Rio de Janeiro, como advertiu em janeiro de 1852 o periódico *O Mágico*:

⁴⁷ **O Jornal das Senhoras**: modas, litteratura, bellas-artes, theatros e critica, Rio de Janeiro, n. 24, tomo 5, ano 3, 11 de junho de 1854, p. 186.

⁴⁸ MELO, Victor Andrade de. “Novas performances públicas masculinas: o esporte, a ginástica, a educação física (século XIX)”. In: PRIORE, Mary Del; AMANTINO, Marcia (Orgs.). **História dos Homens no Brasil**. São Paulo: Editora Unesp, 2013, p. 135.

⁴⁹ MELO, Victor Andrade de. “Novas performances públicas masculinas: o esporte, a ginástica, a educação física (século XIX)”. In: PRIORE, Mary Del; AMANTINO, Marcia (Orgs.). **História dos Homens no Brasil**, p. 132.

⁵⁰ Durante o século XVIII, o Rio de Janeiro contava com ao menos duas casas de ópera ou teatros: a Ópera Velha, conhecida também como Ópera dos Vivos, construída antes de 1748, situava-se “no logradouro que mais tarde veio a se chamar rua da Alfândega, bem na quadra da atual estação do metrô da Uruguaiana”, e a Ópera Nova, erigida em torno de 1758, “bem ao lado do Paço e ao fundo do prédio da Cadeia e Senado da Câmara de Vereadores (atual Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro)”, ambas de propriedade de Boaventura Dias Lopes. CAVALCANTI, Nireu. **O Rio de Janeiro setecentista: a vida e a construção da cidade da invasão francesa até a chegada da Corte**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004, p. 172-174.

[...] o vazio dos camarotes [do teatro] tem um outro motivo, que não essa falta de amor por essa bela arte.

Qual será ele?

O pai de família que tiver uma família numerosa, como temos muitos, [...] não vão por certo ao teatro lírico dar por um camarote 10 mil réis, pelo menos, além da sege ou carro, que se lhe faz preciso pela distância em que fica este teatro por agora!

É teatro para os ricos e opulentos...⁵¹

Mais do que desinteresse pela arte, a ausência de público nos camarotes reforça sua utilização como espaço que resguardava as famílias de elite, especialmente suas mulheres, do contato com a população pobre que ocupava a plateia comum. O teatro, sobretudo os camarotes, somente “para os ricos e opulentos”. Homens de posses que ao se dirigirem aos teatros e demais espaços de sociabilidade com suas famílias ostentavam todo seu luxo e prestígio para se distinguir dos demais, a começar pela carruagem que os levava às casas de espetáculo: símbolo de opulência, a carruagem pressupunha as cocheiras, os criados e os escravos, emblemas do *status* social e do poder da família que circulava pelas ruas e praças a caminho de seu camarote.⁵²

A despeito do que afirma *O Mágico*, o fato é que a *boa sociedade* passou a frequentar o teatro com muito mais assiduidade depois de 1808, mesmo porque a oferta de espetáculos na cidade cresceu bastante. Assim, os teatros tornaram-se responsáveis por preencher uma parcela das horas de ócio e lazer da população do Rio de Janeiro, inclusive promovendo momentos para os encontros e flertes entre os sexos.⁵³ Acompanhados de suas esposas e filhos, ao irem ao teatro os homens também tiveram que aprender novos modos de comportamento inspirados nos padrões europeizados de sociabilidade que se impunham cada dia mais na capital do Brasil. Se os homens deveriam mostrar toda sua educação e civilidade no interior das casas teatrais, estas também eram responsáveis por lhes ensinar os ditos modos de vida *polidos*, pois tinham a dupla função de entreter e moralizar. Foi o que destacou Quintino Bocaiúva, em 1858:

Hoje o povo e os literatos simultaneamente não compreendido que o teatro não é só uma casa de espetáculos, mas uma escola de ensino; que seu fim não é só divertir e amenizar o espírito, mas, pelo exemplo de suas lições, educar e moralizar a alma do público; [...]

Por mais opiniões que tenho lido em contrário, resta-me ainda a convicção de que o teatro é definitivamente uma escola, onde o povo, conforme o gênero

⁵¹ **O Mágico**, Rio de Janeiro, n. 10, vol. 1, 25 de janeiro de 1852, p. 1.

⁵² FAORO, Raymundo. **Machado de Assis: a pirâmide e o trapézio**. São Paulo: Globo, 2001, p. 65-66.

⁵³ RODRIGUES, Mariana Tavares. **Mancebos e mocinhas: moda na literatura brasileira do século XIX**. São Paulo: Estação das Letras e Cores, 2010, p. 182.

dos espetáculos que lhe for oferecido, pode adquirir bons ou maus costumes, profícuas ou danosas lições.⁵⁴

Ao funcionar como uma *escola de costumes*, o teatro tanto exigia quanto incentivava as ações consideradas *moralmente adequadas* e condizentes com a *civilização*.⁵⁵ Desse modo, os jornalistas tiveram papel decisivo na educação dos cariocas, que encontravam nas páginas dos periódicos normas de como deveriam se portar nos mais diferentes espaços públicos e privados, entre os quais, o teatro. Os bailes de máscara que ocorriam nas casas teatrais por ocasião do carnaval eram momentos disputadíssimos pelas elites do Rio de Janeiro, cujas pessoas aguardavam ansiosas para se exhibir fora dos domínios de suas casas:

Porém, sobretudo os bailes mascarados do teatro de S. Pedro têm dado neste ano à capital do império uma especialidade que não tem tido até agora. Na verdade, bailes tão esplêndidos, tão concorridos e em lugar tão suntuoso, não se veem mais do que nas primeiras capitais da Europa. [...] concorreram a ela - à casa teatral de S. Pedro - pessoas distintas de ambos os sexos; os camarotes estavam cheios, e sobre o tablado se deslizam mil lindos pezinhos de belas fluminenses e estrangeiras pela primeira vez nos anais do Rio de Janeiro. Este é sem dúvida um outro passo na sociabilidade brasileira, exceto para os que não pensam como J. J. Rousseau que nas reuniões públicas é onde mais se depuram os costumes e se ostenta o brilhantismo social.⁵⁶

Os bailes de mascarados, assim, seriam ocasiões em que a educação e os bons comportamentos deveriam sobressair. Para que isso ocorresse, ou seja, para que estes momentos de sociabilidade se desenvolvessem de maneira *adequada*, os homens de cultura imprimiram em seus jornais e revistas prescrições sobre a conduta que deveria ser seguida por seus leitores. Em 1861, *A Marmota* ensinava:

O máscara deve fazer-se agradável àquele com quem tratar. Dizem que a graça do máscara consiste na intriga, mas convém atender que não é a intriga desagradável e ofensiva: é a intriga deleitável e chistosa. O máscara que entrar num camarote onde estiver uma família honesta, depois de ter se divertido com ela, ao retirar-se, pede a cortesia e a boa educação que lhe dê a agradável surpresa de tirar a máscara e certificá-la que foi um bom amigo que os divertiu, e não um sujeito ordinário, que foi abusar da sua paciência e do seu recato. A novidade induz um chefe de família a levar ali sua esposa e suas filhas porque estas lhe pedem; e convém que nem o marido venha ofendido na sua honra, nem a consorte na sua honestidade, nem as filhas

⁵⁴ BOCAIÚVA, Quintino. “Estudos Críticos e Literários; Lance d’Olhos sobre a Comédia e sua Crítica”. Rio de Janeiro: Tip. Nacional, 1858. In: FARIA, João Roberto. **Ideias Teatrais: o século XIX no Brasil**. São Paulo: Perspectiva/FAPESP, 2001, p. 449.

⁵⁵ FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. **Literatura e sociedade no Rio de Janeiro oitocentista**, p. 151.

⁵⁶ **A Nova Minerva**: periódico dedicado às sciencias, artes, litteratura e costumes, Rio de Janeiro, n. 17, tomo 1, abril de 1846, p. 7.

no seu pudor. O máscara, pois, que se quiser retirar de um camarote sem se descobrir à família com quem se divertiu, abusa: por isso deve ser detido pela autoridade, e na falta desta, por quem o puder deter, devesse-lhe arrancar a máscara e bani-lo do baile. O mesmo se fará numa casa de família.

[...]

A máscara é inviolável; porém a reputação de um indivíduo ou de uma família é sagrada. O máscara que quiser ser respeitado deve primeiro saber respeitar as pessoas com quem trata: depois de divertir-se, mostre-se.⁵⁷

Este era o comportamento esperado dos homens nos bailes de carnaval realizados nos teatros. Ainda assim, havia sempre o risco de que nem todos seguissem as regras de boa conduta sugeridas pelo periódico, que advertia:

E quem faz isso é o indivíduo sem posição, sem relações de qualidade nenhuma, que se quer entreter e não tem com quem e quer mostrar-se e não tem a quem.

Convém que todos se divirtam; todos devem tomar igual parte nas festas que os tempos e as inovações trazem; porém, é preciso que seja com moderação e respeito recíproco.

[...] melhorremo-la - a festa de carnaval nos teatros - o mais possível para que se faça dela uma ocasião de recreio aprazível, em vez de um objeto de desavenças desagradáveis.⁵⁸

Além dos bailes de carnaval, os periódicos preocupavam-se com os bailes dançantes, realizados com maior frequência na cidade. Estes representavam importantes momentos de convívio social, a ponto de alguns estabelecimentos de ensino, como o Colégio Pedro II, principal escola frequentada pelas elites, começarem a oferecer aulas de dança aos alunos.⁵⁹ Contudo, sob os olhares das *famílias distintas* do Rio de Janeiro, não bastava que o homem soubesse dançar para marcar positivamente sua presença nos bailes. A *Marmota Fluminense*, no ano de 1855, apontou os requisitos básicos para o bom comportamento masculino nestas ocasiões:

Um *cavalheiro* em qualquer baile deve ter muito cuidado em não tirar sempre a mesma senhora para dançar mais de duas vezes, ainda que ela seja a mais bonita, a mais rica ou elegantemente vestida e tenha dado mostras de o estimar. Bem sabemos que há senhoras que parecem mais agradáveis do que outras; mas esta espécie de preferência não se deve nunca dar a conhecer; ela faz notar as pessoas que são objetos desta distinção, e nada fica tão mal como isto a uma senhora casada ou solteira.

Quando um *cavalheiro* oferecer a mão à uma *dama*, ou seja, para dançar ou em qualquer outra ocasião, nunca oferecerá a palma da mão, mas sim as

⁵⁷ **A Marmota**: folha popular, Rio de Janeiro, n. 1237, 8 de fevereiro de 1861, p. 3.

⁵⁸ **A Marmota**, Rio de Janeiro, n. 1237, 8 de fevereiro de 1861, p. 3.

⁵⁹ MELO, Victor Andrade de. "Novas performances públicas masculinas: o esporte, a ginástica, a educação física (século XIX)". In: PRIORE, Mary Del; AMANTINO, Marcia (Orgs.). **História dos Homens no Brasil**, p. 125.

costas; porque a mão de uma senhora não deve assentar na de um homem, e sim repousar sobre ela.

O periódico continuava:

Logo que se tenha acompanhado no seu lugar a senhora com quem se tenha dançado, deve-se fazer-lhe uma cortesia e dizer-se lhe: - Agradeço à V. Exa. a honra que me fez; acrescentando-se logo a isto: - Quer V. E. servir-se de alguma coisa? A resposta da *dama* regula o que deve fazer o *cavalheiro*. Se a senhora nada quiser, e não for conhecida, deve este retirar-se.

Pode um cavalheiro ficar junto de uma dama, mas é preciso que tenha com ela intimidade, então lhe será permitido conversar, mas de modo que não dê escândalo, pondo-se de maneira que com seu corpo não esconda a pessoa a quem se dirige; porque, se assim o fizer, deixa a dama de ser vista, e as senhoras não perdoam isto, e muito menos se, por não serem vistas, deixam de ser tiradas para a dança ou para algum passeio recreativo.

O cavalheiro nunca deve valsar sem luvas brancas, e tenha sempre muito cuidado em segurar a senhora sempre pela cintura, mas de modo e com tal delicadeza que não amarrote o franzido, as fitas ou qualquer outro enfeite do vestido. Chegar uma dama muito ao peito não é de um bom cavalheiro; e certo toda a senhora delicada deve fugir disto, por muitos motivos; sendo evidente que um homem fino e bem-educado se abstém, em tudo e por tudo, de unir ao seu o corpo de uma dama, em público, menos ainda se lhe consagra afeição, por muito que deseje mostrar o apreço em que a tem.⁶⁰

Era função masculina zelar pela honra das mulheres. Se os espaços como os camarotes dos teatros e os salões de bailes colocavam em contato homens e mulheres, ainda que os resguardando do restante da população, a convivência entre os sexos segundo as normas do *bom-tom* reforçava a atitude masculina de preservar as mulheres. Resguardá-las, portanto, era tanto evitar as condutas impróprias por parte das próprias elites quanto afastar as damas dos chamados *desordeiros* que frequentavam os eventos realizados nas vias públicas, os quais se encontravam sob os cuidados da polícia.⁶¹

No entanto, nem sempre era possível protegê-las completamente. Durante o século XIX, o Passeio Público foi palco de apresentação de concertos musicais que atraíam “uma multidão de pessoas de ambos os sexos [que] aí se cruzavam passeando”; pelo apreço que os concertos tinham na sociedade de então, tratava-se de uma ocasião em que era possível perceber “o riso e o prazer, que inspira a música, desenhados em seus semblantes”.⁶² Nas apresentações no Passeio Público, em que se executavam “belos pedaços das nossas mais modernas sinfonias”, era comum que “de todos os lados apareciam moços, elegantemente vestidos, dirigindo-se para

⁶⁰ **Marmota Fluminense**: jornal de modas e variedades, Rio de Janeiro, n. 607, 5 de agosto de 1855, p. 1.

⁶¹ ALENCASTRO, Luiz Felipe de. “Vida privada e ordem privada no Império”. In: NOVAIS, Fernando (Coord.); _____ (Org.). **História da vida privada no Brasil**, p. 53.

⁶² **A Borboleta**: periodico miscelanico, Rio de Janeiro, n. 1, vol. 1, 15 de agosto de 1844, p. 7.

este deleitoso lugar; enfim, era uma brilhante reunião, que esperava ansiosa pela música”.⁶³ Malgrado a presença da *boa sociedade*, os homens de imprensa alertavam para um *abuso* que era ali cometido. Em 1844, *A Borboleta* destacava:

Outra reflexão faremos sobre objeto de não menos ponderação. Falamos da entrada de pessoas indecentemente trajadas e de escravos. Isto é escandaloso! Ergueríamos, pois, a nossa voz, e bradaríamos a quem está incumbido da polícia desse lugar: Senhores, tende mais alguma consideração para com essas famílias que aí vão passear; não consintas aí pessoas para quem não há palavras, por menos decentes que sejam, que não devam ser proferidas em alta voz; cujas conversas pouco têm de moral e menos de honestas. Se estas nossas palavras pudessem ser ouvidas e merecessem alguma consideração, por muito felizes nos daríamos. E nem se diga que só entram escravos em companhia de seus senhores ou crianças. Não, nós os temos visto em magotes, sozinhos. Haja, pois, vigilância, boa vontade, para esse crescido número de famílias honestas que aí vão passar as tardes aos domingos, que o Passeio Público será digno da Capital do Império do Brasil.

O jornal ainda reforçava:

Não podemos deixar de insistir no nosso reparo ao abuso de se franquear a entrada daquele lugar a negros; ainda quando fossem em companhia de seus senhores moços; e quanto pior indo eles sós e de sucia, ocasionando distúrbios. Ora, devemos notar que assim como a concorrência de famílias tem ido em progresso, a ponto tal que desta última vez acanhadíssimo era o terraço e minguados os assentos, assim também tem progredido o abuso de que falamos.⁶⁴

A presença dos escravos colocava em risco a moralidade das famílias *honestas*. Seja no Passeio Público, nas corridas ou nos teatros, a presença de negros entre os espectadores, ainda que acompanhando seus senhores, era considerada uma afronta aos *bons costumes* e à moral.⁶⁵ Era necessário defender a família de influências tão prejudiciais. Além da tentativa de separar-se dos *desordeiros* concentrando as famílias de elite nas galerias e camarotes, outro mecanismo utilizado foi a valorização de determinados espaços domésticos, como salões de festas e salas de jantares, os quais se abriam apenas aos convidados. Estes locais intermediários entre o isolamento familiar proporcionado pela casa e a convivência coletiva proposta pela rua

⁶³ *A Borboleta*, Rio de Janeiro, n. 2, vol. 1, 25 de agosto de 1844, p. 26.

⁶⁴ *A Borboleta*, Rio de Janeiro, n. 4, vol. 1, 15 de setembro de 1844, p. 60-61

⁶⁵ SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Cultura e sociedade no Rio de Janeiro: 1808-1821*. São Paulo: Ed. Nacional, 1978, p. 71.

passaram a cumprir ao menos duas funções: ampliavam a vida social no Rio de Janeiro ao mesmo tempo que resguardavam a *boa sociedade* dos estratos indesejados da população.⁶⁶

Não foram somente os espaços públicos que atraíram a atenção das elites do Rio de Janeiro durante o século XIX. Se a rua adquiriu gradualmente novos significados ao se urbanizar, significados que modificaram sua relação com a população, o interior dos lares também sofreu transformações expressivas, responsáveis por suscitar novos padrões de sociabilidade. Tais padrões diziam respeito tanto ao convívio estritamente familiar entre o casal e seus filhos, como veremos mais adiante, quanto às relações com outros membros equivalentes da sociedade. Do mesmo modo que era de suma importância que os homens soubessem se comportar dentro de certas normas nos locais públicos, o mesmo aconteceu em relação aos momentos mais reservados, que tiveram seus pactos sensivelmente transformados. Nas reuniões privadas, como os jantares que passaram a ser oferecidos nas residências, os homens tinham a oportunidade de demonstrar que detinham os atributos necessários da *boa educação* e da *civilidade*.⁶⁷

O jantar deixou de ser um simples momento de satisfação das necessidades básicas para se tornar um verdadeiro ato social e político construído por meio de inúmeros rituais.⁶⁸ Entre estes rituais, encontra-se a valorização do prazer atribuído ao ato de comer, incluindo-se aí os conhecimentos e práticas relacionados à escolha do tipo de alimento, à maneira de prepará-lo e ao modo de comê-lo; em suma, à valorização da gastronomia, considerada capaz de indicar “da forma mais positiva o estado de civilização de cada sociedade, chegando até a constituir o só meio de conhecer evidentemente o grau de ilustração de um povo”.⁶⁹ Como destacou a *Revista Popular*, em 1861, passaram a ser apreciados os

[...] prazeres delicados da mesa, que são inquestionavelmente não só os mais inocentes, mas também os mais úteis e proveitosos ao indivíduo e à sociedade.

⁶⁶ D’INCÃO, Maria Ângela. “Mulher e família burguesa”. In: PRIORE, Mary Del (Org.). **História das mulheres no Brasil**, p. 228.

⁶⁷ O jantar da família do início do século XIX era marcado por traços tipicamente coloniais, que somente com o decorrer do século seriam modificados. De acordo com Jurandir Freire Costa, a “refeição mostrava a carência de utensílios de mesa e o desconforto interno das casas, mas sobretudo a inexistência dos chamados padrões de civilidade que caracterizarão a família urbanizada de elite. O momento da alimentação visava quase exclusivamente a satisfazer a demanda de nutrição. Sua função não se duplicava da dimensão de estreitamento das relações afetivas, coerção educativa e regulação recíproca de condutas. O grupo familiar não havia desenvolvido o sentimento moderno de intimidade que se caracteriza, justamente, pela valorização do convívio exclusivo entre pais e filhos”. COSTA, Jurandir Freire. **Ordem médica e norma familiar**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2004, p. 90.

⁶⁸ SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **Vida privada e cotidiano no Brasil na época de D. Maria I e D. João VI**. Editorial Estampa, 1993, p. 225.

⁶⁹ **Revista Popular**: noticiosa, científica, industrial, histórica, literária, artística, biográfica, anecdótica, musical, etc., etc., Rio de Janeiro, tomo 11, ano 3, julho a setembro de 1861, p. 143.

Se muita gente afeta desprezá-los é porque lhes não sabe medir o alcance, nem aquilatar a influência benéfica sobre a economia política, sobre as relações internacionais, sobre as artes e os ofícios, sobre a sociabilidade, sobre a felicidade conjugal e, por conseguinte, sobre a moral pública.⁷⁰

Mais uma vez, a França era a referência, considerada o alto padrão da gastronomia mundial. Na segunda metade do Oitocentos, inclusive, os jornais exaltavam os “mais apurados requintes da cozinha francesa, já quase naturalizada nesta boa cidade, pelo menos nas casas ditas de tratamento”.⁷¹ Ainda de acordo com a *Revista Popular*:

Se a França se acha à frente da Europa e do mundo, é por ser a mais atilada, a mais hábil, a mais inventiva na gastronomia, é por ser a que mais longe tem levado e melhor aperfeiçoado esta arte tão difícil e preciosa. [...] Quem quiser comer bem, comer artística e civilizadamente, há de recorrer à França. É necessária a mão de um desses cozinheiros civilizadores, que hoje em dia firmam com tanto brilho a superioridade da nação francesa sobre todas as outras.⁷²

A partir de 1808, com o grande afluxo de estrangeiros que desembarcaram no Brasil, o Rio de Janeiro passou a contar com uma série destes “cozinheiros civilizadores” contratados para preparar jantares e banquetes nas residências das famílias de elite.⁷³ Mas os jantares deveriam sempre contar com a supervisão dos donos da casa, uma vez que “receber pessoas em casa e não velar pessoalmente sobre o jantar que se lhes prepara é mostrar-se indigno de ter amigos”. Isso porque acima de tudo as regras das boas maneiras postulavam que “convidar alguém é encarregar-se do seu bem-estar enquanto se demora debaixo das nossas telhas”.⁷⁴ Mas as normas de conduta não diziam respeito apenas aos anfitriões. Os convidados deveriam cumprir seus papéis, como não se atrasar para as reuniões, pois isso implicaria desarranjo do bom andamento do encontro, já que “esperar demais por um conviva que não aparece é faltar às atenções devidas aos presentes”.⁷⁵

Nos jantares e banquetes nas residências, passa a ser valorizada a presença de homens apreciadores da arte de bem comer, os *gastrônomos*. Isso porque, como destacou o jornal *A*

⁷⁰ *Revista Popular*, Rio de Janeiro, tomo 10, ano 3, abril a junho de 1861, p. 225.

⁷¹ *Revista Popular*, Rio de Janeiro, tomo 12, ano 3, outubro a dezembro de 1861, p. 69-70.

⁷² *Revista Popular*, Rio de Janeiro, tomo 11, ano 3, julho a setembro de 1861, p. 143.

⁷³ SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **Vida privada e cotidiano no Brasil na época de D. Maria I e D. João VI**, p. 224.

⁷⁴ *Revista Popular*, Rio de Janeiro, tomo 10, ano 3, abril a junho de 1861, p. 228-229.

⁷⁵ *Revista Popular*, Rio de Janeiro, tomo 10, ano 3, abril a junho de 1861, p. 228.

Abelha, sem o gosto pelos prazeres gastronômicos, nem “o maior homem não podia ser completo”.⁷⁶ Em 1861, a *Revista Popular* complementou:

A gastronomia é a arte de comer digna e honrosamente como homem de bom gosto, espírito e juízo. O guloso e a gulodice são o pecador e o pecado na sua fealdade. Gastrônomo é o título purificado do guloso, cujo extremo oposto, vergonhoso extremo, forma o glutão. O comilão nasce, o gastrônomo faz-se; mas é preciso que a natureza haja recebido as disposições felizes.

O gastrônomo ilustrado sabe regular a vida, descansando e fortificando alternadamente o corpo e o espírito com produtos de química culinária profundamente meditados, a que a higiene preside sempre. [...] O seu apetite conhece limites, e nunca jamais ele se tornará réu de uma indigestão vergonhosa. Se a conversação dos convivas se anima ao tinir dos copos, se ela toma subitamente fogo, brilho e vivacidade, estejam certos que há na companhia um verdadeiro gastrônomo.⁷⁷

Mas o que era, afinal, “comer digna e honrosamente como homem de bom gosto, espírito e juízo”? A *Revista Popular*, que publicou uma série de artigos sobre a *arte de bem comer*, detalhou as regras da gastronomia:

É, pois, quando no momento de engolir o bocado, quando ele passando por baixo da fossa nasal faz sentir o seu perfume, que se lhe toma todo o gosto, e é por isso que os que conhecem os princípios da ciência, os que sabem comer e beber, o fazem não com a precipitação dos animais, mas pouco a pouco, devagar, aos traguinhos e saboreando. Arremessa-se de uma assentada ao estômago um copo de mistura salina, mas o bebedor inteligente não vaza de uma vez no esôfago o mais pequeno cálix de vinho generoso, mas sorve-o gole a gole, sabendo que cada trago, por mais pequeno que seja, lhe causa o mesmo prazer que o mais alentado copázio de supetão despejado.⁷⁸

Chegando-se ao final da refeição, outras normas deveriam ser seguidas para que fosse mantida a boa educação à mesa:

Na casa em que se capricha de costumes mais delicados, aparecem no fim da sobremesa criados que distribuem aos convivas taças cheias de água fria, no meio das quais vem um copinho com água morna. Então, à vista uns dos outros, mergulham-se os dedos na água fria, fingindo lavá-los, e enche-se a boca com água morna, gorgolejando com ruído e vomitando-a depois na taça. Não sou eu o único que tem se levantado contra esta inovação tão inútil, como indecente e nauseosa.

Inútil, porque ninguém que saiba comer tem a boca suja no fim do jantar: limpam-na já as frutas, já os últimos cálices de vinho que se bebem à

⁷⁶ **A Abelha**: semanario científico, industrial e litterario, Rio de Janeiro, n. 16, ano 1, 30 de junho de 1856, p. 9.

⁷⁷ **Revista Popular**, Rio de Janeiro, tomo 11, ano 3, julho a setembro de 1861, p. 142.

⁷⁸ **Revista Popular**, Rio de Janeiro, tomo 10, ano 3, abril a junho de 1861, p. 285.

sobremesa. Quanto às mãos, não nos devemos servir delas de modo que as sujemos e, ademais, não tem cada um seu guardanapo para limpar-se?
Indecente, porque é princípio geralmente reconhecido que toda a ablução se deve ocultar no segredo dos quartos.
Nauseosa, sobretudo porque não deve o que uma vez entrou pela boca tornar a aparecer às vistas de ninguém.
 Tal é a posição ridícula em que nos veio pôr uma afetação de asseio pretencioso, que não está nem nos nossos gostos, nem nos nossos hábitos.⁷⁹

A nova sociabilidade masculina que ganhou forma no Rio de Janeiro oitocentista caracterizou-se não só pela intensificação do contato dos homens com os espaços públicos, mas também pela valorização de seu papel no espaço doméstico, em que atuavam como anfitriões dos jantares e reuniões que ocorriam em suas moradas. Dentro de casa ou na rua, coube aos homens exibir seus atributos civilizados, no esforço contínuo de demarcar os limites entre a *boa sociedade* - à qual julgavam pertencer - e o restante dela. Além disso, era preciso se apresentar de modo *adequado* diante do sexo oposto, uma vez que o casamento passava por um processo de transformação, cujo epicentro era o amor romântico. Como aconselhado às mulheres pela *Marmota Fluminense*, em 1854, a escolha do pretendente com quem deveriam contrair matrimônio deveria ser pautada pelas seguintes condições: “Assegura-se que o moço é de bom gosto: ama os bailes, os teatros, os passeios, os banquetes, as corridas, as viagens, e em tudo desejará ser acompanhado pela sua costela”.⁸⁰ Esses eram alguns dos traços do homem *civilizado*, de *bom gosto*. Mas não só. A moda masculina também acompanhou a nova situação social dos senhores do Rio de Janeiro, que abandonaram seus antigos trajes coloniais e adotaram uma vestimenta tipicamente inglesa.

3.3 Da moda

A partir de 1808, a maneira de se vestir modificou-se no Rio de Janeiro. Com a chegada da família real portuguesa, a vida social tornou-se cada vez mais movimentada na cidade: as famílias de elite intensificaram seu contato com a rua ao comparecer com maior frequência aos bailes, aos espetáculos de teatro, às corridas e aos demais espaços de sociabilidade que eram regularmente inaugurados. Nas ocasiões em que saíam a público, os senhores pertencentes à *boa sociedade* tinham a oportunidade de ostentar o mais *digno* figurino “inglesado” que suas posses pudessem comprar: fraques, cartolas, bengalas e camisas de seda.⁸¹ Isso porque, no

⁷⁹ **Revista Popular**, Rio de Janeiro, tomo 11, ano 3, julho a setembro de 1861, p. 44.

⁸⁰ **Marmota Fluminense**, Rio de Janeiro, n. 514, 17 de outubro de 1854, p. 1.

⁸¹ RASPANTI, Márcia Pinna. “O que ‘eles’ vestem: moda, vaidade e masculinidade no Brasil”. In: PRIORE, Mary Del; AMANTINO, Marcia (Orgs.). **História dos Homens no Brasil**. São Paulo: Editora Unesp, 2013, p. 192.

Brasil, ao longo do século XIX, enquanto a moda feminina era ditada pela França, a indumentária masculina tinha como maior referência a Inglaterra. No Rio de Janeiro, os comerciantes ingleses vendiam artigos para os homens principalmente nas ruas Direita e da Alfândega, enquanto que os franceses traziam ao País as novidades femininas expondo-as na rua do Ouvidor.⁸²

Com a abertura dos portos, uma série de produtos importados passou a chegar com maior facilidade ao Rio de Janeiro. A cidade foi invadida por tecidos, roupas, calçados, chapéus, luvas e um sem número de acessórios que foram empregados na indumentária da população, trajas que se europeizaram em relação ao período colonial.⁸³ Para os homens, além de roupas já prontas, encontrava-se à venda uma série de tecidos, como casimira, seda, cetim, lãs, pelicas, veludos, rendas e algodões, bem como meias, lenços, luvas, casacas, chapéus, coletes, gravatas e jaquetas.⁸⁴

Até 1808, os trajas masculinos de elite caracterizavam-se pela ostentação e pelo luxo excessivo, assim como os das senhoras. Como destacou o inglês Aeneas Anderson, que esteve no Rio de Janeiro em 1792, “os habitantes do Rio de Janeiro são muito ostentatórios no vestir. Quase todas as pessoas de distinção julgam que a espada é um complemento natural de sua imagem pública”.⁸⁵ Seu companheiro de viagem, John Barrow,⁸⁶ também apontou que “os homens ricos, quando vão às ruas, [...] quase nunca saem sem sua bengala e seu chapéu, e não dispensam um par de enormes brincos de ouro ou de prata colocados sobre os sapatos; tampouco dispensam os diamantes ou topázios”.⁸⁷ Esta foi também a impressão sobre os habitantes do Rio de Janeiro que o navegador francês Pierre Sonnerat registrou em sua narrativa de viagem:⁸⁸

⁸² RASPANTI, Márcia Pinna. “Vestindo o corpo: breve história da indumentária e da moda no Brasil, desde os primórdios da colonização ao final do Império”. In: PRIORE, Mary Del; AMANTINO, Marcia. **História do corpo no Brasil**. São Paulo: Editora Unesp, 2011, p. 214.

⁸³ RASPANTI, Márcia Pinna. “Vestindo o corpo: breve história da indumentária e da moda no Brasil, desde os primórdios da colonização ao final do Império”. In: PRIORE, Mary Del; AMANTINO, Marcia. **História do corpo no Brasil**, p. 209-216.

⁸⁴ RASPANTI, Márcia Pinna. “Vestindo o corpo: breve história da indumentária e da moda no Brasil, desde os primórdios da colonização ao final do Império”. In: PRIORE, Mary Del; AMANTINO, Marcia. **História do corpo no Brasil**, p. 215.

⁸⁵ FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. **Visões do Rio de Janeiro colonial: antologia de textos, 1531-1800**. Rio de Janeiro: EdUERJ/J. Olympio, 1999, p. 229.

⁸⁶ Ambos os ingleses integravam a comitiva de Lorde George Macartney, que se dirigia à China em missão diplomática.

⁸⁷ FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. **Visões do Rio de Janeiro colonial**, p. 223.

⁸⁸ A descrição do Rio de Janeiro na relação de viagem do francês Pierre Sonnerat, que jamais teria conhecido a cidade, é fruto da inclusão entre seus escritos - na segunda edição de sua obra, publicada em 1806 - de um relato produzido por um autor anônimo que visitou a cidade fluminense em 1748.

[...] uma espada e uma roupa elegante seduzem-nos enormemente e a aparência é tudo que consideram ao avaliar a importância de alguém. Tais puerilidades fazem com que adotem uma postura grave e inabalável. A bengala, marca de distinção muito utilizada por portugueses e espanhóis no Brasil, quando vem acompanhada de um castão de ouro, é motivo de grande orgulho para o proprietário. Poucos, porém, têm o privilégio de tê-las com tal adereço. As bengalas com castão de prata são reservadas às autoridades. Os habitantes comuns que querem satisfazer a sua vaidade aos olhos do povo, na impossibilidade de utilizar o castão de prata, escondem a sua inferioridade exagerando no brilho de suas roupas e das roupas de seus acompanhantes. Para tal, são capazes de fazer qualquer sacrifício. Casos há em que a pessoa, depois de transitar entre o povo vestida ricamente e protegida por um guarda-sol carregado por escravos negros igualmente bem trajados, dirige-se para casa ao meio-dia e, escondida da vista de todos, toma uma refeição composta de pão de mandioca, peixe seco e frutas. Em suma, esses mártires da ostentação isolam-se e contentam-se com migalhas no entediante abrigo doméstico, para poderem, do lado de fora, contribuir com a falsa pompa de sua nação.⁸⁹

Durante o período colonial, o luxo fazia parte do cotidiano da população que saía às ruas. Nas poucas ocasiões em que deixavam suas casas, fosse para cumprir as obrigações religiosas, fosse para ir à casa de ópera, homens e mulheres se preocupavam enormemente com os trajes e acessórios com que seriam vistos, uma vez que as roupas tinham como uma de suas funções demarcar o poder e a posição social de quem vestiam.⁹⁰ As joias, por isso mesmo, eram um adorno mais do que indispensável para demonstrar a riqueza e o prestígio; as tipicamente masculinas eram as fivelas, os espadins com seus ganchos de prata, as bengalas com castão e ponteira de ouro ou de prata, os relógios, em suma, joias feitas de ouro, de prata ou contendo alguma pedra preciosa, como diamantes e topázios.⁹¹ A vestimenta do homem colonial caracterizava-se pelo excesso, semelhantemente ao que ocorria com suas mulheres; em uma palavra: marcava-se pela superornamentação.⁹²

Sair às ruas constituía um longo ritual para as elites, ritual marcado pela necessidade de afirmação de seu *status* social, em que se incluía a escolha das roupas, das joias, dos sapatos e dos demais acessórios que apontassem sua importância na sociedade colonial.⁹³ Além das joias e pedras preciosas, os tecidos eram bastante valorizados, pois os de boa qualidade não eram tão fáceis de ser adquiridos. Importados de Portugal, eram aqui comercializados a preços

⁸⁹ FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. **Outras visões do Rio de Janeiro colonial: antologia de textos (1582-1808)**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2000, p. 215-216.

⁹⁰ RASPANTI, Márcia Pinna. “O que ‘eles’ vestem: moda, vaidade e masculinidade no Brasil”. In: PRIORE, Mary Del; AMANTINO, Marcia (Orgs.). **História dos Homens no Brasil**, p. 186.

⁹¹ SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **Vida privada e cotidiano no Brasil na época de D. Maria I e D. João VI**, p. 233-234.

⁹² FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. **Literatura e sociedade no Rio de Janeiro oitocentista**, p. 31.

⁹³ RASPANTI, Márcia Pinna. “O que ‘eles’ vestem: moda, vaidade e masculinidade no Brasil”. In: PRIORE, Mary Del; AMANTINO, Marcia (Orgs.). **História dos Homens no Brasil**, p. 187-189.

exorbitantes, tanto que era comum encontrá-los, ao lado de terras, escravos e metais preciosos, entre os bens confiscados pela Inquisição.⁹⁴

Com o desembarque da corte portuguesa, entretanto, novos ventos passaram a soprar em direção ao Rio de Janeiro no que se refere à moda masculina. Do mesmo modo que a França era a grande difusora das vestes femininas, a Inglaterra passou a ser a referência para os senhores locais, que compravam tudo o que fosse necessário para montar seus trajes nas ruas Direita e da Alfandega. Para se ter uma ideia, entre os figurinos masculinos descritos nas páginas dos jornais, o *Novo Correio das Modas* apresentava a seus leitores, em 1853, uma vestimenta “imitada fielmente do tipo britânico”.⁹⁵ Três anos depois, o *Diário do Rio de Janeiro* também destacava:

O alfaiate e a modista do Rio de Janeiro não criam modas; imitam as de Paris ou as de Londres, e imitam automaticamente.

Daí resulta que a última moda dessas duas capitais da Europa saída dos pacotes, trazida por eles nas estampas dos figurinos, vem a ser também a última moda do Rio de Janeiro.

[...]

Os alfaiates do Rio de Janeiro, se não abusam tanto da imitação, não deixam, porém, de abusar.

O alfaiate de Paris é um homem que veste à inglesa o mundo inteiro [...]. O nosso segue-lhe na pista.⁹⁶

Na Europa, durante o Setecentos, o referencial da moda masculina migrou de Paris para Londres. Provocando mudanças radicais na alfaiataria, a capital inglesa criou, entre 1780 e 1820, o que ficou conhecido como “corte inglês”, um padrão de caimento da indumentária perfeitamente ajustado ao corpo do homem.⁹⁷ Tal diretriz londrina de corte e confecção dos trajes masculinos alcançou, no século XIX, o *status* de um protótipo do bem vestir, difundindo-se pela Europa e pela América do Norte e chegando, inclusive, ao Brasil. Fruto do movimento

⁹⁴ RASPANTI, Márcia Pinna. “Vestindo o corpo: breve história da indumentária e da moda no Brasil, desde os primórdios da colonização ao final do Império”. In: PRIORE, Mary Del; AMANTINO, Marcia. **História do corpo no Brasil**, p. 192-193.

⁹⁵ **Novo Correio das Modas**, Rio de Janeiro, n. 7, vol. 1, 1853, p. 56.

⁹⁶ **Diário do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, n. 149, ano 36, 29 de maio de 1856, p. 2.

⁹⁷ LEVENTON, Melissa (Org.). **História ilustrada do vestuário**: um estudo da indumentária, do Egito Antigo ao final do século XIX, com ilustrações dos mestres Auguste Racinet e Friedrich Hottenroth. São Paulo: Publifolha, 2013, p. 176.

estético conhecido como dandismo,⁹⁸ que tinha na roupa ajustada ao corpo sua essência,⁹⁹ as vestimentas inglesas adquiriram um rigor e uma simplicidade que foram estendidos a toda a moda masculina do século XIX.¹⁰⁰ Os trajés caracterizavam-se tanto por um corte e um caimento mais precisos e justos quanto pelas cores mais sóbrias, o que acentuaria a elegância (ANEXO 9).¹⁰¹

A partir das modificações introduzidas pelo dandismo, as mudanças na vestimenta dos homens serão, no entanto, bem menos violentas do que a das mulheres, tanto na Europa quanto no Brasil, restringindo-se apenas a detalhes em sua forma e cor. Durante o século XIX, foi o figurino feminino que passou por transformações mais drásticas, como vimos no capítulo anterior. Os trajés masculinos, ao contrário, mantiveram seus principais elementos constitutivos praticamente sem mudanças até a Primeira Guerra Mundial.¹⁰² Em 1852, o *Novo Correio das Modas* promoveu o seguinte diagnóstico acerca da moda masculina: “Este ano a moda dos homens pouco tem variado”.¹⁰³ No Brasil, a moda masculina seguiu a mesma tendência da Inglaterra. A partir do Oitocentos, a indumentária masculina iniciou um processo de simplificação, em que as formas retas das roupas e os poucos adornos empregados para as enfeitar passaram a ressaltar a seriedade e a retidão moral masculina, ajustando-se também a uma nova ética do trabalho ainda em construção.¹⁰⁴

Apesar da gradual adoção de vestimentas mais simples pelos homens do Rio de Janeiro, o início do século ainda assistiu à convivência entre homens que se trajavam à inglesa e outros que ainda se marcavam pela superornamentação, que abusava dos enfeites, dos anéis, do ouro, da prata e das pedras preciosas.¹⁰⁵ Os próprios tecidos eram bem decorados, caso das camisas

⁹⁸ Lorde George Bryan Brummell (1778-1840), George Byron (1788-1824) e Oscar Wilde (1854-1900) foram grandes expoentes desse estilo. De acordo com James Laver, “o dândi era reconhecido não só pelo corte da roupa e pelos calções apertados, mas também pelo apuro do arranjo em seu pescoço. O colarinho da camisa era virado para cima, com as duas pontas projetadas sobre o rosto, firmadas por um lenço em forma de plastron ou *stock*. [...] Grandes quadrados de gaze, musselina ou seda, dobrados até formar uma tira, eram enrolados em volta do pescoço e amarrados em nó ou laço na frente”. LAYER, James. **A roupa e a moda: uma história concisa**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 160.

⁹⁹ LAYER, James. **A roupa e a moda**, p. 158.

¹⁰⁰ BOUCHER, François. **História do vestuário no Ocidente: das origens aos nossos dias**. São Paulo: Cosac Naify, 2012, p. 350.

¹⁰¹ LEVENTON, Melissa (Org.). **História ilustrada do vestuário**, p. 182.

¹⁰² BOUCHER, François. **História do vestuário no Ocidente**, p. 367.

¹⁰³ **Novo Correio das Modas**, Rio de Janeiro, n. 26, vol. 2, 1852, p. 211.

¹⁰⁴ RODRIGUES, Mariana Tavares. **Mancebos e mocinhas**, p. 42-43.

¹⁰⁵ Sobre a “superornamentação do homem de sobrado no Brasil”, Gilberto Freyre apresenta a seguinte afirmação: “Diferenciando-se da mulher por certas ostentações de virilidade agressiva no traje, nas maneiras, no vozeirão ao mesmo tempo de macho e senhor, mas diferenciando-se do escravo pelo excesso quase feminino de ornamentação que caracterizasse sua condição de dono, isto é, de indivíduo de ócio ou de lazer, o homem patriarcal, no Brasil, com a sua barba de mouro e suas mãos finas cheias de anéis, foi uma mistura de agressividade machona e de molície efeminada. No século XIX - século mais de sobrados aburguesados que de casas-grandes ainda fortalezas

que tinham rendas nos punhos, as quais foram gradualmente deixando de ser utilizadas no decorrer do século.¹⁰⁶ Além do contraste entre o colonial e o moderno promovido pelo uso exagerado ou não de adornos, outro aspecto dos tempos coloniais persistiu durante certo tempo no Rio de Janeiro oitocentista: a utilização de roupas bastante informais e o completo desalinho da aparência no interior das residências, costume este também compartilhado com as mulheres. É o que nos contou o comerciante inglês John Luccock, que viveu no Brasil entre 1808 e 1818:

Quando um cavalheiro vai em visita a outro que não seja seu íntimo, deve comparecer todo paramentado, de tricórnio, fivelas nos sapatos e nos joelhos, e de espada ou adaga à ilharga. [...] Antes de entrar a tratar de negócios, se estes constituírem o motivo da visita, repetidas desculpas se apresentam pela maneira singela do visitante ter sido recebido. E, de fato, frequentemente sobram motivos para tais pedidos de escusas, pois que é comum o cavalheiro aparecer com uma barba de vários dias, os cabelos pretos em franco desalinho, embora besuntados de gordura, e sem roupa alguma sobre sua camisa de algodão. É verdade que esse traje é bem feito, ornamentado com trabalhos de agulha, especialmente sobre o peito; mas frequentemente o põem de peito aberto e com as mangas arregaçadas até os ombros.¹⁰⁷

Diz Luccock que, quando saíam às ruas, alguns homens exageravam nos ornamentos, nas joias e no luxo das roupas. Já quando estavam dentro de suas moradas, os senhores não passavam de desleixados: além da barba por fazer e da camisa de algodão aberta no peito, os homens não costumavam usar meias ou usavam-nas caídas, andavam descalços e mantinham a camisa para fora do calção, quando não eram usadas apenas ceroulas.¹⁰⁸ Se nos espaços públicos não era comum ao homem de elite aparecer portando apenas uma camisa, uma vez que seu figurino ainda era composto quase sempre por um colete, um casaco ou outra peça por cima, nas residências não era raro o uso apenas de uma camisa de algodão tanto durante o dia quanto como roupa de dormir.¹⁰⁹

À medida que o século XIX avançou, entretanto, a adoção da vestimenta inglesa se generalizou entre os homens de elite do Rio de Janeiro. Enquanto se reservou à mulher uma indumentária mais rebuscada e, por consequência, geradora de pouca mobilidade, os trajes

rústicas - o aristocrata brasileiro, sem hereges para combater nem quilombolas para destruir, foi menos sexo forte, que sexo nobre”. FREYRE, Gilberto. **Sobrados e mucambos**, p. 216.

¹⁰⁶ ITALIANO, Isabel et al. **Para vestir a cena contemporânea: moldes e moda no Brasil do século XIX**. São Paulo: Estação das Letras e Cores, 2015, p. 152.

¹⁰⁷ LUCCOCK, John. **Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo, 1975, p. 82.

¹⁰⁸ RASPANTI, Márcia Pinna. “O que ‘eles’ vestem: moda, vaidade e masculinidade no Brasil”. In: PRIORE, Mary Del; AMANTINO, Marcia (Orgs.). **História dos Homens no Brasil**, p. 189-190.

¹⁰⁹ ITALIANO, Isabel et al. **Para vestir a cena contemporânea**, p. 146.

masculinos marcaram-se pela sobriedade e simplicidade.¹¹⁰ Seu figurino caracterizou-se pela austeridade, cujas peças principais eram a calça e colete justos, a sobrecasaca comprida, a cartola, a bengala e o relógio de bolso.¹¹¹ As calças eram confeccionadas a partir dos mais diversos tipos de tecidos, mas, em geral, sempre compridas e justas ao corpo: elas substituíram os antigos calções comumente usados nas cortes europeias - os quais deixavam a mostra partes das pernas -, chegando, inclusive, a contar com presilhas que as ajustavam aos sapatos, esticando-as para evitar vincos.¹¹² O *Novo Correio das Modas*, em 1852, apresentou aos seus leitores e leitoras três figurinos “elegantes” dedicados aos homens de *bom-tom*, em que é possível perceber o corte justo da indumentária (ANEXO 10):

A primeira figura da esquerda representa um *toilette* de campo, a do meio um *toilette* de passeio e a terceira, de montar a cavalo. A primeira usa um chapéu de *feltre*, gravata de cor, sobrecasaca, ou antes *twin*, com quatro botões apenas, calça justa de largos xadrezes. A outra, sobrecasaca de pano azul, chapéu de castor, calça de caxemira de uma só cor e gravata escura. A última, *fraque*, com algibeira no peito, gravata de fantasia e calça de pequenos quadrados. Luvras cor de palha e chapéu também de castor.¹¹³

As vestes masculinas, gradativamente, tornaram-se menos carregadas por ornamentos e bordados, adotando feições mais sérias, retas e discretas, que condiziam com o novo padrão de elegância que se impunha: o excesso de ornamentos e de luxo circunscreveu-se ao mundo feminino (ANEXO 11). As joias tiveram seu uso moderado, restringindo-se ao alfinete de gravata, o anel, o relógio de bolso e o apetrecho para fumo em prata, com algumas pedras preciosas.¹¹⁴ O *Jornal das Senhoras*, em 1853, alertava que alguns homens, “querendo *pôr-se no rigor*, trazem botões de pedras no peito da camisa de manhã, abotoam os calções com botões de ouro e penduram as lunetas faustosas em grilhões”, o que contrariava as mais recentes

¹¹⁰ XIMENES, Maria Alice. **Moda e arte na reinvenção do corpo feminino do século XIX**. São Paulo: Estação das Letras e Cores/Rio de Janeiro: Editora Senac Rio, 2011, p. 26.

¹¹¹ Como aponta Márcia Pinna Raspanti, “Os homens vestiam casacas compridas ou sobrecasacas, calças de vinco, coletes, camisas brancas, relógios de bolso com vistosas correntes, bengalas, luvas, lenços e gravatas de seda. As cores eram escuras e sóbrias. Os tecidos podiam ser linho, flanela, feltro, alpaca ou lã fina. Os chapéus altos de feltro e as cartolas também eram indispensáveis para sair às ruas, bem como sapatos escuros ou botas muito lustrosas, de preferência, tudo comprado dos elegantes comerciantes ingleses. Cabelos curtos, barbas e bigodes eram cuidados com esmero”. RASPANTI, Márcia Pinna. “Vestindo o corpo: breve história da indumentária e da moda no Brasil, desde os primórdios da colonização ao final do Império”. In: PRIORE, Mary Del; AMANTINO, Marcia. **História do corpo no Brasil**, p. 219-220.

¹¹² RODRIGUES, Mariana Tavares. **Mancebos e mocinhas**, p. 62-63.

¹¹³ **Novo Correio das Modas**, Rio de Janeiro, n. 26, vol. 2, 1852, p. 211.

¹¹⁴ RASPANTI, Márcia Pinna. “O que ‘eles’ vestem: moda, vaidade e masculinidade no Brasil”. In: PRIORE, Mary Del; AMANTINO, Marcia (Orgs.). **História dos Homens no Brasil**, p. 197-198.

novidades no mundo da elegância, uma vez que deixavam de seguir o mais fundamental dos axiomas: “O vestuário nunca deve ser luxo”.¹¹⁵

As cores das roupas resumiram-se ao preto e aos tons mais sóbrios, como o cinza e o azul-escuro, que passaram a ser identificados com a respeitabilidade masculina.¹¹⁶ De acordo com *O Jornal das Senhoras*, um “*toilette* de rigor” iniciava-se por “calça e casaca preta”, passando por “peitos e gola estreitos” até chegar ao “chapéu preto de abas menos largas e luvas cinzentas”.¹¹⁷ Mas o figurino masculino à inglesa não estaria completo sem uma gravata e luvas, símbolos de distinção e honra.¹¹⁸ Eis aí, ainda segundo *O Jornal das Senhoras*, “o trajar sério, delicado e de bom gosto”.¹¹⁹ Os cabelos e seus penteados também foram simplificados, prevalecendo o corte à escovinha, em que o cabelo é aparado de modo bem rente, assumindo uma forma quadrada (ANEXO 12).¹²⁰

Apesar do *status* de indumentária elegante, o traje inglês adotado pelos homens no Brasil trouxe consigo alguns inconvenientes, como a inadequação entre o que se vestia e o clima do Rio de Janeiro. Em 1839, a *Revista Médica Fluminense* questionava: “para os homens, a julgar por seus trajes, nós estamos sempre no inverno; para as senhoras, o verão as persegue. Que de males à saúde não vão por aí dum erro tal?” Ainda segundo a *Revista*, o uso de casacas de lã, sobretudos e outros trajes pesados comumente vestidos pelos homens evidenciava que, mais do que por necessidade, os senhores locais encontravam-se “mais agasalhados por hábito”.¹²¹ Se estes tipos de roupas eram mais apropriados ao clima temperado europeu do que ao calor e à umidade dos trópicos, este fato não impediu que as elites deixassem em segundo plano seu conforto em prol do que se considerava a excelência do bem-vestir (ANEXO 13). O *Diário do Rio de Janeiro*, em 1856, destacou a incoerência entre a indumentária inglesa e o clima do Rio de Janeiro, crítica que se estendia, inclusive, às senhoras:

Acontece muitas vezes, por isso, que as estações de cá não são ao mesmo tempo que as de lá, isto é, por isso que quando no Rio de Janeiro é verão, em Paris e Londres é inverno; acontece muitas vezes, repito, que trajamos roupas de frio na força do calor.

Ainda há pouco tempo os nossos janotas, que até por isso devem ser chamados com mais propriedade *leões* ou *dândis*, corriam às ruas da cidade, em rigoroso

¹¹⁵ *O Jornal das Senhoras*, Rio de Janeiro, n. 46, tomo 4, 13 de novembro de 1853, p. 363-364.

¹¹⁶ RODRIGUES, Mariana Tavares. *Mancebos e mocinhas*, p. 87.

¹¹⁷ *O Jornal das Senhoras*, Rio de Janeiro, n. 51, tomo 2, 19 de dezembro de 1852, p. 194.

¹¹⁸ RODRIGUES, Mariana Tavares. *Mancebos e mocinhas*, p. 106.

¹¹⁹ *O Jornal das Senhoras*, Rio de Janeiro, n. 51, tomo 2, 19 de dezembro de 1852, p. 194.

¹²⁰ RASPANTI, Márcia Pinna. “O que ‘eles’ vestem: moda, vaidade e masculinidade no Brasil”. In: PRIORE, Mary Del; AMANTINO, Marcia (Orgs.). *História dos Homens no Brasil*, p. 199.

¹²¹ *Revista Médica Fluminense*: publicada pela Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, n. 4, vol. 5, julho de 1839, p. 131-132.

verão, com as sobrecasacas compridas do meio inverno em Paris, que foram inventadas para suprir os sobretudos leves.

Nas senhoras esse contrassenso revela-se com mais força ainda.

Trata-se de um baile: o vestido de *rigueur* é o de seda; quer seja o baile na estação quente, quer na estação fria, quer seja na cidade, quer no campo.

Como em Paris e em Londres a estação dos bailes é o inverno, os figurinos das modas de baile são desenhados com vestidos de seda.

Entre nós, porém, onde ainda não há essa regularidade, e que os bailes se dão indistintamente no verão e no inverno, as nossas modistas não sabem escolher uma fazenda mais leve e mais apropriada à estação, como há tantas talvez de mais preço e mais luxuosas do que a seda.¹²²

No caso da indumentária masculina, malgrado sua inadequação ao clima tropical, o modelo inglês da roupa que vestiu os cariocas acabou por simplificar e desornamentar significativamente o figurino dos homens pertencentes à *boa sociedade*.¹²³ Mas isso não significa que a indumentária tenha perdido a capacidade de simbolizar o poder e riqueza do indivíduo, tal como ocorria com os trajes superornamentados durante o período colonial. Os sinais de *status* social decorrentes da vestimenta jamais perderam seu valor, tornando-se apenas mais sutis. O ritual que precedia a saída às ruas permaneceu importantíssimo, pois o menor descuido poderia comprometer a elegância dos senhores, arruinando sua imagem.¹²⁴ Vestir-se era um cerimonial diário que visava à elegância do homem para que ele pudesse se exibir perante a sociedade dentro do que se considerava o *bom-tom*. Como apontado n' *O Jornal das Senhoras*, em 1853, “o bruto se cobre, o rico ou tolo se enfeita, o elegante se veste”.¹²⁵

O figurino delimitava com precisão o universo de pertencimento de cada indivíduo na sociedade carioca. O *Diário do Rio de Janeiro* é categórico:

Primeiramente, a sua importância provém da importância que tem o vestuário em toda a parte.

O hábito não faz o monge, diz o adágio; este adágio, porém, é inexato.

O vestuário distingue o homem da mulher, o rico do pobre, o turco do russo, o janota do ratão, o militar do magistrado, o diplomata do homem de casaca, etc.

[...]

¹²² *Diário do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, n. 149, ano 36, 29 de maio de 1856, p. 2.

¹²³ A simplificação do traje de elite teve ainda outra consequência: como afirma Márcia Pinna Raspanti, “para os mais pobres, a situação, contudo, ficou um pouco mais confortável, já que era mais fácil imitar as roupas da moda em tecidos mais simples e baratos”. RASPANTI, Márcia Pinna. “O que ‘eles’ vestem: moda, vaidade e masculinidade no Brasil”. In: PRIORE, Mary Del; AMANTINO, Marcia (Orgs.). **História dos Homens no Brasil**, p. 201.

¹²⁴ RASPANTI, Márcia Pinna. “O que ‘eles’ vestem: moda, vaidade e masculinidade no Brasil”. In: PRIORE, Mary Del; AMANTINO, Marcia (Orgs.). **História dos Homens no Brasil**, p. 198-201.

¹²⁵ *O Jornal das Senhoras*, Rio de Janeiro, n. 46, tomo 4, 13 de novembro de 1853, p. 363.

Acho, pelo contrário, mais exato do que o tal adágio, em virtude do que tenho expendido, o provérbio de Mornand, que diz: “*Montre-moi ton habit, je te dirai qui tu es*”.¹²⁶

Embora a moda fosse responsável por acentuar a respeitabilidade dos senhores e demarcar seu *status* social, ela não agiu de modo isolado no cumprimento destas tarefas durante o século XX. Ao seu lado, um sem número de novas regras, requisitos e habilidades sociais passaram a ser exigidos dos homens que desejavam pertencer à *boa sociedade*: elegância, discrição, educação, cultura, inteligência, oratória, riqueza, poder, virilidade, boas maneiras, etc.,¹²⁷ novas aptidões sociais que contrastavam com a figura do senhor dos tempos coloniais, que passou a funcionar como sinal negativo do novo modelo de homem que se procurava construir.¹²⁸

Eis os traços gerais do figurino masculino oitocentista: tratava-se de um vestuário que denotava o prestígio, a riqueza e o poder do indivíduo, ainda que de modo bem mais sutil do que o *toilette* das damas, uma vez que a indumentária do homem passou pelo citado processo de simplificação e desornamentação durante o século XIX, consolidando-se com um corte reto, de caimento precisamente ajustado ao corpo e em tecidos de cores sóbrias. Em suma, retirou-se da moda masculina, em benefício do figurino das mulheres, a ornamentação em excesso, a tarefa de ostentar os símbolos do luxo e da frivolidade, acentuando a diferença entre os elementos que deveriam compor os trajes de cada um dos sexos.¹²⁹ Foi justamente a partir de todos estes novos regramentos acerca do bem-vestir que a sociedade oitocentista, além de demarcar os limites entre os sexos, separou os homens *distintos* dos socialmente indesejados.

¹²⁶ Em português: “Mostre-me sua vestimenta, eu te direi quem és”. **Diário do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, n. 149, ano 36, 29 de maio de 1856, p. 2.

¹²⁷ RASPANTI, Márcia Pinna. “O que ‘eles’ vestem: moda, vaidade e masculinidade no Brasil”. In: PRIORE, Mary Del; AMANTINO, Marcia (Orgs.). **História dos Homens no Brasil**, p. 191.

¹²⁸ COSTA, Jurandir Freire. **Ordem médica e norma familiar**, p. 120.

¹²⁹ Com assevera o filósofo francês Gilles Lipovetsky, “A época que engrandeceu a moda é também aquela que, por outro lado, tornou-a “proibida” aos homens: as fantasias serão banidas, os alfaiates para homens jamais se beneficiarão da aura dos grandes costureiros, e nenhuma imprensa especializada será consagrada às modas masculinas. As sociedades modernas cindiram radicalmente o império da moda: a apoteose da moda feminina teve como contrapartida o recalque ou a denegação da moda masculina, simbolizada pelo uso do traje preto e mais tarde pelo terno-gravata. Sem dúvida o dandismo empenhou-se em “espiritualizar a moda”. Sem dúvida as questões masculinas da elegância, do aspecto, da correção serão muitas vezes tratadas. Mas, no essencial, a moda e seu prestígio não dirão respeito mais do que ao universo feminino. Se a era moderna dissolveu a divisão existente entre a arte nobre e a moda, paradoxalmente acentuou como nunca a divisão do parecer masculino e feminino, engendrou uma desigualdade ostensiva na aparência dos sexos e em sua relação com a sedução”. LIPOVESTKY, Gilles. **O império do efêmero: a moda e seu destino nas sociedades modernas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p. 105.

3.4 Da saúde e da higiene

Durante o século XIX, foi crescente a preocupação com a saúde dos habitantes do Rio de Janeiro. Inúmeros foram os elementos cotidianos que passaram a ser alvo de medidas higiênicas por parte das autoridades e de médicos que atuavam na cidade. Com a publicação dos mais diversos periódicos, entre os quais os editados por físicos e cirurgiões, foram indicadas maneiras de cuidar do corpo com o “uso diário dos meios de limpeza e asseio, que tão grande influência exercem sobre a saúde”.¹³⁰ Nesse sentido, os trajes foram incorporados aos cuidados higiênicos: o uso de roupas limpas era, de um lado, indicado para prevenir as enfermidades e contribuir para o restabelecimento dos doentes e, de outro lado, indicativo da virtude e da boa educação dos indivíduos. No primeiro caso, em 23 de fevereiro de 1850, ano em que o Rio de Janeiro foi acometido por um surto de febre amarela, o *Correio Mercantil* ressaltou que, para uma melhor recuperação do enfermo, “em toda a febre importa muito que o doente respire ar livre de impuridade e que vista roupa limpa”.¹³¹ No segundo caso, ou seja, como demonstrativo de *status* social, os *Annaes Brasilienses de Medicina*, em 1874, apontaram que “a roupa limpa e cheirosa nunca deslustrou nenhum homem bem-educado”.¹³²

No caso dos cuidados com a indumentária masculina, tomemos o exemplo da gravata, peça fundamental da vestimenta formal e elegante do homem oitocentista. Elemento basilar para a composição de uma imagem de distinção, a gravata, quando usada limpa, demonstrava não só a higiene pessoal, mas a riqueza e poder do indivíduo e de sua família, uma vez que pressupunha todo um conjunto de lavadeiras e engomadeiras responsáveis por este asseio; a gravata limpa era, portanto, um símbolo das virtudes dos senhores.¹³³ O *Diário do Rio de Janeiro*, a propósito, ao analisar certos acontecimentos das disputas políticas travadas entre os partidos durante o ano de 1860, ressaltou que “este meio de oposição é mais próprio da canalha, do que de gente que se apregoa de gravata limpa”,¹³⁴ um símbolo da honra e da respeitabilidade masculina.

O asseio com as roupas, contudo, integrou um conjunto bem mais amplo de cuidados higiênicos constituído durante o século XIX, momento em que a ciência médica se consolidou como um saber capaz de regular os mais ínfimos detalhes do cotidiano do indivíduo em prol da

¹³⁰ **A Abelha**, Rio de Janeiro, n. 5, ano 1, 9 de fevereiro de 1856, p. 4

¹³¹ **Correio Mercantil**, Rio de Janeiro, n. 52, ano 7, 23 de fevereiro de 1850, p. 1.

¹³² **Annaes Brasilienses de Medicina**, Rio de Janeiro, n. 10, tomo 25, março de 1874, p. 366.

¹³³ RODRIGUES, Mariana Tavares. **Mancebos e mocinhas**, p. 48-49.

¹³⁴ **Diário do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, n. 201, ano 40, 14 de outubro de 1860, p. 2.

construção de uma vida saudável.¹³⁵ Entre os cuidados higiênicos, a relação entre a saúde e a alimentação foi alvo de uma série de normas reguladoras, ressaltando-se ainda mais a valorização já mencionada da arte de bem comer. Isso porque a ingestão de alimentos e bebidas adequados traria benefícios à vida das pessoas, com aumento de sua longevidade, do mesmo modo que, como destaca a *Revista Medica Fluminense*, “se percorrermos, com escrupulosa atenção, a escala das moléstias crônicas mais frequentes do Rio de Janeiro, acharemos sem custo que a causa mais ordinária delas está nos alimentos de que se faz uso”.¹³⁶ Uma alimentação correta proporcionaria melhor saúde à população. Era o que prometia a *Revista Popular* aos seus leitores:

[...] àqueles que souberem regular, pelos preceitos da ciência, os alimentos destinados a entreter a vida, e cuidar sabiamente da barriga. Honrar seu pai e sua mãe não será, pois, doravante o único meio de viver longo tempo sobre a Terra; igual benefício será partilha dos que honrarem o ventre e o estômago, comendo e bebendo bem, isto é, *secundum artem*.
Ora, que uma boa alimentação é infinitamente superior à outra ruim para a conservação da saúde e prolongação da vida não sofre nem pode sofrer a menor dúvida. A consequência é que, em igual circunstâncias, os gastrônomos vivem mais que os que o não são.¹³⁷

No Brasil, pelo menos desde o século XVIII, o arroz, o feijão e a farinha de mandioca foram a base da alimentação da maioria da população.¹³⁸ O Rio de Janeiro, especificamente, a partir da chegada da corte e da abertura dos portos, foi invadido por uma série de reinóis e de estrangeiros que procuraram manter suas tradições culinárias, o que impulsionou o comércio de produtos alimentícios importados que acabaram chegando também à mesa das elites locais. A europeização dos hábitos alimentares das famílias caracterizou-se pelo consumo de diferentes tipos de pães, como o português, o italiano e o francês, de variados tipos de vinhos, que chegavam do Porto, de Bordeaux, de Provence e de Champanhe, de presuntos ingleses, salames italianos e doces à base de frutas europeias, as quais também eram encontradas emprestando seus sabores às aguardentes.¹³⁹

Malgrado os novos produtos que passaram a fazer parte das refeições, a alimentação no Rio de Janeiro era considerada demasiadamente forte, pesada e estimulante, o que a tornava

¹³⁵ PRIORE, Mary Del. “Magia e medicina na colônia: o corpo feminino”. In: _____. (Org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013, p. 104.

¹³⁶ **Revista Medica Fluminense**, Rio de Janeiro, n. 4, vol. 5, julho de 1839, p. 129.

¹³⁷ **Revista Popular**, Rio de Janeiro, tomo 12, ano 3, outubro a dezembro de 1861, p. 76.

¹³⁸ FREIRE, Dirce de Sá. “Com açúcar, sem afeto”. In: PRIORE, Mary Del; AMANTINO, Marcia. **História do corpo no Brasil**. São Paulo: Editora Unesp, 2011, p. 457.

¹³⁹ SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **Vida privada e cotidiano no Brasil na época de D. Maria I e D. João VI**, p. 223.

inadequada, podendo ocasionar problemas à saúde da população. Em 1839, a *Revista Medica Fluminense* destacou em suas páginas:

[...] nossa alimentação é, pela maior parte ou em geral, toda animal e nimamente estimulante. As carnes, e as mais fibrinosas, o porco e o boi, formam o ordinário e trivial sustento da nossa população: [...] e a tudo fazemos ainda ajuntar o excessivo uso das bebidas estimulantes. O vinho, a aguardente, o café e a pimenta [...]. Ora, esta alimentação forte e estimulante, reconcentrando as forças distraídas para a periferia [do corpo], comanda uma lentidão dos movimentos, uma inaptidão para o trabalho, convidam o sono, a concupiscência, [...] uma digestão imperfeita e, por fim, incômodos mil que se acrescem à proporção que a idade, gastando as molas da vida, lhe dá menos força para a reação. O contrário seria uma alimentação menos forte, como carnes brancas e mais vegetal, se o peixe em vez das carnes, e a água em vez dos espíritos, fizessem a sustentação do povo.¹⁴⁰

Para a melhor conservação da saúde, indicavam-se refeições mais leves, com alto consumo de água e frutas, o que, inclusive, seria mais adequado ao forte calor dos trópicos.¹⁴¹ O mesmo periódico criticava ainda os alimentos pesados e bebidas fortes e estimulantes ingeridos não apenas pelos adultos: “Nossos costumes permitem a uma criança desde um ano de idade o uso das carnes, do café, do chá e até do vinho: os males que daqui provêm se registram nesse mortuário horroroso de todos os dias”.¹⁴² A *Revista* continua:

É, pois, um erro, do qual provém a maior parte das moléstias de um povo, o não apropriar sua alimentação às condições climáticas do país em que vive, e até ao gênero de vida que cada um exerce; e erro imperdoável é para todos os climas e para todas as condições alimentar crianças de carnes fortes, consentir-lhes o uso do café, do chá e muito mais do vinho e pimenta.¹⁴³

Tanto à criança quanto ao adulto, os jornais procuravam indicar “uma alimentação apropriada não só ao clima, mas ainda ao temperamento, predisposições morbosas e gênero de vida”, pois, por meio dela, “muitas moléstias se evitariam e não poucas se corrigiriam”.¹⁴⁴ A *Revista Medica Fluminense* lamentava que “gradual e seguidamente vão nossos erros em alimentos, bebida e vestimenta deteriorando uma saúde já nimamente enfraquecida pelo

¹⁴⁰ *Revista Medica Fluminense*, Rio de Janeiro, n. 2, vol. 5, maio de 1839, p. 42-43.

¹⁴¹ SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **Vida privada e cotidiano no Brasil na época de D. Maria I e D. João VI**, p. 219-220.

¹⁴² *Revista Medica Fluminense*, Rio de Janeiro, n. 2, vol. 5, maio de 1839, p. 43.

¹⁴³ *Revista Medica Fluminense*, Rio de Janeiro, n. 2, vol. 5, maio de 1839, p. 43-44.

¹⁴⁴ *Revista Medica Fluminense*, Rio de Janeiro, n. 4, vol. 5, julho de 1839, p. 129-130.

próprio clima, e assim dispendo-nos para essa infinidade de moléstias agudíssimas que nos afligem de tempos em tempos”.¹⁴⁵

Mas o cuidado com a alimentação não se restringia apenas ao controle das doenças que poderiam ou não acometer a população. Houve também intensificação de uma preocupação estética com o próprio corpo, com sua magreza ou gordura excessivas. Em relação ao corpo magro, dizia-se que ele “sempre é compatível com a saúde”.¹⁴⁶ No entanto, a magreza acentuada poderia ser prejudicial à beleza e ao bem-estar, fazendo-se necessário que suas causas fossem “vantajosamente combatidas pelos meios higiênicos”.¹⁴⁷ Isso porque, como afirmou a *Revista Popular* em 1859, ela provocaria a “ausência total do arredondado das formas, a pele amarelada, os olhos côncavos e lívidos, os joelhos salientes, o nariz afilado, a boca funda, o pescoço longo, deixando aparecer todas as articulações”. Como resultado, continua o periódico, as feições do magro “são ásperas; sua fisionomia é seca e árida, o semblante sem frescura, a boca sem encantos; seus membros parecem pegados a um corpo de que não fazem parte; todos os seus movimentos são desordenados e parecem alheios a um corpo sem forças, nem consistência”.¹⁴⁸ Era preciso combater o corpo excessivamente franzino, ingerindo-se “alguma ave gorda ou carneiro, vitela bem gorda ou vaca bem suculenta; estas carnes devem ser assadas ou grelhadas, a fim de que seus sucos nutritivos se não evaporem”; somado a isso, devia-se variar a alimentação com “bom leite, ovos frescos, caldos de substância bem fortes, geleias, azeite doce, manteiga, féculas, tapioca, arroz, batatas e todas as espécies de legumes cozidos com muita gordura ou banha”.¹⁴⁹

O corpo obeso também deveria ser evitado, uma vez que “as pessoas muito obesas vivem menos que as outras”.¹⁵⁰ Era preciso eliminar o “uso abundante de alimentos mui suculentos, de bebidas mui nutritivas, como os vinhos espessos, a cerveja, a cidra, o chocolate”. Além disso, “a falta de sono ou a sua demasiada prolongação, a supressão de certas secreções, a mui grande tranquilidade de espírito e a ausência total de paixões” contribuíam para aumentar a robustez do corpo.¹⁵¹ Tal como a magreza excessiva, a obesidade imprimia suas marcas negativas no que se refere à estética corporal e à saúde. A *Revista Popular* destacou:

A demasiada gordura, em geral, prejudica a beleza, apagando no rosto esses sutis lineamentos traçados pela mão da delicadeza, destruindo esse talhe fino

¹⁴⁵ *Revista Medica Fluminense*, Rio de Janeiro, n. 4, vol. 5, julho de 1839, p. 132.

¹⁴⁶ *Revista Popular*, Rio de Janeiro, tomo 1, ano 1, janeiro a março de 1859, p. 239.

¹⁴⁷ *Revista Popular*, Rio de Janeiro, tomo 1, ano 1, janeiro a março de 1859, p. 240.

¹⁴⁸ *Revista Popular*, Rio de Janeiro, tomo 1, ano 1, janeiro a março de 1859, p. 240-241.

¹⁴⁹ *Revista Popular*, Rio de Janeiro, tomo 1, ano 1, janeiro a março de 1859, p. 241.

¹⁵⁰ *Revista Popular*, Rio de Janeiro, tomo 1, ano 1, janeiro a março de 1859, p. 238.

¹⁵¹ *Revista Popular*, Rio de Janeiro, tomo 1, ano 1, janeiro a março de 1859, p. 237-238.

e esbelto que enleia as vistas e tirando aos membros essa flexibilidade e agilidade que seduzem os sentidos pelas mais vivas e agradáveis emoções. Já nas ações se não vê senão uma negligência e lentidão que os enjoam ou fazem adormecer o espectador. Neste estado, que deveria anunciar uma saúde robusta e perfeita, são menos vivas as sensações, mais difícil a respiração e mais frequentes as moléstias.¹⁵²

Para que o corpo eliminasse a gordura acumulada, era preciso “fornecer ao sangue menos partes nutritivas” ou, ainda, “expulsar ou destruir as que já se acham assimiladas”.¹⁵³ Para isso, continua a *Revista Popular*, a primeira exigência prescrita pelos jornais e revistas era “sujeitar-se a uma rigorosa dieta”, ou seja:

[...] ir diminuindo, pouco a pouco, a quantidade dos alimentos, pois que toda mudança repentina é perigosa.

Fazer uso de alimentos leves e pouco nutritivos, como: feijões verdes, azedas, espinafres, cenouras, espargos, alcachofras, couves-flores; tudo cozido em água e bem salgado e avinagrado ou açucarado, conforme a natureza da substância.

A respeito de carnes, escolher-se-ão as de vaca, carneiro, cabrito, lebre, mas bem limpas de gordura, e algumas carnes brancas, contanto que sejam bem guisadas e apimentadas.

Quanto a bebidas, não se faça uso senão das ácidas, como: limonadas, águas de Seltz, de groselha, de laranja e de cidra. Sobretudo, tome-se frequentemente café sem leite e vinho branco. Convém almoçar café ou chá bem fortes e com muito açúcar.

Acabada a refeição convém entregar-se logo a alguma ocupação.¹⁵⁴

A magreza e a gordura em excesso, além de prejudiciais à saúde, eram incompatíveis com a beleza, já que “se uma engrossa as formas, exagera e engorda os contornos, a outra os achata, disseca e reduz as linhas angulosas, que caracterizam fealdade”.¹⁵⁵ A alimentação, entretanto, não agiu sozinha na tentativa de regular o corpo do carioca, tendo os exercícios físicos ocupado um papel de suma importância a partir do século XIX. Para emagrecer, além de controlar o consumo dos alimentos, os jornalistas recomendavam “uma ginástica contínua, como passeios, até cansar; corridas, danças, esgrima e natação. Nenhum destes exercícios deverá ao princípio durar mais do que um quarto de hora, mas ir-se-á prolongando em cada dia mais quinze minutos, até completar duas horas”.¹⁵⁶

A ginástica era considerada primordial no que se refere à promoção da saúde, ou seja, “um dos mais poderosos recursos da higiene e da terapêutica”, como destacou a *Revista Medica*

¹⁵² *Revista Popular*, Rio de Janeiro, tomo 1, ano 1, janeiro a março de 1859, p. 238.

¹⁵³ *Revista Popular*, Rio de Janeiro, tomo 1, ano 1, janeiro a março de 1859, p. 238.

¹⁵⁴ *Revista Popular*, Rio de Janeiro, tomo 1, ano 1, janeiro a março de 1859, p. 238-239.

¹⁵⁵ *Revista Popular*, Rio de Janeiro, tomo 1, ano 1, janeiro a março de 1859, p. 240-241.

¹⁵⁶ *Revista Popular*, Rio de Janeiro, tomo 1, ano 1, janeiro a março de 1859, p. 239.

Fluminense, em 1840. Ainda segundo a publicação médica, “a ginástica era uma das alavancas mais poderosas para assegurar este dom precioso [da conservação da saúde]. Com efeito, quantos não são os benefícios que a humanidade pode dela tirar! Quantos recursos a arte de curar e a higiene aí não encontram!” Por isso mesmo os médicos defendiam a necessidade “de ocupar algumas páginas da *Revista Medica Fluminense*, para desta maneira chamarmos igualmente a atenção do público sobre um objeto de imenso interesse”.¹⁵⁷

No Brasil oitocentista, tal como já vinha ocorrendo na Europa, por mais que os exercícios físicos tivessem conquistado certo espaço entre o belo sexo, inclusive a partir do pressuposto de que seriam benéficos à maternidade, a ginástica, especificamente, era uma atividade, se não exclusiva, ao menos idealizada como pertencente ao universo masculino.¹⁵⁸ Entre seus benefícios, ela poderia servir “tanto para aumentar a esfera da ação dos músculos, como conservar e restabelecer a saúde e favorecer, assim, o aumento das faculdades físicas e morais do homem”.¹⁵⁹ Como defendido pela imprensa médica do Rio de Janeiro:

Os exercícios ainda têm uma grande influência sobre o encéfalo, os sentidos e as faculdades morais, tanto pelas razões já expendidas como pelas grandes relações que existem entre o físico e o moral. [...] já para desenvolver e fortificar o corpo, já para aperfeiçoar os sentidos e a inteligência. É por isso que eles dão ao homem um brio, coragem e energia mui elevada. Quantas vezes não vemos por esta única causa melhorarem-se os sentidos, adquirindo mais força e delicadeza! Quantas outras eles não esclarecem nossas ideias, não tornam mais perspicaz nossa inteligência e não aumentam nossa memória!¹⁶⁰

A *Revista Medica Fluminense* ainda completava:

Ela não só pode melhorar as faculdades morais do homem, como fortificar e melhorar o sistema locomotor, combater a masturbação, facilitar a respiração, tornar mais ativa a circulação, fazer o sangue mais oxigenado e, enfim, além do mais, animar a vitalidade das funções que concorrem para a digestão e nutrição. [...] Finalmente, a observação tem mostrado que a longevidade, o maior bem a que o homem pode aspirar, é quase sempre a recompensa das pessoas que se entregam a multiplicados exercícios metódicos.¹⁶¹

Se a ginástica resultava em benefícios à saúde dos indivíduos, tinha também uma importância social fundamental: era instrumento de defesa da nação. Ela passou a ser valorizada

¹⁵⁷ *Revista Medica Fluminense*, Rio de Janeiro, n. 10, vol. 5, janeiro de 1840, p. 473.

¹⁵⁸ MELO, Victor Andrade de. “Novas performances públicas masculinas: o esporte, a ginástica, a educação física (século XIX)”. In: PRIORE, Mary Del; AMANTINO, Marcia (Orgs.). *História dos Homens no Brasil*, p. 138.

¹⁵⁹ *Revista Medica Fluminense*, Rio de Janeiro, n. 10, vol. 5, janeiro de 1840, p. 473.

¹⁶⁰ *Revista Medica Fluminense*, Rio de Janeiro, n. 10, vol. 5, janeiro de 1840, p. 476.

¹⁶¹ *Revista Medica Fluminense*, Rio de Janeiro, n. 10, vol. 5, janeiro de 1840, p. 478.

nas Forças Armadas para a formação de um cidadão preparado para a proteção do Império, pois sua prática permitiria tanto manter a boa forma física do soldado quando regular a disciplina das tropas.¹⁶² Além da valorização por parte do exército, outra estratégia utilizada para difundir o gosto pela ginástica entre a população do Rio de Janeiro foi a luta da imprensa para tornar a Educação Física obrigatória nos colégios da corte, pois era por meio da intervenção na infância que seria criado o adulto adequado às exigências da nação. Até então, ela não era considerada uma disciplina escolar, por mais que fizesse parte das preocupações da higiene e puericultura.¹⁶³ Se a atividade física praticada pelos meninos no espaço escolar poderia ser favorável à pátria, ela ainda resultaria em benefícios à saúde individual, pois “na meninice este é o remédio mais seguro para desenvolver a energia muscular, corrigir defeitos orgânicos e prevenir os terríveis efeitos da masturbação”,¹⁶⁴ esta última, considerada uma grande ameaça à saúde física, moral e intelectual do futuro adulto, então em formação.¹⁶⁵

Mas a ginástica se associou a outras práticas esportivas no controle tanto do corpo infantil como do homem adulto. Aos meninos indicavam-se a natação, a equitação e a esgrima.¹⁶⁶ Aos adultos, além destas, as atividades esportivas que também acentuassem sua virilidade, como a caça e as lutas; entretanto, os senhores mais *dignos* deveriam combinar sua força e virilidade com a vaidade e a polidez.¹⁶⁷ Os esportes também ofereciam aos homens a possibilidade de exhibir em público sua masculinidade - a qual englobava uma série de papéis sociais aceitos e valorizados -, que deveria ser construída desde a mais tenra idade e respeitada desde a infância.¹⁶⁸ Masculinidade que se exibia pelas atitudes e ações tanto dos praticantes do esporte, por meio das marcas corporais que adquiriam, como cicatrizes e contusões, quanto pelo modo de comportamento dos espectadores dentro dos ambientes onde as atividades esportivas eram realizadas.¹⁶⁹

No que se refere a este último aspecto, o turfe assumiu lugar de destaque. Esta prática esportiva em si não foi amplamente utilizada como instrumento de controle corporal das elites,

¹⁶² MELO, Victor Andrade de. “Novas performances públicas masculinas: o esporte, a ginástica, a educação física (século XIX)”. In: PRIORE, Mary Del; AMANTINO, Marcia (Orgs.). **História dos Homens no Brasil**, p. 123.

¹⁶³ MELO, Victor Andrade de. “Novas performances públicas masculinas: o esporte, a ginástica, a educação física (século XIX)”. In: PRIORE, Mary Del; AMANTINO, Marcia (Orgs.). **História dos Homens no Brasil**, p. 121.

¹⁶⁴ **Revista Médica Fluminense**, Rio de Janeiro, n. 10, vol. 5, janeiro de 1840, p. 481.

¹⁶⁵ COSTA, Jurandir Freire. **Ordem médica e norma familiar**, p. 187.

¹⁶⁶ COSTA, Jurandir Freire. **Ordem médica e norma familiar**, p. 185.

¹⁶⁷ RASPANTI, Márcia Pinna. “O que ‘eles’ vestem: moda, vaidade e masculinidade no Brasil”. In: PRIORE, Mary Del; AMANTINO, Marcia (Orgs.). **História dos Homens no Brasil**, p. 196-197.

¹⁶⁸ MAUAD, Ana Maria. “A vida das crianças de elite durante o Império”. In: PRIORE, Mary Del (Org.). **História das crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013, p. 151.

¹⁶⁹ MELO, Victor Andrade de. “Novas performances públicas masculinas: o esporte, a ginástica, a educação física (século XIX)”. In: PRIORE, Mary Del; AMANTINO, Marcia (Orgs.). **História dos Homens no Brasil**, p. 129.

ainda que o turfe fosse apresentado como mecanismo de combate à imobilidade, contribuindo para formar homens menos efeminados e fracos.¹⁷⁰ Com a contratação de jôqueis entre os populares e os estrangeiros, como vimos anteriormente, os senhores *de bem* acabaram por ficar circunscritos às galerias, acompanhando as corridas de longe enquanto marcavam sua presença, riqueza e poder como espectadores. Mais do que a própria atividade esportiva, que não foi radicalmente decisiva na transformação do corpo do homem de elite, foi o universo em torno do turfe que contribuiu para regular a conduta desses homens.

No final do século XIX, muitos esportes já tinham conquistado o gosto dos cariocas a ponto de desenvolverem certa estrutura, organizada em clubes e competições, como o atletismo, o críquete e a esgrima, mas principalmente o turfe, a natação e o remo.¹⁷¹ A natação, diferentemente do turfe, teve papel crucial na modificação do padrão do corpo masculino. A partir do Oitocentos, as praias do Rio de Janeiro, que até então eram utilizadas quase que exclusivamente para ancorar as embarcações e receber as imundices produzidas pela cidade, começaram a receber a população, que diversificava suas práticas de lazer - ainda que, de início, ocupassem mais os espaços da areia. A distância para o mar reduziu-se gradualmente em decorrência tanto de uma preocupação maior com a limpeza e higiene das praias quanto pela indicação médica da qualidade terapêutica dos banhos de mar.¹⁷² A *Revista Medica Brasileira*, em 1841, alertava seus leitores para as “indicações higiênicas importantes [que] se podem tirar do emprego dos banhos do mar”. Segundo a publicação, “os banhos do mar convenientemente aplicados podem ainda diminuir ou enfraquecer os efeitos de certas disposições mórbidas gerais [...] e mesmo prevenir o aparecimento de certas moléstias”.¹⁷³ Partindo do mesmo princípio, a *Revista Popular*, em 1859, recomendava os banhos de mar pelo fato de darem “às pessoas que os podem suportar uma força e atividade notáveis. Sua ação sobre todas as organizações é tônica, salutar e refrigerante”.¹⁷⁴

Se inicialmente as praias se tornaram um espaço de diversão e promoção da saúde em razão dos benefícios auferidos por meio dos banhos de mar, a natação gradualmente adquiriu o *status* de exercício físico capaz de promover modificações não apenas na saúde, mas também no próprio padrão estético do corpo.¹⁷⁵ Em vista disso, passou a ser um esporte altamente

¹⁷⁰ MELO, Victor Andrade de. “Novas performances públicas masculinas: o esporte, a ginástica, a educação física (século XIX)”. In: PRIORE, Mary Del; AMANTINO, Marcia (Orgs.). **História dos Homens no Brasil**, p. 133.

¹⁷¹ MELO, Victor Andrade de (Org.). **Os sports e as cidades brasileiras**, p. 46.

¹⁷² MELO, Victor Andrade de (Org.). **Os sports e as cidades brasileiras**, p. 25.

¹⁷³ **Revista Medica Brasileira**: jornal da Academia Imperial de Medicina do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, n. 2, vol. 1, junho de 1841, p. 68-70.

¹⁷⁴ **Revista Popular**, Rio de Janeiro, tomo 1, ano 1, janeiro a março de 1859, p. 236.

¹⁷⁵ MELO, Victor Andrade de. “O corpo esportivo nas searas tupiniquins - panorama histórico”. In: PRIORE, Mary Del; AMANTINO, Marcia. **História do corpo no Brasil**. São Paulo: Editora Unesp, 2011, p. 517.

recomendado pelos jornais do Rio de Janeiro, como pode ser visto nas páginas da *Revista Medica Brasileira*:

Todavia, nenhum exercício é por certo tão útil, vantajoso e agradável como a natação, exercício que deveria entrar na educação de todos os homens, por isso que, familiarizando-nos com um dos mais poderosos elementos da natureza, pode ser mui útil à manutenção de nossa existência em muitas circunstâncias diversas. A economia animal em tudo ganha com este exercício, porque, além dos efeitos dos banhos frios, ela experimenta grandes e profundas modificações, em consequência dos diversos atos locomotores que exigem os diferentes modos de nadar.¹⁷⁶

A *Revista* continua:

O homem que acaba de nadar, não se fatigando com movimentos fortes e prolongados, apresenta agilidade, boa disposição e vigor; e no caso mesmo de estar cansado, logo que repousa por um pouco, sente os bons efeitos do banho. A continuação deste exercício desenvolve os órgãos locomotores e ativa todas as funções orgânicas.¹⁷⁷

A valorização das praias teve outra implicação para além do desenvolvimento do gosto pela natação: a consolidação do remo como o esporte mais popular em fins do século XIX, quando o Rio de Janeiro já possuía cerca dez clubes que participavam de inúmeras competições, as quais contavam com grande presença de público. Integrante das práticas saudáveis e higiênicas, o remo, juntamente com todos os demais esportes que passaram a ser apreciados e praticados no Rio de Janeiro, também foi responsável por transformar o padrão estético do corpo masculino. Ainda que durante praticamente todo o século XIX o tipo físico magro tivesse se mantido como o mais valorizado, a ginástica, a natação e os exercícios físicos em geral colocaram em destaque, paulatinamente, o tipo físico forte e musculoso, que passou a ser a referência de corpo masculino a partir do século seguinte.¹⁷⁸ Mais do que isso: ao intensificar o contato dos senhores com os espaços públicos de sociabilidade e promover a movimentação dos corpos, o esporte também foi um dos responsáveis por retirar o homem *respeitável* do mundo da ociosidade, a qual também foi combatida, durante o Oitocentos, por uma nova ética do trabalho que se construía de modo a incentivar o homem de elite a contribuir para o *progresso* da nação.

¹⁷⁶ *Revista Medica Brasileira*, Rio de Janeiro, n. 2, vol. 1, junho de 1841, p. 60-61.

¹⁷⁷ *Revista Medica Brasileira*, Rio de Janeiro, n. 2, vol. 1, junho de 1841, p. 61.

¹⁷⁸ MELO, Victor Andrade de (Org.). *Os sports e as cidades brasileiras*, p. 26-29.

3.5 Do trabalho e do progresso da nação

Não foram somente os esportes que impuseram ao indivíduo uma nova relação com seu corpo. Se gradativamente retiraram os senhores do sedentarismo característico dos tempos coloniais, os exercícios físicos contaram com o trabalho na tarefa de promover a saúde dos homens; como enfatizou a *Minerva Brasiliense*, em 1844, “segundo a opinião dos médicos, o corpo requer absolutamente uma certa porção de trabalho para conservar a saúde”.¹⁷⁹ Foi o que também destacou, alguns anos mais tarde, o periódico *A Abelha*:

As diversas profissões e misteres modificam mais ou menos profundamente o físico e mesmo o moral dos que os exercem. As que chamamos sedentárias são, por esta só condição, menos sadias do que aquelas que têm lugar ao ar livre e com exercício variado, mas moderado, dos diferentes músculos do corpo.¹⁸⁰

A percepção da influência do trabalho na constituição física do homem e, conseqüentemente, a defesa feita nas páginas dos jornais em favor das atividades laboriosas só teriam sido possíveis graças a uma transformação mais profunda do próprio valor do trabalho para a sociedade oitocentista. Desde o período colonial, o trabalho físico era repudiado pelos homens de elite. O chefe de *boa família* não passava seus dias exercendo qualquer atividade que lhe exigisse a ocupação manual, pois sua *condição* lhe reservava viver de rendas ou da exploração do trabalho dos escravos que possuía. Quando muito, chegava a ocupar algum cargo na administração pública.¹⁸¹ Como afirmou o oficial da marinha britânica e explorador James Kingston Tuckey, que visitou o Rio de Janeiro em 1803, “todos os que conseguem adquirir uma meia dúzia de escravos passam a viver na mais completa ociosidade - explorando os rendimentos do trabalho dos seus negros”.¹⁸²

Mesmo os brancos livres da colônia que não eram grandes detentores de terras e escravos pautavam sua vida por uma ética que entendia o trabalho físico como algo indigno e sujo, reservado apenas ao negro cativo.¹⁸³ Trabalhar, só quando não havia alternativa de sobrevivência; se possível, sobrevivia-se sem o labor cotidiano, mesmo que isso resultasse em

¹⁷⁹ **Minerva Brasiliense**: jornal de ciencias, letras e artes, publicado por huma associação de litteratos, Rio de Janeiro, n. 12, vol. 1, 15 de abril de 1844, p. 372.

¹⁸⁰ **A Abelha**, Rio de Janeiro, n. 2, ano 1, 19 de janeiro de 1856, p. 3.

¹⁸¹ COSTA, Jurandir Freire. **Ordem médica e norma familiar**, p. 168.

¹⁸² FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. **Outras visões do Rio de Janeiro colonial**, p. 264.

¹⁸³ SODRÉ, Nelson Werneck. **Panorama do Segundo Império**. Rio de Janeiro: Graphia, 1998, p. 57.

adentrar o mundo da mendicância e da criminalidade.¹⁸⁴ É o que nos contou M. de la Flotte, que esteve na cidade por dois meses durante o ano de 1757:

Um habitante local que vive de uma profissão vil e limitada, quando consegue ganhar algumas patacas (moeda de cobre do país), fecha o seu estabelecimento, põe o seu manto, pega a sua guitarra e vai atrás de sua *senhora*, só a deixando quando a necessidade se impõe e ele se vê obrigado a retomar o trabalho. Outros há que preferem viver de esmolas ou roubar os estrangeiros a desenvolverem uma atividade útil. A impunidade trata de transformar esse vício num hábito.¹⁸⁵

Era com base no repúdio ao trabalho que vivia uma enorme parcela da população, entre os quais os denominados *desordeiros* ou *vadios*. Em constante desocupação, os vadios passavam seus dias na ociosidade, tornando-se, inclusive, uma das grandes preocupações das autoridades devido à relação de tal situação com a criminalidade.¹⁸⁶ Assim, o regime servil da escravidão que vigorou durante séculos no Brasil acabou por produzir um conjunto de valores e pactos responsáveis por organizar os modos de ser, pensar e agir em relação ao mundo do labor,¹⁸⁷ valores que produziam no homem livre um sentimento de “pavor do trabalho”, como registrou o naturalista francês Pierre Sonnerat.¹⁸⁸ O francês ainda afirmava:

A ociosidade, a propósito, passa, entre eles, por sinal de dignidade, pois jamais pensam no bem comum, agindo somente em proveito próprio. E isso num país que oferece tudo sem muito esforço. Todos querem ser nobres e gostam de mostrar desprezo pelas atividades produtivas, como se o trabalho honesto tornasse o homem menor. Eles levam tal comportamento tão longe que coisas simples como dar ordens aos escravos e fiscalizar o seu trabalho parecem-lhes contrárias à grandeza e à opulência que ostentam. Desse modo, quase nada se extrai do trabalho dos muitos negros que infectam e obstruem as ruas, a não ser quando se resolve enviá-los para as minas, onde o ganho ainda assim é incerto, pois muitos negros acabam por morrer.¹⁸⁹

O regime servil acabou por implicar desqualificação do trabalho manual, incentivando condutas ociosas por parte da população livre, principalmente dos indivíduos cujas posses e riquezas possibilitavam uma vida cotidiana isenta de ocupações laborais. Em todo o caso, mesmo para os homens de elite, ainda que menosprezassem o trabalho manual, determinadas

¹⁸⁴ FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. **Homens livres na ordem escravocrata**. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1997, p. 213.

¹⁸⁵ FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. **Visões do Rio de Janeiro colonial**, p. 104.

¹⁸⁶ PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo: colônia**. São Paulo: Brasiliense/Publifolha, 2000, p. 290.

¹⁸⁷ IANNI, Octávio. **A ideia de Brasil moderno**. São Paulo: Brasilienses, 1994, p. 57-58.

¹⁸⁸ FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. **Outras visões do Rio de Janeiro colonial**, p. 214.

¹⁸⁹ FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. **Outras visões do Rio de Janeiro colonial**, p. 211.

funções produtivas sempre fizeram, inevitavelmente, parte de seu cotidiano.¹⁹⁰ A diferenciação e a divisão do trabalho existente até o século XIX proporcionaram aos senhores da *boa sociedade*, de modo geral, atividades livres de esforço físico, concentradas, frequentemente, nas tarefas de supervisão, entre as quais “dar ordens aos escravos e fiscalizar o seu trabalho”, como mencionado anteriormente por Sonnerat. Por mais que determinadas ocupações reservadas às pessoas de elite pudessem atenuar o desprestígio do trabalho, a simples presença da escravidão lembrava constantemente aos senhores que o trabalho manual era degradante, pois deveria ser realizado por negros cativos, e apenas por eles.¹⁹¹

A sociedade colonial acabou por limitar drasticamente o espaço reservado ao trabalhador livre, uma vez que o escravo era praticamente onipresente na execução das mais diversas atividades produtivas, sobretudo as manuais. Quando não era fazendeiro integrante da elite proprietária de terras, engenhos e escravos, o homem livre, em geral, ocupava-se, no mundo rural, como pequeno lavrador ou feitor das grandes fazendas e, nas cidades, como artífice, negociante, soldado, funcionário da coroa ou ainda, muito excepcionalmente, advogado ou médico,¹⁹² uma vez que tais profissões demandavam estudos impossíveis de serem realizados até então na colônia.¹⁹³ Restava ainda a vida eclesiástica, já que a Igreja era uma das responsáveis por lhe oferecer parte das oportunidades existentes no Brasil. Daí a valorização e

¹⁹⁰ Como afirma Maria Sylvania de Carvalho Franco: “Refiro-me ao trabalho, como atividade que atravessou de ponta a ponta a sociedade e impôs-se como requisito mesmo para as camadas dominantes. Com efeito, a existência de senhores e escravos transcorreu indissolavelmente vinculada ao funcionamento de uma unidade de produção, e isto significou trabalho diferenciado, mas trabalho para todos. Só se tornará inteligível a enorme gama de variações do trabalho realizado, e o próprio conceito de trabalho socialmente admitido para as camadas dominantes, se dermos a devida relevância ao fato de que a gênese da sociedade colonial brasileira e todo o seu desenvolvimento estiveram presididos pela aquisição econômica de vulto, perseguida de maneira sistemática. E aqui, o primeiro desbravador não contou com coisa alguma senão puras virtualidades: *a riqueza que pretendeu, precisou criar*. E esse objetivo de ganhar produzindo, ele o realizou estabelecendo e controlando um empreendimento econômico, vale dizer, nele verteu o seu ‘engenho e arte’. Dessa maneira integrou-se, na própria gênese da figura do colonizador, o trabalho como prática regular. Entretanto, a riqueza que buscava teve necessariamente por meio da grande empresa trabalhada por escravos. Dessa maneira, depara com uma sociedade fundada na escravidão e na qual, ao mesmo tempo, o trabalho não aparece como elemento necessariamente desqualificador e nem atividade lucrativa como infamante para os senhores de homens. E, reafirmo, trata-se de uma sociedade *escravocrata*, em que forçosamente o princípio da separação nítida entre o requisito do trabalho e o privilégio de sua dispensa se fazia fundamental para a própria afirmação do poder”. FRANCO, Maria Sylvania de Carvalho. **Homens livres na ordem escravocrata**, p. 212-213.

¹⁹¹ FRANCO, Maria Sylvania de Carvalho. **Homens livres na ordem escravocrata**, p. 216-218.

¹⁹² De acordo com Maria Beatriz Nizza da Silva: “Enquanto que ter um filho padre, juiz ou militar fazia parte dos projetos da família colonial brasileira que não incorporasse aos seus próprios negócios ou atividades agrícolas a sua descendência, mandar um filho para Coimbra a fim de se tornar médico era algo que estava fora das cogitações familiares. Médicos e cirurgiões rareavam no Brasil e os poucos que havia eram reinóis. Só com a chegada da Corte a publicação de compêndios médicos pela Imprensa Régia e a criação da Academia Cirúrgica no Rio de Janeiro incentivaram aqueles que tinham nascido no Brasil a seguir a profissão de médico ou de cirurgião”. SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **Vida privada e cotidiano no Brasil na época de D. Maria I e D. João VI**, p. 91.

¹⁹³ PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**, p. 286-288.

o incentivo à carreira eclesiástica para ao menos um dos filhos.¹⁹⁴ Mesmo com a chegada do século XIX, assim como acontecia com os casamentos, a escolha da profissão ou da carreira a ser seguida pelo filho era frequentemente feita pelo pai: após garantir os negócios da família com o primogênito, procurava diversificar os tipos de profissão entre os filhos restantes, assegurando representantes em cada uma das mais importantes ocupações.¹⁹⁵

Se eram poucos os tipos de misteres reservados ao homem livre, isso resultava do fato de o trabalho manual ser considerado uma atividade menor, aviltante e degradante; por isso, deveria ser realizado, quando não unicamente por escravos, apenas pelos que não tivessem outro modo de sobreviver. No entanto, principalmente a partir de meados do século XIX, com a extinção do tráfico negreiro, a escravidão caminhou rumo a sua desagregação. Ainda que ocorrido a passos lentos até se concretizar em 1888, o fim da escravidão provocou, especialmente na elite proprietária de escravos, um problema em relação ao mundo do trabalho: o da substituição da mão de obra escrava pela do trabalhador livre. Essa transição, ocorrida na segunda metade do Oitocentos, tornou necessária uma reavaliação dos valores ligados ao mundo do trabalho, uma vez que as atividades manuais executadas pelos cativos mantinham sua carga bastante depreciativa.¹⁹⁶ Era preciso construir e difundir uma nova ética do trabalho, em que o esforço físico das atividades produtivas adquirisse um valor positivo, tornando-se essencial ao homem para seu enriquecimento e para sua honra.¹⁹⁷ Em vista disso, o jornal *A Abelha*, em 1856, já ressaltava a “imoralidade do desejo de enriquecer sem trabalho”.¹⁹⁸

Com o desenrolar das décadas finais do século XIX, tornou-se fundamental imprimir na população pobre novos valores morais positivos sobre o trabalho, pois o fim do escravismo que se anunciava implicaria, necessariamente, a contratação de uma extensa mão de obra livre, ou seja, de indivíduos desejosos por oferecer sua força de trabalho. Essa nova ética em construção, ao se despir progressivamente dos estigmas que diziam respeito às atividades laborais, acabou também por incorporar as elites ao mundo do trabalho, que passou a ser entendido como requisito fundamental para a preservação da propriedade privada dele resultante e, especialmente, para o *progresso* da nação.¹⁹⁹ Como destacou *A Borboleta*, em 1844,

¹⁹⁴ SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **Vida privada e cotidiano no Brasil na época de D. Maria I e D. João VI**, p. 67.

¹⁹⁵ FREYRE, Gilberto. **Vida social no Brasil nos meados do século XIX**, p. 100.

¹⁹⁶ CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da *belle époque***. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001, p. 64-65.

¹⁹⁷ ENGEL, Magali. **Meretrizes e doutores: saber médico e prostituição no Rio de Janeiro (1840-1890)**. São Paulo: Brasiliense, 2004, p. 32-33.

¹⁹⁸ *A Abelha*, Rio de Janeiro, n. 3, ano 1, 26 de janeiro de 1856, p. 1.

¹⁹⁹ COSTA, Jurandir Freire. **Ordem médica e norma familiar**, p. 203.

“Costumes, trabalho e liberdade, eis o que o povo quer, eis a base da felicidade das Nações, eis os desejos dos verdadeiros amigos do Brasil, eis as nossas convicções”.²⁰⁰

Considerado responsável pela desonra, humilhação e depreciação de quem o praticava, uma vez que se ligava à escravidão, o trabalho recebeu do século XIX uma nova roupagem que o revestiu de um valor positivo, tornando-se assim o elemento basilar do desenvolvimento da pátria.²⁰¹ De acordo com o *Museo Universal*:

As nações mais ilustradas, antigas e modernas, as leis de todos os povos, a prudência de todos os grandes legisladores, têm sempre tido em vista animar com prêmios e recompensas todo o gênero de trabalho proveitoso, excitar a indústria, estimular a emulação entre os homens laboriosos, reprimir e castigar a indolência, a preguiça, a ociosidade, e favorecer com particulares benefícios as profissões úteis, especialmente a agricultura, rainha de todas elas e base fundamental da prosperidade dos Estados.²⁰²

Entretanto, a estima pelo trabalho apregoada não significava o mesmo para todos os indivíduos. Como afirmou a *Minerva Brasiliense*: “O homem nasceu para o trabalho: assim diz o preceito da divindade, mas trabalhar não é ser escravo”.²⁰³ O *Museo Universal*, em 1841, também já questionava: “Mas deveremos acaso trabalhar como negros, sem a mínima folga [...]? Não, nem é isso o que queremos dizer”.²⁰⁴ Destarte, por mais que o trabalho físico tenha sido valorizado durante o século XIX, principalmente com o propósito de promover na população pobre o gosto pela ocupação cotidiana, às elites ainda se reservavam as atividades consideradas mais *honradas*, como as profissões que requeriam estudos preparatórios, notadamente a advocacia e a medicina.

A partir de 1808, inclusive pelo grande afluxo de estrangeiros ao Brasil, novas e diversas atividades passaram a ser realizadas também por europeus. Com a chegada da corte, o leque profissional expandiu-se no Rio de Janeiro, permitindo tanto aos homens das elites quanto aos das camadas populares o contato com novos caminhos e profissões.²⁰⁵ Tornavam-se cada vez mais interessantes e desejadas as carreiras que prescindiam de estudos e preparos específicos, como as chamadas profissões liberais, que incluíam a medicina e a advocacia, as quais, com o

²⁰⁰ **A Borboleta**, Rio de Janeiro, n. 2, vol. 1, 25 de agosto de 1844, p. 19.

²⁰¹ CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim**, p. 65.

²⁰² **Museo Universal**: jornal das famílias brasileiras, Rio de Janeiro, n. 48, vol. 6, 27 de maio de 1843, p. 382.

²⁰³ **Minerva Brasiliense**, Rio de Janeiro, n. 12, vol. 1, 15 de abril de 1844, p. 372.

²⁰⁴ **Museo Universal**, Rio de Janeiro, n. 9, vol. 5, 28 de agosto de 1841, p. 69.

²⁰⁵ SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **Vida privada e cotidiano no Brasil na época de D. Maria I e D. João VI**, p. 94-95.

decorrer do século, passaram a ter cursos ofertados no Brasil.²⁰⁶ Durante o Oitocentos, a propósito, ocorreu uma valorização dos estudos, os quais se tornaram um mecanismo de preservação ou de ascensão social.²⁰⁷ Daí, como vimos anteriormente, toda aquela defesa da instrução pública por parte dos jornalistas.

Se a ocupação manual era vítima de estigmas, o trabalho que requisitava estudos preparatórios tornou-se altamente almejado. Não que as profissões associadas aos estudos superiores não fossem estimadas e valorizadas durante a colônia, mas a família enfrentava enormes dificuldades quando optava por formar algum *doutor* entre seus filhos, uma vez que não existiam cursos superiores oferecidos no Brasil. Com a fundação das faculdades de Direito e Medicina, os filhos de pais de elite puderam, em número cada vez maior, frequentar regularmente instituições de ensino superior voltadas à formação profissional. Mas não só isso: durante o período colonial, com raras exceções, o gosto pelas letras e pelo saber não era uma aspiração da população local, ou seja, os estudos, de modo geral - e os avançados ainda mais - não eram uma primazia sequer para a *boa sociedade*.

Com a criação dos cursos no Brasil e a difusão do gosto pelas letras e pela instrução iniciou-se, então, a febre do bacharelismo no Brasil: todos ambicionavam possuir - como se dizia - um *pergaminho*, ou seja, um diploma de bacharel em Direito ou Medicina.²⁰⁸ O jornal *Ideia*, em 1869, comentou essa ânsia da população por um diploma de ensino superior e as vantagens resultantes de sua conquista:

A perseverança com que lutam e esforçam-se por dilatados anos em estudos superiores não é por amor à ciência em que se formam, mas sim pela ambição de possuir tão somente um pergaminho, que para muitos é sinônimo de sabedoria.

No Brasil, sobretudo no Rio de Janeiro, um pergaminho de qualquer ciência dá suma importância ao indivíduo que o possui, seja ele embora tão pobre de talento como é de ouro a maioria dos opulentos de saber. Um pergaminho entre nós é tudo; diante dele se abrem as portas das repartições da mais elevada categoria, ainda que para dar boa conta de si careça o doutor de estudos

²⁰⁶ As Faculdades de Direito de São Paulo e Olinda foram fundadas em 1827; já as Faculdades de Medicina do Rio de Janeiro e da Bahia foram criadas em 1832, ainda que já existissem oficialmente, desde 1808, o Colégio Médico-Cirúrgico da Bahia e a Escola de Cirurgia do Rio de Janeiro, onde eram ensinadas as artes médicas e cirúrgicas, que englobavam anatomia, cirurgia e obstetrícia. Sobre o ensino do Direito no Brasil e seus impactos na sociedade, ver: MOTA, Carlos Guilherme (Coord.). **Os juristas na formação do Estado-Nação brasileiro: século XVI a 1850**. São Paulo: Quartier Latin, 2006 e CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro das sombras: a política imperial**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 65-88. Sobre o ensino da medicina no Brasil e seus impactos sociais, ver: SALLES, Pedro. **História da Medicina no Brasil**. Belo Horizonte: Editora G. Holman LTDA, 1971, p. 141-161 e MACHADO, Roberto et al. **Danação da norma: medicina social e construção da psiquiatria no Brasil**. Rio de Janeiro: Graal, 1978, p. 159-193.

²⁰⁷ PRIORE, Mary Del. "Pais de ontem: transformações da paternidade no século XIX". In: _____; AMANTINO, Marcia (Orgs.). **História dos Homens no Brasil**. São Paulo: Editora Unesp, 2013, p. 177.

²⁰⁸ SODRÉ, Nelson Werneck. **Panorama do Segundo Império**, p. 57.

diametralmente opostos àqueles que recebeu no curso da ciência que tão vergonhosamente despreza.

O periódico complementa:

[...] somos daqueles que nos inclinamos respeitosos diante do pergaminho, quando ele condecora o talento e as virtudes inerentes à sabedoria. Para nós, o pergaminho da ciência tem subido valor diante do da nobreza; nele vemos estampado o progresso da humanidade, nele encaramos o símbolo da vitória alcançada contra a ignorância das antigas eras que faziam consistir o proeminente no bárbaro denodo e na selvática bizzarria do sanguinário guerreiro, com desprezo da acrisolada virtude e saber profundo do sábio e do honesto, que viviam à sombra da humildade, espoliados do acatamento que o século atual lhes devota unânime entre os povos mais adiantados na progressiva e cristã civilização.²⁰⁹

A valorização da educação e, conseqüentemente, das profissões cujos estudos regulares eram pré-requisito era também uma porta de entrada para o serviço público, notadamente para a participação política.²¹⁰ A ter em conta o que ressaltou a *Ideia*, o percurso profissional a ser seguido pelos homens no Brasil consistia em realizarem “estudos de longo curso, obterem grau em qualquer ciência e chegarem a ocupar os mais elevados cargos do Estado”.²¹¹ A estima que o serviço público angariava relacionava-se, em grande parte, à oportunidade de atuação na política. Assim, isentos do trabalho manual realizado pelos escravos, os homens pertencentes à *boa sociedade* dividiam seu tempo entre o ócio, os estudos e os empregos públicos.²¹²

Mas antes de os filhos das famílias abastadas chegarem às faculdades de Direito e Medicina e, posteriormente, à ocupação de cargos públicos e à participação na política, havia um longo caminho de estudos a ser realizado. No final do período colonial, não era exigido praticamente nada das crianças até completarem os sete anos de idade. A partir de então, o menino passava a frequentar a Aula Régia ou a trabalhar como aprendiz de algum ofício. No meio rural, principalmente, era mais frequente que os filhos do senhor de terras aprendessem apenas as primeiras letras com mestres régios ou com alguns raros professores particulares contratados para ensinar nas fazendas. Não havia uma preocupação muito grande com a

²⁰⁹ *Ideia*: revista artistica e litteraria, Rio de Janeiro, n. 1, ano 1, 1869, p. 9.

²¹⁰ De acordo com José Murilo de Carvalho: “Os cursos de direito foram criados à imagem do predecessor coimbrão. [...] Mas houve importante adaptação no que se refere ao conteúdo das disciplinas. [...] A ideia dos legisladores brasileiros [responsáveis pela fundação dos cursos] era a de formar não apenas juristas mas também advogados, deputados, senadores, diplomatas e os mais altos empregados do Estado, como está expresso nos Estatutos feitos pelo visconde de Cachoeira adotados no início dos cursos”. CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem*, p. 76.

²¹¹ *Ideia*, Rio de Janeiro, n. 1, ano 1, 1869, p. 8.

²¹² LIMA, Manuel de Oliveira. *O Império brasileiro* (1821-1889). Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1989, p. 180.

alfabetização das crianças, bastando, quase sempre, que aprendessem as letras iniciais. Isso porque o objetivo era apenas fazer delas adultos capazes de assumir os negócios da família. Já nas cidades coloniais, apesar de a oferta de professores particulares e preceptoras ser um pouco maior, o gosto pelas letras ainda não se encontrava difundido entre a população.²¹³

Durante o século XIX, com a valorização da instrução, as famílias começaram a contratar governantas e preceptoras estrangeiras, das mais diversas nações europeias, para educar sua prole, transformando estas mentoras num elo entre o mundo considerado civilizado - a Europa - e o ainda em processo de civilização - o Brasil.²¹⁴ Além da educação à europeia realizada no interior das moradas por preceptoras francesas, inglesas e alemãs, os meninos que completavam sete anos passaram a deixar a casa dos pais com maior frequência para serem instruídos nas instituições de ensino. Os filhos de famílias abastadas normalmente eram matriculados no Colégio Pedro II, fundado em 1837. Instruí-los fora dos limites da casa paterna, situação não tão comum até então, passou a ser defendido nos jornais e revistas da época, como fez a *Minerva Brasiliense*, em 1843:

[...] os meninos se devem educar, não em particular e na casa paterna, e sim em público, por mestres comuns e debaixo de uma mesma disciplina, a fim de que se lhes inspire bem cedo o amor da pátria, o respeito para com as leis do país, o gosto dos princípios e máximas do Estado em que hão de viver [...].²¹⁵

O apelo pela educação dos meninos nas instituições de ensino remetia também à oposição entre instrução e educação. Para a sociedade oitocentista, enquanto a primeira se referia à transmissão dos saberes científicos e enciclopédicos, educar significava formar moralmente o indivíduo. Tal oposição implicava numa separação dos espaços de acordo com cada finalidade: era função da escola instruir, e da família, educar, funções que se completavam em prol do desenvolvimento de um adulto capaz de contribuir para a formação do Brasil.²¹⁶ Assim, por mais que as damas de elite, a partir do Oitocentos, tivessem começado a receber pequenas doses de instrução por causa de seu papel na preparação dos filhos para a vida adulta, tal preparação referia-se estritamente à criação das bases morais sobre as quais o ensino enciclopédico das instituições se assentariam. Se o século XIX decidiu instruir melhor as futuras

²¹³ SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **Vida privada e cotidiano no Brasil na época de D. Maria I e D. João VI**, p. 93-94.

²¹⁴ ALBUQUERQUE, Samuel. **Nas memórias de Aurélia**: cotidiano feminino no Rio de Janeiro do século XIX. São Cristóvão: Editora UFS, 2015, p. 77.

²¹⁵ **Minerva Brasiliense**, Rio de Janeiro, n. 3, vol. 1, 1 de dezembro de 1843, p. 69.

²¹⁶ MAUAD, Ana Maria. “A vida das crianças de elite durante o Império”. In: PRIORE, Mary Del (Org.). **História das crianças no Brasil**, p. 150-156.

mães de família, como vimos no capítulo anterior, foi para que elas tivessem melhores condições de cristalizar em seus filhos os valores e princípios *da moral e dos bons costumes*, como se dizia. Os letrados, por isso, defendiam o envio dos meninos às escolas: malgrado a influência moral benéfica que o convívio familiar poderia proporcionar às crianças depois dos sete anos, o ensino domiciliar poderia implicar o comprometimento da instrução dos filhos, uma vez que os lares não eram o espaço mais adequado para tal finalidade. Assim, tornou-se cada vez mais comum aos meninos de *boa família* iniciarem seus estudos fora de casa aos sete anos, estudos que só terminavam normalmente com um diploma de médico ou advogado.²¹⁷

O perigo de comprometer a instrução dos meninos era colocar em risco a formação do adulto, tornando-o inapto a lidar com as responsabilidades que a nação depositaria em seus ombros. Em 1853, *O Jornal das Senhoras* ressaltou os motivos para investir na educação dos jovens:

A educação de qualquer indivíduo não deve ter outro fim senão prepará-lo, dar-lhe a disposição precisa para bem desempenhar o papel que Deus e a sociedade lhe distribuíram neste drama de grande espetáculo a que dominam a vida.

Educar para outro fim é cometer um crime contra a natureza, a sociedade e contra si mesmo; porque quantas vezes vegetaram entre os outros homens, nossos parentes sem nome e despercebidos, que seriam talvez o orgulho do seu país, a honra da sociedade ou a glória da sua época se a sua educação fosse melhor dirigida?²¹⁸

Nesse sentido, a educação e a instrução da infância seriam determinantes para o futuro da nação. Isso porque ambas deveriam ser responsáveis por incentivar o homem ao trabalho, tornando-o útil ao País. Daí a afirmação da *Revista Popular*, em 1862:

A educação dos povos é um ponto dos mais difíceis, se não o mais trabalhoso da política dos governos, porque a educação tem por fim preparar cidadãos úteis para o Estado e verdadeiros pais de família; conseqüentemente, o melhor sistema de educação será aquele em que, em par com o aperfeiçoamento do espírito, se trate de curar do corpo e dos seus hábitos e costumes: para completar-se a educação de um jovem é preciso que se lhe inocule o hábito do trabalho, demonstrando-lhe que trabalhar é a primeira e mais indispensável necessidade da vida”.²¹⁹

²¹⁷ MAUAD, Ana Maria. “A vida das crianças de elite durante o Império”. In: PRIORE, Mary Del (Org.). **História das crianças no Brasil**, p. 152.

²¹⁸ **O Jornal das Senhoras**, Rio de Janeiro, n. 7, tomo 3, 13 de fevereiro de 1853, p. 54.

²¹⁹ **Revista Popular**, Rio de Janeiro, tomo 16, ano 4, outubro a dezembro de 1862, p. 169.

Construir no homem o gosto pelo trabalho passou a ser prioridade mesmo antes de o menino iniciar seus estudos aos sete anos. Desde o princípio da infância, dizia *O Jornal das Senhoras*, “o amor à virtude e ao trabalho deve ser inspirado pelo engodo dos brinquedos, do doce, de tudo aquilo que lisonjeia o espírito de uma criança”.²²⁰ Os periódicos, então, incentivaram a dedicação ao trabalho, pois ele traria frutos ao progresso do Brasil e à moralização de seu povo. A ideia que se generalizava, tanto no Brasil como na Europa, era a de que os homens que tinham alguma ocupação cotidiana evitavam a própria degeneração física e moral.²²¹ É o que asseverava a *Revista Popular* ao afirmar que “os homens mais moralizados são, em geral, aqueles que ocupam o seu tempo no trabalho”.²²²

Se a construção de uma nova ética do trabalho durante o século XIX caracterizou-se pela valorização das ocupações laborais, ainda que o trabalho não tenha sido o mesmo para todos os grupos sociais - às elites, as profissões associadas aos estudos; aos pobres, o trabalho braçal não especializado -, os novos valores acabaram também por incentivar tanto as tarefas manuais entre os membros das famílias *respeitáveis* quanto a instrução às camadas mais desfavorecidas. Em 1844, o *Museo Universal* recomendava aos leitores:

Assim como as pessoas dadas a estudos ou ocupações mentais de qualquer espécie devem aproveitar os seus ócios em labores mais grosseiros, cultivando, por exemplo, um jardim ou um quintal com o que avigoram os membros, do mesmo modo as pessoas cujo mister é de trabalhos manuais podem aproveitar o repouso cultivando o entendimento. Termos ocupadas todas as faculdades ao mesmo tempo é coisa que nunca nos sucede, e o mais certo meio de não deixar embotar nenhuma delas é exercitar umas enquanto outras descansam. A leitura de um livro bom pode recrear as horas de folga que deixa o trabalho manual: é ocupação esta que se pode tomar quando outra qualquer é impossível; e tanto mais que para ler sempre se acha lugar azado, quer se esteja em casa, quer fora dela; quer no campo, quer no povoado. A cultivação do espírito torna o trabalho mais fácil e alarga a estrada da fortuna, embaraçando ao mesmo tempo o progresso de paixões arruinadoras.²²³

Embaraçar as *paixões arruinadoras*, em resumo, era combater todos os males que se relacionavam a uma vida de ociosidade. Era necessário eliminar a prática do ócio, hábito tanto de homens de elite quanto de pobres pertencentes ao mundo da desordem. A lógica da nova ética do trabalho em construção era bastante clara: o trabalho combate o ócio, que “é a mãe de

²²⁰ **O Jornal das Senhoras**, Rio de Janeiro, n. 9, tomo 1, 29 de fevereiro de 1852, p. 65.

²²¹ CRESPO, Jorge. **A história do corpo**. Lisboa: Difel, 1990, p. 480.

²²² **Revista Popular**, Rio de Janeiro, tomo 16, ano 4, outubro a dezembro de 1862, p. 170.

²²³ **Museo Universal**, Rio de Janeiro, n. 9, vol. 5, 28 de agosto de 1841, p. 69.

todos os vícios”,²²⁴ os quais colocam em risco a formação de um adulto apto a contribuir com o futuro do País. Eis a primeira grande função reservada ao homem durante o século XIX: dedicar-se ao trabalho em benefício da nação. Do homem de elite, especificamente, a quem era confiado o rumo do Brasil, esperava-se a dedicação às ocupações resultantes de estudos superiores, ao serviço público e à atividade política. Trabalhar, nesse sentido, era a forma mais honrada de que dispunha para colaborar com o *progresso* e a *civilização* do País. Em 1859, *O Espelho* argumentava da seguinte forma contra a preguiça e em favor do trabalho:

A preguiça é um vício diabólico [...].
 A preguiça é inimiga do trabalho, é a inércia da humanidade, é a irmã da paciência.
 [...]
 O preguiçoso é um homem inútil, que vive dormindo, que sempre tem vontade de fazer alguma coisa, porém que nunca acha em que se empregue.
 O preguiçoso tem medo do trabalho como a coruja receia-se da luz; o homem preguiçoso é como a bola, que rola sempre no mesmo lugar.²²⁵

O Museo Universal, em 1843, também travava seu combate à ociosidade da população:

A preguiça e a ociosidade são origens fecundas de muitos outros odiosos vícios: a maledicência, a mentira, a calúnia, a gula, o roubo, nascem desta má e venenosa raiz. Quem tem ocupação somente pensa no seu trabalho; não faz mal aos seus vizinhos; não murmura nem levanta falsos testemunhos; não se dá à gula e à ebriedade; não frequenta as tabernas, nem as casas de jogo, nem os lugares de prostituição.
 Os preguiçosos e ociosos arruinam a saúde própria, arruinam as suas casas e os seus bens, dão maus exemplos aos seus filhos e familiares, entregam-se a rixas e contendas perigosas, acham-se em todos os ajuntamentos da plebe insana e tumultuária; zombam das leis; parece que nenhum interesse legítimo os ligas à sociedade comum.²²⁶

A batalha contra a ociosidade era uma luta contra os vícios que poderiam arruinar os senhores do Rio de Janeiro, uma vez que, como afirmou *O Novo Domingueiro*, “é evidente ser o vício uma inclinação natural” dos homens. Em vista disso, o trabalho apresentava-se como um instrumento de controle das condutas. Isso porque, continua o periódico, o homem desocupado e entregue aos vícios “tem os furores do vento, a inconstância do mar, a estúpida paixão da fera”. O vício “se apodera da razão e o homem se torna escravo de seus apetites”. Daí a interrogação do jornal: “Como, pois, dominar estas paixões que transgridem as leis da moral,

²²⁴ *Revista Popular*, Rio de Janeiro, tomo 16, ano 4, outubro a dezembro de 1862, p. 170.

²²⁵ *O Espelho*: revista semanal de modas, litteratura, industria e artes, Rio de Janeiro, n. 5, vol. 1, 2 de outubro de 1859, p. 7.

²²⁶ *Museo Universal*, Rio de Janeiro, n. 48, vol. 6, 27 de maio de 1843, p. 382.

como refrear as tendências naturais?”²²⁷ Aparentemente, o trabalho ocupou um lugar de destaque entre as soluções propostas pelo século XIX para o controle das condutas desviantes dos homens - entre as quais, o hábito do jogo, do etilismo e o de frequentar o mundo da prostituição. Como alertou o periódico *A Abelha*, era preciso evitar “as influências maléficas da preguiça, da embriaguez, da gula, da libertinagem e do jogo”.²²⁸

Uma das principais preocupações estampadas nos jornais era impedir que os homens frequentassem tavernas, bares e botequins, locais em que as tentações do jogo e do álcool se situavam.²²⁹ Em relação ao jogo, dizia *O Magico*, em 1852:

O jogo é de todas as paixões a que mais domina o homem - a que arrasta o filho ao parricídio, a que priva uma pobre mulher das carícias de seu esposo, os inocentes filhinhos do pão cotidiano; o jogo é uma destas paixões negras como o inferno, mais fatal que nenhuma outra! É a paixão de todas as classes, que a todos domina, que a todos arrastra; é a paixão que por via mais reta e menos longa conduz ao cadafalso!²³⁰

Cinco anos depois, o jornal *A Pátria*²³¹ complementava:

Fui levado a estas considerações por ter-me rogado que houvesse de chamar a atenção da autoridade para o incremento que vai tomando o vício do jogo entre nosso povo. De certo [...] a solicitude de todo governo moralizado e cristão deve combater semelhante vício, que não só desmoraliza o indivíduo, mas arruína as famílias e é um verdadeiro cancro social que indica um estado geral de corrupção.

Se o governo zelasse mais pela instrução e pela educação da mocidade, os cidadãos se criariam com gostos e tendências mais intelectuais, achariam outros objetos em empregar seu dinheiro e não lhes pesaria o enfadonho tédio moral que causa a ociosidade em homens cuja moral e cuja inteligência não têm sido devidamente cultivadas e amparadas.²³²

Já o consumo imoderado de bebidas alcoólicas, por mais que fosse comumente atribuído aos chamados *desordeiros*, pois, segundo a *Revista Medica Fluminense*, tinha entre suas causas “sobretudo a pobreza”, era também associado aos senhores de elite, especificamente aos que se

²²⁷ **O Novo Domingueiro**: jornal de instrução e recreio, Rio de Janeiro, n. 10, vol. 1, 4 de julho de 1847, p. 128.

²²⁸ **A Abelha**, Rio de Janeiro, n. 5, ano 1, 09 de fevereiro de 1856, p. 4.

²²⁹ PRIORE, Mary Del. “Pais de ontem: transformações da paternidade no século XIX”. In: _____; AMANTINO, Marcia (Orgs.). **História dos Homens no Brasil**, p. 181.

²³⁰ **O Magico**, Rio de Janeiro, n. 7, vol. 1, 4 de janeiro de 1852, p. 4.

²³¹ O periódico era publicado em Niterói, mas também circulava pelo Rio de Janeiro, onde sua assinatura poderia ser adquirida “no escritório do ‘Correio Mercantil’, rua da Quitanda n. 55”, como consta na primeira folha de cada número.

²³² **A Pátria**: folha da provincia do Rio de Janeiro, Niterói, n. 17, ano 6, 21 e 22 de janeiro de 1857, p. 1.

ocupavam, numa época de constante incentivo à instrução, de “excessivos trabalhos mentais”.²³³ Era o que também reafirmavam os *Annaes Brasilienses de Medicina*, em 1883:

O *delirium tremens* e o alcoolismo, outrora comum entre os escravos e as classes inferiores da sociedade, pelo auso que se faziam da cachaça e outras bebidas espirituosas, vai infelizmente se estendendo às outras classes sociais pelo abuso que se faz hoje do conhaque, da laranjinha, da aguardente, da genebra e de vinhos falsificados, mais ou menos alcoolizados, ou só, ou associados à cerveja, às vezes de péssima qualidade.

É este um dos vícios mais perigosos ao bem-estar da família e aos progressos do país quando se apossa ou dos chefes de família, ou dos homens que pela posição que ocupam têm de intervir com sua autoridade e sua inteligência na administração pública.²³⁴

As causas do alcoolismo eram as mais variadas, incluindo-se “a ociosidade, a falta de ocupação, o gosto da dissipação, o caráter versátil; as paixões tanto expansivas como deprimentes, a cólera, o despeito, os desgostos domésticos”.²³⁵ Embriagado, o homem ébrio potencializava dois problemas fundamentais: primeiro, “olvida-se de todos os seus deveres para com o mundo”, ou seja, torna-se um ente inútil para o *progresso* da nação ao deixar de cumprir suas obrigações cotidianas; segundo, “as pessoas robustas e baldas da precisa educação manifestam seus atos às claras e patentemente por uma inclinação brutal e grosseiros arrebatamentos. Os indivíduos mais fracos e que receberam alguma educação têm contínuos arrufos no centro de suas famílias”.²³⁶ Aqui, o problema era a violência que acompanhava o abuso das bebidas *espirituosas*, a qual não mais condizia com o tipo de homem e de família que se passou a incentivar durante o Oitocentos. O etilismo ameaçava tanto o “bem-estar da família” quanto os “progressos do País”, como se referiam os *Annaes Brasilienses de Medicina*, em edição de 1883.²³⁷

Por fim, a frequência masculina no mundo da prostituição parece ter sido o grande vício a ser combatido, tanto para promover no homem a estima pelo trabalho quanto para a consolidação do novo modelo familiar proposto a partir do século XIX. Isso porque, ao visitar os bordéis, o homem contaminava-se física e moralmente, transformando-se num indivíduo portador de doenças e entregue à luxúria e à ociosidade, ou seja, numa ameaça à família e à pátria. A prostituição degenerava os corpos e a moral dos homens que deveriam conduzir a

²³³ *Revista Medica Fluminense*, Rio de Janeiro, n. 5, vol. 5, agosto de 1839, p. 219-220.

²³⁴ *Annaes Brasilienses de Medicina*, Rio de Janeiro, n. 2, tomo 34, janeiro a junho de 1883, p. 613.

²³⁵ *Revista Medica Fluminense*, Rio de Janeiro, n. 5, vol. 5, agosto de 1839, p. 221.

²³⁶ *Revista Medica Fluminense*, Rio de Janeiro, n. 5, vol. 5, agosto de 1839, p. 219-220.

²³⁷ *Annaes Brasilienses de Medicina*, Rio de Janeiro, n. 2, tomo 34, janeiro a junho de 1883, p. 613.

nação.²³⁸ Os periódicos, sobretudo os médicos, reconheceram na prostituição um problema sanitário, uma vez que a consideravam uma “fonte inesgotável de deboches, moléstias vergonhosas e muitos outros males que afligem a espécie humana”.²³⁹

A prostituição associava-se ao mundo da miséria, das doenças e da ociosidade, definindo-se como uma ameaça ao trabalho e opondo-se ao *progresso* e à *civilização* da pátria.²⁴⁰ Como asseverava o *Auxiliador da Indústria Nacional*:

A prostituição rouba-nos milhares de mulheres que sujeitas às leis naturais da procriação ofereceriam ao país centenas de braços robustos e valentes. A primogênita da prostituição, a sífilis, esfacela a nossa mocidade, fazendo-a cair aos pedaços, inutilizando-a para todo o fim utilitário.²⁴¹

Se a figura da prostituta, como vimos no capítulo anterior, tornou-se o contraponto negativo do tipo de mulher valorizado durante o Oitocentos, ou seja, a esposa-mãe virtuosa e dedicada ao marido e aos filhos, o controle sobre o mundo da prostituição dizia respeito mais diretamente ao homem. Era a sua frequência nos bordéis que poderia colocar em risco não só o trabalho, comprometendo o destino da nação, mas também o novo modelo familiar que se procurava instituir no Brasil. Entregar-se aos vícios, o da prostituição ou qualquer outro, era comprometer o futuro da família e do País. Como afirmou *O Curupira*, em 1852, “o vício é o sacrifício do futuro ao presente”.²⁴² A nova organização familiar proposta foi estruturada em torno de novos papéis de marido e de pai, papéis cujos contornos teriam sido bastante diferentes dos tempos coloniais, fazendo do homem um cônjuge carinhoso e um pai zeloso de seus filhos.

3.6 Da esposa e dos filhos

A partir do século XIX, a prostituição tornou-se um empecilho para a desejada *civilização* da família. Incorporada ao pensamento médico, deixou de ser considerada apenas um pecado cristão para apresentar-se também como um problema sanitário. Transformada em doença, era concebida como fator de degeneração da população, e não somente por sua capacidade de transmitir moléstias venéreas. O sentido de doença conferido à prostituição implicava, além da dimensão física, uma dimensão moral e outra social, ou seja, a *perversão* (a

²³⁸ ENGEL, Magali. *Meretrizes e doutores*, p. 98-100.

²³⁹ *Revista Médica Brasileira*, Rio de Janeiro, n. 1, vol. 1, maio de 1841, p. 6-7.

²⁴⁰ ENGEL, Magali. *Meretrizes e doutores*, p. 99-102.

²⁴¹ *O Auxiliador da Indústria Nacional*, Rio de Janeiro, n. 7, vol. 60, julho de 1892, p. 152.

²⁴² *O Curupira*: jornal litterario e instructivo, Rio de Janeiro, n. 8, 21 de novembro de 1852, p. 68.

doença física), a *depravação* (a doença moral) e o *comércio do corpo* (a doença social).²⁴³ Assim, associada à doença e ao mundo da desordem, a prostituição colocaria em risco o corpo físico, a família, o trabalho e a nação. Em 1869, os médicos responsáveis pela publicação dos *Annaes Brasilienses de Medicina* foram categóricos acerca dos males resultantes da frequência do homem às casas de prostituição:

Aí nesses covis da imundícia moral, aí nesses alcoices onde se sorve o sangue da vergonha e do comedimento fica a saúde, e há em seu lugar esse estado inveterado e quase incurável, sífilítico ou escrofuloso e reumático, que envelhece um homem moço ainda e o risca do número dos membros ativos e prestimosos do seu país.

E nele, nessa vítima da prostituição sem leis, nem regulamentos, está o futuro chefe de uma família, cujos filhos hão de herdar esse temperamento viciado e essa constituição raquítica e degenerada.

O inimigo que ameaça ou invade o Brasil [...] não será nunca tão destruidor como essa coorte de moléstias venéreas que invadem todas as classes sociais, e que marcam com o ferrete de sua destruição todos os membros da família brasileira do porvir.

[...]

Prostituição como por aqui temos, sem registro, sem exame, sem leis reguladoras, sem residências demarcadas, é um mal grande que ameaça já seriamente não só a saúde, como a moral pública.²⁴⁴

Como é possível perceber, a prostituição era fonte de doenças físicas, morais e sociais: contaminava o corpo da população, com uma “coorte de moléstias venéreas que invadem todas as classes sociais”, degenerava a moralidade, estimulando nos indivíduos um “temperamento viciado”, e atacava a sociedade, fosse pela “destruição [de] todos os membros da família brasileira do porvir”, fosse por excluir os viciados “dos membros ativos e prestimosos do seu país”. Em vista disso, os periódicos oitocentistas constantemente propuseram medidas contra tão preocupante flagelo da população. Como afirmou *O Figaro*, em 1876: “Compete à grande imprensa o ocupar-se dessa questão palpitante que vai de dia para dia ganhando terreno. Combater a prostituição, escondê-la tanto quanto for possível, seguindo assim o exemplo das nações mais civilizadas, é dever de todos nós”.²⁴⁵

De modo geral, os jornais e revistas se ocuparam de duas soluções para o problema da prostituição: combatê-la ou controlá-la. De um lado, a prostituição, percebida como uma doença, deveria ser combatida, inclusive por meio da repressão policial. Se não fosse possível exterminá-la, a coerção deveria ao menos procurar minimizar os males que ela causava na

²⁴³ ENGEL, Magali. *Meretrizes e doutores*, p. 66-70.

²⁴⁴ *Annaes Brasilienses de Medicina*, Rio de Janeiro, n. 6, tomo 21, novembro de 1869, p. 217-218.

²⁴⁵ *O Figaro*: folha ilustrada, Rio de Janeiro, n. 22, 1876, p. 170.

sociedade.²⁴⁶ Do outro lado, já que se supunha impossível acabar de uma vez com esta prática, os periódicos passaram a defender medidas contra sua expansão, de modo a controlá-la por meio de regulamentações.²⁴⁷

A tentativa de regulamentar a prostituição foi o método mais difundido pela imprensa com vistas a controlar os malefícios causados à família e à nação. Partindo do princípio de que o desejo sexual masculino deveria ser satisfeito - pois era algo inevitável e impossível de ser reprimido, como qualquer outra necessidade fisiológica -, a imprensa, sobretudo a médica, passou a propor o isolamento e a higienização do espaço da prostituição, transformando-a num elemento útil à sociedade.²⁴⁸ De acordo com a edição de maio de 1841 da *Revista Medica Brasileira*:

Conquanto a prostituição seja um mal inextinguível e mesmo, infelizmente, necessário por motivos que é escusado referir, todavia, nem por isso se deve deixar de procurar por todos os meios possíveis atenuar os progressos deste grande agente de corrupção e enfraquecer sua perniciosa influência sobre os costumes, a moral social e os males físicos que acarreta sobre a espécie humana.

O periódico prossegue:

[...] pouca consideração tem merecido um objeto de tanta importância e, até o presente, medidas algumas emanadas dos poderes competentes têm aparecido, [medidas] que tendam a obstar aos progressos da devassidão e da libertinagem, que cada vez se torna mais predominante. [...] Acresce mais que nossas prostitutas, isentas de toda a inspeção obrigativa, são pela maior parte impuras e, por isso, tanto mais perigosas aos interesses da sociedade, porque um dos grandes males que causam é o deterioramento de uma mocidade ardente, que, incauta e desejosa de satisfazer os prazeres sensuais, se lança em seus braços e vai aí buscar muitas vezes o gérmen de males que a atormentam durante toda a sua existência. Atendendo a estas e outras muitas razões, e ambicionando todos os melhoramentos possíveis ao nosso país, muito desejávamos que o nosso ilustrado governo procurasse, para benefício da saúde pública e do engrandecimento material e moral da sociedade, [...] pôr um freio ao progresso da devassidão, que tão espantoso se vai tornando entre nós, e diminuir por este modo o estado de perversão em que vão caindo os nossos costumes e a nossa moral social.²⁴⁹

²⁴⁶ ENGEL, Magali. **Meretrizes e doutores**, p. 122-123.

²⁴⁷ SOARES, Luiz Carlos. “Da necessidade do bordel higienizado: tentativas de controle da população carioca no século XIX”. In: VAINFAS, Ronaldo (Org.). **História e sexualidade no Brasil**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1986, p. 150.

²⁴⁸ ENGEL, Magali. **Meretrizes e doutores**, p. 133.

²⁴⁹ **Revista Medica Brasileira**, Rio de Janeiro, n. 1, vol. 1, maio de 1841, p. 12-13.

Regulamentá-la era investir em um modo mais eficaz de combater a disseminação das moléstias venéreas, bem como reduzir a imoralidade pública e a desordem social. Para isso, as medidas propostas pela imprensa²⁵⁰ consistiam em identificar e isolar as prostitutas do restante da sociedade *de bem*, submetendo as meretrizes a um constante e severo controle médico-policial.²⁵¹ O discurso médico-higiênico veiculado pela imprensa recomendava agrupar as mulheres *desonestas* que se encontrassem espalhadas pelas ruas do Rio de Janeiro em espaços específicos, os chamados bordéis, localizados também em áreas limitadas da cidade.²⁵² Era um modo tanto de criar melhores condições de combater a disseminação das moléstias sexuais, pois o controle médico se tornaria mais fácil e rotineiro, quanto de minimizar os desregramentos morais implicados pela existência da prostituição em meio à população *respeitável*. Como afirmavam, em 1869, os *Annaes Brasilienses de Medicina*:

As nossas ruas contam já, geralmente, número grande dessa gente, intercalada no meio do povo honesto e laborioso, que se vê obrigado a sofrer calado essas cenas escandalosas de luxo e imoralidade, tão comuns em público diariamente.

Essa gente honesta e laboriosa vê seus filhos pagarem o pesado e horrível tributo de uma prostituição infrene sem leis nem usos civilizados.

[...]

Chegados ao estado lastimoso de escandalosa prostituição em que nos achamos, façamos o nosso dever de médicos e de moralistas, enquanto os encarregados da educação não cuidam em fazer o seu. Tornada a prostituição uma necessidade, sancionemos leis a essa necessidade e entreguemo-la a uma

²⁵⁰ Entre as medidas propostas pela imprensa para reprimir os males e abusos causados pela prostituição, a *Revista Medica Brasileira* recomendava: “1º que todas as prostitutas sejam submetidas à vigilância das autoridades encarregadas de velar no cumprimento das leis relativas à saúde pública e polícia médica; 2º que sejam arruadas em diversos distritos marcados pelo Governo para residência das mesmas, dos quais não se poderão mudar sem participarem às autoridades competentes e indicarem o lugar para onde vão residir, o qual será sempre um dos lugares destinados para esse fim; 3º que todas as prostitutas sejam obrigadas a tirar na polícia um título de residência, no qual vá declarado tanto o distrito para onde vai morar, como os sinais característicos da pessoa; 4º que sejam obrigadas a comparecer todos os 4 ou 6 meses perante a polícia, a fim de renovar seus títulos [...]; 5º que se nomeiem comissões médicas e cirúrgicas, às quais o governo arbitrará um honorário proporcionado ao trabalho, sendo essas comissões encarregadas de fazer uma ou duas visitas por semana às prostitutas de um ou mais distritos, a fim de certificar-se do seu estado de saúde [apresentando relatórios à autoridade competente] [...]; 6º que quando os médicos encontrarem algumas meretrizes doentes e estas se não possam curar em suas casas por falta de meios, as façam recolher aos hospitais de caridade para se tratarem, donde, quando saírem, se dirijam imediatamente à casa de um dos membros da comissão de inspeção, a fim de reconhecer se estão boas e declará-lo no título de residência que elas deverão conservar em seu poder; 7º que toda a meretriz que se esquivar ao cumprimento destas obrigações sofrerá uma multa pecuniária proporcionada à grandeza do delito, assim como ao número de reincidências, que jamais deverá exceder de três, porque então será considerada como incorrigível por tais meios [...]; 8º finalmente, que o dinheiro recolhido aos cofres para este fim destinados será empregado unicamente no tratamento das prostitutas pobres, e em tudo reclamar o estado de saúde desta classe da sociedade”. *Revista Medica Brasileira*, Rio de Janeiro, n. 1, vol. 1, maio de 1841, p. 13-15.

²⁵¹ ENGEL, Magali. **Meretrizes e doutores**, p. 109-111.

²⁵² SOARES, Luiz Carlos. “Da necessidade do bordel higienizado: tentativas de controle da população carioca no século XIX”. In: VAINFAS, Ronaldo (Org.). **História e sexualidade no Brasil**, p. 163.

direção policial, rigorosa e constante, para lhe amparar os golpes que dá na saúde nacional.²⁵³

Apesar de a prostituição ser considerada uma necessidade para o homem, a tentativa de controlar relacionou-se diretamente com a nova organização familiar em desenvolvimento durante o Oitocentos, que modificou profundamente a sexualidade dos cônjuges. A prostituição passou a ser vista como o espaço da sexualidade doente, responsável pelo prazer excessivo, pela não-reprodução e pela transmissão da sífilis e das demais moléstias venéreas que vitimariam esposas e filhos. Ao manter contato com a prostituta doente, o homem tornava-se o elemento de contaminação da família, pondo em risco as futuras gerações.²⁵⁴ Em 1869, os *Annaes Brasilienses de Medicina* alertavam seus leitores de que “esses homens que tiveram contato impuro com elas [...] levam esse cunho de destruição e aniquilamento de raça até a prole que formam”.²⁵⁵

Como contraponto da sexualidade pervertida presente no mundo da prostituição, começa-se a estimular a sexualidade entre o casal de esposos. No século XIX, o homem adotava duas formas de conduta sexual que diziam respeito a duas finalidades diferentes: procriar com a esposa e saciar seus prazeres fora do casamento. Até então, como o casamento era considerado muito mais um instrumento para a montagem de alianças interfamiliares voltadas à preservação das riquezas, ou seja, detinha caráter de negócio, a sexualidade interferia muito pouco na vida dos cônjuges, uma vez que o sexo com a esposa se destinava muito mais à geração dos herdeiros.²⁵⁶ Por isso mesmo, o sucesso do matrimônio não dependia das práticas sexuais do casal.²⁵⁷

Durante o Oitocentos, entretanto, os jornais e revistas publicados no Brasil passaram a defender o matrimônio como o único espaço legítimo destinado à busca do prazer sexual. Começou a ganhar forma a seguinte ideia: de um lado, o sexo com a prostituta se referia a uma prática doente, cuja perversão não advinha apenas da contaminação sifilítica, mas também do exercício abusivo do prazer sexual;²⁵⁸ de outro lado, o sexo com a esposa dizia respeito à sexualidade sadia, pois não ameaçaria a saúde do corpo - livrando-o da exagerada frequência

²⁵³ *Annaes Brasilienses de Medicina*, Rio de Janeiro, n. 6, tomo 21, novembro de 1869, p. 225.

²⁵⁴ ENGEL, Magali. *Meretrizes e doutores*, p. 76-77.

²⁵⁵ *Annaes Brasilienses de Medicina*, Rio de Janeiro, n. 6, tomo 21, novembro de 1869, p. 224.

²⁵⁶ SCHNOOR, Eduardo. “Riscando o chão”: masculinidade e mundo rural entre a Colônia e o Império”. In: PRIORE, Mary Del; AMANTINO, Marcia (Orgs.). *História dos Homens no Brasil*. São Paulo: Editora Unesp, 2013, p. 89.

²⁵⁷ COSTA, Jurandir Freire. *Ordem médica e norma familiar*, p. 226.

²⁵⁸ COSTA, Jurandir Freire. *Ordem médica e norma familiar*, p. 243.

sexual e das moléstias venéreas - e garantiria a reprodução, da qual se geravam filhos saudáveis.²⁵⁹

Ao mesmo tempo, o estímulo à sexualidade entre marido e mulher foi acompanhado pela introdução do amor romântico como condição de felicidade do matrimônio. Assim, as ideias higienistas e românticas se entrecruzam de algum modo no elogio da sexualidade do casal, sexualidade que passou a exigir tanto o prazer físico - ainda que comedido e responsável, voltado à geração da prole²⁶⁰ - quanto a afetividade romântica. A finalidade do casamento, gradualmente, deixa de se concentrar na manutenção da riqueza e do poder das famílias envolvidas para dizer respeito à satisfação dos impulsos sexuais e afetivos do casal.²⁶¹ Assim, foi pelo amor que o sexo encontrou como limite o espaço da casa. Eis o ponto de coesão e consolidação do novo modelo de casamento proposto pelo século XIX: gozar com amor era responsabilizar o casal pela manutenção do matrimônio, possibilitando que homem e mulher aproveitassem juntos o prazer da vida em família.²⁶² Os *Annaes Brasilienses de Medicina* deixaram claro a nova proposta de união entre o homem e a mulher construída nesse período:

[...] o casamento é frequentemente o resultado de uma preocupação de um nome, do egoísmo e vaidade das famílias e mesmo de transações financeiras, e então não há de estranhar que de um consórcio a que não presidira o amor, nem anteceder a estima e, sobretudo, a ideia de futuros e recíprocos devotamentos, de um vínculo formado ou por fascinadoras ilusões juvenis, ou desgraçadas conveniências paternas, de um ato em que o coração não tomara parte nos juramentos pelos lábios proferidos, resultem em pouco tempo o afrouxamento das relações conjugais, as dissensões íntimas, os escandalosos divórcios, que não só perturbam a tranquilidade doméstica e ofendem a moralidade pública, como também viciam a prole e promovem a prostituição.²⁶³

Para evitar a prostituição e todas as consequências da sexualidade pervertida, o casamento deveria ser baseado em novos requisitos que garantiriam o seu sucesso: o amor e a

²⁵⁹ ENGEL, Magali. **Meretrizes e doutores**, p. 73.

²⁶⁰ Como afirma Mary Del Priore: “As obras médicas funcionavam como manuais de gestão espermática. Em cada página encontrava-se o temor do desperdício. Se a termodinâmica ensinava que o calor se transformava em energia, da mesma forma, o prazer levava à perda da vitalidade”. Ainda segundo a autora: “Nada de manobras voluptuosas, pois o importante era o poder da fecundação. O sucesso da relação sexual dependia do vigor do esposo e da rapidez do ato”. PRIORE, Mary Del. **Histórias íntimas**. São Paulo: Planeta, 2014, p. 79-80.

²⁶¹ CORRÊA, Mariza. “Repensando a família patriarcal brasileira (notas para o estudo das formas de organização familiar no Brasil)”. In: ALMEIDA, Maria Suely Kofes de et al. **Colcha de retalhos: estudos sobre a família no Brasil**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1982, p. 14.

²⁶² COSTA, Jurandir Freire. **Ordem médica e norma familiar**, p. 234.

²⁶³ **Annaes Brasilienses de Medicina**, Rio de Janeiro, n. 3, tomo 20, agosto de 1868, p. 102.

satisfação sexual dos consortes,²⁶⁴ pilares da nova felicidade conjugal.²⁶⁵ Com a união entre sexo e amor, procurava-se fixar a sexualidade masculina dentro dos limites do casamento, livrando a família dos perigos relacionados à prostituição, ou seja, a degradação moral, a contaminação da esposa e o nascimento de filhos sífilíticos.²⁶⁶ Além disso, ao combater a prostituição, responsável pela degradação do corpo, da moral e dos costumes, o novo modelo de família em desenvolvimento associou-a ao adultério, dando início à condenação da prática sexual fora do casamento por colocar em risco a saúde e a moral da família.²⁶⁷ Isso, é claro, em relação aos desregramentos do homem, cuja infidelidade matrimonial era considerada uma atividade inevitável. À mulher, sempre foi exigida a fidelidade ao marido, questão de honra que, uma única vez abalada, poderia decretar o fim da união.²⁶⁸ Daí a afirmação da *Revista Popular*, em 1862, de que “o marido deve ser como o passarinho que volta todas as noites para seu ninho, junto de sua mulher e seus filhos; mas não deve ser como o passarinho que anda a cantar longe de sua família”.²⁶⁹ Ao incentivar a fidelidade masculina, *O Album Semanal* recomendava:

Tanto a esposa deve cuidar em não dar a seu marido o mais leve motivo de suspeita, quanto deve esforçar-se em não deixar penetrar em seu espírito esta horrível paixão. Oh! Fuja o quanto puder de fazer indagações acerca do viver de seu marido [...].

Pelo que digo, porém, não se conclua que a esposa deve mostrar-se insensível aos desregramentos de seu marido, não: a indiferença em tal caso podia ser tomada pelo próprio marido como sinal de nenhuma ternura. Ela deve, portanto, queixar-se, mas estas queixas devem ser moderadas para produzir um efeito salutar. Em todo caso, deve ela proceder de maneira que perdendo o coração do esposo, não perca nem a sua estima, nem o seu respeito.²⁷⁰

²⁶⁴ Ainda que a sexualidade entre o casal fosse estimulada por todos os motivos aqui apresentados, o prazer da esposa ainda era alvo de inúmeras preocupações e restrições. Segundo Mary Del Priore, “Se a boa gestão espermática e a fecundação constituíam aos olhos dos médicos o objetivo principal das relações sexuais, o prazer da esposa preocupava-os. Sim, pois era exagerado. Seu orgasmo incentivava interpretações contraditórias. Acreditava-se que a emissão da semente feminina era importante para a fecundação, mas, por outro lado, o prazer podia levar a excessos. Coisa que não ficava bem numa mulher. Mulher era, então, sinônimo de pudor. Obcecado pelos riscos que o sexo feminino representava, os médicos recusavam à mulher qualquer iniciativa. Mais. Negavam as manifestações e até mesmo a existência do desejo feminino. Cabia ao marido, portanto, regular a ‘enervação’ da esposa, aplicando-lhe doses homeopáticas do santo remédio da cópula. Assim, o homem era responsável por uma tripla função: combinar a reserva espermática, a fecundação vigorosa e evitar a volúpia da parceira”. PRIORE, Mary Del. *Histórias íntimas*, p. 80.

²⁶⁵ PRIORE, Mary Del. *História do amor no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2015, p. 13.

²⁶⁶ COSTA, Jurandir Freire. *Ordem médica e norma familiar*, p. 228.

²⁶⁷ ENGEL, Magali. *Meretrizes e doutores*, p. 87.

²⁶⁸ PRIORE, Mary Del. *História do amor no Brasil*, p. 187.

²⁶⁹ *Revista Popular*, Rio de Janeiro, tomo 15, ano 4, julho a setembro de 1862, p. 325.

²⁷⁰ *O Album Semanal*: chronologico, litterario, critico e de modas, Rio de Janeiro, n. 23, 18 de abril de 1852, p. 90.

Se *O Album Semanal* recomendava às esposas certa vigilância sobre as condutas sexuais dos maridos, ainda que com queixas “moderadas”, o periódico não se furtou a dizer “também alguma coisa acerca dos maridos zelosos, prescrevendo-lhes regras de conduta que, a meu ver, podem contribuir para manter a paz e a harmonia doméstica no estado conjugal”.²⁷¹ Nesse sentido, o jornal alertava:

Lembre-se o marido, em primeiro lugar, que uma esposa bem-educada e virtuosa com sentimentos de religiosidade preza de ordinário mais a honra que a própria vida e, portanto, nunca deve ele dar indícios de que suspeita da inocência de sua consorte, devendo ser ele o primeiro a respeitá-la e a fazer-lhe justiça. Nada para uma esposa seria mais para sentir do que ver que aquele mesmo que ela tanto ama, cujo nome procura honrar, cujos filhos quer exemplificar com atos de moral, é o próprio a rebaixá-la a ponto de supô-la uma mulher perdida, capaz de trair seus mais sagrados deveres e a sua fidelidade conjugal.²⁷²

Ao mesmo tempo que incentivava a vigilância e a confiança mútua entre o casal, o jornal também era categórico acerca da fidelidade conjugal:

Se os maridos quiserem que suas mulheres lhes sejam sempre fiéis, deverão eles também ser-lhes pela sua parte, pois o que assim não pratica e alardeia seu escandaloso proceder dá um funesto exemplo, e com ele como que exorta tacitamente a sua companheira a fazer o mesmo, visto que não será com o abandono e desprezo que se há de granjear o amor e a dedicação. Pode-se afoitamente dizer que um marido infiel, que deixa sua mulher sem dela importar-se, não lhe pagando o legítimo tributo e consideração devida, dá-lhe mil ocasiões para receber os galanteios de qualquer outro, no que quase sempre a sua virtude vem a sucumbir. A ausência continuada de um marido do teto conjugal pode dar entrada a sedutores e seu procedimento pode a estes fornecer argumentos poderosos em que apoiem suas culpáveis solicitações. No entanto, se um marido cumpre com seus deveres, esmaga seus mais valentes inimigos, torna a mulher insensível aos galanteios criminosos e obriga-a a voltar toda sua atenção para a paz e interesse de sua casa. Um marido fiel é o sustentáculo da virtude de sua mulher, mas se ele, além da fidelidade, ainda tem para com ela certas atenções e diferenças que a qualidade do sexo e da pessoa exigem, então muito mais deve esperar.²⁷³

Para garantir a felicidade conjugal e não comprometer o novo modelo familiar almejado, ou seja, da família dedicada aos filhos, a fidelidade no matrimônio tornou-se uma exigência

²⁷¹ *O Album Semanal*, Rio de Janeiro, n. 24, 25 de abril de 1852, p. 93.

²⁷² *O Album Semanal*, Rio de Janeiro, n. 24, 25 de abril de 1852, p. 94.

²⁷³ *O Album Semanal*, Rio de Janeiro, n. 33, 4 de julho de 1852, p. 155.

recíproca. De acordo com *O Jornal das Senhoras* em 1852, “os esposos se devem mutuamente fidelidade e auxílio; o marido deve proteção a sua mulher, a mulher obediência a seu marido”.²⁷⁴

A fidelidade conjugal era, naturalmente, um modo de também incentivar a sexualidade entre os cônjuges, especificamente a da esposa, uma vez que o prazer feminino, malgrado todas as interdições a que estava submetido, passou a ser encarado como garantia contra o adultério: levar a esposa ao orgasmo era um mecanismo preventivo contra as irregularidades sexuais da mulher.²⁷⁵ Ainda que os desregramentos dos homens continuassem sendo tolerados sem maiores problemas durante o século XIX, o novo padrão moral e familiar em construção paulatinamente transformou as condutas masculinas ao condenar moralmente os senhores frequentadores do mundo da prostituição. Dom Pedro II, por exemplo, instituiu normas rigorosas de conduta sexual para aqueles que formavam sua corte, evitando indicar para cargos de destaque indivíduos cujos comportamentos privados denotassem acentuados desvios.²⁷⁶

O século XIX empenhou-se em desenvolver no homem o papel de esposo amoroso, preocupado em desempenhar as tarefas familiares que lhe eram destinadas, incluindo-se aí a dedicação à sexualidade da esposa e a fidelidade conjugal, responsáveis por controlar as imoralidades e as más condutas dos senhores. Tais tarefas, em última instância, tinham por finalidade proteger a saúde, a moral e os costumes do elemento que se tornou o novo epicentro da família: o filho. A partir do século XIX, como vimos no capítulo anterior, o cuidado com os filhos passou a ser o grande objetivo de homens e mulheres ligados pelo matrimônio, ou seja, amar e dedicar-se às crianças tornou-se o principal dever da família, cuidados que principiavam por resguardar os filhos dos perigos que a vida desregrada de pais frequentadores dos prostíbulos poderia ocasionar. Manter-se fiel à esposa, portanto, era proteger física, moral e socialmente sua prole, a qual deveria ser criada em meio a práticas consideradas *honestas*, pois seria ela responsável pelo futuro da nação. O controle sexual era, enfim, um controle sobre a qualidade dos futuros cidadãos da pátria.²⁷⁷

Procurando cristalizar no homem *respeitável* essas práticas *honestas*, os periódicos, do mesmo modo que se utilizaram da prostituta como elemento negativo da esposa-mãe, fizeram uso também de figuras consideradas antinormas do homem-pai para prescrever-lhes novos padrões de conduta e moralidade, a saber: os libertinos, os celibatários e os pederastas. Os libertinos eram condenados por sua capacidade de contágio de doenças venéreas adquiridas

²⁷⁴ **O Jornal das Senhoras**, Rio de Janeiro, n. 17, tomo 1, 25 de abril de 1852, p. 130.

²⁷⁵ PRIORE, Mary Del. **Histórias íntimas**, p. 81.

²⁷⁶ FREYRE, Gilberto. **Vida social no Brasil nos meados do século XIX**, p. 85.

²⁷⁷ COSTA, Jurandir Freire. **Ordem médica e norma familiar**, p. 170.

pelo contato com as prostitutas, pois, contraindo a sífilis ou alguma outra moléstia, colocavam em risco a esposa e os futuros descendentes; sua conduta também poderia induzir a infidelidade da esposa e solapar a moral dos filhos devido aos péssimos exemplos.²⁷⁸

A crítica à libertinagem ainda ressaltava sua incompatibilidade com a ordem social, uma vez que o homem desregrado se esquivaria das ocupações do trabalho e dissiparia a riqueza de sua família. Dobrando-se aos encantos das prostitutas, o chefe de família dissoluto despendia com elas altas quantias, inclusive cobrindo-as de joias, adornos e com os mais finos trajes vendidos pelas modistas francesas na rua do Ouvidor.²⁷⁹ Em vista disso, o *Museo Universal*, em 1841, advertia: “sejamos sóbrios, principalmente, se queremos ter família, e não nos esqueçamos de que qualquer superfluidade que gastemos é tirada do que pelo tempo adiante serviria para as primeiras necessidades de nossa mulher e filhos”.²⁸⁰ Por todos esses motivos, *A Semana Illustrada* afirmava que o libertino merecia “o desprezo dos homens de bem”.²⁸¹ Mas não somente isso: a *Revista Popular*, em 1861, recomendava “convertê-lo, fazendo do libertino um homem probo, estudioso, amigo do trabalho, numa palavra, excelente pai de família”.²⁸²

Também em contato com a prostituição e as moléstias venéreas, o celibatário era visto com receio não apenas por sua libertinagem, mas também por sua insistência em não contrair matrimônio. O homem que se mantinha solteiro colocava em risco o projeto de construção da família em torno do casamento amoroso e do cuidado com a progênie. Por isso, era tratado como um risco para a família e a sociedade.²⁸³ Em 1859, *A Marmota* alertava: “Um celibatário é sempre mau conhecimento para um marido, por mais enamorado que ele esteja de sua mulher. Se as mulheres, umas com as outras, algumas vezes se perdem, os maridos com os celibatários ainda se perdem mais”.²⁸⁴ De modo a desestimular nos homens a vida de solteiro, o *Novo Correio das Modas* publicou um artigo sobre um velho celibatário de 87 anos que se lamentava:

Não entrava, pois, nos meus projetos viver celibatário e se fiquei neste triste estado foi bem a meu pesar. Não tenho sido feliz em amor, talvez por minha falta, mas involuntária: eu amava em boa fé, os meus votos foram sempre honrados e legítimos, pois que a nada mais aspirava que vir a ser um bom marido e bom pai de família.²⁸⁵

²⁷⁸ COSTA, Jurandir Freire. **Ordem médica e norma familiar**, p. 241.

²⁷⁹ SOARES, Luiz Carlos. “Da necessidade do bordel higienizado: tentativas de controle da população carioca no século XIX”. In: VAINFAS, Ronaldo (Org.). **História e sexualidade no Brasil**, p. 153.

²⁸⁰ *Museo Universal*, Rio de Janeiro, n. 9, vol. 5, 28 de agosto de 1841, p. 69.

²⁸¹ *A Semana Illustrada*, Rio de Janeiro, n. 261, ano 6, 10 de dezembro de 1865, p. 2086.

²⁸² *Revista Popular*, Rio de Janeiro, tomo 11, ano 3, julho a setembro de 1861, p. 140.

²⁸³ COSTA, Jurandir Freire. **Ordem médica e norma familiar**, p. 244-246.

²⁸⁴ *A Marmota*, Rio de Janeiro, n. 1073, 15 de julho de 1859, p. 1.

²⁸⁵ *Novo Correio das Modas*, Rio de Janeiro, n. 8, vol. 2, 1853, p. 59.

Assim como o celibatário, o pederasta negava a paternidade. A sodomia, inclusive, era considerada um pecado cristão e permaneceu criminalizada até a promulgação do Código Criminal de 1830.²⁸⁶ A partir do século XIX, o “horrendo vício da pederastia”,²⁸⁷ como se referiu *O Progresso Medico*, transformou-se de crime em patologia, ao ser incorporado pelo discurso médico, tornando-se a antinorma do comportamento sexual *adequado*, ou seja, a relação entre indivíduos de sexo oposto cujo objetivo era a procriação. A pederastia, ao se contrapor à sexualidade do matrimônio e à função da paternidade, associava-se a uma “coorte infernal de vícios [...] contra a moral e contra o bem-estar”.²⁸⁸ Como impresso de modo bem claro, em 1860, no jornal *A Marmota*: “Quem se quiser opor a esta ordem de Deus e a esta necessidade da natureza é um herege, e suplantando o sacramento do matrimônio, desviando-se do verdadeiro caminho, será repellido pela sociedade e abominado por todos que nele virem um imundo pederasta”.²⁸⁹

Ao corromper a família com doenças e péssimos exemplos ou ao negar o exercício da paternidade, o libertino, o celibatário e o pederasta tornaram-se as antinormas do homem-pai.²⁹⁰ Eis a segunda grande função do homem durante o século XIX: o matrimônio e a paternidade, os quais deveriam ser vividos com base no amor e no cuidado com a esposa e os filhos. Dedicar-se à família era, finalmente, o modo mais eficiente de assegurar a formação de futuros cidadãos capazes de realizar a primeira grande tarefa masculina: trabalhar para o *progresso* da nação.

Até o período colonial, entretanto, a autoridade e o poder patriarcais foram os mecanismos de estruturação das famílias²⁹¹ e da sociedade²⁹². Na família patriarcal, tudo e todos

²⁸⁶ TREVISAN, João Silvério. **Devassos no paraíso**: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade. Rio de Janeiro: Record, 2000, p. 164-166.

²⁸⁷ **O Progresso Medico**, Rio de Janeiro, vol. 1, ano 1, 1876, p. 42.

²⁸⁸ **Revista Brasileira**: jornal de ciencias, letras e artes, Rio de Janeiro, tomo 20, outubro a dezembro de 1899, p. 61.

²⁸⁹ **A Marmota**, Rio de Janeiro, n. 1176, 10 de julho de 1860, p. 3.

²⁹⁰ COSTA, Jurandir Freire. **Ordem médica e norma familiar**, p. 240.

²⁹¹ De acordo com Antônio Candido, a organização patriarcal da família “apresentava uma dupla estrutura: um núcleo central, legalizado, composto por um casal branco e suas crianças legítimas; e uma periferia nem sempre bem delineada, composta por escravos e *agregados*, índios, negros e mestiços, na qual estavam incluídas as concubinas do senhor e seus filhos ilegítimos”. CANDIDO, Antonio. “The Brazilian Family”. In: SMITH, T. Lynn; MARCHANT, Alexander (eds.). **Brazil**: portrait of half a continent. New York: The Dryden Press, 1951, p. 294. [tradução nossa]

²⁹² A família patriarcal - difundida principalmente pelos trabalhos de Gilberto Freyre - como estrutura em torno da qual se organizou a sociedade brasileira durante o período colonial foi alvo de uma série de revisões elaboradas pela historiografia. De acordo com Mariza Corrêa, é necessário “relativizar essa imagem dominante na literatura sobre a família no Brasil. A “família patriarcal” pode ter existido, e seu papel pode ter sido extremamente importante, apenas não existiu sozinha, nem comandou do alto da varanda da casa grande o processo total de formação da sociedade brasileira. [...] O conceito de “família patriarcal”, como tem sido utilizado até agora, achata as diferenças, comprimindo-as até caberem todas num mesmo molde que é então utilizado como ponto central de referência quando se fala de família no Brasil”. CORRÊA, Mariza. “Repensando a família patriarcal brasileira (notas para o estudo das formas de organização familiar no Brasil)”. In: ALMEIDA, Maria Suely Kofes de et al. **Colcha de retalhos**, p. 25.

estavam sujeitos ao pai: cabia-lhe desde o comando e a decisão de quaisquer aspectos da vida dos filhos, como determinar suas escolhas profissionais e matrimoniais, até a administração da justiça dentro de sua residência, que incluía assassinar sua esposa ou filho, se assim fosse necessário.²⁹³ Detentor de um poder quase que ilimitado, o pai era uma figura austera, violenta e temida. A pressão que exercia sobre os filhos gerava meninos tristes e atemorizados, acentuando a distância emocional e inibindo a intimidade entre eles.²⁹⁴ Sua autoridade era exercida primordialmente sobre os filhos homens - os futuros herdeiros -, centrando-se na violência e rigidez como modo de disciplinar e desenvolver, o mais precocemente possível, o adulto que um dia assumiria os negócios da família. Por isso, a pouca importância dada à criança e o empenho em seu rápido amadurecimento durante os primeiros séculos de colonização: o filho era apenas um adulto em formação, incapaz ainda de contribuir plenamente com os afazeres produtivos. As relações entre pai e filho eram marcadas pela austeridade, brutalidade e ausência de diálogo, o que acabava por afastar as demonstrações de afeto entre ambos; ou melhor: até então, pais e filhos estavam preocupados com outras coisas que não as manifestações de carinho, conduzindo seu cotidiano com base em outros valores e pactos, principalmente os voltados para a preservação do patrimônio familiar.²⁹⁵

A partir do século XIX, ocorreram significativas mudanças no que se entendia por paternidade, com a prescrição de novos valores e comportamentos como guia das relações entre pais e filhos.²⁹⁶ A começar pelo cuidado com a prole, que se transformou de uma obrigação executada com certo distanciamento emocional em uma ação espontânea de amor.²⁹⁷ A dedicação do pai à progênie marcou-se, daí em diante, não mais pela austeridade e tirania dos tempos coloniais, mas, sim, pelo amor, afeição e amizade. Em 1848, *A Grinalda* publicou uma carta de um pai que dizia: “Os pais amam tanto a seus filhos, querem-lhes tanto bem!” O pai ainda ressaltava: “É fado meu sofrer pelos meus filhos; e é tão justo sofrer que não me quero queixar”.²⁹⁸ A mudança no cuidado com os filhos também foi destacada, em 1862, pela *Revista Popular*: “já é tempo que se convençam que os pais não devem ser os tiranos dos filhos, porém seus conselheiros e amigos naturais”. Ainda segundo a *Revista*, “o pai e o filho são dois amigos

²⁹³ PRIORE, Mary Del. “Pais de ontem: transformações da paternidade no século XIX”. In: _____; AMANTINO, Marcia (Orgs.). **História dos Homens no Brasil**, p. 166.

²⁹⁴ ALGRANTI, Leila Mezan. “Famílias e vida doméstica”. In: NOVAIS, Fernando Antonio (coord.); SOUZA, Laura de Mello e (org.). **História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 114.

²⁹⁵ PRIORE, Mary Del. “Pais de ontem: transformações da paternidade no século XIX”. In: _____; AMANTINO, Marcia (Orgs.). **História dos Homens no Brasil**, p. 155-158.

²⁹⁶ PRIORE, Mary Del. “Pais de ontem: transformações da paternidade no século XIX”. In: _____; AMANTINO, Marcia (Orgs.). **História dos Homens no Brasil**, 2013, p. 154.

²⁹⁷ COSTA, Jurandir Freire. **Ordem médica e norma familiar**, p. 238.

²⁹⁸ *A Grinalda*: jornal dos domingos, Rio de Janeiro, n. 5, vol. 1, 20 de agosto de 1848, p. 75.

formados pelos laços indissolúveis do sangue e, por isso, devem-se estimar e respeitar mutuamente, usando de franqueza na comunicação de seus pensamentos”.²⁹⁹

Os novos tempos colocaram em cena o pai amoroso, em detrimento do tirano colonial. À medida que a extrema severidade paterna foi se reduzindo, desenvolveram-se relações mais íntimas com os filhos, que passaram a chamar os pais não apenas por *senhor*, como ocorria até então, mas também por *você*, bem como introduziu-se a prática de beijar o pai no momento em que se pedia sua benção.³⁰⁰ As relações de autoridade e brutalidade se suavizaram, dando início a uma convivência marcada pela intimidade, pelo fortalecimento dos laços afetivos e pelo amor e cuidado com os descendentes. A paternidade transformou-se em uma vontade, em um desejo do homem, que deveria dedicar sua vida a amar seus filhos e zelar por sua família, deixando para trás seu comportamento de um simples genitor.³⁰¹

A modificação das relações paterno-filiais durante o século XIX podem ser percebidas pelo comportamento da família imperial. Dom Pedro I era extremamente afetuoso com seus filhos, inclusive os ilegítimos, mantendo-se atento à educação de sua prole que permaneceu no Brasil mesmo após o imperador ter deixado o País em 1831.³⁰² Seu filho, Dom Pedro II, era considerado um primoroso pai de família. Entre os testemunhos de suas qualidades paternas, a *Revista Popular*, em 1861, pintou o seguinte retrato do estadista (ANEXO 14):

Representa-nos a gravura o imperador lecionando suas filhas com assistência da imperatriz. Esta tocante cena de família caracteriza o augusto chefe da casa de Bragança. Do pináculo da grandeza ao desempenho das modestas funções de mestre; esquece-se que é monarca para se lembrar que é pai. Com este só ato honra o imperador os misteres tão sagrados de pai e de mestre; e como na China, que a charua imperial anima a agricultura, o exemplo do Sr. D. Pedro II terá imitadores, e nossos chefes de famílias não se olvidarão da educação de seus filhos, alegando o fútil pretexto das suas numerosas ocupações.

[...]

Excelente pai de família, com a maior solicitude busca o imperador desempenhar os ônus que lhe impõe semelhante encargo. Bom esposo, ama e acata a mulher que o céu lhe destinou, e o público, sempre ávido de escândalos, para respeitoso diante da alcova imperial. [...] Pai extremoso, vela com o maior cuidado sobre a educação de sua prole, sabendo, como profundo filósofo, que é esta a mais bela segura herança que lhe pode deixar.³⁰³

²⁹⁹ *Revista Popular*, Rio de Janeiro, tomo 15, ano 4, julho a setembro de 1862, p. 44.

³⁰⁰ CANDIDO, Antonio. “The Brazilian Family”. In: SMITH, T. Lynn; MARCHANT, Alexander (eds.). **Brazil**, p. 308.

³⁰¹ PRIORE, Mary Del. “Pais de ontem: transformações da paternidade no século XIX”. In: _____; AMANTINO, Marcia (Orgs.). **História dos Homens no Brasil**, p. 174.

³⁰² LUSTOSA, Isabel. **D. Pedro I: um Herói sem nenhum caráter**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 316-317.

³⁰³ *Revista Popular*, Rio de Janeiro, tomo 10, ano 3, abril a junho de 1861, p. 27.

Do mesmo modo que Dom Pedro II deveria ser o modelo para os demais pais de família, todo o controle acerca das condutas dos chefes de família dizia respeito, em alguma medida, ao exemplo que dariam à progênie; como asseverou a *Revista Popular*, em 1862:

O chefe de família deve ser tão circunspecto nos seus atos, que jamais dê motivos pelos quais os filhos se apercebam de que ele se apartou da linha dos seus deveres. O chefe de família que procede por forma a não escandalizar a moral e a sociedade terá o prazer de ver crescer seus filhos na mais perfeita harmonia, amando-se mutuamente e ligando-se nos seus divertimentos e trabalhos: tais filhos, quando homens, serão, sem a menor dúvida, excelentes pais e perfeitos cidadãos.³⁰⁴

Se as condutas morais apropriadas e os *bons costumes* do pai serviriam de exemplo para moldar o caráter e os hábitos dos filhos, as atitudes socialmente reprováveis também poderiam ocasionar danos irreparáveis à formação da criança, tornando-a um adulto disfuncional. O jornal *O Apóstolo*, em 1868, alertava seus leitores:

Os maus exemplos, as escandalosas cenas que se passam no interior das casas e que os filhos observam, danificam-lhes a índole, endurecem-lhes o coração e pervertem-lhes o caráter, quando índole, coração e caráter deviam merecer os mais sérios cuidados de uma educação severa. Assim criados, assim envenenados desde o berço, saem da casa paterna para receberem a instrução que as necessidades da sociedade exigem. Mas em que lhes aproveita possuírem esta instrução sem um coração bem-educado, uma índole dócil e um caráter bem formado? Eis aqui a origem do grande mal que nos persegue, do cancro que corrói lentamente a sociedade. Eis aí a grande causa dessa divergência de pensar, desses disparates dos que governam, dessa luta entre tudo e todos.³⁰⁵

Os bons exemplos, portanto, eram fundamentais para a educação moral da prole, educação que constituiria a base sobre a qual o menino receberia a instrução enciclopédica nas instituições da corte. Daí a afirmação da *Revista Popular* de que “os pais têm o imprescindível dever de velar pela educação e conservação dos filhos”.³⁰⁶ Contudo, a educação moral dos filhos era partilhada com a esposa, que deveria ser a principal responsável pela tarefa. Ao homem, por maiores cuidados e amores que reservasse aos descendentes, restava-lhe a função secundária de ajudante da esposa na educação da infância, uma vez que “por mais desvelado que seja um pai, [...] forcem-no os deveres sociais a longas ausências, e a educação é um trabalho contínuo;

³⁰⁴ *Revista Popular*, Rio de Janeiro, tomo 15, ano 4, julho a setembro de 1862, p. 43-44.

³⁰⁵ *O Apóstolo*: periódico religioso, moral e doutrinário, consagrado aos interesses da religião e da sociedade, Rio de Janeiro, n. 14, ano 3, 5 de abril de 1868, p. 106.

³⁰⁶ *Revista Popular*, Rio de Janeiro, tomo 15, ano 4, julho a setembro de 1862, p. 45.

exige reiterados esforços”.³⁰⁷ A *Revista Popular* ainda delimitava de modo bastante claro a participação paterna na educação dos filhos ao destacar que “o pai deve ser como o pombo que ajuda a sua companheira a criar os filhos; mas não deve ser como o pombo que se deixa ficar no ninho, como se fosse ama de leite”.³⁰⁸

Educado pela mãe com o auxílio do pai, o menino se transformaria em um adulto *civilizado* e adequado às necessidades da pátria ao levar uma vida conduzida pelos preceitos da moralidade e dos usos e costumes aceitos socialmente; como afirmou *O Jornal das Senhoras*, em 1853:

Se o seu coração é bem formado, se, desde a infância, lhe ensinaram a discriminar o bem do mal, se sua alma é ornada de virtudes, sorvidas no regaço maternal, se o seu norte é a justiça e o dever, salvo é o homem: ele saberá afrontar o *tropel das paixões*, assoberbar as tentativas do vício, fechar os olhos ao crime e seguir, embora escabrosa, a defesa da virtude, único norte que salvará a nau nesse oceano insondável que se chama - mundo.³⁰⁹

A educação moral recebida na infância era decisiva para a formação do adulto que um dia conduziria o Brasil. Isso porque passou-se a acreditar que o modo como a criança era cuidada e educada durante a puerícia era determinante para diversos aspectos de sua formação, ou seja, implicava diretamente a estruturação de seu corpo, de sua moral e de seus costumes.³¹⁰ O risco de uma má educação dos filhos comprometeria todo o projeto de construção da nação, uma vez que, formado o adulto sem os preceitos da moralidade, nada haveria a fazer para corrigir seus desregramentos:

Por mais que se cansem os legisladores em formular leis repressivas, não poderão conter os desmandos dos povos, porque estes só se corrigem e melhoram por meio da educação moral recebida na primeira infância. Sem que a infância beba os princípios necessários da moral, não se poderá melhorar os costumes dos povos; são, portanto, infrutíferas todas as tentativas que não tiverem por fim ilustrar a classe social na sua educação moral e religiosa, porque são estes os dois principais elementos de ordem, sem os quais o homem marcha de degradação em degradação, até se lançar no abismo.³¹¹

³⁰⁷ *Revista Popular*, Rio de Janeiro, tomo 1, ano 1, janeiro a março de 1859, p. 331.

³⁰⁸ *Revista Popular*, Rio de Janeiro, tomo 15, ano 4, julho a setembro de 1862, p. 326.

³⁰⁹ *O Jornal das Senhoras*, Rio de Janeiro, n. 10, tomo 3, 6 de março de 1853, p. 74.

³¹⁰ COSTA, Jurandir Freire. *Ordem médica e norma familiar*, p. 144.

³¹¹ *Revista Popular*, Rio de Janeiro, tomo 16, ano 4, outubro a dezembro de 1862, p. 169.

Por isso, como destacou a *Revista Popular*, “o principal dever de um pai é aconselhar aos filhos e admoestá-los com brandura, demonstrando-lhes por meios persuasivos que devem evitar os maus caminhos que conduzem para o erro e aviltamento do homem”.³¹²

A educação dirigida aos filhos tinha ao menos duas linhas mestras que deveriam ser seguidas para a formação de um adulto *civilizado*: ensinar os preceitos da religião católica e abandonar o uso dos castigos como método disciplinar. No primeiro caso, diziam os periódicos que “para a boa educação contribui também poderosamente o ensino religioso”.³¹³ Isso porque, como alertou *O Novo Domingueiro* em 1847, era “no respeito e amor à religião” que constituiria a “base de toda a civilização, pois sem ela, estamos convencidos, nada pode existir”.³¹⁴ Seis anos depois, *O Jornal das Senhoras* apresentou as consequências da ausência da religião na formação do povo:

Sem religião, veríamos mais do que nunca as famílias perturbadas pela discórdia e pela libertinagem; esposos sem união, filhos sem respeito e servos sem fidelidade; veríamos entes revoltados contra a natureza, que não sendo mais retidos pelo freio de uma educação religiosa, conheceriam desde a mais tenra juventude as alicantinas e a audácia do crime, e apresentariam perante os tribunais espantados o mais hediondo de todos os espetáculos - o das atrocidades na idade mesmo da candura e da inocência [...].³¹⁵

Se o Brasil tinha na religião “a base de sua civilização”,³¹⁶ como asseverava *O Curupira* em 1853, era preciso ensinar os filhos a rezar. A prática da reza seria, assim, o “primeiro móvel de sua educação moral”,³¹⁷ Como também destacou *O Album Semanal*: “A oração deve ser a primeira lição de moral que lhe devem dar”.³¹⁸

Associando-se à postura adotada pela imprensa oitocentista de, mais do que reprimir os comportamentos, adotar uma tática positiva de produção de novas condutas e hábitos, a crítica aos castigos corporais também se alinhou à nova atitude esperada dos chefes de família: amar, respeitar e cuidar de sua prole. O combate à brutalidade dos pais teve consequências no modo pelo qual a disciplina doméstica passou a ser empregada, resultando em uma forma mais branda e afetuosa de controle das condutas infantis. Mas abolir a punição física era, sobretudo, acreditar que os castigos corpóreos degradavam as crianças, tornando-as mentirosas, cínicas e

³¹² *Revista Popular*, Rio de Janeiro, tomo 15, ano 4, julho a setembro de 1862, p. 44.

³¹³ *Revista Popular*, Rio de Janeiro, tomo 1, ano 1, janeiro a março de 1859, p. 332.

³¹⁴ *O Novo Domingueiro*, Rio de Janeiro, n. 6, vol. 1, 6 de junho de 1847, p. 69.

³¹⁵ *O Jornal das Senhoras*, Rio de Janeiro, n. 5, tomo 3, 30 de janeiro de 1853, p. 34.

³¹⁶ *O Curupira*, Rio de Janeiro, n. 22, 6 de março de 1853, p. 169.

³¹⁷ *O Album Semanal*, Rio de Janeiro, n. 33, 4 de julho de 1852, p. 158.

³¹⁸ *O Album Semanal*, Rio de Janeiro, n. 33, 4 de julho de 1852, p. 157.

acovardadas, características que não contribuiriam para a formação do adulto *civilizado* e *patriota* com que a nação precisava contar.³¹⁹ É o que dizia a *Revista Popular*, em 1862:

O respeito do filho para com o pai deve nascer somente da superioridade que aquele reconhece neste e não ser a consequência do terror inspirado pelos castigos corporais desarrazoadamente infligidos pelo pai no filho, porque o homem - *ser inteligente* - deve ser conduzido pela persuasão e não pelo látigo aviltante.³²⁰

O periódico explicava ainda:

Os caprichos da meninice devem ser corrigidos sem nenhum exaspero, visto que pelos meios brandos e persuasivos mais se conseguirá do que pelos castigos aviltantes. Os pais, bem como todos os diretores da infância, devem evitar os assomos da cólera em presença dos seus educandos, porque esses entes tenros e frágeis facilmente se impressionam pelos atos exteriores e seguem em suas ações tudo quanto viram praticar.³²¹

Todo esse cuidado com a educação da criança, em especial dos filhos homens, era um modo de possibilitar a formação do cidadão encarregado de bem conduzir a nação. Em uma palavra: formar indivíduos patriotas, dispostos a despender sua existência em benefício da nação. Assim, pais e mães deveriam ser simplesmente tutores de seus filhos, tutores a serviço do Brasil, verdadeiro detentor da vida da população. Era preciso ensinar as crianças a dedicar sua vida ao País, desenvolvendo nelas valores patrióticos desde a mais tenra infância.³²² Como apontou o *Diário do Rio de Janeiro* em 1865, “o primeiro dever de um pai é dar a seus filhos o exemplo do amor da pátria”.³²³ Isso porque, como afirmou no mesmo ano o *Echo da Nação*, “há, dentro em nosso peito, um sentimento puro e nobre. Esse sentimento é o amor da pátria, da pátria que, como carinhosa mãe, tudo espera de seus filhos. Trabalhar para o seu engrandecimento é um dever bem sagrado, é um trabalho assaz doce”.³²⁴

Desse modo, atribuía-se à educação paterna a tarefa de assentar nas crianças as primeiras pedras do amor à nação. Valores patrióticos que seriam reforçados e maximizados a partir do momento em que o menino deixasse a casa familiar para frequentar alguma instituição de ensino. Daí para frente, era a instrução a encarregada de moldar o adulto patriota, disposto a

³¹⁹ COSTA, Jurandir Freire. **Ordem médica e norma familiar**, p. 198.

³²⁰ **Revista Popular**, Rio de Janeiro, tomo 15, ano 4, julho a setembro de 1862, p. 44.

³²¹ **Revista Popular**, Rio de Janeiro, tomo 15, ano 4, julho a setembro de 1862, p. 45.

³²² COSTA, Jurandir Freire. **Ordem médica e norma familiar**, p. 173.

³²³ **Diário do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, n. 46, ano 45, 22 de fevereiro de 1865, p. 1.

³²⁴ **Echo da Nação**: folha política, litteraria, e noticiosa, Rio de Janeiro, n. 179, ano 9, 16 e 17 de agosto de 1860, p. 2.

dedicar sua vida em benefício do Brasil, uma vez que os elementos morais já deveriam ter sido cristalizados em seu íntimo pela educação parental. Como apontou a *Revista Brasileira* em 1860, “a instrução primária, dada nestas condições, fortifica as inclinações boas e honestas; reprime as más tendências; conserva o espírito de família, o amor da pátria e os bons costumes”.³²⁵ Mas, antes de a escola instruir, cabia ao pai auxiliar a esposa na educação da progênie. Preocupado em prescrever aos chefes de família qual seria seu papel na educação da infância, *O Apóstolo* propôs a seguinte questão em 1875: “Qual o dever do pai de família a respeito da educação de seus filhos?” Sua resposta não poderia sintetizar melhor os deveres paternos exigidos durante o século XIX:

Parece quase impossível ao pai de família o cumprimento de tão honroso cargo. Apesar, porém, da profissão que o prende, dos deveres que tem a cumprir para com o Estado em que nasceu, da ausência, muitas vezes longa, do lar doméstico, reconhecemos, todavia, que ele deve ser como um fiel auxiliar da esposa na preciosa educação da prole.

[...]

Deverá por isso educá-los por meio de bons exemplos, conselhos proveitosos e historietas morais, acompanhando esses atos com os extremos paternais. Deverá conversar com eles acerca dos grandes feitos de heróis que como meteoros fulgiram, deixando um nome imortal, inculcando-lhes, sobretudo, o amor de Deus e do próximo, a prática da virtude e o amor ao trabalho. Deverá, finalmente, fazer com que suas palavras correspondam a atos generosos.

Os bons exemplos e os reiterados conselhos são, por assim dizer, sementes que lançam em campo inocente para produzirem mais tarde saborosos frutos. Arredam o menino das paixões vergonhosas, do contágio dos vícios e outros tantos males que abundam neste século e o impelem na carreira da honra e da probidade, inculcando-lhe o desejo de glória e de felicidade.

[...]

Em conclusão, o pai é na sociedade o defensor dos direitos da família e na família, o representante dos interesses da sociedade.

Longe vão os tempos em que a autoridade paterna era despótica, em que o pai exercia as funções de juiz, de Pontífice e rei, em que Bruto, por exemplo, teve a coragem de ver e ordenar o suplício dos próprios filhos.

[...]

Raiou a liberdade para os povos e a civilização tornou o pai reto, justiceiro e mais escrupuloso na educação da prole.

Já o chefe de família não amaldiçoa, não mata, não excetua da partilha dos bens e da educação tantos filhos, para considerar só o primogênito. É hoje protetor e não verdugo, e o que mais deseja é a felicidade perfeita de sua prole.

[...] assim cumprirá o chefe de família sua missão, preparará para a pátria cidadãos distintos que imortalizem o nome dos seus antepassados.³²⁶

Em suma, a civilização do homem arquitetada pela imprensa oitocentista teve uma dupla meta, uma pública e outra privada: no âmbito público, incentivou-o ao trabalho, ainda que

³²⁵ *Revista Brasileira*, Rio de Janeiro, tomo 3, 1860, p. 238.

³²⁶ *O Apóstolo*, Rio de Janeiro, n. 38, ano 10, 19 de fevereiro de 1875, p. 4.

restrito àqueles precedidos por estudos superiores e voltados para a administração do Estado, mostrando-lhe que trabalhar era o modo mais adequado de contribuir para a construção do País; no espaço privado, esperou-se dele a incorporação de novos valores relativos ao matrimônio e à paternidade, os quais exigiam que ele se tornasse um esposo amoroso e um pai dedicado e carinhoso. Ambas as funções se complementavam na busca pela formação do homem-pai patriota, ou seja, um indivíduo que, desde a infância, fosse moldado para conduzir os rumos da pátria e, uma vez adulto, tivesse condições de preparar as novas gerações que ocupariam seu lugar. Este era o homem civilizado almejado pela imprensa - um homem que, além daqueles dois principais papéis, estreitou seus laços com os espaços públicos ao mesmo tempo que valorizou a intimidade do lar, desenvolvendo novas sociabilidades a cada uma destas esferas; um homem que se vestiu à inglesa e se preocupou com sua saúde e higiene, transformando a relação com seu corpo; um homem que, enfim, aprendeu novos valores e novos pactos sociais considerados *civilizados*, os quais foram responsáveis por alterar seu corpo, sua moral e seus costumes durante o Oitocentos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O século XIX viu florescer a construção de um novo modelo familiar no Brasil, a família conjugal moderna,¹ modelo que acompanhou uma série de transformações cotidianas desencadeadas a partir da acomodação da corte real portuguesa no Brasil, em 1808. A presença de Dom João e seu séquito no Rio de Janeiro provocou um desprestígio dos valores e costumes coloniais em favor de hábitos tipicamente europeus que passaram a se fazer presentes na nova sede da monarquia. Com isso, iniciou-se um período - que se estendeu durante todo o Oitocentos - de intensas e extensas modificações na fisionomia da urbe e nos valores, hábitos e costumes de sua população.² Essas transformações se sustentaram nos ideais de *civilização* e *progresso* provenientes do Velho Mundo, os quais deveriam ser alcançados em benefício, inicialmente, do novo reino português sediado na América e, posteriormente, da formação e consolidação da nação brasileira.

A imprensa teve papel de destaque entre esses esforços direcionados para que o Brasil adentrasse o mundo das *nações civilizadas*, uma vez que se atribuiu a ela a missão de espalhar as luzes e instruir o povo, difundindo-se saberes e conhecimentos técnicos, científicos e artísticos que estariam na base do *progresso* de qualquer Estado; enfim, a imprensa dedicou suas atividades em prol do *adiantamento* do País, como comumente se dizia. No entanto, malgrado o importante papel que ocupou no decorrer do Oitocentos, ela não encontrou no momento em que foi criada no Brasil, em 1808, um terreno favorável a seu pleno desenvolvimento: até então, era expressamente proibido imprimir na América portuguesa, a monarquia controlava a importação e a circulação de livros, jornais e demais papéis e o Rio de Janeiro era ainda uma cidade culturalmente pacata, com raras atividades intelectuais.³

A fundação da Imprensa Régia, no mesmo ano da chegada de Dom João aos trópicos, alterou paulatinamente o acanhado quadro cultural da cidade. A primeira tipografia, criada com apoio governamental, conferiu uma nova dimensão à cultura escrita no Brasil: marcou o início da produção de impressos, o surgimento de consumidores regulares de periódicos e livros e,

¹ Como destaca Mary Del Priore, “De ‘patriarcal’, a família tornou-se conjugal, limitada ao pai, mãe e filhos. Se no início o pai detinha todos os poderes paternos e conjugais, pico de uma pirâmide na qual os filhos e mãe constituíam a base, as posições se modificaram. Hoje, no alto do triângulo encontram-se os filhos. Numa lateral encontram-se os pais e, na outra, o mediador entre pais e filhos: o Estado”. PRIORE, Mary Del. “Pais de ontem: transformações da paternidade no século XIX”. In: _____; AMANTINO, Marcia (Orgs.). **História dos Homens no Brasil**. São Paulo: Editora Unesp, 2013, p. 182.

² FREYRE, Gilberto. **Sobrados e mucambos**: decadência do patriarcado e desenvolvimento do urbano. São Paulo: Global, 2004, p. 106.

³ FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. “A construção de um público”. In: DINES, Alberto; LUSTOSA, Isabel. **Hipólito José da Costa e o Correio Braziliense**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado/Brasília, DF: Correio Braziliense, 2002, p. 554.

finalmente, organizou na corte uma vida intelectual um pouco mais vigorosa.⁴ Até então, os produtores e consumidores de cultura eram basicamente os mesmos, o que limitava a circulação de suas ideias a uma pequena parcela da população. O restante do povo, basicamente analfabeto, vivia com base em outros pactos cotidianos que não incluíam o gosto pelas letras impressas.

Em vista disso, a imprensa oitocentista empenhou-se em disseminar entre a população a estima pela cultura escrita, ainda que se valendo, para essa finalidade, de determinadas práticas do mundo da oralidade, como a composição de periódicos com uma retórica mais fluida e a realização de leituras coletivas em diversos pontos da cidade. Ao procurar valorizar as letras impressas, os jornalistas, acima de tudo, defenderam a instrução pública como o melhor caminho para o Brasil abandonar suas tradições coloniais, reputadas ultrapassadas e bárbaras, e adotar em seu lugar um *modus vivendi* inspirado nos países *civilizados*. Além de colaborar para ampliar a circulação de periódicos e aumentar o número de leitores, a instrução pública era considerada responsável pelos mais diversos *melhoramentos* que poderiam ser introduzidos na sociedade. Instruir o povo, portanto, tornou-se um modo de investir no futuro da pátria.

O decorrer do século XIX, por uma série de fatores, intensificou o interesse dos habitantes locais pelas mais diversas manifestações culturais. Formou-se então um público mais receptivo aos jornais e revistas e, com isso, às ideias que por eles circulavam.⁵ Com base na premissa de que a disseminação da instrução alteraria os rumos do Brasil, os jornalistas dedicaram-se a instruir o povo, na busca por formar um leitor *ilustrado*. Para isso, reuniram nas páginas dos periódicos os mais variados ramos de conhecimento, oferecendo aos consumidores dos impressos - leitores/ouvintes - uma série de saberes que diziam respeito aos *avanços da civilização*: manifestações artísticas variadas, novidades técnico-científicas e assuntos políticos. A imprensa que se desenvolveu no Brasil, portanto, desempenhou uma missão pedagógica, caracterizando-se como um instrumento de formação do povo e do País.⁶ Era ela, como diziam os letrados, o gérmen do *progresso* e da *civilização* da nação.

O desenvolvimento da imprensa, desse modo, condicionava o *melhoramento* do País. Era principalmente por meio dela que o Brasil poderia integrar o rol das nações civilizadas, uma vez que se atribuía aos jornalistas a missão de civilizar o Brasil e seu povo. Este dever pedagógico ligou-se, inicialmente, à atividade político-partidária, reservando às páginas dos

⁴ LUSTOSA, Isabel. “Cairu, panfletário: contra a facção gálica e em defesa do trono e do altar”. In: NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das; MOREL, Marco; FERREIRA, Tania Maria Bessone da Cruz. **História e imprensa: representações culturais e práticas de poder**. Rio de Janeiro: DP&A/Faperj, 2006, p. 275.

⁵ ALGRANTI, Leila Mezan. **Livros de devoção, atos de censura: ensaios de história do livro e da leitura na América portuguesa (1750-1821)**. São Paulo: Hucitec/Fapesp, 2004, p. 161.

⁶ PALLARES-BURKE, Maria Lucia Garcia. “A imprensa periódica como uma empresa educativa no século XIX”, **Cadernos de Pesquisa**, FGV, n.104, julho de 1998, p. 145-147.

jornais e pasquins temas e debates de tal natureza. Com a liberdade de imprensa, em 1821, e a Independência, no ano seguinte, os jornais colocaram em cena as discussões sobre o futuro do Brasil, conduzidas em torno de vários projetos políticos, diferentes e rivais, destinados à organização da nação.⁷ Nesse momento, o dever de instruir o povo associou-se ao esclarecimento político, fazendo dos periódicos importantíssimos instrumentos de propagação de novas ideias. Instruir politicamente a população era o modo mais indicado de abandonar o mundo da ignorância e caminhar rumo ao *progresso* e à liberdade. Por isso, até o início da década de 40, os periódicos dedicaram-se sobretudo à atividade política, cedendo espaço às disputas partidárias entre os diversos grupos e projetos destinados à construção do Brasil.

O projeto pedagógico da imprensa política de instruir a população, entretanto, acabou por fracassar em determinada medida, pois os jornalistas publicaram muito mais ataques e insultos pessoais a seus opositores do que efetivamente esclarecimentos sobre os princípios políticos, promovendo-se uma verdadeira *guerra de opiniões* marcada por *insultos impressos*, o que a afastou de sua proposta pedagógica originária. Os homens de imprensa trataram os periódicos como veículos de propaganda política, propaganda que se estruturou em torno da difamação e de injúrias direcionadas a adversários.⁸

O grande propósito inicial da imprensa de atuar como instrumento pedagógico de instrução da população só foi plenamente desenvolvido a partir da década de 40. Com maior estabilidade na política após o golpe da maioria, a literatura e as ciências ganharam espaço nos jornais e revistas publicados na corte, tornando-se epicentros do projeto pedagógico da imprensa. Esta, daí em diante, desvinculou-se do caráter violento e difamador de seus primeiros anos e retomou a missão originária de formar o povo e instruí-lo segundo os preceitos da civilização europeia. A consolidação de uma imprensa civilizatória não ocorreu com o jornalismo político, mas, sim, com o jornalismo literário e científico, que preponderou sobre os demais tipos de publicações após a coroação de Dom Pedro II.

A partir de 1841, este tipo de jornalismo atingiu seu ápice como veículo de civilização: foi quando os literatos se consolidaram como os maiores colaboradores dos periódicos e proliferaram os jornais e revistas publicados com ênfase na atividade literária e científica, em detrimento dos debates de cunho político, vigentes até então.⁹ Foi nesse momento que se consolidou a importância da literatura como instrumento de formação do povo e de construção

⁷ NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. “Intelectuais brasileiros nos Oitocentos: a constituição de uma ‘família’ sob a proteção do poder imperial (1821-1838)”. In: PRADO, Maria Emília (Org.). **O Estado como vocação: idéias e práticas políticas no Brasil Oitocentista**. Rio de Janeiro: ACESS, 1999, p. 19.

⁸ LUSTOSA, Isabel. **O nascimento da imprensa brasileira**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004, p. 58.

⁹ SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad, 1999, p. 200-201.

da cultura nacional, reservando-se ao literato o papel de figura pública responsável pelo destino do Brasil.¹⁰ Os jornais e revistas redigidos pelos literatos e homens da ciência reuniram em suas páginas os mais diversos tipos de conhecimento; funcionaram como um espaço de convergência de inúmeros gêneros da cultura escrita: romance, poesia, teatro, artigos médicos e científicos em geral. Ao ampliar exponencialmente os temas discutidos em suas páginas para além dos debates políticos, visavam à construção de um leitor mais *civilizado*, mais apto a contribuir com o *adiantamento* do Brasil.

Se a preocupação dos jornalistas era formar um cidadão capaz de colaborar com o futuro do País, seus escritos foram direcionados, sobretudo, às elites locais, ou seja, aos homens e mulheres culturalmente brancos, pertencentes às famílias abastadas e possuidores de uma cultura mais apurada. Eram eles que poderiam conduzir de modo mais direto os rumos que a nação tomaria. Os periódicos, em vista disso, foram responsáveis por prescrever a essa parcela da população uma série de normas que diziam respeito a seus corpos, sua moral e seus costumes, normas que deveriam ser adotadas em benefício de uma família e de um país mais *civilizados*.

Ao prescrever novos cuidados e significados em relação ao corpo, à moral e aos costumes desses indivíduos, a imprensa tornou-se uma ferramenta de formação do povo, na procura moldar uma nova mulher e um novo homem. Este discurso civilizatório construído na imprensa oitocentista foi direcionado tanto às condutas públicas quanto às relativas ao ambiente doméstico, contribuindo para modificar as sociabilidades nos espaços coletivos e as relações familiares no interior dos lares. Para cada um desses espaços eram exigidos, inclusive, valores e comportamentos distintos, por vezes contraditórios, ora complementares. A casa e a rua comportavam éticas e pactos próprios que resultavam em atitudes, sentimentos, vestimentas, cuidados, expectativas e costumes específicos a cada uma dessas duas esferas.¹¹

Em relação aos espaços públicos, a imprensa precisou prescrever uma série de normas morais e de comportamento que dessem conta de adaptar as elites locais à nova situação, desencadeada após 1808, de intensificação de seu contato com a rua. O ponto inicial de ruptura na civilização da mulher e do homem deu-se justamente a partir da maior frequência de ambos aos locais coletivos de sociabilidade. Ampliando suas atividades sociais, os dois sexos tiveram seus hábitos e comportamentos tradicionais sensivelmente alterados, substituídos por novos costumes e valores que eram prescritos pelos jornais e revistas editados no período.

¹⁰ FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. **Literatura e sociedade no Rio de Janeiro oitocentista**. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1999, p. 109.

¹¹ DAMATTA, Roberto. **A casa & a rua**. Rio de Janeiro: Rocco, 1997, p. 44.

A vida no Rio de Janeiro, a partir de então, tornou a mulher e o homem coloniais elementos anacrônicos e antifuncionais: de um lado, houve um desprestígio da senhora enclausurada em favor de uma mulher que marcasse presença nos teatros e salões da corte, bem como nas demais situações sociais então recentes que se desenvolveram; de outro lado, a nova sociabilidade demandou homens mais participativos nas atividades sociais, senhores com gosto pelas competições esportivas e que apreciassem e frequentassem os teatros e os bailes; enfim, cavalheiros e senhoras que abandonassem o isolamento dos tempos coloniais e adentrassem o mundo do convívio social, ainda que em reuniões, como jantares e saraus, realizadas dentro das próprias casas, que se abriam cada vez mais à *boa sociedade*, da qual se julgavam parte integrante.

A intensificação da vida social promoveu também mudanças nas vestimentas dos cariocas. No momento em que as famílias de elite compareceram com maior frequência aos espaços de sociabilidade, os senhores e senhoras pertencentes às *famílias respeitáveis* tiveram a oportunidade de apresentar um figurino elaborado de acordo com a última moda europeia. Até então, os trajes de ambos se caracterizavam pelo luxo e pela superornamentação, denotadores da riqueza e do poder das famílias. A partir do século XIX, a ostentação no vestir foi combatida pela imprensa, que prescreveu modelos mais simplificados, conforme os da Europa: enquanto a indumentária feminina teve na França sua maior referência, a masculina era ditada pela Inglaterra. Entretanto, apesar do desejo da imprensa especializada de simplificar o figurino, a roupa da mulher continuou rebuscada, diferentemente dos trajes masculinos, que se tornaram mais sóbrios e simples.

Por mais que se tenha suavizado o emprego de enfeites, principalmente nas roupas masculinas, estes jamais deixaram de acentuar o prestígio das famílias. O vestuário masculino, mesmo simplificado, continuou a revelar a condição de seu proprietário, ainda que de modo bem mais sutil do que o *toilette* das damas. No caso das mulheres, o figurino resultou em uma diminuição da motilidade, fosse pelo uso do espartilho que apertava o corpo, pela grande abundância de tecidos que carregavam ou pelos penteados elaborados e presos. Em relação aos homens, consolidou-se um traje de corte mais reto e caimento precisamente ajustado ao corpo, em cores mais sóbrias, especialmente o preto e demais tons escuros.

Além de condutas relativas aos espaços públicos e à moda, a imprensa publicou uma série de prescrições que resultaram em uma profunda alteração na sensibilidade dos habitantes em relação a seu corpo. Espalhou-se a ideia de que por meio da higiene e do cuidado com o corpo - responsáveis pela proteção contra moléstias e vícios - era possível desenvolver o

progresso da nação.¹² Promover a higiene dos habitantes passou a ser uma preocupação social e moral, pois o futuro do Brasil dependia de corpos saudáveis capazes de edificá-lo. Os jornalistas empenharam-se em divulgar uma série de métodos desenvolvidos para ampliar a salubridade física, como a prática regular dos banhos, a limpeza e clareamento dos dentes, o combate ao mau hálito, os cuidados com os cabelos e barbas e o consumo de uma alimentação adequada. Para as mulheres eram ainda indicados modos de intensificar a beleza, como ruborizar os lábios, branquear a pele e perfumar o corpo.

O corpo feminino e masculino deveria ser *saudável*, ou seja, higienizado, belo e exercitado. Este último aspecto, inclusive, foi construído em oposição ao corpo flácido e adoentado dos tempos coloniais. Era preciso combater a morbidez e a flacidez do corpo sedentário de mulheres enclausuradas e de homens ociosos. Os exercícios físicos eram recomendados às mulheres por trazerem benefícios a sua saúde e também à maternidade. Mas foi aos homens que a ginástica, especificamente, se tornou mais aconselhada, indicação que transformou o padrão estético do corpo masculino durante o Oitocentos. Ainda que o tipo físico magro permanecesse o mais valorizado ao longo desse período, a ginástica e os demais exercícios físicos desenvolveram, gradualmente, o tipo físico de homens fortes e musculosos, que passou a ser a referência de corpo masculino a partir do século XX.¹³

Além de contribuir para transformar a relação da população com seu corpo, o periodismo foi responsável por modificar uma série de valores morais até então aceitos pela população, com destaque para dois princípios construídos durante o século XIX: o casamento por amor e a estima pelo trabalho. O casamento colonial ocorria a partir de uma determinação tomada pelo patriarca: o pai era o responsável por definir a escolha do cônjuge, independentemente da vontade dos filhos. Isso porque o sucesso do matrimônio era medido a partir de outros pactos que não levavam em consideração a satisfação afetiva e sexual entre os consortes. O matrimônio era concretizado como um negócio, um instrumento político e econômico para a formação de alianças interfamiliares com o fim de defender as riquezas e o poder das famílias envolvidas. A partir do século XIX, entretanto, esse modelo de casamento se alterou significativamente devido a uma modificação tanto na qualidade dos sentimentos quanto nas práticas sexuais matrimoniais.

¹² KNIBIEHLER, Yvonne. "Corpos e corações". In: FRAISSE, Geneviève; PERROT, Michelle (Dir.). **História das mulheres no Ocidente: o século XIX**. Porto: Edições Afrontamento, 1994, p. 364.

¹³ MELO, Victor Andrade de (Org.). **Os sports e as cidades brasileiras: transição dos séculos XIX e XX**. Rio de Janeiro: Apicuri, 2010, p. 26-29.

A sensibilidade no período colonial marcava-se pelo contato direto entre os corpos, ou seja, por sentimentos muito mais ligados ao sexo, às relações físicas de prazer, do que propriamente a um modo intrínseco e profundo de amar. Durante o século XIX, ao contrário, o período romântico da literatura brasileira colocou em cena uma nova forma de amor, caracterizada como um *estado da alma*, e não meramente vinculada à atração física, promovendo um afastamento dos corpos ao valorizar o amor como sentimento íntimo. Esse novo modo de amar, inclusive, tornou a escolha do cônjuge condição de felicidade no matrimônio, diversamente do que ocorria na Colônia.

Tal como a afeição, o sexo interferia muito pouco na vida do casal até o século XIX, destinando-se basicamente à geração de herdeiros.¹⁴ Da mulher, exigia-se o comedimento e a fidelidade ao marido. Para o homem, os desregramentos com outras mulheres eram normais e tolerados. A partir do Oitocentos, no entanto, a felicidade do casal e o êxito do casamento passaram a ser medidos com base em novas regras. Os jornais e revistas exaltaram o matrimônio como o único espaço legítimo destinado à busca do prazer sexual. Ao mesmo tempo, o estímulo às práticas sexuais do casal foi acompanhado pela introdução do amor romântico como condição de felicidade e estabilidade do matrimônio. A união pela preservação e transmissão das propriedades familiares, como estabelecida anteriormente, tornou-se cada vez mais anacrônica no discurso da imprensa oitocentista.

Se o sucesso do matrimônio durante a Colônia não dependia nem das relações sexuais entre os cônjuges nem dos sentimentos afetivos, o novo casamento modificou suas prioridades: deixou de ser indicado apenas em função da manutenção da riqueza e do poder das famílias envolvidas; incorporou também a satisfação dos impulsos sexuais e afetivos do casal.¹⁵ Mais do que isso: satisfazer tais impulsos exclusivamente por meio da união conjugal era o modo mais seguro de gerar uma prole saudável, a qual deveria ser amada e cuidada pelos pais para que, no futuro, dedicasse sua vida ao engrandecimento da pátria.

O valor moral do trabalho também se transformou durante o século XIX. A imprensa empenhou-se em formar e difundir uma nova ética do trabalho, a qual não deveria se sustentar no repúdio aos labores cotidianos, como acontecia desde o período colonial. Em decorrência da escravidão, as atividades manuais executadas pelos cativos eram bastante depreciadas; o

¹⁴ SCHNOOR, Eduardo. “‘Riscando o chão’: masculinidade e mundo rural entre a Colônia e o Império”. In: PRIORE, Mary Del; AMANTINO, Marcia (Orgs.). **História dos Homens no Brasil**. São Paulo: Editora Unesp, 2013, p. 89.

¹⁵ CORRÊA, Mariza. “Repensando a família patriarcal brasileira (notas para o estudo das formas de organização familiar no Brasil)”. In: ALMEIDA, Maria Suely Kofes de et al. **Colcha de retalhos: estudos sobre a família no Brasil**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1982, p. 14.

trabalho físico era considerado aviltante por praticamente toda a população livre, desde os grandes proprietários de terras e escravos até os indivíduos mais pobres, que se obrigavam a determinadas funções como modo de sobreviver. A desqualificação do trabalho resultou em condutas ociosas por parte da população livre, principalmente pela parcela mais abastada, que se dedicava o mínimo possível às ocupações laborais. Os homens de elite, entretanto, ainda que menosprezassem o trabalho, acabaram por desempenhar determinadas funções produtivas - como as atividades livres do esforço físico, normalmente tarefas de supervisão e de administração.¹⁶

Com a intensificação das críticas à escravidão e a introdução no País de novas ideias sobre o trabalho, no decorrer do século XIX, os jornalistas promoveram em seus jornais e revistas a estima pelas atividades laborais, com que se atribuiu às ocupações produtivas um valor positivo. A valorização do trabalho teve como função fomentar na população o gosto pela ocupação cotidiana. O trabalho passou a ser defendido como condição para a preservação da propriedade privada e, principalmente, para o *progresso* da nação.¹⁷ O trabalho que se procurou valorizar, no entanto, não era o mesmo para todas as parcelas da população: às elites, indicavam-se as atividades consideradas mais *dignas* - como a política e as profissões que requeriam estudos preparatórios, sobretudo a advocacia e a medicina, que se tornaram cada vez mais valorizadas e apreciadas pela população; aos pobres, o trabalho braçal não especializado. Outrora considerado uma função associada à desonra e à depreciação de quem o praticava, o trabalho recebeu um novo significado positivo conferido pela imprensa oitocentista, tornando-se o elemento fundamental do desenvolvimento do País.¹⁸

Foram as novas ideias e valores difundidos sobre o amor romântico, a sexualidade e o trabalho que estiveram na base de uma profunda reformulação da família no Brasil, durante o século XIX, e resultaram na defesa da criança como núcleo da organização familiar. Para formar uma família dedicada à criança foi necessário moldar uma nova mulher e um novo homem, capazes de dedicar sua vida aos filhos e à construção dos cidadãos do futuro. Nessa nova família em formação, a mulher e o homem assumiram o compromisso de se amar, de ter filhos e de amá-los. Como destaca *O Jornal das Senhoras*, “O amor que une o pai e a mãe aumenta ainda mais quando os filhos se tornam objetos dele, e converte-se em dedicação que excita o

¹⁶ FRANCO, Maria Sylvania de Carvalho. **Homens livres na ordem escravocrata**. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1997, p. 212-213.

¹⁷ COSTA, Jurandir Freire. **Ordem médica e norma familiar**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2004, p. 203.

¹⁸ CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da *belle époque***. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001, p. 65.

reconhecimento e o respeito destes”.¹⁹ Era assumindo a função de pai e mãe, papéis supostamente incontornáveis e inscritos nos mais profundos sentimentos de cada um, que os indivíduos amavam em paz - na dedicação à família, satisfaziam seus potenciais sexuais e afetivos.²⁰ Amando-se, os pais deveriam educar sua prole a partir da exaltação do trabalho e dos valores cívicos e patriotas, de modo a prepará-la para futuramente conduzir o Brasil.

No caso da mulher, esperava-se que ela desempenhasse o papel de esposa-mãe amorosa e dedicada, ou seja, devotada ao marido e, principalmente, aos filhos. Aos homens, o papel exigido era o de marido-pai afetuoso, trabalhador e patriota. Essa construção da esposa-mãe e do marido-pai foi elaborada em oposição a uma série de condutas consideradas desviantes, que foram combatidas por colocar em risco o novo propósito da família, ou seja, de se comprometer com os filhos acima de todas as coisas. A prostituta tornou-se a antinorma da esposa-mãe, enquanto os libertinos, celibatários e pederastas se tornaram a do marido-pai. Tais figuras desviantes eram criticadas pelos periódicos com vistas a construir positivamente novos valores e condutas nas elites, ensinando-lhes os benefícios advindos ao seguir as novas regras e desempenhar seus novos papéis de cônjuges e pais amorosos e trabalhadores.

A mulher destinada a ser esposa-mãe tornou-se responsável pela educação infantil no interior dos lares, com funções que iam desde a amamentação dos filhos, que ainda era praticada quase sempre por escravas amas de leite, até a construção dos princípios morais da prole: às meninas, deviam ensinar as práticas virtuosas e tudo aquilo que fosse necessário para que um dia se tornassem futuras esposas e mães amorosas; aos meninos, sua missão consistia em lhes moldar o caráter, instituindo as bases morais que formariam homens trabalhadores preocupados com a família e com a nação.

Tendo em vista suas novas funções, foi necessário preparar a mulher para desempenhar o papel de educadora da infância. Isto significou instruir melhor o sexo feminino e ampliar suas capacidades para que cuidasse dos filhos de modo mais adequado. A instrução que lhe deveria ser concedida, entretanto, restringia-se ao suficiente para que desenvolvesse as tarefas de esposa e mãe.²¹ Era pela formação de uma mulher mais bem-educada, instruída e dedicada ao matrimônio e à maternidade que se iniciava o cuidado com as novas gerações do País. O futuro do Brasil, portanto, dependia de mulheres capazes de construir a moral de sua progênie de acordo com os preceitos da *civilização* e dos *bons costumes*.

¹⁹ **O Jornal das Senhoras**: modas, litteratura, bellas-artes, theatros e critica, Rio de Janeiro, tomo 6, n. 50, 10 de dezembro de 1854, p. 399.

²⁰ COSTA, Jurandir Freire. **Ordem médica e norma familiar**, p. 238.

²¹ PERROT, Michelle. “Os silêncios do corpo da mulher”. In: MATOS, Maria Izilda Santos de; SOIHET, Rachel (Orgs.). **O corpo feminino em debate**. São Paulo: Editora UNESP, 2003, p. 21-22.

A civilização da mulher proposta pela imprensa oitocentista englobou, de um lado, um maior contato dela com a rua e os espaços de sociabilidade - como os bailes, teatros e saraus -, a adoção de trajes europeizados, principalmente franceses, e o cuidado com a higiene e saúde do corpo; de outro lado, sua dedicação ao marido e aos filhos, obra correspondente a uma mulher que fosse preparada desde a infância para contribuir com a civilização do País por meio da educação de seus futuros filhos. Esta era sua missão: cultivar em seus descendentes novos valores morais e novos costumes cotidianos, responsáveis por preparar as filhas para serem futuras esposas e mães e, sobretudo, por transformar os filhos em esposos e pais carinhosos e em cidadãos patriotas e trabalhadores, capazes de promover o *progresso* e o *adiantamento* do Brasil.

Esse, a propósito, era o papel que se esperava que os homens desempenhassem: o de marido-pai amoroso, trabalhador e patriota. Somado a isso, tal como aconteceu com as mulheres, exigiu-se do homem que estreitasse seus laços com os espaços de sociabilidade - que frequentasse as corridas, os teatros e bailes -, que se vestisse de acordo com a moda europeia, cuja influência principal vinha da Inglaterra, e que zelasse por seu corpo e sua saúde. No entanto, a civilização do homem construída na imprensa procurou, sobretudo, desenvolver no sexo masculino aquelas duas missões fundamentais: o cuidado com a família e o gosto pelo trabalho. No âmbito privado, a imprensa prescreveu novos valores que diziam respeito ao matrimônio e à paternidade, valores que deveriam produzir um marido amoroso e um pai carinhoso e dedicado aos filhos; no espaço público, procurou valorizar sua estima pelo trabalho - ainda que às elites os jornalistas defendessem as ocupações ligadas aos estudos superiores e à política -, ao ensinar que trabalhar era a melhor maneira de colaborar com a formação do Brasil.

Em relação ao matrimônio, exaltou-se a conduta de homens que se dedicassem à sexualidade da esposa e mantivessem fidelidade conjugal, para o que seria abandonado o hábito de frequentar os prostíbulos da corte. A nova conduta esperada tinha por função proteger a saúde, a moral e os costumes da progênie, que se tornou o elemento mais importante da família durante o século XIX. Viver em fidelidade e zelar pela sexualidade da esposa era um modo de proteger física, moral e socialmente os filhos, resguardando-os dos perigos provocados pela prostituição. A prole deveria ser criada sob a orientação de uma série de costumes considerados *virtuosos*, pois ela seria a responsável por determinar, no futuro, os rumos tomados pelo País. Controlar a sexualidade do casal era, em última instância, uma forma de regular a qualidade dos futuros cidadãos.²²

²² COSTA, Jurandir Freire. **Ordem médica e norma familiar**, p. 170.

Assim como a função de mãe, a paternidade também se transformou durante o século XIX. Possuidor de um poder praticamente ilimitado, o pai de família colonial era uma figura austera e violenta, o que acabava por gerar filhos temerosos e emocionalmente distantes.²³ A partir do Oitocentos, no entanto, novos valores e comportamentos foram prescritos como guia das relações entre pais e filhos.²⁴ Em primeiro lugar, instituíram-se novas regras acerca do cuidado com a prole, o que a transformou de um dever praticado com rispidez e certo desinteresse em uma ação espontânea de amor e dedicação.²⁵ Os traços característicos paternos, a partir daí, migraram da austeridade e tirania para uma relação dirigida pelo amor, afeto e amizade.

O pai passou a ser o ajudante da mãe na educação moral dos filhos, primeiro passo para a formação do adulto patriota. A educação familiar durante a primeira infância e a posterior instrução nos colégios e faculdades eram determinantes para o futuro da pátria, pois eram elas que deveriam moldar homens e mulheres dedicados à família, ao trabalho e ao Brasil. O que estava em jogo era a produção de novos cidadãos, especificamente de homens que um dia carregariam em seus ombros os destinos da nação. Foi, portanto, em torno do cidadão do futuro que a família passou a se organizar.

Esses foram os papéis propostos pela imprensa às mulheres e aos homens da *boa sociedade* durante o século XIX, papéis que originaram uma nova organização familiar que substituiu a tradicional família patriarcal de elite que habitava tanto o mundo rural quanto o espaço urbano:²⁶ a família conjugal moderna. Predominantemente extensa até então, a família de elite tornou-se mais íntima, reduzida ao pai, à mãe e aos filhos, abandonando-se a convivência cotidiana com parentes e agregados no interior das casas.²⁷ Esta família nuclear, embora não seja uma novidade do século XIX, ou seja, existiu durante a Colônia ao lado daquele modelo mais comum de família senhorial extensa, passou a se estruturar em torno de

²³ ALGRANTI, Leila Mezan. “Famílias e vida doméstica”. In: NOVAIS, Fernando Antonio (coord.); SOUZA, Laura de Mello e (org.). **História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 114.

²⁴ PRIORE, Mary Del. “Pais de ontem: transformações da paternidade no século XIX”. In: _____.; AMANTINO, Marcia (Orgs.). **História dos Homens no Brasil**. São Paulo: Editora Unesp, 2013, p. 154.

²⁵ COSTA, Jurandir Freire. **Ordem médica e norma familiar**, p. 238.

²⁶ Segundo Evaldo Cabral de Mello, “Quanto à associação entre patriarcalismo e ruralidade, a família de sobrado urbano foi tão patriarcal quanto a de casa-grande rural. O patriciado de homens de negócios que se consolidou desde o século XVII nas cidades portuárias da América portuguesa não foi menos patriarcal na sua teoria e na sua prática do que sua contraparte agrária. Ocorreu apenas que, em razão do espaço urbano e da natureza das atividades comerciais, ele ficou menos exposto às deformações que a escravidão e a grande propriedade imporiam à família rural. Patriarcalismo rural e urbano, ambos descendiam do mesmo tronco”. MELLO, Evaldo Cabral de. “O fim das casas-grandes”. In: NOVAIS, Fernando (Coord.); ALENCASTRO, Luiz Felipe de (Org.). **História da vida privada no Brasil: Império**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 414

²⁷ ALMEIDA, Angela Mendes de. “Notas sobre a família no Brasil”. In: _____. et al. **Pensando a família no Brasil: da colônia à modernidade**. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo/UFRRJ, 1987, p. 61.

um certo conjunto de valores bastante diferentes do que se via até então.²⁸ Em seus traços mais gerais, a nova família conjugal foi proposta a partir do amor e fidelidade entre os cônjuges, da prática da maternidade e da paternidade centrada no afeto e na educação dos filhos, da estima pelo trabalho e da exaltação dos valores patrióticos.²⁹ Como destaca *O Jornal das Senhoras*, em 1854:

A família não se mostra em sua perfeição senão quando a união do homem e da mulher é indissolúvel e cada um reserva para o outro exclusivamente a espécie de sentimento que o levou a preferi-lo e escolhê-lo. Não há família nos países em que a poligamia está em uso [...].

É do pai e da mãe que nasce a família; deles derivam também suas virtudes e sua felicidade. Seus exemplos, seus preceitos, produzirão a afeição; sua autoridade a manterá. O pai trabalhará para satisfazer as necessidades da família, quer ele administre os bens herdados de seus avós, quer os adquira por si mesmo; os filhos compartilharão seus trabalhos. A mãe, encerrada em sua casa, amamentará os filhos, instruirá as filhas, ocupar-se-á da administração interior; assim, uma parte da família trocará sua força física e moral com os cuidados ternos, assíduos, pacíficos da outra parte. Todos necessários, indispensáveis ao bem comum, eles comporão este todo completo que constitui a família.³⁰

O periódico ainda complementa:

Os laços de sangue se apertam ainda mais pela vida de família, sua força aumenta e a sociedade lucra com a felicidade de que esta vida é a fonte e da qual o egoísmo não poderá ser jamais o princípio. O indivíduo inútil à família o será sempre à pátria. A família é o resumo da nação, e os mais sábios legisladores se têm esforçado em reproduzir em seus códigos as leis que a fazem prosperar, leis que se reduzem a uma palavra: união. A felicidade, o poder e a glória da família estão compreendidos nesta palavra.³¹

O novo modelo de família construído durante o Oitocentos transformou-a no “resumo da nação”, ou seja, o lar tornou-se metáfora da pátria, o que fez da família o seu povo.³² A

²⁸ Ainda de acordo com Evaldo Cabral de Mello, “A organização patriarcal da família não é primordialmente um problema de números nem o resultado da família extensa, como indicam o clã e a grande família aristocrática, que, com suas fronteiras fluidas e movediças, eram dificilmente hierarquizáveis em decorrência da dispersão e da capacidade de articulação em subgrupos. A família patriarcal era sobretudo o produto de uma concepção autoritária da natureza das relações entre seus membros”. MELLO, Evaldo Cabral de. “O fim das casas-grandes”. In: NOVAIS, Fernando (Coord.); ALENCASTRO, Luiz Felipe de (Org.). **História da vida privada no Brasil**, p. 413-414.

²⁹ D’INCÃO, Maria Ângela. “Introdução”. In: _____ (Org.). **Amor e família no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1989, p. 10.

³⁰ **O Jornal das Senhoras**, Rio de Janeiro, tomo 6, n. 50, 10 de dezembro de 1854, p. 399.

³¹ **O Jornal das Senhoras**, Rio de Janeiro, tomo 6, n. 50, 10 de dezembro de 1854, p. 399-400.

³² CARVALHO, Marcus J. M. de. “A imprensa na formação do mercado de trabalho feminino no século XIX”. In: NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das; MOREL, Marco; FERREIRA, Tania Maria Bessone da Cruz. **História e imprensa: representações culturais e práticas de poder**. Rio de Janeiro: DP&A/Faperj, 2006, p. 185.

família e a nação, identificadas entre si, deveriam prezar pela união de seus membros. Em 1852, o *Novo Correio das Modas* adverte:

Não há coisa mais estimável e digna de louvor que a união e, por consequência, a amizade de todos os membros de uma família. Forma ela uma pequena pátria dirigida por um chefe, respeitado e amado por todos. O bem que sucede a um de seus membros é considerado como se sucedesse a todos, e da mesma maneira é considerada qualquer infelicidade. Ligam-se todos para multiplicar a prosperidade e opor obstáculo a qualquer tentativa que possa prejudicar os seus interesses. Finalmente, havendo esta união, baseada na probidade, não pode desejar-se maior bem sobre a terra; tendo sempre em lembrança que uma família deve ser, em ponto pequeno, o que é ou deveria ser uma nação em ponto grande.³³

Atacar qualquer um de seus membros era prejudicar toda a família e, no limite, o próprio país. Isso porque a família era o “modelo da sociedade, que sem ela não existiria”.³⁴ Como ressalta a *Revista Popular*, “a ordem social não é outra coisa senão a marcha harmônica dos homens reunidos em família, sob as mesmas leis, trabalhando todos para o progresso e bem geral da comunhão a que pertencem”.³⁵ Defender a família era zelar pelo Brasil. A imprensa oitocentista, no entanto, mais do que defender a família, lhe propôs um novo modo de se organizar, ordenando-a de maneira mais adequada ao que considerava ser os interesses nacionais. Formar o povo, portanto, era construir uma nova família que incorporasse todas aquelas prescrições elaboradas pela imprensa; em suma, era civilizá-la, fazendo-a adotar valores e comportamentos responsáveis por transformar os corpos, a moral e os hábitos cotidianos de homens e mulheres. Explicitar a construção desse novo modelo familiar, a propósito, foi um modo de desmontar verdades naturalizadas sobre a maternidade, a paternidade, o amor, o trabalho, o patriotismo, etc., e analisar cada uma destas formações históricas em busca de sua singularidade, apontando as “rupturas sob as continuidades enganosas”.³⁶

Isso significa que, no decorrer deste estudo, procurei mostrar que estas verdades naturalizadas não passam de provisórias, que noções que nos aparentam eternas - como “o trabalho dignifica o homem” ou o amor materno, paterno e conjugal são instintos naturais e

³³ **Novo Correio das Modas**: novellas, poesias, viagens, recordações históricas, anedoctas e charadas, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 6, 1852, p. 47.

³⁴ **O Jornal das Senhoras**, Rio de Janeiro, tomo 6, n. 50, 10 de dezembro de 1854, p. 399.

³⁵ **Revista Popular**: noticiosa, científica, industrial, histórica, literária, artística, biográfica, anedoctica, musical, etc., etc., Rio de Janeiro, ano 4, tomo 16, outubro a dezembro de 1862, p. 170.

³⁶ VEYNE, Paul. **Foucault**: seu pensamento, sua pessoa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, p. 33.

universais - são, ao contrário, produções contingentes, que se afirmaram como verdades para nós, brasileiros, em determinado momento do século XIX. Elas são, pois, possuidoras de uma história que aponta que, até o Oitocentos, as pessoas conduziam suas vidas com base em outros pactos e interesses que não esses valores e modos afetivos.³⁷ Desse modo, por mais que possa parecer incômoda a afirmação de que o amor materno, paterno e conjugal não são aspectos universais, naturais e inatos dos seres humanos, ou ainda que o homem não nasceu destinado a amar o trabalho ou seu país, devemos resistir à tentação do anacronismo, evitando projetar nossos desejos e valores no passado como se eles sempre pudessem ser “encontrados” em algum momento anterior.

A maternidade, a paternidade, o trabalho, o patriotismo, entre outros, fazem parte, portanto, de nossos mitos culturais, o que não quer dizer que tenhamos alguma ânsia ou obrigação de os abandonar, mas apenas que historicizá-los seja um modo de refletir sobre nossa própria subjetividade, sobre os papéis que desempenhamos e sobre o lugar que ocupamos no mundo, compreendendo que essas condutas, longe de naturais, foram produzidas em determinado momento de nosso passado.

A civilização do homem e da mulher arquitetada na imprensa oitocentista foi um projeto de produção desta nova família. Mais que isso: foi um projeto de construção do Brasil e de formação de seu povo. A organização da nação brasileira por meio da imprensa foi, por isso mesmo, um modo de construção de uma identidade nacional num país ainda em processo de afirmação, num país que dava seus primeiros passos na invenção³⁸ de si próprio. Invenção que, como vimos, caracterizou-se pela adesão aos valores e padrões de civilização e sociabilidade provenientes da Europa. Para os jornalistas oitocentistas, a construção do Brasil e, em consequência, da identidade nacional brasileira dizia respeito à formação de um povo europeizado. Desse modo, ser brasileiro era, entre uma série de outras coisas, inserir-se no mundo da civilização europeia: abrir-se ao convívio social; vestir-se à francesa ou à inglesa; higienizar e promover a saúde e a mobilização dos corpos; ser esposa e mãe; ser marido e pai; amar e trabalhar; ser patriota. Era preciso, pois, formar o povo, construir uma cultura nacional e dotar o brasileiro de uma identidade, já que, como afirma o botânico francês Auguste de Saint-

³⁷ D'INCÃO, Maria Ângela. “O amor romântico e a família burguesa”. In: _____ (Org.). **Amor e família no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1989, p. 59.

³⁸ O'GORMAN, Edmundo. **A invenção da América**: reflexão a respeito da estrutura histórica do Novo Mundo e do sentido de seu devir. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

Hilaire, que viajou pelo Brasil entre 1816 e 1822, “Havia um país chamado Brasil; mas absolutamente não havia brasileiros”.³⁹

³⁹ SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem pelo Distrito dos Diamantes e litoral do Brasil**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 2004, p. 213.

REFERÊNCIAS

1 Documentação

1.1 Periódicos

A Abelha: semanario scientifico, industrial e litterario, Rio de Janeiro, 1856.

A Aurora: periodico litterario e critico, Rio de Janeiro, 1851.

A Borboleta: periodico miscelanico, Rio de Janeiro, 1844.

A Grinalda: jornal dos domingos, Rio de Janeiro, 1848.

A Marmota: folha popular, Rio de Janeiro, 1857-1864.

A Marmota na Corte, Rio de Janeiro, 1849-1852.

A Nova Minerva: periodico dedicado às sciencias, artes, litteratura e costumes, Rio de Janeiro, 1845-1846.

A Patria: folha da provincia do Rio de Janeiro, Niterói, 1856-1889.

A Primavera: revista semanal de litteratura, modas, industrias e artes, Rio de Janeiro, 1861.

A Sciencia: revista synthetica dos conhecimentos humanos, redigida pelos professores da Escola de Homeopatia do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1847-1848.

A Semana Illustrada, Rio de Janeiro, 1861-1875.

Acajá: jornal de instrucção e recreio, Rio de Janeiro, 1860-1861.

Album Litterario: periodico instructivo e recreativo, Rio de Janeiro, 1860-1861.

Annaes Brasilienses de Medicina, Rio de Janeiro, 1849-1885.

Annaes de Medicina Brasiliense: jornal da Academia Imperial de Medicina do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1845-1849.

Archivo Litterario: jornal familiar, variado, critico e recreativo, Rio de Janeiro, 1863.

Archivo Medico Brasileiro: gazeta mensal de medicina, cirurgia, e sciencias accessorias, Rio de Janeiro, 1844-1848.

Beija-Flor, jornal de instrucção e recreio, Rio de Janeiro, 1849-1852.

Brazil Litterario: propriedade de uma associação, Rio de Janeiro, 1864-1865.

Chronica Litteraria: jornal de instrução e recreio, Rio de Janeiro, 1848.

Correio Braziliense ou Armazem Literario, Londres, 1808-1822.

Correio Mercantil, e instructivo, politico, universal, Rio de Janeiro, 1848-1868.

Diário do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1821-1858; 1860-1878.

Echo da Nação: folha politica, litteraria, e noticiosa, Rio de Janeiro, XXX.

Entreacto: jornal illustrado com retratos e caricaturas, Rio de Janeiro, 1860.

Espelho Fluminense ou novo gabinete de leitura, modas, poesias, charadas, etc., Rio de Janeiro, 1843.

Estrella do Occidente: periodico semanal instructivo, critico e litterario, Rio de Janeiro, 1849.

Gazeta Universal, instructiva, politica e commercial (Folha dos interesses moraes e materiais do Brasil), Rio de Janeiro, 1844.

Ideia: revista artistica e litteraria, Rio de Janeiro, 1869.

Ilustração Brasileira, Rio de Janeiro, 1854-1855.

Jornal das Famílias, Rio de Janeiro, 1863-1878.

Jornal Scientifico, Economico e Litterario, ou colleção de varias peças, memorias, relações, viagens, poesias e anedotas, misto de instrução e recreio accommodado a todo o genero de leitores, Rio de Janeiro, 1826.

Marmota Fluminense: jornal de modas e variedades, Rio de Janeiro, 1852-1857.

Minerva Brasiliense: jornal de sciencias, letras e artes, publicado por huma associação de litteratos, Rio de Janeiro, 1843-1845.

Museo Universal: jornal das familias brazileiras, Rio de Janeiro, 1837-1844.

Nitheroy, Revista Brasiliense: sciencias, letras e artes, Paris, 1836.

Novo Correio das Modas: novellas, poesias, viagens, recordações historicas, anedoctas e charadas, Rio de Janeiro, 1852-1854.

O Album Semanal: chronologico, litterario, critico e de modas, Rio de Janeiro, 1851-1853.

O Apostolo: periodico religioso, moral e doutrinario, consagrado aos interesses da religião e da sociedade, Rio de Janeiro, 1866-1901.

O Auxiliador da Indústria Nacional, Rio de Janeiro, 1833-1896.

O Bem da Ordem, Rio de Janeiro, 1821.

O Critico: jornal critico, satyrico, litterario, poetico e jocoso, Rio de Janeiro, 1842.

O Cruzeiro do Sul: periódico hebdomadario de instrucção e recreio, por uma associação de litteratos nacionais e estrangeiros, Rio de Janeiro, 1849.

O Curupira: jornal litterario e instructivo, Rio de Janeiro, 1852-1852.

O Espelho: revista semanal de modas, litteratura, industria e artes, Rio de Janeiro, 1859-1860.

O Figaro: folha illustrada, Rio de Janeiro, 1876-1877.

O Jornal das Senhoras: modas, litteratura, bellas-artes, theatros e critica, Rio de Janeiro, 1852-1855.

O Magico, Rio de Janeiro, 1851-1852.

O Novo Domingueiro: jornal de instrucção e recreio, Rio de Janeiro, 1847.

O Patriota, jornal litterario, politico, mercantil, &c. do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1813-1814

O Progresso Medico, Rio de Janeiro, 1876-1878.

Os Bons Exemplos: jornal da congregação das filhas de Maria e das familias catholicas, Rio de Janeiro, 1870.

Revista Brasileira: jornal de sciencias, lettras e artes, Rio de Janeiro, 1857-1899.

Revista Medica Brasileira: jornal da Academia Imperial de Medicina do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1841-1843.

Revista Medica Fluminense: publicada pela Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1835-1841.

Revista Popular: noticiosa, scientifica, industrial, historica, litteraria, artistica, biographica, anecdotica, musical, etc., etc., Rio de Janeiro, 1859-1862.

Semanario de Saude Publica pela Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1831-1833.

1.2 Legislação

Aviso de 28 de agosto de 1821 apud BAHIA, Benedito Juarez. **História, jornal e técnica**: história da imprensa brasileira. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.

Carta Régia de 8 de junho de 1706 apud RIZZINI, Carlos. **O livro, o jornal e a tipografia no Brasil, 1500-1822: com um breve estudo geral sobre a informação.** São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1988.

Coleção de Leis do Império do Brasil - 1808.

Coleção de Leis do Império do Brasil - 1821.

Coleção de Leis do Império do Brasil - 1854.

Decreto de 9 de março de 1821, p. 22. Disponível em:
http://debates.parlamento.pt/Constituicoes_PDF/bases_crp1822.pdf

Editais da Intendência de Polícia apud BAHIA, Benedito Juarez. **História, jornal e técnica: história da imprensa brasileira.** Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.

Instrução de 24 de junho de 1808 apud RIZZINI, Carlos. **O livro, o jornal e a tipografia no Brasil, 1500-1822: com um breve estudo geral sobre a informação.** São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1988.

Ordem Régia de 10 de maio de 1747 apud BRAGANÇA, Aníbal. “Antônio Isidoro da Fonseca: um precursor na história do livro brasileiro”. In: MELO, José Marques de (Org.). **Imprensa brasileira: personagens que fizeram história.** São Paulo: Universidade Metodista de São Paulo/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2005, vol. 4.

ANRJ, Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, **Polícia da Corte**, código 318.

Portaria de 19 de janeiro de 1822 apud RIZZINI, Carlos. **O livro, o jornal e a tipografia no Brasil, 1500-1822: com um breve estudo geral sobre a informação.** São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1988.

Portaria de 21 de setembro de 1820 apud RIZZINI, Carlos. **O livro, o jornal e a tipografia no Brasil, 1500-1822: com um breve estudo geral sobre a informação.** São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1988.

Requerimento de 25 de maio de 1750 apud RIZZINI, Carlos. **O jornalismo antes da tipografia.** São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977.

1.3 Textos oitocentistas

ARAGO, Jacques Étienne Victor. **Narrative of a voyage round the world, in the Uranie and Physicienne corvettes, commanded by Captain Freycinet, during the years 1817, 1818, 1819 and 1820; on a scientific expedition undertaken by order of the French Government.** London: Treuttel and Wruetz, Treuttel, Jun. and Richter, 30, Soho-Square, 1823.

ARMITAGE, John. **História do Brasil: desde a chegada da família de Bragança, em 1808, até a abdicação do Imperador D. Pedro I, em 1831.** Rio de Janeiro: Typ. Imp. e Const. de J. Villeneuve e Comp., 1837.

ASSIS, Machado de. **O jornal e o livro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

BOCAIUVA, Quintino. “Estudos Críticos e Literários; Lance d’Olhos sobre a Comédia e sua Crítica”. Rio de Janeiro: Tip. Nacional, 1858. In: FARIA, João Roberto. **Ideias Teatrais: o século XIX no Brasil**. São Paulo: Perspectiva/FAPESP, 2001.

BRACKENRIDGE, Henry Marie. **Voyage to Buenos Ayres**, performed in the years 1817 and 1818, by order of the American government. London: Printed for Sir Richard Phillips and Co. Bride-Court, Bridge-Street, 1820.

COLTON, Walter. **Deck and port**; or incidents of a cruise in the United States frigate Congress to California: with sketches of Rio de Janeiro, Valparaiso, Lima, Honolulu, and San Francisco. London: Partridge & Oakey, Paternoster Row, 1851.

DENIS, Ferdinand. **Brasil**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo, 1980.

EBEL, Ernst. **O Rio de Janeiro e seus arredores em 1824**. São Paulo: Ed. Nacional, 1972.

EWBANK, Thomas. **A vida no Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1976.

LEITHOLD, Theodor von; RANGO, Ludwig von. **O Rio de Janeiro visto por dois prussianos em 1819**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1966.

LUCCOCK, John. **Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo, 1975.

MACEDO, Joaquim Manuel de. **Considerações sobre a nostalgia**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2004.

MANET, Édouard. **Viagem ao Rio**: cartas da juventude, 1848-1849. Rio de Janeiro: José Olympio, 2002.

PFEIFFER, Ida Laura. **A woman’s journey round the world**, from Vienna to Brazil, Chili, Tahiti, China, Hindostan, Persia, and Asia Minor. London: Printed by Petter, Duff, and Co. Playhouse Yard, Blackfriars, s/d.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem pelo Distrito dos Diamantes e litoral do Brasil**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 2004.

SANTOS, Luiz Gonçalves dos. **Memórias para servir à História do Reino do Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1981.

SCHLICHTHORST, Carl. **O Rio de Janeiro como é**: uma vez e nunca mais. Contribuições de um diário para a história atual, os costumes e especialmente a situação da tropa estrangeira na capital do Brasil. Brasília: Senado Federal, 2000.

SEIDLER, Carl. **Dez anos no Brasil**: eleições sob Dom Pedro I, dissolução do Legislativo, que redundou no destino das tropas estrangeiras e das colônias alemãs no Brasil. Brasília: Senado Federal, 2003.

VIANA, Paulo Fernandes. “Abreviada demonstração dos trabalhos da Polícia em todo tempo que a serviu o desembargador do paço Paulo Fernandes Viana”. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, tomo 55, parte I, 1892.

WILKES, Charles. **Voyage round the world**, embracing the principal events of the narrative of the United States exploring expedition. Philadelphia: Geo. W. Gorton, 1849.

2 Estudos

ABREU, Márcia. “Duzentos anos: os primeiros livros brasileiros”. In: BRAGANÇA, Aníbal; _____. (Orgs.). **Impresso no Brasil: dois séculos de livros brasileiros**. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

_____. **O caminho dos livros**. Campinas, SP: Mercado de Letras, Associação de Leitura do Brasil (ALB); São Paulo: Fapesp, 2003.

ALBUQUERQUE, Samuel. **Nas memórias de Aurélia: cotidiano feminino no Rio de Janeiro do século XIX**. São Cristovão: Editora UFS, 2015.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. “Vida privada e ordem privada no Império”. In: NOVAIS, Fernando (Coord.); _____. (Org.). **História da vida privada no Brasil: Império**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

ALGRANTI, Leila Mezan. “Famílias e vida doméstica”. In: NOVAIS, Fernando Antonio (coord.); SOUZA, Laura de Mello e (org.). **História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

_____. **Livros de devoção, atos de censura: ensaios de história do livro e da leitura na América portuguesa (1750-1821)**. São Paulo: Hucitec/Fapesp, 2004.

ALMEIDA, Angela Mendes de. “Notas sobre a família no Brasil”. In: _____. et al. **Pensando a família no Brasil: da colônia à modernidade**. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo/UFRRJ, 1987.

ARAÚJO, Emanuel. “A arte da sedução: sexualidade feminina na colônia”. In: PRIORE, Mary Del (Org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013.

ARNAUD-DUC, Nicole. “As contradições do Direito”. In: FRAISSE, Geneviève; PERROT, Michelle (Dir.). **História das mulheres no Ocidente: o século XIX**. Porto: Edições Afrontamento, 1994.

BADINTER, Elizabeth. **Um amor conquistado: o mito do amor materno**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1985.

BAHIA, Benedito Juarez. **História, jornal e técnica: história da imprensa brasileira**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.

BARBOSA, Marialva. **História cultural da imprensa: Brasil, 1800-1900**. Rio de Janeiro, Mauad X, 2010.

- BASILE, Marcello. “Linguagens, pedagogia política e cidadania: Rio de Janeiro, cerca de 1830”. In: RIBEIRO, Gladys Sabina (Org.). **Brasileiros e cidadãos: modernidade política 1822-1930**. São Paulo: Alameda, 2008.
- _____. “Projetos de Brasil e construção nacional na imprensa fluminense (1831-1835)”. In: NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das; MOREL, Marco; FERREIRA, Tania Maria Bessone da Cruz. **História e imprensa: representações culturais e práticas de poder**. Rio de Janeiro: DP&A/Faperj, 2006.
- BERLIN, Isaiah. **As raízes do Romantismo**. São Paulo: Três Estrelas, 2015.
- BOUCHER, François. **História do vestuário no Ocidente: das origens aos nossos dias**. São Paulo: Cosac Naify, 2012.
- BRAGANÇA, Aníbal. “Antônio Isidoro da Fonseca: um precursor na história do livro brasileiro”. In: MELO, José Marques de (Org.). **Imprensa brasileira: personagens que fizeram história**. São Paulo: Universidade Metodista de São Paulo/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2005, vol. 4.
- CABRAL, Alfredo do Valle. **Annaes da Imprensa Nacional do Rio de Janeiro de 1808 a 1822**. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1881.
- CAMARGO, Ana Maria de Almeida; MORAES, Rubens Borba de (Orgs.). **Bibliografia da Impressão Régia**. São Paulo: Edusp/Kosmos, 1993, 2v.
- CANDIDO, Antonio. **Formação da literatura brasileira: momentos decisivos**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1981.
- _____. “The Brazilian Family”. In: SMITH, T. Lynn; MARCHANT, Alexander (eds.). **Brazil: portrait of half a continent**. New York: The Dryden Press, 1951.
- CARNEIRO, Henrique. “O corpo sedento. Bebidas na História do Brasil”. In: DEL PRIORI, Mary; AMANTINO, Marcia. **História do corpo no Brasil**. São Paulo: Editora Unesp, 2011.
- CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro das sombras: a política imperial**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- CARVALHO, Marcus J. M. de. “A imprensa na formação do mercado de trabalho feminino no século XIX”. In: NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das; MOREL, Marco; FERREIRA, Tania Maria Bessone da Cruz. **História e imprensa: representações culturais e práticas de poder**. Rio de Janeiro: DP&A/Faperj, 2006.
- CAVALCANTI, Nireu. **O Rio de Janeiro setecentista: a vida e a construção da cidade da invasão francesa até a chegada da Corte**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.
- CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001.
- CINQUE, Fernanda Regina. “A ação educativa do jornal *Correio Braziliense* no processo de independência do Brasil”. In: MIZUTA, Celina Midori Murasse; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; PERIOTTO, Marcília Rosa (Orgs.). **Império em debate: imprensa e educação no Brasil oitocentista**. Maringá: Eduem, 2010.

CORRÊA, Mariza. “Repensando a família patriarcal brasileira (notas para o estudo das formas de organização familiar no Brasil)”. In: ALMEIDA, Maria Suely Kofes de et al. **Colcha de retalhos: estudos sobre a família no Brasil**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1982.

COSTA, Emília Viotti da. **Da Monarquia à República: momentos decisivos**. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

COSTA, Jurandir Freire. **Ordem médica e norma familiar**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2004.

CRESPO, Jorge. **A história do corpo**. Lisboa: Difel, 1990.

DAMATTA, Roberto. **A casa & a rua**. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

D’INCÃO, Maria Ângela. “Introdução”. In: _____ (Org.). **Amor e família no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1989.

_____. “Mulher e família burguesa”. In: PRIORE, Mary Del (Org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013.

_____. “O amor romântico e a família burguesa”. In: _____ (Org.). **Amor e família no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1989.

DINES, Alberto. “Hipólito da Costa, hoje”. In: LUSTOSA, Isabel (Org.). **Imprensa, história e literatura**. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2008.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador: uma história dos costumes**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990.

ENGEL, Magali. **Meretrizes e doutores: saber médico e prostituição no Rio de Janeiro (1840-1890)**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

EWALD, Ariane P. et al. “Crônicas folhetinescas: subjetividade, modernidade e circulação da notícia”. In: NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das; MOREL, Marco; FERREIRA, Tania Maria Bessone da Cruz. **História e imprensa: representações culturais e práticas de poder**. Rio de Janeiro: DP&A/Faperj, 2006.

FAORO, Raymundo. **Machado de Assis: a pirâmide e o trapézio**. São Paulo: Globo, 2001.

FARIA, João Roberto. **Ideias Teatrais: o século XIX no Brasil**. São Paulo: Perspectiva/FAPESP, 2001.

FERREIRA, Tania Maria Tavares Bessone da Cruz. **Palácios de destinos cruzados: bibliotecas, homens e livros no Rio de Janeiro, 1870-1920**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999.

FONSECA, Gondin da. **Biografia do jornalismo carioca (1808-1908)**. Rio de Janeiro: Livraria Quaresma, 1941.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

- FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. Aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. São Paulo: Edições Loyola, 2007.
- _____. “As relações de poder passam para o interior dos corpos”. In: _____. **Genealogia da ética, subjetividade e sexualidade**. Organização e seleção de textos Manoel Barros da Motta. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014. (Ditos & escritos; IX).
- _____. “Michel Foucault explica seu último livro”. In: _____. **Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento**. Organização e seleção de textos Manoel Barros da Motta. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2015. (Ditos & escritos; II).
- _____. “O nascimento da medicina social”. In: _____. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.
- _____. “O sujeito e o poder”. In: DREYFUS, Hubert Lederer; RABINOW, Paul. **Michel Foucault: uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.
- _____. “Verdade, poder e si mesmo”. In: _____. **Ética, sexualidade, política**. Organização e seleção de textos Manoel Barros da Motta. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004. (Ditos & escritos; V).
- _____. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.
- FRAISSE, Geneviève; PERROT, Michelle. “Introdução”. In: FRAISSE, Geneviève; PERROT, Michelle (Dir.). **História das mulheres no Ocidente: o século XIX**. Porto: Edições Afrontamento, 1994.
- FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. “A construção de um público”. In: DINES, Alberto; LUSTOSA, Isabel. **Hipólito José da Costa e o Correio Braziliense**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado/Brasília, DF: Correio Braziliense, 2002.
- _____. **A higienização do povo: medicina social e alienismo no Rio de Janeiro oitocentista**. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1990.
- _____. **Literatura e sociedade no Rio de Janeiro oitocentista**. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1999.
- _____. “O Patriota e a invenção de padrões literários”. In: LUSTOSA, Isabel (Org.). **Imprensa, história e literatura**. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2008.
- _____. **Outras visões do Rio de Janeiro colonial: antologia de textos (1582-1808)**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2000.
- _____. **Viajantes estrangeiros no Rio de Janeiro joanino: antologia de textos (1809-1818)**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2013.
- _____. **Visões do Rio de Janeiro colonial: antologia de textos, 1531-1800**. Rio de Janeiro: EdUERJ/J. Olympio, 1999.
- FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. **Homens livres na ordem escravocrata**. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1997.
- FREIRE, Dirce de Sá. “Com açúcar, sem afeto”. In: PRIORE, Mary Del; AMANTINO, Marcia. **História do corpo no Brasil**. São Paulo: Editora Unesp, 2011.
- FREYRE, Gilberto. **Sobrados e mucambos: decadência do patriarcado e desenvolvimento do urbano**. São Paulo: Global, 2004.
- _____. **Vida social no Brasil nos meados do século XIX**. São Paulo: Global, 2008.

GAGLIARDO, Vinicius Cranek. **Uma Paris dos trópicos?** Perspectivas da europeização do Rio de Janeiro oitocentista. São Paulo: Alameda, 2014.

GIORGIO, Michela de. “O modelo católico”. In: FRAISSE, Geneviève; PERROT, Michelle (Dir.). **História das mulheres no Ocidente: o século XIX**. Porto: Edições Afrontamento, 1994.

HALLEWELL, Laurence. **O livro no Brasil: sua história**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

HIGONNET, Anne. “Mulheres e imagens. Representações”. In: FRAISSE, Geneviève; PERROT, Michelle (Dir.). **História das mulheres no Ocidente: o século XIX**. Porto: Edições Afrontamento, 1994.

IANNI, Octávio. **A ideia de Brasil moderno**. São Paulo: Brasilienses, 1994.

ITALIANO, Isabel et al. **Para vestir a cena contemporânea: moldes e moda no Brasil do século XIX**. São Paulo: Estação das Letras e Cores, 2015.

KNAUSS, Paulo. “Introdução”. In: KNAUSS, Paulo et. al. (Org.). **Revistas ilustradas: modos de ler e ver no Segundo Reinado**. Rio de Janeiro: Mauad X, FAPERJ, 2011.

KNIBIEHLER, Yvonne. “Corpos e corações”. In: FRAISSE, Geneviève; PERROT, Michelle (Dir.). **História das mulheres no Ocidente: o século XIX**. Porto: Edições Afrontamento, 1994.

KÖHLER, Carl. **História do vestuário**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2009.

LAVER, James. **A roupa e a moda: uma história concisa**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

LEVENTON, Melissa (Org.). **História ilustrada do vestuário: um estudo da indumentária, do Egito Antigo ao final do século XIX, com ilustrações dos mestres Auguste Racinet e Friedrich Hottenroth**. São Paulo: Publifolha, 2013.

LIMA, Oliveira. **Dom João VI no Brasil**. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996.

_____. **O Império brasileiro (1821-1889)**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1989.

LIPOVESTKY, Gilles. **O império do efêmero: a moda e seu destino nas sociedades modernas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

LOURO, Guacira Lopes. “Mulheres na sala de aula”. In: PRIORE, Mary Del (Org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013.

LUSTOSA, Isabel. “Cairu, panfletário: contra a facção gálica e em defesa do trono e do altar”. In: NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das; MOREL, Marco; FERREIRA, Tania Maria Bessone da Cruz. **História e imprensa: representações culturais e práticas de poder**. Rio de Janeiro: DP&A/Faperj, 2006.

_____. **D. Pedro I: um Herói sem nenhum caráter**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

LUSTOSA, Isabel. **Insultos impressos**: a guerra dos jornalistas na Independência (1821-1823). São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

_____. “Insultos impressos: o nascimento da imprensa no Brasil”. In: MALERBA, Jurandir (Org.). **A independência brasileira**: novas dimensões. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

_____. **O nascimento da imprensa brasileira**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.

MACHADO, Roberto et al. **Danação da norma**: medicina social e construção da psiquiatria no Brasil. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

MAGALDI, Ana Maria Bandeira de Mello. “Mulheres no mundo da casa: imagens femininas nos romances de Machado de Assis e Aluizio Azevedo”. In: COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina (Orgs.). **Entre a virtude e o pecado**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos/São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992.

MALERBA, Jurandir. **A corte no exílio**: civilização e poder no Brasil às vésperas da Independência (1808-1821). São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

MARTINS, Ana Luiza; DE LUCA, Tania Regina. **Imprensa e cidade**. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

MARTINS, Wilson. **A palavra escrita**: história do livro, da imprensa e da biblioteca, com um capítulo referente à propriedade literária e, em apêndice, as convenções de Berna, de Washington e Universal, sobre os direitos autorais. São Paulo: Editora Anhembi Limitada, 1957.

_____. **História da inteligência brasileira**. São Paulo: Cultrix/Ed. da Universidade de São Paulo, 1977, vol. 2.

MATOS, Maria Izilda Santos de. “Delineando corpos: as representações do feminino e do masculino no discurso médico (São Paulo 1890-1930)”. In: _____.; SOIHET, Rachel (Orgs.). **O corpo feminino em debate**. São Paulo: Editora UNESP, 2003.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. **O tempo saquarema**. São Paulo: Hucitec, 2004.

MAUAD, Ana Maria. “A vida das crianças de elite durante o Império”. In: PRIORE, Mary Del (Org.). **História das crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013.

_____. “Imagem e autoimagem do Segundo Reinado”. In: NOVAIS, Fernando (Coord.); ALENCASTRO, Luiz Felipe de (Org.). **História da vida privada no Brasil**: Império. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

MEIRELLES, Juliana Gesuelli. “A Gazeta do Rio de Janeiro e o impacto da circulação de ideias no Império luso-brasileiro (1808-1821)”. In: ALGRANTI, Leila Mezan; MEGIANI, Ana Paula (Orgs.). **O Império por escrito**: formas de transmissão da cultura letrada no mundo ibérico, séculos XVI-XIX. São Paulo: Alameda, 2009.

_____. **Imprensa e poder na corte joanina**: a Gazeta do Rio de Janeiro (1808-1821). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008.

MELLO, Evaldo Cabral de. “O fim das casas-grandes”. In: NOVAIS, Fernando (Coord.); ALENCASTRO, Luiz Felipe de (Org.). **História da vida privada no Brasil**: Império. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

MELO, Victor Andrade de. “Novas performances públicas masculinas: o esporte, a ginástica, a educação física (século XIX)”. In: PRIORE, Mary Del; AMANTINO, Marcia (Orgs.). **História dos Homens no Brasil**. São Paulo: Editora Unesp, 2013.

_____. (Org.). **Os sports e as cidades brasileiras: transição dos séculos XIX e XX**. Rio de Janeiro: Apicuri, 2010.

MENEZES, Lená Medeiros de. “Francesas no Rio de Janeiro: modernização e trabalho segundo o Almanak ‘Laemmert’ (1844-1861)”. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, n. 423, abr./jun. 2004.

MINDLIN, José. “Impressão Régia: seu significado e suas realizações”. In: BRAGANÇA, Aníbal; ABREU, Márcia (Orgs.). **Impresso no Brasil: dois séculos de livros brasileiros**. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

MOREL, Marco. “Cipriano Barata: símbolo do jornalismo panfletário”. In: MELO, José Marques de (Org.). **Imprensa brasileira: personagens que fizeram história**. São Paulo: Universidade Metodista de São Paulo/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2005, vol. 1.

_____. “Entre estrela e satélite”. In: DINES, Alberto; LUSTOSA, Isabel. **Hipólito José da Costa e o Correio Braziliense**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado/Brasília, DF: Correio Braziliense, 2002.

_____. “Os primeiros passos da palavra impressa”. In: MARTINS, Ana Luiza; DE LUCA, Tania Regina (Orgs.). **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013.

MOREL, Marco; BARROS, Mariana Monteiro de. **Palavra, imagem e poder: o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

MOTA, Carlos Guilherme (Coord.). **Os juristas na formação do Estado-Nação brasileiro: século XVI a 1850**. São Paulo: Quartier Latin, 2006.

NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. “Antídotos contra obras ‘ímpias e sediciosas’: censura e repressão no Brasil de 1808 a 1824”. In: ABREU, Márcia (Org.). **Leitura, história e história da leitura**. Campinas, SP: Mercado de Letras/Associação de Leitura do Brasil; São Paulo: Fapesp, 1999.

_____. **Corcundas e constitucionais: a cultura política da Independência (1820-1822)**. Rio de Janeiro: Revan/Faperj, 2003.

_____. “Intelectuais Brasileiros nos Oitocentos: a constituição de uma família sob a proteção do poder imperial (1821-1828)”. In: PRADO, Maria Emília (org.). **O Estado como vocação: idéias e práticas políticas no Brasil Oitocentista**. Rio de Janeiro: ACESS, 1999.

_____. “Pensamentos vagos sobre o Império do Brasil”. In: DINES, Alberto; LUSTOSA, Isabel. **Hipólito José da Costa e o Correio Braziliense**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado/Brasília, DF: Correio Braziliense, 2002.

O’GORMAN, Edmundo. **A invenção da América: reflexão a respeito da estrutura histórica do Novo Mundo e do sentido de seu devir**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

OLIVEIRA, Paulo Motta. “E a imprensa chegou ao Brasil: reflexões sobre livros, invasões e mercados”. In: FERREIRA, Tânia Maria Bessone da Cruz et al. **D. João VI e o Oitocentismo**. Rio de Janeiro: Contra Capa/Faperj, 2011.

PALLARES-BURKE, Maria Lucia Garcia. “A imprensa periódica como uma empresa educativa no século XIX”, **Cadernos de Pesquisa**, FGV, n.104, julho de 1998.

PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da história**. Bauru, SP: EDUSC, 2005.

_____. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2008.

_____. “Os silêncios do corpo da mulher”. In: MATOS, Maria Izilda Santos de; SOIHET, Rachel (Orgs.). **O corpo feminino em debate**. São Paulo: Editora UNESP, 2003.

PINA, Patrícia Kátia da Costa. **Literatura e jornalismo no oitocentos brasileiro**: estudo das estratégias dos produtores de cultura para a formação e a manutenção de um público consumidor do impresso. Ilhéus, BA: Editus, 2002.

PINASSI, Maria Orlanda. **Três devotos, uma fé, nenhum milagre**: Nitheroy, Revista Brasiliense de ciências letras e artes. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**: colônia. São Paulo: Brasiliense/Publifolha, 2000.

PRIORE, Mary Del. “Deus dá licença ao diabo: a contravenção nas festas religiosas e igrejas paulistas no século XVIII”. In: VAINFAS, Ronaldo (Org.). **História e sexualidade no Brasil**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1986.

_____. **História do amor no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2015.

_____. **Histórias íntimas**. São Paulo: Planeta, 2014.

_____. “Magia e medicina na colônia: o corpo feminino”. In: _____. (Org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013.

_____. “O corpo feminino e o amor: um olhar (século XIX, São Paulo)”. In: D’INCÃO, Maria Ângela (Org.). **Amor e família no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1989.

_____. “O corpo vazio: o imaginário sobre a esterilidade entre a Colônia e o Império”. In: _____.; AMANTINO, Marcia. **História do corpo no Brasil**. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

_____. “Pais de ontem: transformações da paternidade no século XIX”. In: _____.; AMANTINO, Marcia (Orgs.). **História dos Homens no Brasil**. São Paulo: Editora Unesp, 2013.

QUINTAS, Fátima. **Sexo à moda patriarcal**: o feminino e o masculino na obra de Gilberto Freyre. São Paulo: Global, 2008.

RASPANTI, Márcia Pinna. “O que ‘eles’ vestem: moda, vaidade e masculinidade no Brasil”. In: PRIORE, Mary Del; AMANTINO, Marcia (Orgs.). **História dos Homens no Brasil**. São Paulo: Editora Unesp, 2013.

_____. “Vestindo o corpo: breve história da indumentária e da moda no Brasil, desde os primórdios da colonização ao final do Império”. In: PRIORI, Mary Del; AMANTINO, Marcia. **História do corpo no Brasil**. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

RENAULT, Delso. **O Rio antigo nos anúncios de jornais: 1808-1850**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1969.

_____. **Rio de Janeiro**: a vida da cidade refletida nos jornais (1850-1870). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

RIBEIRO, Lavina Madeira. **Imprensa e espaço público: a institucionalização do jornalismo no Brasil (1808-1964)**. Rio de Janeiro: E-Papers Serviços Editoriais, 2004.

RICUPERO, Bernardo. **O romantismo e a ideia de nação no Brasil (1830-1870)**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

RIZZINI, Carlos. **O jornalismo antes da tipografia**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977.

_____. **O livro, o jornal e a tipografia no Brasil, 1500-1822: com um breve estudo geral sobre a informação**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1988.

RODRIGUES, Mariana Tavares. **Mancebos e mocinhas: moda na literatura brasileira do século XIX**. São Paulo: Estação das Letras e Cores, 2010.

RORTY, Richard. **Verdade e progresso**. Barueri, SP: Manole, 2005.

SAFIER, Neil. “Abolição à distância: a luta de um maçom pela emancipação brasileira por meio da imprensa”. In: NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das (Org.). **Livros e Impressos: Retratos do Setecentos e do Oitocentos**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2009.

SALLES, Pedro. **História da Medicina no Brasil**. Belo Horizonte: Editora G. Holman LTDA, 1971.

SANT’ANNA, Denise Bernuzzi de. **Cidade das águas**. São Paulo: Senac, 2008.

_____. “Higiene e higienismo entre o Império e a República”. In: DEL PRIORI, Mary; AMANTINO, Marcia. **História do corpo no Brasil**. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

SCHNOOR, Eduardo. “‘Riscando o chão’: masculinidade e mundo rural entre a Colônia e o Império”. In: PRIORE, Mary Del; AMANTINO, Marcia (Orgs.). **História dos Homens no Brasil**. São Paulo: Editora Unesp, 2013.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SILVA, Alberto da Costa e. “População e sociedade”. In: _____ (Coord.). **Crise colonial e independência: 1808-1830**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.

SILVA, Ana Rosa Clochet da. **Inventando a nação: intelectuais ilustrados e estadistas luso-brasileiros na crise do Antigo Regime Português (1750-1822)**. São Paulo: Hucitec/Fapesp, 2006.

SILVA, Carolina Paes Barreto da. “Direitos, liberdade e cidadania no jornal O República (1830-1831)”. In: RIBEIRO, Gladys Sabina (Org.). **Brasileiros e cidadãos: modernidade política 1822-1930**. São Paulo: Alameda, 2008.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. “A Intendência-Geral da Polícia: 1808-1821”. In: **Acervo: Revista do Arquivo Nacional**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, julho-dezembro, 1986, pp. 187-204.

_____. **Cultura e sociedade no Rio de Janeiro: 1808-1821**. São Paulo: Ed. Nacional, 1978.

_____. **Vida privada e cotidiano no Brasil na época de D. Maria I e D. João VI**. Lisboa: Editorial Estampa, 1993.

SOARES, Luiz Carlos. “Da necessidade do bordel higienizado: tentativas de controle da população carioca no século XIX”. In: VAINFAS, Ronaldo (Org.). **História e sexualidade no Brasil**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1986.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.
_____. **Panorama do Segundo Império**. Rio de Janeiro: Graphia, 1998.

SOUZA, Laura de Mello e. “O padre e as feiticeiras: notas sobre a sexualidade no Brasil colonial”. In: VAINFAS, Ronaldo (Org.). **História e sexualidade no Brasil**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1986.

STRZODA, Michelle. **O Rio de Joaquim Manuel de Macedo: jornalismo e literatura no século XIX**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2010.

TELLES, Norma. “Escritoras, escritas, escrituras”. In: PRIORE, Mary Del (Org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013.

TREVISAN, João Silvério. **Devassos no paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

VAINFAS, Ronaldo. **Trópico dos pecados: moral, sexualidade e inquisição no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

VELLOSO, Monica Pimenta. “Percepções do moderno: as revistas do Rio de Janeiro”. In: NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das; MOREL, Marco; FERREIRA, Tania Maria Bessone da Cruz. **História e imprensa: representações culturais e práticas de poder**. Rio de Janeiro: DP&A/Faperj, 2006.

VEYNE, Paul. **Como se escreve a história; Foucault revoluciona a história**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

_____. **Foucault: seu pensamento, sua pessoa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

VIANNA, Helio. **Contribuição à história da imprensa brasileira (1812-1869)**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945.

VILLALTA, Luiz Carlos. “O que se fala e o que se lê: língua, instrução e leitura”. In: NOVAIS, Fernando Antonio (Coord.); SOUZA, Laura de Mello e (Org.). **História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América Portuguesa**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, vol. 1.

XIMENES, Maria Alice. **Moda e arte na reinvenção do corpo feminino do século XIX**. São Paulo: Estação das Letras e Cores/Rio de Janeiro: Editora Senac Rio, 2011.

ZENHA, Celeste. “Casamento e ilegitimidade no cotidiano da justiça”. In: VAINFAS, Ronaldo (Org.). **História e sexualidade no Brasil**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1986.

ANEXOS

ANEXO 1 - Crinolina



Disponível em: <http://www.debsmadness.com/wp-content/uploads/2016/04/img524-01-1.jpg>

Acesso em: 03 jun. 2016

ANEXO 2 - Vestidos com crinolina



Fonte: Novo Correio das Modas, Rio de Janeiro, n. 16, vol. 1, 1854.

ANEXO 3 - Vestidos com anquinha

Fonte: Jornal das Famílias, Rio de Janeiro, n. 8, tomo 11, agosto de 1873.

ANEXO 4 - Vestidos superornamentados



Fonte: Novo Correio das Modas, Rio de Janeiro, n. 26, vol. 1, 1853.

ANEXO 5 - Vestidos de passeio



Fonte: Revista Popular, Rio de Janeiro, tomo 3, ano 1, 1859.

ANEXO 6 - Vestidos de baile



Fonte: Novo Correio das Modas, Rio de Janeiro, n. 24, vol. 1, 1854.

ANEXO 7 - Penteados



Fonte: O Jornal das Senhoras, Rio de Janeiro, n. 14, tomo 1, 4 de abril de 1852.

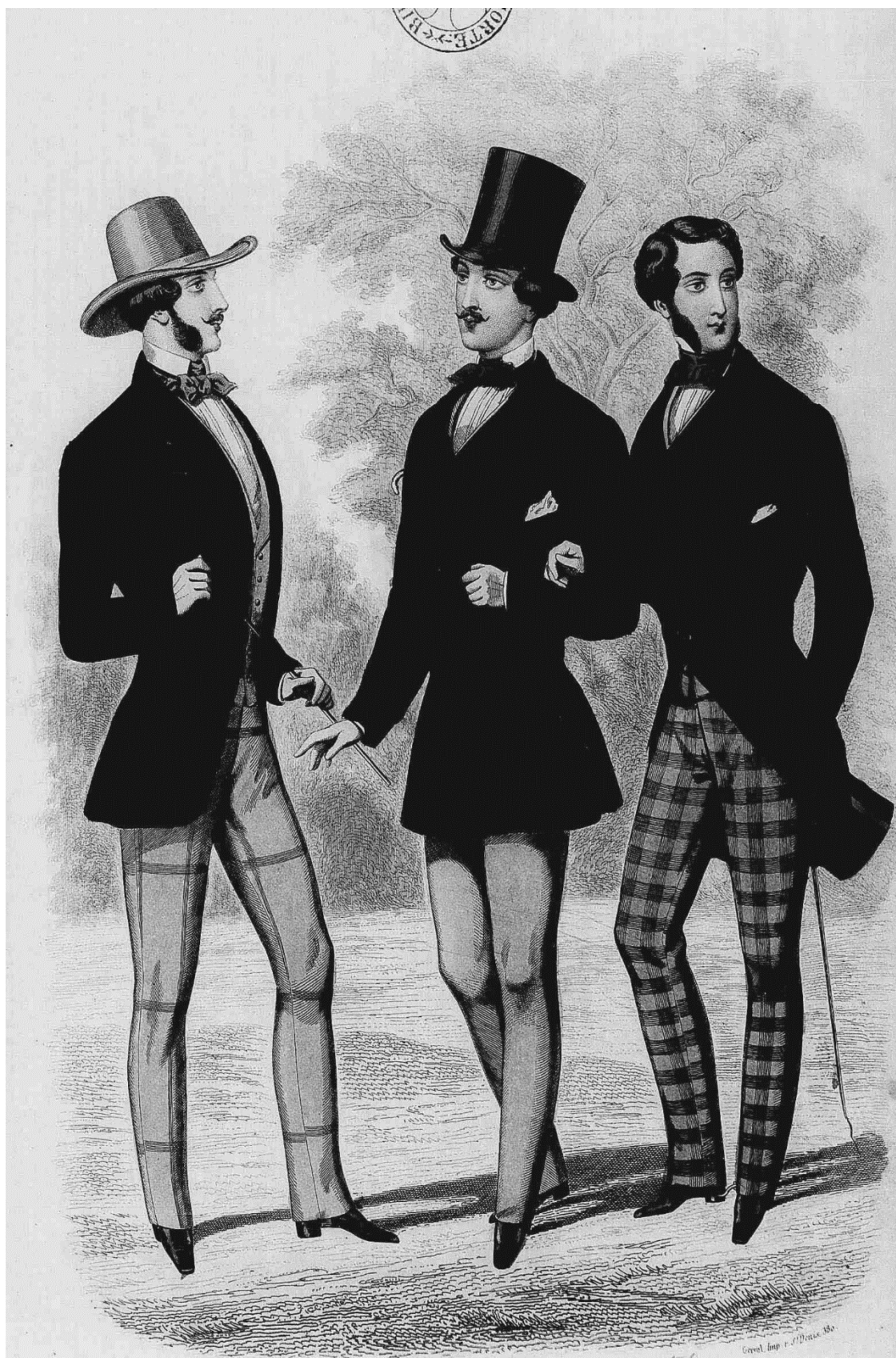
ANEXO 8 - Cintura fina devido ao espartilho

Fonte: **Novo Correio das Modas**, Rio de Janeiro, n. 4, vol. 1, 1854.

ANEXO 9 - Traje dândi (Lorde George Bryan Brummell)

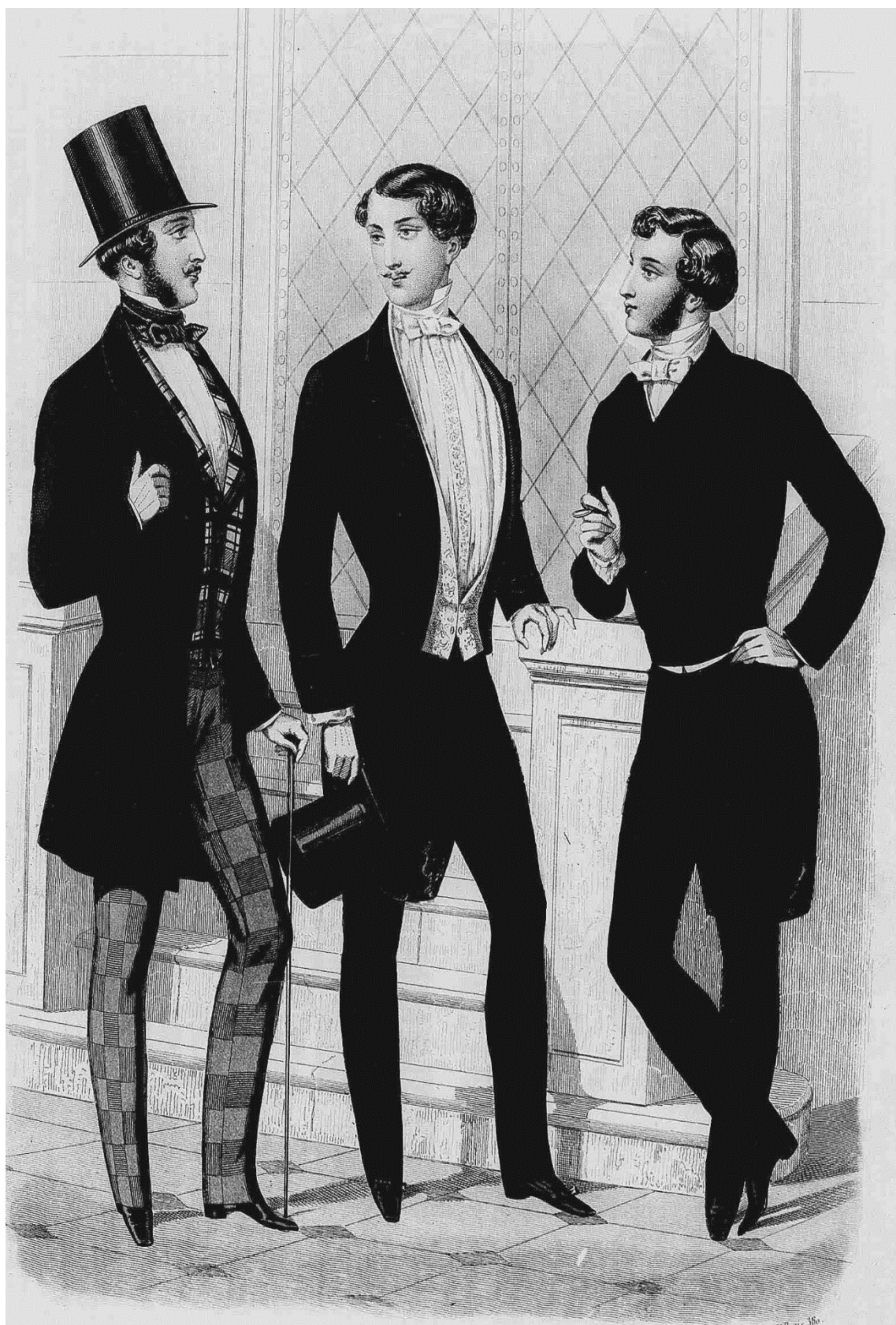
Fonte: Harper's New Monthly Magazine, New York, vol. 11, june to november, 1855.

ANEXO 10 - Trajes inglesados

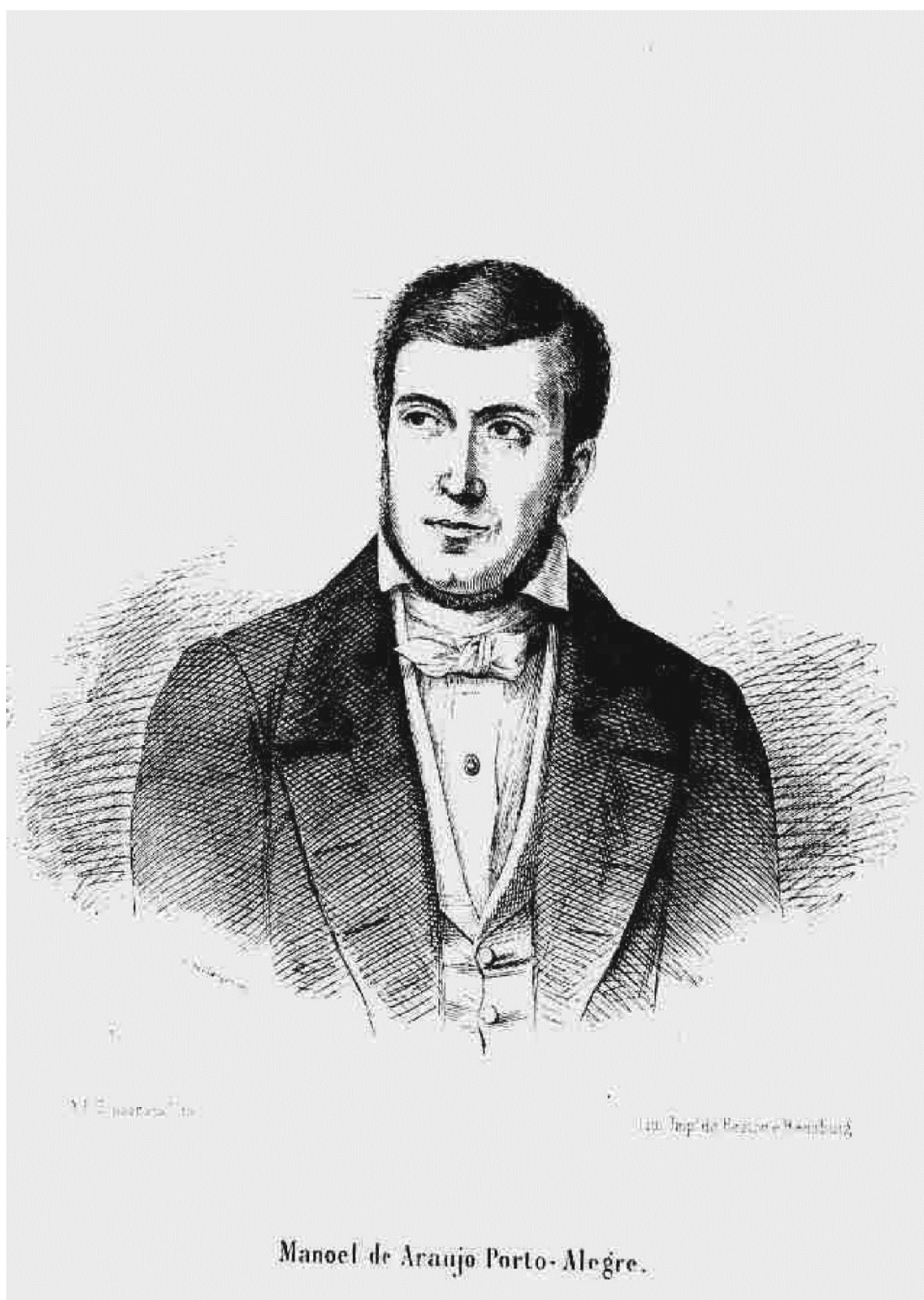


Fonte: Novo Correio das Modas, Rio de Janeiro, n. 26, vol. 2, 1852.

ANEXO 11 - Trajes desornamentados

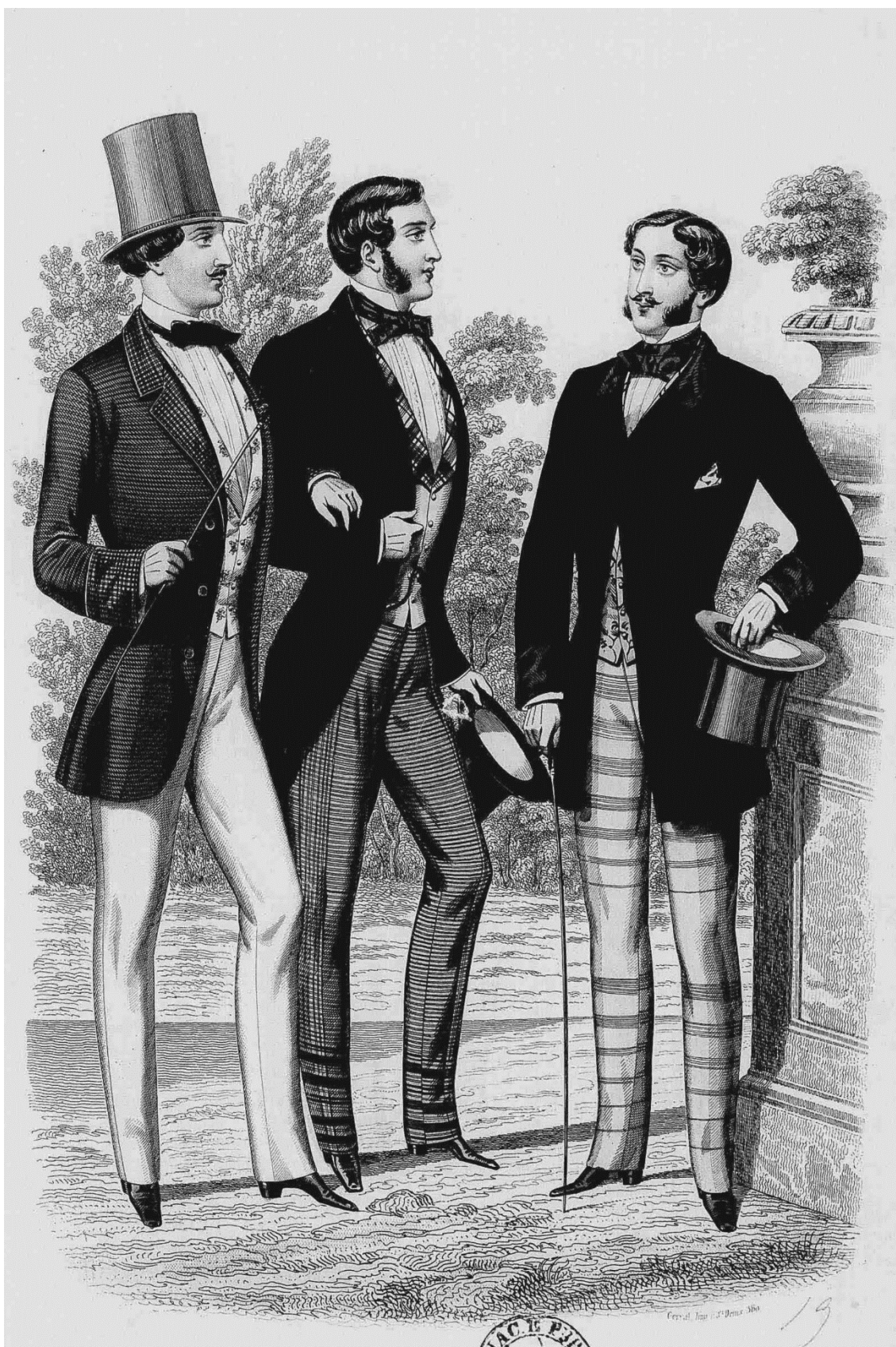


Fonte: Novo Correio das Modas, Rio de Janeiro, n. 2, vol. 2, 1853.

ANEXO 12 - Penteado (Manuel de Araújo Porto-Alegre)

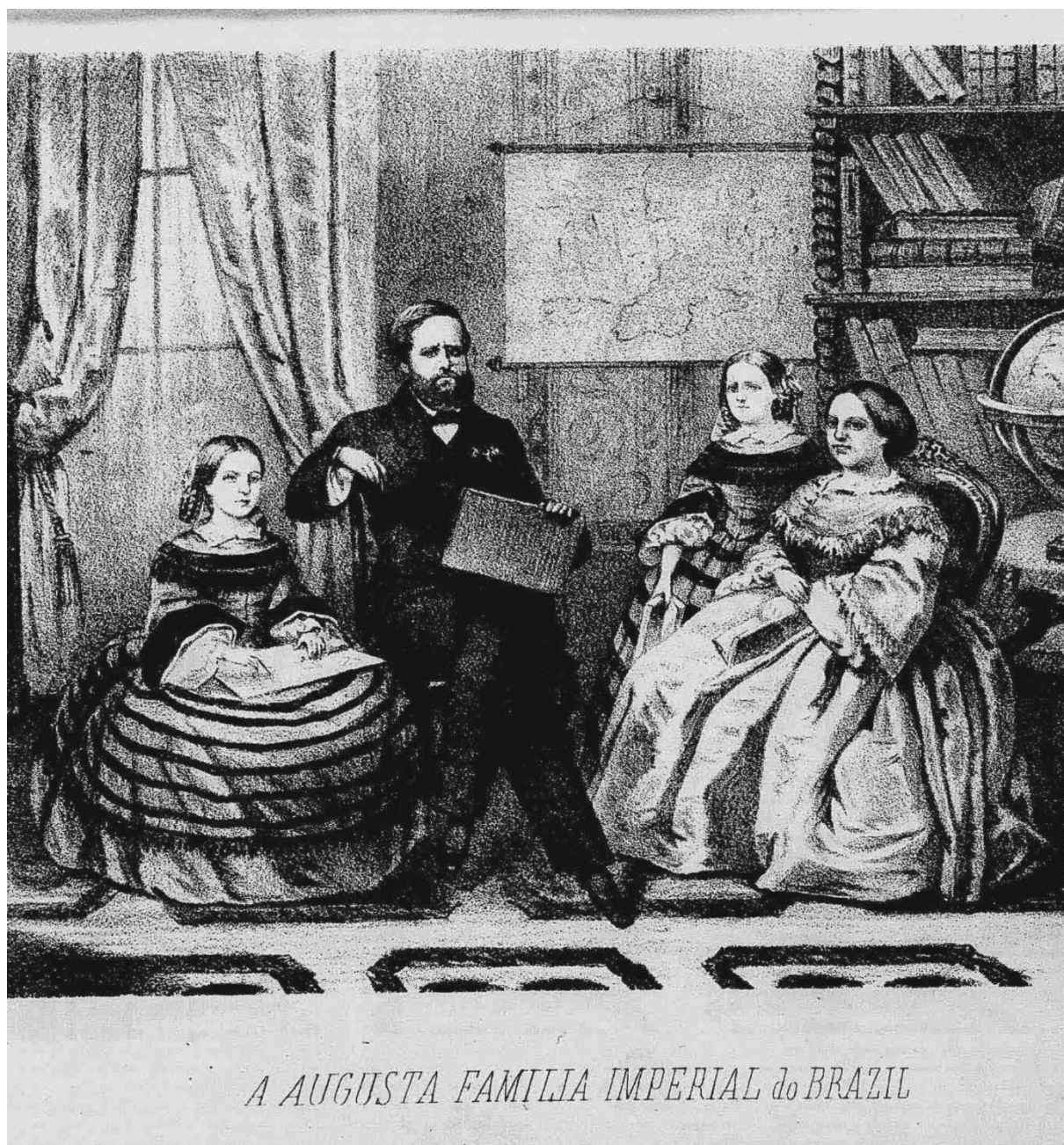
Fonte: Ilustração Brasileira, Rio de Janeiro, n. 3, vol. 1, abril de 1854.

ANEXO 13 - Casaca e sobrecasaca



Fonte: Novo Correio das Modas, Rio de Janeiro, n. 19, vol. 2, 1853.

ANEXO 14 - Imperador, pai de família



Fonte: **Revista Popular**, Rio de Janeiro, tomo 10, ano 3, 1861.

ANEXO 15 - Periódicos

Título	Ano de publicação	Periodicidade	Redator(es)/Colaborador(es)	Tipografia
A Abelha: semanario scientifico, industrial e litterario	1856	Semanal do nº 1 ao nº 8; Quinzenal do nº 9 ao nº 16.	Amelie Eduards, Aureliano Scholl, Carlos Geyler, Domingos José Bernardino d' Almeida, José Joaquim Rodrigues Bastos, Jobert, Luiz Felipe Leite, Luiz Figuier, Luiz da Abreu; Mendes Leal Junior, Quintino Bocayuva, Silvestre, Veríssimo A. Pereira	Typ. Imparcial de Silva Junior Empresa Nacional do Diário
A Aurora: periodico litterario e critico	1851	Semanal		
A Borboleta: periodico miscelanico	1844	Semanal	J.E.S. Cabral	Typ. de J.E.S. Cabral
A Grinalda: jornal dos domingos	1848	Semanal	José Antonio do Valle, J. C. Fernandes Pinheiro Júnior	Typ. de M. J. Cardozo e C.
A Marmota: folha popular	1857-1864	2 vezes por semana	Francisco de Paula Brito	Typ. Imparcial de F. de Paula Brito
A Marmota na Corte	1849-1852	2 vezes por semana	Prospero Ribeiro Diniz, Francisco de Paula Brito	Typ. Imparcial de F. de Paula Brito
A Nova Minerva: periodico dedicado às sciencias, artes, litteratura e costumes	1845-1846	Semanal	J. M. Valdez e Palacios	Typographia de M. A. da Silva Lima
A Patria: folha da provincia do Rio de Janeiro	1856-1889	3 vezes por semana	Carlos Bernardino de Moura	Typographia da Patria

A Primavera: revista semanal de litteratura, modas, industrias e artes	1861	Semanal	Azeredo Leite	Typ. Popular de Azeredo Leite
A Sciencia: revista synthetica dos conhecimento s humanos	1847-1848	Semanal	Luiz Antonio de Castro, Dr. Mure, Maximiano Marques de Carvalho	Typ. Franceza
A Semana Illustrada	1861-1875	Semanal	Henrique Fleiuss, Machado de Assis, Quintino Bocaiuva, Joaquim Manuel de Macedo, Joaquim Nabuco, Bernardo Guimarães, Flumen Junius	Typ. de Pinheiro e Comp.
Acajá: jornal de instrucção e recreio	1860-1861	Quinzenal	Sílvio Rangel, Monteiro Júnior	Typ. de Pinheiro e Comp.
Album Litterario: periodico instructivo e recreativo	1860-1861	Quinzenal	Iesy, Luis Ayque, B. S. Magalhães, Maro, Pery	Typ. de Pinheiro e Comp.
Annaes Brasilienses de Medicina	1849-1885	Mensal	Médicos da Academia Imperial de Medicina	Typ. Imparcial de F. de Paula Brito
Annaes de Medicina Brasiliense: jornal da Academia Imperial de Medicina do Rio de Janeiro	1845-1849	Mensal	Dr. Francisco de Paula Candido	Typ. Imparcial de F. de Paula Brito
Archivo Litterario: jornal familiar, variado, critico e recreativo	1863	Semanal	Antonio Arnaldo Nogueira Moralinho, Francisco José Alves Guimarães	Typ. Economica Typ. Popular, de Azeredo Leite

Archivo Medico Brasileiro: gazeta mensal de medicina, cirurgia, e sciencias accessorias	1844-1848	Mensal	Dr. Ludgero da Rocha Ferreira Lapa	Typ. Fanceza Typ. de M.A. da Silva Lima Typ. do Archivo Medico Brasileiro
Beija-Flor, jornal de instrucção e recreio	1849-1852	Semanal		Typographia Guanabarensis de L. A. F. de Menezes
Brazil Litterario: propriedade de uma associação	1864-1865	Semanal	Juvencio Thomaz de Aquino	Typ. Actualidade
Chronica Litteraria: jornal de instrucção e recreio	1848	Semanal	L. A. F. de Menezes	Typographia Guanabarensis de L. A. F. de Menezes
Correio Braziliense ou Armazem Literario	1808-1822	Mensal	Hipólito José da Costa Pereira Furtado de Mendonça	Typ. de W. Lewis
Correio Mercantil, e instructivo, politico, universal	1848-1868	Diário	Francisco José dos Santos Rodrigues	Typ. do Correio Mercantil de Francisco José dos Santos Rodrigues & C.
Diário do Rio de Janeiro	1821-1858; 1860-1878	Diário	Zeferino Vítor de Meireles, Antônio Maria Jaurdan.	Tipografia do Diário
Echo da Nação: folha politica, litteraria, e noticiosa	1860	Diário	Francisco Rodrigues de Miranda	Typ. do Echo da Nação
Entreacto: jornal illustrado com retratos e caricaturas	1860	Semanal	Francisco de Paula Brito	Typ. Imparcial de F. de Paula Brito Typ. Americana de J. S. de Pinho Typ. Imp.e Const. de J. Villeneuve & C

Espelho Fluminense ou novo gabinete de leitura, modas, poesias, charadas, etc.	1843	6 vezes por mês		Typ. Universal de Laemmert
Estrella do Occidente: periodico semanal instructivo, critico e litterario	1849	Semanal	F. A. de Almeida, Assumpção Junior	Typ. Clássica de F. A. de Almeida.
Gazeta Universal, instructiva, politica e commercial	1844	Semanal		Typ. Franceza
Ideia: revista artistica e litteraria	1869	Quinzenal	Leitão Junior, Verissimo do Bomsuccesso, Augusto Mario	Typ. e Lith. de Francisco Alves de Sousa Typ. do Imp. Inst. Artístico
Ilustração Brasileira	1854-1855	Mensal	Ernesto de Souza, Oliveira Coutinho	Typ. da Viuva Vianna Junior Typ. de L. Lobo Vianna & Filhos
Jornal das Famílias	1863-1878	Mensal	Machado de Assis	Typ. de Simon Racon e Comp. Typ. de Ad. Idine e J. Havard Typ. de G. Chamerot.
Jornal Scientifico, Economico e Litterario, ou colleção de varias peças, memorias, relações, viagens, poesias e anedotas...	1826	Mensal	José Vitorino dos Santos e Souza, Felisberto Inacio Januario Cordeiro	Typ. de Torres

Marmota Fluminense: jornal de modas e variedades	1852-1857	2 vezes por semana	Francisco de Paula Brito, Machado de Assis	Typ. Dous de Dezembro de Paula Brito
Minerva Brasiliense: jornal de sciencias, letras e artes, publicado por huma associação de litteratos	1843-1845	Quinzenal	Domingos Jose Goncalves de Magalhaes, Francisco de Sales Torres Homem, Januario da Cunha Barbosa	Typ. de J.E.S. Cabral Typ. Austral e Brasil
Museo Universal: jornal das familias brazileiras	1837-1844	Semanal		Typ. Imperial e Constitucional de J. Villeneuve e Comp.
Nitheroy, Revista Brasiliense: sciencias, letras e artes	1836	Foram publicados apenas 2 exemplares	Manuel Araújo Porto Alegre, Francisco Salles Torres Homem, Azevedo Coutinho	Typ. Dauvin et Fontaine
Novo Correio das Modas: novellas, poesias, viagens, recordações historicas, anedoctas e charadas	1852-1854	Semanal	Eduardo Laemmert, Henrique Laemmert	Typ. Universal de Laemmert
O Album Semanal: chronologico, litterario, critico e de modas	1851-1853	Semanal		Typ. de Vianna
O Apostolo: periodico religioso, moral e doutrinario, consagrado aos interesses da religião e da sociedade	1866-1901	Semanal	Padres Joao Scaligero, Augusto Maravalho, Jose Alves Martins do Loreto.	Typ. Nicolau Lobo Vianna e Filhos

O Auxiliador da Indústria Nacional	1833-1896	Mensal	Januário da Cunha Barbosa, Pedro de Alcantara Lisboa, Miguel Joaquim Pereira de Sa, M. de Oliveira Fausto	Typ. de I.F. Torres Typ. Nacional Typ. de J.E.S Cabral Typ. de N.L. Vianna & Filhos Typ. Universal Laemmert
O Bem da Ordem	1821	Mensal	Conego Francisco Vieira Goulart	Typ. Real
O Critico: jornal critico, satyrico, litterario, poetico e jocoso	1842	1 exemplar	Francisco de Paula Brito	Typ. Imparcial de F. de Paula Brito
O Cruzeiro do Sul: periódico hebdomadario de instrucção e recreio, por uma associação de litteratos nacionais e estrangeiros	1849	Semanal	J. M. V. e P.	Typ. Clássica de F. A. de Almeida.
O Curupira: jornal litterario e instructivo	1852-1853	Semanal		
O Espelho: revista semanal de modas, litteratura, industria e artes	1859-1860	Semanal	F. Eleutério de Souza, Machado de Assis	Typ. Imparcial de F. de Paula Brito
O Figaro: folha illustrada	1876-1877		Caricaturas de Luis Borgomainerio, J. Mill, Assis, Aluizio Azevedo, Candido Faria, Pereira Neto	Typ. Academica

O Jornal das Senhoras: modas, litteratura, bellas-artes, theatros e critica	1852-1855	Semanal	Violante Ataliba Ximenes de Bivar e Velasco, Cândida do Carmo Souza Menezes, Joanna Paula Manso de Noronha	Typ. Parisiense
O Magico	1851-1852	Semanal		Typ. e Livraria de E.A. Ribeiro e Ayres Typ. de J.A. Piancentini
O Novo Domingueiro: jornal de instrucção e recreio	1847	Semanal	A. De G.	Typ. Austral
O Patriota, jornal litterario, politico, mercantil, &c. do Rio de Janeiro	1813-1814	Mensal/Bimestral	Manuel Ferreira de Araujo Guimaraes, Manuel Inácio da Silva Alvarenga, Silvestre Pinheiro Ferreira, José Bonifácio de Andrada e Silva, Domingos Borges de Barros	Impressão Régia
O Progreso Medico	1876-1878		Domingos de Almeida Martins Costa	Typ. Academica
Os Bons Exemplos: jornal da congregação das filhas de Maria e das familias catholicas	1870		Mulheres da Congregação das Filhas de Maria	Typ. Americana
Revista Brasileira: jornal de sciencias, letras e artes	1857-1899	Trimestral	Candido Baptista de Oliveira	Typ. Universal Laemmert
Revista Medica Brasileira: jornal da Academia Imperial de Medicina do Rio de Janeiro	1841-1843	Mensal	Emilio Joaquim da Silva Maia	Typ. Imparcial de F. de Paula Brito

<p>Revista Medica Fluminense: publicada pela Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro</p>	1835-1841	Mensal	Médicos da Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro/ Academia Imperial de Medicina	Typ. Fluminense de Brito e Comp.
<p>Revista Popular: noticiosa, scientifica, industrial, historica, litteraria, artistica, biographica, anecdotica, musical, etc., etc.</p>	1859-1862	Quinzenal	Baptiste Louis Garnier	<p>Typ. Moderna de Georges Bertrand</p> <p>Typ. de Quirino e Irmão</p> <p>Typ. Pinheiro e Comp.</p>
<p>Semanario de Saude Publica pela Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro</p>	1831-1833	Semanal	Médicos da Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro	Typ. Imperial de E. Seignot-Plancher